PARA ALÉM DAS ARMAS

MILITANTES DA ESQUERDA ARMADA NO CEARÁ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1968-72)

MILITANTES DA ESQUERDA ARMADA NO CEARÁ DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1968-72)

FORTALEZA,
AGOSTO/2020

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ - INESP

Diretor Executivo do Inesp
João Milton Cunha de Miranda

Assistente Editorial
Valquíria Moreira

Projeto Gráfico e Diagramação
Valdemice Costa (Valdo)

Capa
Audifax Rios

Redação Pré-textual
Rachel Garcia

Revisão
Lúcia Jacó Rocha / Paulo César Cabral Rodrigues

Assistente de Revisão Digital
Marta Lêda Miranda

Impressão
Gráfica do Inesp

Orientador da Célula de Edição e Produção Gráfica
Ernandes do Carmo

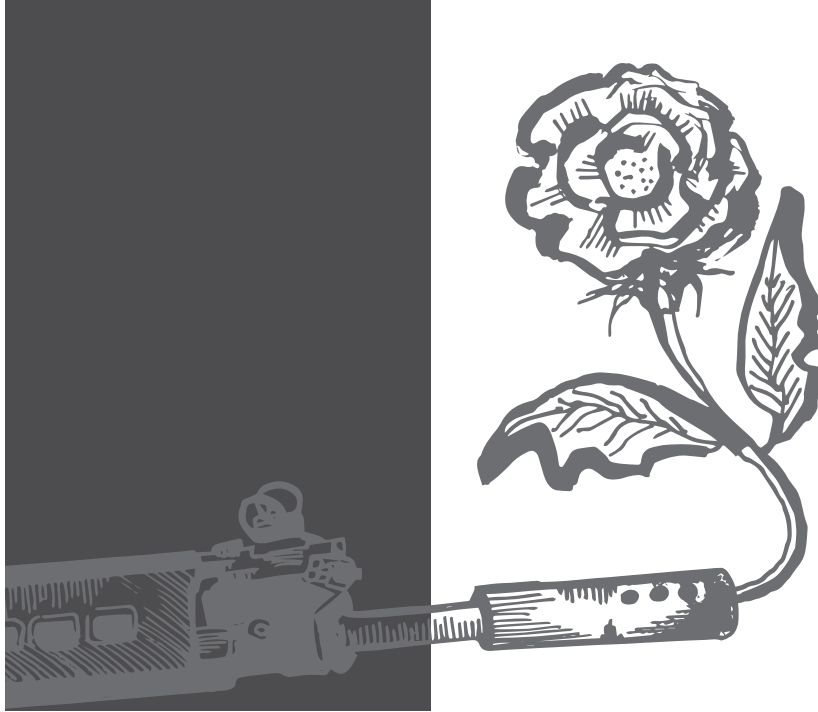
Equipe de Edição e Produção Gráfica
Cleomárcio Alves (Márcio), Edson Frota,
Francisco de Moura, Hadson França, João Alfredo
Gotardo Freire, Mário Giffoni
Aurenir Lopes, Tiago Melo Casal

Catalogado por Daniele Nascimento CRB-3/1023

F224p Farias, Airton de.
Para além das armas [livro eletrônico]: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72) / Airton de Farias. – Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, INESP, 2020.
4937 Kb ; PDF

ISBN 978-65-88252-04-8

1. Ação Libertadora Nacional (Brasil). 2. Guerrilheiros – Ceará – 1968-1972. 3. Ceará – História – 1968-1972. 4. Ceará – Política e governo – 1968-1972. I. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. II. Título.

CDD 981.31063

Considerando nossa fraqueza

Os senhores forjaram suas leis

Para nos escravizarem.

As leis não mais serão respeitadas

Considerando que não queremos mais ser escravos.

Considerando que os senhores nos ameaçam

Com fuzis e canhões

Nós decidimos: de agora em diante

Temeremos mais a miséria que a morte.

Resolução – Bertolt Brecht

Para Dani.

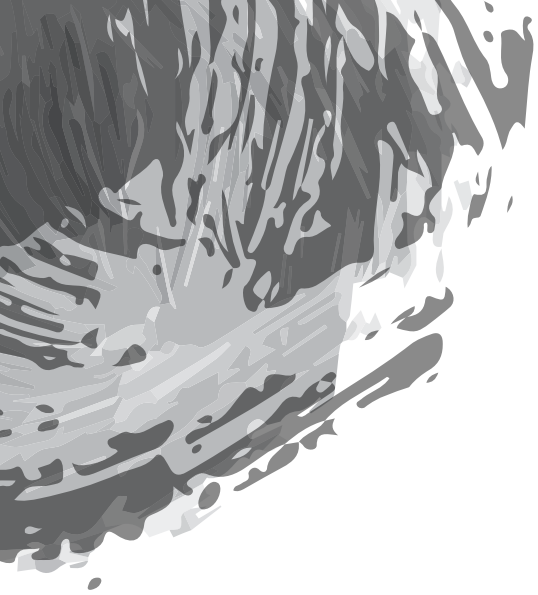
Sumário

Apresentação

Os tempos de autoritarismo compreendidos entre os anos de 1964 e 1985, no Ceará, são analisados neste Para Além das Armas, utilizando as memórias dos jovens armados de esquerda que estiveram em luta para destituir os militares que controlavam o poder no Brasil a partir de 1964.

Identificar as motivações e ações da juventude militante de então, as raízes de suas práticas políticas e as repressões a que foram submetidos traz-nos uma inigualável contribuição, ajudando-nos a compreender a história política do Ceará.

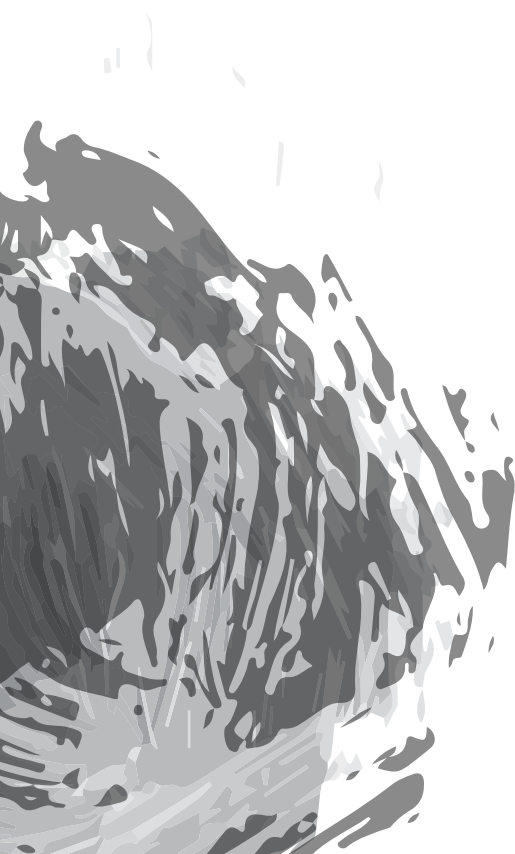
A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do seu Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), disponibiliza esta publicação por considerar que as informações colaboram para o planejamento dos passos futuros, sem a utilização da força armada.

Deputado Estadual José Sarto
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Prefácio

O livro Para Além das Armas retrata, de forma justa, a resistência à ditadura militar no Ceará, bem como os motivos que levaram os militantes universitários a renunciarem de sua paz e liderar atos que os privaram de sua liberdade.

A obra constitui-se em uma boa oportunidade para identificar os grupos, as formas e os locais de atuação, seus membros e suas ações vitoriosas e,também, suas derrotas. Além disso, identifica os militantes que optaram pela luta armada e que acreditaram no campo democrático, trazendo as justificativas ideológicas para os caminhos utilizados.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do seu Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), publiciza essa importante produção que valoriza a memória e a história oral, colaborando para que se mantenham vivos os ensinamentos obtidos pelas lutas contra a ditadura e a favor do restabelecimento do campo democrático.

João Milton Cunha de Miranda
Diretor Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp)

Palavra do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Professor de História de qualidades devidamente reconhecidas, Airton de Farias nos entrega neste livro fatos e temas relevantes para a compreensão dos chamados “anos de chumbo” no Brasil, a partir das lutas e resistências dos militantes da esquerda organizada contra a ditadura estabelecida a partir de abril de 1964 em nosso país.

“Anos de chumbo”. A expressão não nasceu para designar a ditadura militar brasileira em particular. Mas, inegavelmente, lhe caiu como uma luva. Deveras, foram anos de chumbo em pelo menos duas dimensões. Primeiro, pela densidade de um tempo que sufocava a liberdade e a democracia: “chumbo” aqui nos fala de peso, no sentido físico direto, daquilo que não pode ser suportado. Segundo, pela sua designação costumeira, sinônimo de bala ou munição de arma de fogo. Ambas as dimensões nos remetem diretamente ao que representou o regime parido pelo golpe de 1964; e também à forma como foi – e segue sendo – percebido pela sociedade brasileira.

O livro nos traz muitas informações e nomes. Deixamos ao trabalho de leitura sua apropriação. Mas não podemos deixar de ressaltar dois temas, absolutamente intrincados, com os quais Airton de Farias nos induz à reflexão, em sua obra de historiador competente. Temas que estão na raiz da interpretação histórica do significado da ditadura militar brasileira e do papel da esquerda que ousou pegar em armas contra ela. São questões que, nos tempos em que vivemos, nos permitem sentenciar que as armas não foram simplesmente depostas, embora possam ser outras atualmente; e que a luta contra a ditadura militar segue, hoje, como tarefa cada vez mais presente, vinte e cinco anos depois de formalmente encerrado aquele período de autoritarismo.

Um desses temas diz respeito ao que o autor identifica como a manifestação de uma certa "memória confortante" entre aqueles e aquelas que combateram diretamente no período em questão. Trata-se de um recurso que visa, ao lidar com determinados aspectos do passado, encontrar razões que o justifiquem à luz do hoje. Para a direita brasileira, isso equivale a destacar, como justificativa de seus crimes, uma suposta brutalidade dos militantes da esquerda armada, tratada pura e simplesmente como "terrorista". A análise crítica do caso de São Benedito, que Farias discute longamente na presente obra, serve de ilustração de como o discurso que legi-

timava em sua própria época os crimes da ditadura transformou-se hoje em uma forma de grande parcela da direita lidar com o passado: "quem sequestrava, matava e torturava eram as esquerdas, não os militares".

No caso da militância da esquerda, essa "memória confortante" encontra uma de suas formas de expressão na explicação do envolvimento em ações armadas através de argumentos ligados à imaturidade e à inexperiência pessoal dos militantes. Cabe destacar que a maioria dos chamados guerrilheiros foi constituída amplamente por jovens com idade inferior aos trinta anos. Esse é, inclusive, um dos fatores presentes nas reavaliações e autocríticas posteriores.

Essa "memória confortante", embora possa, em certos casos, aparecer como ingênua, serve, no entanto, como leito para o desenvolvimento de uma posição mais elaborada, que reivindica os rigores de teoria explicativa. Trata-se daquilo que os argentinos definiram como a "teoria dos dois demônios".

Essa teoria atribui a instauração, intensidade e duração do regime militar a erros simétricos das direitas e das esquerdas. No caso do Brasil, ela seria consequência dos radicalismos de civis de esquerda e dos militares de direita que assumiram o poder com o golpe de 1964. Alheia aos radicalismos opostos, a sociedade teria sido vítima da violência e do ar-

bítrio cometidos por ambos os lados, não tendo responsabilidade alguma pela ditadura ou pelas mortes e torturas ocorridas. Com isso, ao igualar ambos os lados, a ditadura restaria absolvida, induzindo a uma memória de esquecimento dos seus crimes e de absolvição - e chegando até o limite da glorificação, como ocorre com a triste figura do Coronel Brilhante Ustra, tratado como herói pelo atual presidente e seus bandos de apoiadores.

Apagam-se, assim, as razões de causa e efeito entre a violência original, que desfez uma legalidade constitucionalmente estabelecida; e que se perpetuou aprofundando a própria violência, contra os corpos opositores mas também contra qualquer vestígio da ordem democrática. Esquece-se que, nesse confronto, a bandeira da justiça, da liberdade e da democracia era empunhada apenas por um lado – no caso, os que ousaram enfrentar a ditadura.

Entendido isso, nos resta agradecer a Airton de Farias por este livro. Não só pelo que nos diz sobre o que foi a luta dessas mulheres e homens que ousaram pegar em armas - nem tantas assim, dada a enormidade da superioridade bélica dos seus adversários. Mas também pelo que nos permite entender melhor sobre nosso próprio tempo; e como aquilo que é tido como passado morto segue moldando a vida em nosso país.

De certa forma, as grandes batalhas da História nunca são "encerradas", seguem sendo combatidas através dos tempos, resultando sempre

em novos acertos de contas entre lados que se perfilam e seguem pugnando. Nessa projeção temporal das grandes batalhas, as querelas sobre seus significados e permanências, por vezes, podem nos falar mais do hoje e de seus problemas do que análises conjunturais apressadas, calcadas nas urgências do imediato. É por isso que Walter Benjamim, o historiador marxista vítima do fascismo, disse que, quando os vencedores celebram seus triunfos, nem os mortos podem estar em segurança.

É exatamente isso que estamos a ver agora, quando o neofascismo instalado no governo federal tenta de todas as formas rever o passado para impor novas derrotas aos mártires do nosso povo. Por isso, o trabalho do historiador Airton de Farias nos fala das armas empunhadas para ir além delas, sendo o próprio livro também uma arma, do melhor calibre, para nos lembrar que a História é sempre viva e nos convidar a conhecê-la, para que não mais se repitam episódios como a ditadura militar brasileira e para derrotar a ameaça neofascista que paira nesse momento sobre o país.

Deputado Estadual Renato Roseno
Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

INTRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Uma História Social e Política da Ditadura no Ceará

Airton de Farias apresenta nesse livro a história da esquerda armada no Ceará a partir de sua gênese nos anos logo posteriores ao golpe civil-militar de 1964, mas centrada no período pós AI-5, o mais intenso nas ações e reações armadas, com uma pesquisa renovada após anos de dedicação ao tema dos militantes de esquerda e seu envolvimento na luta armada e resistente contra a ditadura.

O livro tem o grande mérito de conectar a história social e política local com as dos outros estados do nordeste e do Brasil em geral, através das trajetórias individuais e dinâmicas coletivas dos muitos militantes que escolheram a resistência ativa. Dentro de um percurso parecido com as das guerrilhas que atuaram em outros países, Airton de Farias nos mostra também as conexões dos agrupamentos guerrilheiros e militantes de esquerda locais com outros congêneres latino-americanos, e particularmente o papel de Cuba na formação e amparo de alguns deles, desenvolvendo um elo concreto dos movimentos brasileiros com o movimento comunista internacional e o bloco socialista.

Assim, podemos descobrir, através de um profundo conhecimento das trajetórias individuais e dos grupos políticos num plano local, sobre-

tudo a Ação Libertadora Nacional-ALN, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário-PCBR, o Partido Comunista do Brasil-PCdoB e o Partido Comunista Brasileiro-PCB, entre muitos outros analisados pelo autor, o desenvolver-se das histórias conectadas em um plano mais amplo, nacional e global: um tramado de relações que, de fato, só é possível compreender cruzando as dimensões regionais, nacionais e transnacionais, tendo como ponto de partida e eixo fundamental uma atenta pesquisa das histórias que se desenrolam no Ceará.

O local é global. É parte de um mundo maior que contribui a formar em seus mais variados processos históricos, que só podem ser compreendidos, ainda considerando as meta-narrativas, a partir, justamente, da análise apropriada de redução de escala e mais precisamente de forma micro-histórica, pela qual também as ações individuais e as ações coletivas em redes, onde podemos reconhecer seus atores, devem ser estudadas pelo historiador.

É o que Airton de Farias faz nesta obra, recompondo as atuações individuais dos militantes, sem determinações pré-fixadas, mas ainda assim considerando seus espaços de manobra, suas margens de possibilidades e suas impossibilidades, dentro de processos e movimentos mais amplos, vistos e apresentados a partir dessa tensão entre a vida individual e coletiva.

Vidas que correram, vidas que ocorreram. A antiga lição da intervenção do indivíduo na história, sem, porém, esquecer que esta atuação se faz dentro de um tempo histórico, com certas conjunturas e condições.

Nesse livro, que tem suas raízes na pesquisa de mestrado em história que Airton de Farias desenvolveu anos atrás, o autor acrescentou novas partes, reescreveu muitas, e apresenta também um panorama historiográ-

fico sobre a luta armada, se inserindo plenamente no debate nacional e internacional mais recente sobre o tema.

Partes importantes da obra são também caracterizadas pela questão da memória, sobretudo nos capítulos finais, refletindo sobre mito e história, esquecimentos e recordações e embates de narrativas.

Uma obra que permite adentrar esse período histórico tão conflituoso, mas que joga uma luz e possibilita a compreensão da ação política pessoal e coletiva, das capacidades de resistência frente a um estado autoritário, procurando realizar sonhos e utopias.

Luigi Biondi
Professor de História Contemporânea da Universidade Federal de São Paulo.

Desmitificando a Luta Armada

O paradigma de mudança social por via das armas mobilizou milhares de jovens em todo o mundo durante os anos 1960 e 1970. Embalados, especialmente, pelas experiencias revolucionárias cubana e chinesa, eles sonharam com sociedades mais igualitárias e justas, a partir da construção de regimes socialistas que se espalhariam por diversos pontos do planeta. No centro da mudança, a ação violenta, aproveitando supostas condições dadas para a adesão popular e derrota das classes detentoras dos meios de produção e responsáveis pela exploração dos trabalhadores.

Em diversos países, esses jovens marcharam e apoiaram trabalhadores do campo e da cidade e engajaram-se em projetos de conscientização e organização popular. Participaram das rebeliões estudantis, mas tampouco a expressão nas ruas ou a panfletagem nas portas de fábrica se mostravam suficientes para as transformações que se impunham. A revolução parecia estar na esquina. Só restava engajar-se para fazer acontecer.

No Brasil, a opção pela luta armada já era discutida antes do golpe de 1964 que levou militares ao poder com o apoio de empresários, latifundiários, imprensa e amplos setores de classes médias. A tese de que as ações armadas foram mera reação ou escolha inevitável diante do recrudescimento autoritário do regime civil-militar mostra-se mais produto memorialístico diante de disputas de narrativas, não se sustentando a partir da reflexão crítica e bem informada pelas fontes históricas na mais recente produção historiográfica sobre a ditadura no que toca à luta armada.

O trabalho de Airton de Farias, aqui apresentado, ajuda a desmistificar o lugar dos militantes armados como vítimas das circunstâncias, ainda que dispostas a dar a sua vida por uma causa. A partir de sua dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal do Ceará, em 2007, de forma ampliada e revisada, ele lança um olhar sobre as organizações da esquerda armada a atuarem no Ceará, buscando suas articulações com grupos de outros estados. Escrutina o cotidiano de suas ações e motivações, seus projetos e contradições e ainda seus conflitos e disputas.

Em relação ao primeiro trabalho, temos o acréscimo de discussões expandidas sobre a situação das esquerdas no Estado, antes do golpe, e o arranjo e rearranjo de forças políticas locais no pós-1964, além da dis-

cussão sobre o apoio de setores da sociedade civil cearense à empreitada golpista e ao regime. Nessa tarefa de contextualizar, aprofundadamente, a tarefa revolucionária a atrair tantos jovens, principalmente da classe média, Farias incorpora uma gama de trabalhos acadêmicos sobre a ditadura no Ceará produzida, nos últimos anos, que apoiam a renovação de olhares e problemáticas sobre o período autoritário para além da memorialística.

A partir da liberação de novos arquivos e documentos, notadamente a partir dos trabalhos da *Comissão Nacional da Verdade*, do projeto *Brasil Nunca Mais* e *Memórias Reveladas*, Airton acrescenta novos documentos que o fazem repensar o espectro das ações armadas e das políticas de repressão das forças ditatoriais no Estado. Além disso, faz novas entrevistas com militantes até o ano de 2019 e incorpora a análise de mais acervos jornalísticos sobre o tema.

Revisitar e revisar, embora o autor não goste deste termo, um trabalho acadêmico, em aparentemente tão pouco tempo, pode parecer desnecessário, mas não é o caso quando falamos de ditadura e regime civil militar brasileiro, um tema em ferrenha disputa, mais que nunca, ameaçado por discursos negacionistas no Brasil de hoje, de forma apaixonada. A melhor forma de fazê-lo é cercando-se do trabalho sério e referendado de seus pares e da busca incessante pela pesquisa crítica das fontes, sejam elas recém-liberadas ou já amplamente conhecidas. Esse trabalho está nesse livro, revigorado, muito bem feito pelo autor.

Ana Rita Fonteles Duarte
Professora Departamento de História UFC

CAPÍTULO 1

REBELDES COM CAUSA

Uma História de lutas

Fortaleza, segunda-feira, 16 de março de 1970. O “carro pagador” do London Bank deixa rapidamente os terminais da Norte Gás Butano, nas proximidades da enseada do Mucuripe. No interior da camioneta rural cor verde oliva, dois bancários, em fim de jornada de trabalho. Aquela tarefa, recolher 200 mil cruzeiros novos[1] de companhias petrolíferas do Porto do Mucuripe e levá-los para a sede do banco, no centro da capital cearense, era a última do dia. Conforme a imprensa noticiou depois, os bancários estavam tranquilos e despreocupados. Sequer usavam armas, e realizavam o transporte num carro comum, para não chamar a atenção de “gatunos”. Costumeiramente, duas vezes por semana, faziam o percurso. O dinheiro, colocado na parte de trás do veículo, encontrava-se armazenado em várias sacolas de lona trancadas com cadeados. Rotina. Tudo em paz. O que de anormal poderia acontecer no final do expediente?

Mas aconteceu.

---

1 Algo em torno de 2 milhões e 500 mil reais hoje, conforme o conversor de valores do jornal Estado de São Paulo. https://acervo.estadao.com.br/ Acesso em: 16/08/2019.

Por volta das 17h40min, um corcel verde sem placa abruptamente "fechou" o veículo do banco. De seu interior, saíram três rapazes, com revólveres em punho. Era um assalto. Tudo foi rápido. Durou menos de cinco minutos, de acordo com os jornais. Os rapazes mandaram os bancários descerem do "carro pagador". Estes, atônitos, assustados, obedeceram sem titubear. Com as mãos na nuca, foram encostados em um muro próximo. Os rapazes tomaram a camioneta e zarparam tresloucadamente, seguidos pelo corcel, agora dirigido por outros três homens que aparentavam ser apenas transeuntes (na verdade, davam cobertura à ação numa esquina próxima). Conforme um dos entrevistados, partícipe da ação, a "adrenalina estava a mil. Um misto de medo e euforia. Tudo deu certo". Pouco depois, o corcel e a camioneta seriam abandonados, passando os rapazes para outro automóvel. "Sumiriam" pelas ruas de Fortaleza. Os bancários, por sua vez, permaneceram parados, por certo tempo, embasbacados, surpresos com o sucedido, antes de comunicarem ao banco e à polícia o que se dera. Aquele não era um assalto comum. O "carro pagador" do London Bank havia sido alvo de uma "ação de expropriação" promovida pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), grupo armado de esquerda[2] que atuava no País objetivando derrubar o governo comandado por militares desde 1964. Para fúria das autoridades constituídas, era mais uma ação dos "subversivos" no Ceará.[3]

---

2 Adotamos nesta obra as categorias clássicas direitas, centros e esquerdas, usando como referência o pensamento de Norberto Bobbio. Para este, o elemento diferencial entre as categorias está no posicionamento em relação à igualdade como ideal social. Quanto mais se julga a igualdade entre as pessoas como uma condição desejável, mais à esquerda situa-se o espectro ideológico. Assim, por direitas entendemos as forças conservadoras, avessas a mudanças e dispostas a manter a ordem capitalista e as desigualdades sociais. Por centros compreendemos as tendências da moderação e conciliação, que, ante as circunstâncias, podem se inclinar favoravelmente às reformas, desde que dentro da "lei e da ordem", ou podem apoiar as soluções de força para deter as reformas. Por esquerdas entendemos os setores favoráveis às mudanças em nome da justiça e da igualdade sociais, podendo mesmo defender a criação do socialismo e recorre ao uso da força. As expressões são usadas no plural, pois compreendemos que, em cada termo, agrupam-se posições, lideranças e forças diversas, das mais moderadas às mais radicais, como no caso dos grupos armados brasileiros durante a ditadura. Vide BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999.

3 Entrevistados e O Povo, 17/03/1970; 18/03/1970. Correio do Ceará, 17/03/1970; 18/03/1970.

Em meio ao caldeirão político e cultural dos anos 1960, que também se fez presente no estado, vários cearenses empunharam armas na tentativa de implementar um projeto político que buscava implodir a ditadura militar e a própria ordem capitalista vigente, e criar um governo popular ou socialista no País. Os militantes desses grupos realizaram proselitismo político, treinamentos militares, praticaram assaltos (em suas palavras, "ações de expropriação da burguesia"), travaram combates contra as forças do Estado, cometeram erros e assassínios, sonharam, viveram perigosamente, foram derrotados, torturados, mortos, achincalhados e, por fim, esquecidos pelas correntes historiográficas mais conservadoras, quando não reduzidos à condição de "terroristas".[4]

Apesar da diversidade de agrupamentos de esquerda no País durante a ditadura civil-militar,[5] dois deles destacaram-se na prática de

---

4 Neste trabalho, conforme Norberto Bobbio, diferenciamos guerrilha, terrorismo e terror. Ao mencionar guerrilha, referimo-nos à forma de luta armada revolucionária cujo objetivo é a conquista do poder institucional, destruindo as instituições existentes e emancipando socialmente as populações – como desejavam os grupos armados brasileiros dos anos 1960 e 1970 –, e não a uma simples tática militar. Conforme Norberto Bobbio, essa nova acepção de guerrilha vincula-se diretamente à experiência vitoriosa da revolução Cubana, de 1959. Assim, nestas páginas a expressão tem um outro sentido, que não aquele usado pela ditadura militar, a imprensa e seus aliados, como sinônimo de terrorismo. Entendemos por este, conforme ainda Bobbio, a prática política que recorre sistematicamente à violência contras às pessoas ou às coisas, provocando pânico, destruição e mortes, isso de forma indiscriminada, ou seja, atingindo não somente o inimigo de classe, mas quaisquer pessoas próximas. O terrorismo, assim, não pode ser considerado uma forma de luta de classe, embora os grupos guerrilheiros eventualmente também recorram a ações terroristas contra pessoas ou grupos diretamente ligados à classe que se mantém no poder – não com frequência, pois poderiam provocar vítimas inocentes e uma reação contrária da população, daí sua condenação por líderes como Lênin e Ernesto Che Guevara. Por fim, ainda seguindo o pensamento de Bobbio, compete distinguir terrorismo de terror, compreendido no sentido do instrumento de força e violência usado por parte de quem já detém o poder dentro do Estado para combater seus questionadores – é novamente o caso da ditadura militar brasileira, que sistematicamente recorria ao terror para perseguir e reprimir as oposições de esquerdas, fossem armadas ou não. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000. p. 152, 577, 578, 1242 e 1243.

5 Neste texto, usamos a denominação ditadura civil-militar. Em concordância com o historiador Daniel Aarão Reis, entendemos que, embora o comando do Estado estivesse sob o controle dos militares, o apoio de setores civis possibilitou não só o golpe de 1964, mas também a própria manutenção do regime de exceção. Setores civis, sobremaneira os grandes grupos econômicos, foram beneficiados com a ditadura. A denominação ditadura civil-militar, entretanto, não é unânime na historiografia. Carlos Fico, por exemplo, defende que, não obstante o golpe de 64 haver sido civil-militar, durante os anos da ditadura, o País permaneceu sob controle das forças armadas. Vide AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil:* do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ações armadas no Ceará: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Outras organizações, no caso, a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e a Frente de Libertação Nordestina (FLNE), buscaram também se estruturar no estado, mas, bastante embrionárias, foram alvos da repressão, ainda que tenham praticado algumas ações.

Peculiar ainda foi a atuação do Partido Comunista do Brasil (PC-doB). Esse liderou o movimento estudantil universitário cearense, em fins dos anos 60, foi bastante influente em algumas categorias de trabalhadores, como a dos bancários, e chegou a organizar bases no interior cearenses. Tais bases serviram para acolher fugitivos da ditadura de outros lugares do Brasil e mesmo militantes a serem enviados, posteriormente, para a guerrilha do Araguaia, no sul do Pará. Apesar da disposição em não promover ações guerrilheiras no estado, o PCdoB foi alvo das forças de segurança, pelo anticomunismo do regime e por ter realizado proselitismo político (comícios, pichações, panfletagem, etc.). No início dos anos 70, quando se intensificou a luta no Araguaia, a ditadura incrementou as perseguições, em vários estados, aos integrantes da organização, para cortar qualquer linha de apoio aos guerrilheiros do Norte do País. No Ceará, vários militantes do Partido "cairiam" (seriam detidos).

Organizações de esquerda, que não propugnavam a luta armada, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Movimento Comunista Internacional (MCI), igualmente, sofreram com a repressão da ditadura, tendo militantes presos, torturados e mortos. Esta obra, uma revisitação à nossa dissertação de mestrado, produzida na década passada, no curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), terá como foco a ANL e PCBR. Eventualmente, quando necessário para tornar compreensíveis os acontecimentos, os processos históricos e as análises, daremos atenção às outras organizações, visto que os agrupamentos revolucionários, não raras vezes, mantinham relações, faziam ações em conjunto e aconteciam entradas/saídas dos militantes em sucessivas dissidências.

No presente texto, buscamos responder diversas questões. Quem eram os militantes da esquerda armada no Ceará, entre 1968 e 1972, período no qual se circunscrevem suas ações? O que os motivava a ingressar e atuar em agrupamentos revolucionários? Quais ações realizaram no estado? Quais as estruturas e composições sociais dos agrupamentos? Quais suas origens? Quais experiências e tradições levaram os ativistas às armas? Quais suas vivências nas organizações revolucionárias, na clandestinidade e diante do cerco repressor? Quais suas relações com o resto da sociedade cearense? Como perceberam (e sofreram) a derrota de seus projetos políticos?

Enfim, buscamos entender quem eram e como atuaram os guerrilheiros de esquerda durante a ditadura civil-militar, em um estado conservador, de elites autoritárias e anticomunistas como o Ceará. Ainda que muitos questionem os ideais e métodos dos revolucionários, acreditamos que não se pode duvidar da importância de suas trajetórias. Encarnam a história contemporânea brasileira na perspectiva dos vencidos, a chamada "história vista de baixo", como entende o historiador inglês Edward Thompson.[6] Ou seja, essa obra trata das experiências de pessoas cuja existência e atuação são tão frequentemente ignoradas, tacitamente aceitas ou mencionadas apenas de passagem numa visão de história mais conservadora, preocupada, sobretudo, com os "grandes homens" e seus feitos vitoriosos.

Os princípios de esquerda/socialista grassavam no Ceará desde, pelo menos, o início do século XX. Das viagens ou do contato de cearenses com viajantes, sindicalistas e mesmo jornais e livros, vindos do centro-sul brasileiro e Europa, começaram a circular entre os segmentos médios urbanos intelectualizados e o reduzido operariado local, ideias "radicais e

6 THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.*Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

exóticas", como o anarquismo e, depois, o comunismo, apesar da "vigilância" da influente Igreja católica local e das autoridades constituídas.[7]

Em 1927, era instalada a secção local do Partido Comunista Brasileiro (PCB),[8] por meio de uma organização de fachada denominada Bloco Operário e Camponês (BOC). Conforme o historiador Francisco Moreira Ribeiro, naquele ano, o sindicalista José Joaquim de Lima, mais conhecido como Joaquim Pernambuco, foi ao Rio de Janeiro na intenção de participar do congresso da Confederação Geral do Trabalho – entidade concebida pelo PCB. Dali voltaria com a missão de organizar, em Fortaleza, o BOC e, consequentemente, a secção cearense do partido. Também foram criados, a seguir, núcleos comunistas nas cidades cearenses de Camocim, Aquiraz, Aracati e Quixadá, entre outras, sendo considerável a influência vermelha junto a algumas categorias, como as dos trabalhadores do porto e da ferrovia.[9]

Os grupos conservadores logo passaram a difundir intensa campanha anticomunista. Os marxistas seriam indivíduos amorais e ateus, que colocavam em risco os valores cristãos, a família e os bons costumes, buscando uma nova ordem social na qual as pessoas se limitavam a serem escravas do Estado. Com isso, produziu-se em amplos setores da sociedade uma concepção negativa dos ideais comunistas.[10] A repressão foi concomitante. Rotineiramente a polícia surrava os operários socialistas, enquanto patrões os demitiam e negavam-lhes emprego. "Listas negras"

---

7 *Vide* GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge. *A imprensa libertária no Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000.

8 Em rigor, a organização surgiu como Partido Comunista do Brasil em 1922, só mudando o nome para Partido Comunista Brasileiro em 1962, quando tentou na Justiça sua legalização, clandestina que estava desde 1947. *Vide* GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

9 RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC/Stylus Comunicações, 1989.

10 Sobre a difusão do medo anticomunista, *vide* MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarada contra o "perigo vermelho"*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. PINTO, José Aloísio Martins. *Serventuários das trevas*: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922 - 1932). 2005, 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

dos trabalhadores "problemáticos" circulavam entre o patronato. Jornais de esquerda eram empastelados ou tinham as edições apreendidas. Em 1931, já na denominada Era Vargas (1930-45), o PCB preparou em Fortaleza a passeata da fome, visando denunciar a miséria da população e as incoerências e limites da "Revolução" de 30. O executivo cearense mobilizou os aparatos estatais para impedir a realização do evento. Nomeou um delegado especial para promover diligências e coagir os trabalhadores na capital e no interior, proibiu a distribuição de folhetos de convocação da passeata e prendeu a liderança do movimento, deportando 16 comunistas para o Rio de Janeiro.[11]

Em 4 de março de 1935, último dia de carnaval, um tiroteio promovido por membros da Ação Integralista Brasileira (AIB, grupo de extrema-direita, de inspiração fascista, cuja secção local fora instalada dois anos antes) contra simpatizante da Aliança Nacional Libertadora (ANL, criada, no Ceará, em 1935) deixou mortos três populares e feridos vários outros. Em julho de 1936, a polícia, na pretensão de combater "subversivos", cercou uma residência em Camocim e fuzilou os comunistas Miguel Pereira Lima (o Amaral) e Luis Miguel dos Santos (Luis Pretinho), torturando e abusando de um terceiro, Raimundo Ferreira de Souza (Raimundo Vermelho), que também, em consequência das agressões, faleceu meses depois.[12] Mais comunistas acabaram presos, quando não mortos, em virtude da repressão ocorrida, após o fracasso da Intentona Comunista, em Natal-RN[13] e com a instalação do Estado Novo (1937-45). Um

---

11 *Vide* RODRIGUES, F. Theodoro. *Os 16 deportados cearenses*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000. É um diário escrito por um dos presos, o professor Theodoro Rodrigues, apreendido pela repressão getulista e encontrado por acaso no Arquivo Público do Rio de janeiro nos anos 1990.

12 Esse episódio ficou conhecido como o "massacre do Salgadinho", região onde aconteceram as mortes. *Vide*: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade vermelha*: a militância comunista em Camocim-CE (1927-1950). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000.

13 Mais de duas mil pessoas foram presas nesse período, só em Fortaleza, e tropas do 23º BC (Batalhão de Caçadores) foram enviadas para dominar o levante comunista em Natal. RIBEIRO, Francisco Ribeiro. Op. Cit., p. 32.

dos argumentos usados para desmantelar a comunidade religiosa do Caldeirão, no Crato, em 1937, foi o de uma provável (e irreal) "ameaça comunista". O líder da comunidade camponesa, o beato José Lourenço, um humilde lavrador e seguidor do Padre Cícero, chegou a ser tachado de "agente bolchevique".[14]

Com a queda da ditadura getulista, em 1945, e com a destacada participação soviética na derrota do nazismo na Europa, o Partido Comunista ganhou a legalidade. Como no resto do Brasil, o PCB-CE cresceu em influência política e representatividade, nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, sobretudo em Fortaleza. Apesar das pregações anticomunistas da Igreja católica e setores direitistas, o Partido conseguiu, nas eleições legislativas de 1946, eleger dois deputados estaduais (o médico José Pontes Neto e o pedreiro José Marinho de Vasconcelos), obtendo, em termos de legenda, 23% dos votos válidos da capital cearense, um resultado expressivo e indicador da influência vermelha.[15]

Os comunistas procuravam chamar a atenção das camadas mais humildes da população sobre os direitos fundamentais que lhes assistiam e organizá-las no intuito de reivindicar melhorias como luz, calçamento, água, segurança, etc. Combatiam também a carestia, promoviam campanhas de alfabetização e desenvolviam atividades recreativas. O PCB adquiriu, ainda em 1946, do recém-eleito senador Olavo Oliveira, conservador político cearense, o jornal *O Democrata*, visando a veicular diariamente seu pensamento e denunciar a exploração de que eram vítimas operários e camponeses.[16]

Com o começar e avançar da Guerra Fria, o PCB acabou tendo seu registro cassado pela Justiça Eleitoral, em 1947, e foi (novamente) posto

---

14 *Vide* CORDEIRO, Domingo Sávio de Almeida. *Um beato líder*: narrativas memoráveis do Caldeirão. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004.

15 RIBEIRO, Francisco Ribeiro. Op. Cit. (1989), p. 47.

16 LIMA NETO, Ildefonso Rodrigues. *Escrita subversiva*: o Democrata, 1946-47. 2006, 282f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

na ilegalidade. Ainda naquele ano, em mais uma evidência de seu capital político, os comunistas elegeram sete dos onze vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza, usando como fachada o Partido Republicano.[17] Nos anos seguintes, não obstante, a influência do partido no Brasil e, especificamente, no Ceará, reduziu-se, alvo da repressão, das pregações anticomunistas e das dificuldades econômicas (que levaram ao fechamento de *O Democrata*, em 1958). Igualmente, contribuiu o isolamento político e social do próprio PCB, que passou a ter cada vez mais posições sectárias, especialmente, na primeira metade dos anos 1950. Numa guinada à esquerda, defendia a queda de todos os governos de "traição nacional", como os comunistas designavam as administrações de Dutra e de Vargas.[18]

Somem-se a isso as crises e divisões internas, advindas com as denúncias dos crimes do stalinismo feitas por Nikita Kruschev, em 1956, abalando a "infalibilidade" do Partido; a aproximação dos soviéticos para com os norte-americanos, na chamada "coexistência pacífica", que desagradava aos mais radicais comunistas; e a invasão da Hungria, também em 1956, por tropas da União Soviética. As denúncias dos crimes de Stalin provocaram imenso impacto, frustrações e discussões entre aqueles que acreditavam ser tudo uma "invenção do imperialismo dos Estados Unidos" e os que aceitaram as denúncias de Kruschev. A cúpula nacional do PCB, tendo à frente Luis Carlos Prestes, aceitou os novos posicionamentos emanados de Moscou, para descontentamento de um grupo de militantes. Esse mesmo grupo, igualmente, desagradou-se com os novos posicionamentos da agremiação, que moderou os discursos e as práticas, no fim dos anos 1950 e início dos 60. Tal grupo, tendo nomes como João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Carlos Danielli e Calil Chade, por defenderem a ortodoxia partidária, acabaram saindo ou sendo expulsos da agremiação em 1962. Organiza-

---

17 RIBEIRO, Francisco Ribeiro. Op. Cit. (1989), p. 50. *Vide* também FREITAS, Mariano. *O prefeito Acrísio e a câmara vermelha*. Fortaleza: Realce Editora, 2008.

18 SEGATTO, José Antônio. SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTI, Marcelo. AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas-SP: UNICAMP, 2007.

ram, então, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que, no seu entender, seria a continuação verdadeira do Partido Comunista, fundado em 1922.[19]

No Ceará, não obstante, o PCB manteve a unidade, sob o comando de Anníbal Bonavides. Apresentava a liderança sobre vários sindicatos e o movimento estudantil na ocasião do golpe de 64. Apenas após a implantação da ditadura, dissidentes fundaram o PCdoB no Ceará, em 1965, ou entraram em outras organizações, alegando que o PCB era um "partido frouxo", porque fora passivo quando do golpe que derrubou João Goulart e se recusava a pegar em armas para tirar os militares do governo.

As esquerdas locais às vésperas do golpe de 1964

Da mesma maneira que no resto do País, o PCB-CE conheceu nova fase no início dos anos 60, vivendo uma "semilegalidade". Apresentava uma sede conhecida publicamente, cognominada *Escritório Eleitoral 25 de Março*, situada na Rua General Sampaio, nº. 1131, no centro de Fortaleza, onde normalmente aconteciam debates e reuniões comunistas. Pelo depoimento de antigos militantes do partido[20] e pela documentação apreendida pelo Exército e anexada ao Inquérito Policial-Militar (IPM), instalado após o golpe de 64,[21] há vários indícios da atuação comunista na

---

19 O argumento para o grupo dissidente, formador do PCdoB, reivindicar-se como a continuação da agremiação comunista fundada em 1922 vinculou-se às mudanças dos estatutos realizadas pelo Comitê Central do PCB em 1961. Na intenção de obter o registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o nome do partido foi alterado para Partido Comunista Brasileiro, mantendo-se, contudo, a sigla (PCB). Também foram retiradas do programa as referências ao marxismo-leninismo. O grupo dissidente, expulso do PCB, convocou uma conferência nacional, elegeu um novo comitê central e reivindicou ser o verdadeiro partido comunista do país, adotando a sigla PCdoB. Para seus membros, ao mudar o nome e os estatutos, o PCB acabou criando outra organização, que nada teria de revolucionária. Vide SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo. AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas-SP: UNICAMP, 2007.

20 Luciano Barreira, jornalista, ex-vereador de Fortaleza, cassado com o golpe de 1964, entrevistado a 11/03/2003; Olga Nunes, militante da organização, entrevistada a 17/02/2003; Francisco Moreira Ribeiro, professor universitário aposentado e destacado estudioso dos comunistas cearenses, entrevistado a 23/05/06.

21 Inquérito Policial Militar sobre a subversão no Ceará em 1964. Acervo da Associação 64-68 Anistia.

defesa das “reformas de base”, propostas então nacionalmente pelo governo João Goulart (1961-64), e no engajamento em movimentos de massas. O PCB obteve até maiores espaços no interior do Ceará, onde historicamente o anticomunismo era mais forte, em virtude das pregações da Igreja católica, via púlpito, e da mobilização e repressão por parte das oligarquias municipais.[22] Essa aproximação com a zona rural não pode deixar de ser vinculada às decisões do V Congresso Nacional do Partido, em 1960, no qual, entre outras coisas, deliberou-se pela necessidade de maior trabalho e proximidades com as massas. Também tem a ver com o impacto da Revolução Cubana de 1959, que, sob perspectivas interpretativas hoje tidas como limitadas por historiadores – mas à época, bastante endossadas pelas esquerdas –, teria “provado o caráter revolucionário dos camponeses”.[23]

O PCB-CE tinha, então, como um dos mais destacados dirigentes o paraibano (há muito radicalizado no Ceará) Anníbal Bonavides, advogado e jornalista, que chegou a ser eleito deputado estadual, em 1962, por meio do Partido Social Trabalhista (PST). Bonavides exerceu papel de destaque na criação da Frente de Mobilização Popular (FMP), no Ceará, e participou de atos públicos em defesas das reformas nacionalistas de Jango. Foi um dos parlamentares cassados e presos quando do golpe militar de 1964 – foi liberto, apenas, em dezembro desse ano. Com a ditadura, para sobreviver, Anníbal passou a vender livros entre amigos e organizou o que se tornou uma conhecida livraria do centro de Fortaleza, a *Ciência e Cultura*. A livraria virou famoso local de encontro de intelectuais e militantes de esquerda. Um irmão de Anníbal, Paulo Bonavides, de posições mais conservadoras, ganharia destaque no mundo das letras do Ceará, sendo considerado um dos maiores juristas do estado.[24]

---

22 RIBEIRO, Francisco Moreira. *A reação política conservadora*: o caso da União Pelo Ceará. 2006, 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

23 AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 25.

24 *Vide* BONAVIDES, Anníbal. *As profecias do Arquimedes*. Fortaleza: ABC Editora, 1996. Trata-se de um romance autobiográfico póstumo do líder pecebista cearense. A apresentação é feita pelo jornalista e deputado, igualmente cassado em 1964, Blanchard Girão, que traça um perfil político e pessoal de Bonavides.

Culto, moderado, leal ao Comitê Central do Partido e ao comando nacional de Luis Carlos Prestes, Bonavides era acusado por alguns militantes da agremiação de "passivo" e de estar por demais a reboque da burguesia local. Em 1962, por exemplo, Anníbal articulou o apoio do PCB à campanha vitoriosa ao senado de Carlos Jereissati, do PTB, rico comerciante local, pai do depois governador cearense Tasso Jereissati. O apoio a um burguês como Jereissati não agradou a todos os militantes. Os críticos de Bonavides, porém, minimizavam o fato de que foram articulações como aquelas que levaram o PCB a ter representação na Assembleia Legislativa cearense, atenuando o isolamento que o Partido viveu por anos e dando-lhe, em consequência, maior inserção política no estado – um estado, não custa lembrar, novamente, dominado por oligarquias fortemente anticomunistas, autoritárias e violentas. Além disso, tratando-se especificamente do PCB e de outras organizações de esquerda, o apoio a Jereissati não foi por acaso. Nas eleições de 1962, os tradicionais grupos políticos locais haviam se coligado, formando a cognominada "União Pelo Ceará,"[25] para lançar a candidatura vitoriosa, ao governo, do coronel Virgílio Távora, que contou, inclusive com recursos dos EUA. Com a radicalização da Revolução Cubana, o acirramento das disputas políticas, no Brasil (evidenciadas na crise para garantir a posse de Jango após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961), e o incremento da atuação das Ligas Camponesas em Pernambuco, grupos conservadores temiam a eclosão de uma "revolução socialista" no Nordeste.[26] Não surpreende, pois, que as esquerdas apoiassem Carlos Jereissati, que, além de pertencer ao PTB do presidente João Goulart, surgia, no começo dos anos 60, como opositor, no Ceará, e um desafio ao domínio das oligarquias tradicionais que há anos se alternavam no governo local.[27]

---

25 RIBEIRO, Francisco Moreira. Op. Cit. (2006).

26 Ibidem.

27 PARENTE, Francisco Josênio. *A fé e a razão na política*. Fortaleza: edições UFC/Edições UVA, 2000.

Assim, para além do descontentamento com o perfil conciliador de Bonavides, pôde-se conjecturar que havia, dentro do PCB-CE, um grupo de ativistas os quais, se não romperam com o partido até o golpe militar de 64, estavam questionando a postura moderada da própria organização. A cúpula da secção comunista cearense nada mais que reproduzia a orientação nacional do PCB, definida pela Declaração Política de Março de 1958 e basicamente ratificada pelo V Congresso do Partido, em 1960.

A nova orientação do PCB, que partia de premissas anteriores do partido e do próprio movimento comunista internacional, concebia a revolução brasileira em duas etapas. A primeira, de "libertação nacional e democrática", apresentaria conteúdo antifeudal (havia a crença de que existiam resquícios do feudalismo no Brasil) e anti-imperialista (contra a dominação dos EUA). Pregava a união das classes sociais "progressistas" (proletários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional) visando, pelo "bom caminho" da via legal e pacífica, promover o desenvolvimento do País, visto que, embora o capitalismo no Brasil tivesse já algum incremento, ainda não amadurecera o suficiente para revolução socialista. Daí, portanto, a necessidade de união com aqueles setores "progressistas" da sociedade visando a ampliar as liberdades democráticas e promover as reformas estruturais contra a "elite latifundiário-feudal" e o aliado dessa, o imperialismo dos EUA. Essas ideias ajudam a entender a aproximação dos comunistas em relação às denominadas "reformas de base" que João Goulart propunha no começo dos anos 60.[28]

A segunda fase da revolução seria, aí sim, socialista. Denotando a influência e as heranças culturais e políticas do velho "Partidão", várias das organizações que pegaram em armas conservaram, com algumas alterações, muito desse esquema analítico, como foi o caso da ALN, PCBR e PCdoB.

Conclui-se, pois, que nem todos dentro do PCB aceitavam a posição moderada adotada pela cúpula partidária e/ou a concepção de uma

---

28 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 28-36. AARÃO REIS, Daniel. Op. Cit. (2000), p. 23-28.

transição pacífica para o socialismo. Essa discussão sobre a opção armada ganhou novo corpo entre os militantes de esquerda, após o sucesso da Revolução Cubana de 1959. Grupos ligados às Ligas Camponesas tentaram instalar campos de treinamento guerrilheiros em áreas interioranas do País. Em novembro de 1962, o governo João Goulart desarticulou facilmente um desses campos no nordeste de Goiás, levando a desativação dos demais.[29] Assim, percebe-se que a ideia da luta armada já se fazia presente entre alguns grupos mais radicais, antes mesmo da implantação da ditadura, a qual, obviamente, a aguçou ainda mais a opção pela via belicista. Esses debates e os desejos da militância radical, e a postura do PCB em não endossar a guerrilha contra o regime ditatorial militar, ajudam a entender, sobremaneira, após o golpe de 64, o surgimento de diversas dissidências as quais deram origem a novos agrupamentos revolucionários armados.

As esquerdas cearenses, em 1964, englobavam também nacionalistas, em geral, acomodados no pequeno Partido Social Trabalhista (PST), sigla liderada nacionalmente por Miguel Arraes e que abriu espaço para as candidaturas comunistas, já que o PCB não podia concorrer às eleições. Havia, também, os nacionalistas ligados a Leonel Brizola, reunidos na Frente de Mobilização Popular (FMP) e nos Grupos dos Onze.

Em 1963, o ex-governador do Rio Grande do Sul e então deputado federal, Leonel Brizola organizou, por todo o País, a Frente de Mobilização Popular, movimento que reunia diversas entidades de esquerda na defesa das reformas de bases. Contava, inclusive, com a adesão de várias associações de sargentos, marinheiros e fuzileiros navais, o que era visto por conservadores como um risco à hierarquia das Forças Armadas – embora esses mesmos conservadores não censurassem os contatos das cúpulas militares com partidos, empresários e mesmo representantes dos EUA,

---

29 *Vide* SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. 2005, 251f. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2005. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

na trama que levou ao golpe de 64.[30] Brizola tornou-se a grande referência para as esquerdas não comunistas, sendo tido como um "radical" pelas direitas. Era genro de João Goulart e apresentava pretensões de chegar à presidência da Republica. Com a radicalização política do início dos anos 60, Brizola passou a organizar células independentes, geralmente compostas por militares de baixa patente, os chamados "Grupos dos Onze". Após o golpe de 64, em 1967, da proximidade com setores militares nacionalistas e de contatos com Cuba, Brizola buscou organizar a experiência (fracassada) de uma guerrilha na Serra do Caparaó, na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, para tentar derrubar a ditadura.[31]

No Ceará, com o golpe de 64, vários integrantes dos Grupos dos Onze, nacionalistas e simpatizantes de Leonel Brizola, foram detidos. Segundo Papito de Oliveira, autor de livro sobre a Comissão Cearense de Indenização às Vítimas da Ditadura (Comissão Wanda Sidou), na cidade de Icó, a 375 quilômetros de Fortaleza, integrantes dos Grupos dos Onze foram truculentamente detidos por policiais, sendo alguns deles enviados para o 23º Batalhão de Caçadores (23BC), na capital cearense, onde ficaram detidos por um mês.[32] Em Crateús, oeste cearense, brizolistas e simpatizantes do governo deposto de João Goulart (afora militantes do PCB), entre os quais militares de baixa patente, funcionários da Rede Ferroviária

---

30 *Vide* FICO, Carlos. *Além do Golpe:* versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. DREIFUSS, René. *1964*: a conquista do Estado. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

31 *Vide* GUIMARÃES, Plínio Ferreira. "Os comunistas estão chegando!": a guerrilha do Caparaó e o medo da população local. In: SALES, Jean Rodrigues. *Guerrilha e revolução*: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

32 O Grupo dos Onze em Icó era composto por Aldo Marcozzi Monteiro, Aristóteles Ribeiro da Costa, Francisco Ozanan Campos Monteiro, José Alberto Carneiro Monteiro, José Ribeiro da Costa, Josias Nepomuceno da Silva, Manuel Ramos (mais conhecidos como Manuel Josino), Quilon Peixoto Farias, Reinaldo Ribeiro Costa, Vital de Freitas Saraiva e um dentista de nome Corsubel. Em 11 de abril de 1964, chegou a Icó um contingente policial, com armas de grosso calibre, inclusive metralhadoras, que, sorrateiramente, cercou e invadiu as residências das pessoas que faziam parte do Grupo. Os integrantes foram algemados e arrastados para delegacia do Icó, deixando em pânico a população. Ficaram ali detidos por 10 dias. De Icó, três dos membros do grupo, Aldo Marcozzi Monteiro, Josias Nepomuceno e José Alberto Carneiro Monteiro, acabaram trazidos para Fortaleza, permanecendo um mês recluso em cárceres do 23 BC. OLIVEIRA, Papito de (Org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009, p. 276.

Federal S/A (RFFSA), comerciantes, vereadores e até o vice-prefeito da cidade, igualmente acabaram alvos da repressão da ditadura. Ao todo, foram encarceradas 16 pessoas (por isso, ficaram conhecidos como os "16 presos de Crateús"), as quais foram levadas a Fortaleza para responder a um Inquérito Policial Militar por "subversão". Após meses encarcerados em quartéis da capital (23BC e Centro de Preparação de Oficiais da Reserva – CPOR), sofrendo agressões físicas e/ou psicológicas, os 16 foram mandados de volta para Crateús, após pedido dos advogados. A transferência levou a prefeitura de Cratéus a construir, às pressas, um anexo à cadeia para acolher os "subversivos". Os 16 indiciados seriam libertos pelo Superior Tribunal Militar, em 25 de julho de 1967, após seis meses de prisão. Ficaram com a pecha de "comunistas" e "subversivos", passando por dificuldades financeiras e problemas psicológicos.[33]

Entre outras organizações e entidades, lideradas pelas esquerdas, poder-se citar ainda a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), comandada por comunistas como José Leandro Bezerra, líder rural, que desde o início da década estimulava a organização dos trabalhadores do campo;[34] e o Pacto Sindical, entidade local que reunia vários sindicatos, como os dos ferroviários, bancários, têxteis, estivadores, construção civil, gráficos, pescadores, agricultores,

---

33 O grupo de Crateús era composto por Antônio Cruz Ribeiro (vereador cassado), Antônio Paulino dos Santos (funcionário da Rede Ferroviária Federal - RFFSA), Antônio Shirley Cruz Jucá (terceiro-sargento do Exército e vereador cassado), Francisco Colares de Oliveira (funcionário da RFFSA), Francisco Silva Araújo (funcionário da RFFSA), João Aragão, João Soares dos Santos (funcionário da RFFSA), José Bezerra de Melo (vice-prefeito de Crateús – seria eleito deputado estadual pelo Ceará ainda em 1986), José da Silva Palhano (funcionário da RFFSA), José Soares da Silva (funcionário da RFFSA), Manuel Ferreira dos Anjos (mais conhecido como Tenente dos Anjos, tenente do Exército) e Norberto Ferreira Filho (comerciante). *Vide* OLIVEIRA, Papito (Org.). Op.Cit., p. 249-271. Os "16 de Crateús" são também referidos em ALMEIDA, Nilton Melo. *Os ferroviários na cartografia de Fortaleza*: rebeldes pelos caminhos de Ferro. 2009. 306 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

34 LEANDRO, José. *Depoimento*. Fortaleza: Edição do Autor, 1988. *Vide* também OCHOA, Maria Glória W. *As origens do movimento sindical dos trabalhadores rurais no Ceará: 1954-1964*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stilus Comunicações, 1989. ALBUQUERQUE, Ronald Figueiredo e. *Igreja, sindicatos e a organização dos trabalhadores*. 1991, 205f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.

alfaiates, garçons, rodoviários, músicos, metalúrgicos, portuários e outros, tendo à frente o bancário Moura Beleza. Esse havia sido candidato derrotado nas eleições para prefeito de 1962, num pleito vencido pelo militar Murilo Borges e sobre o qual se levantaram suspeitas de fraudes.[35] Destaque também para o movimento estudantil e suas entidades, como o Centro Liceal de Educação e Cultura (CLEC), do Colégio Estadual Liceu, cujos estudantes estavam entre os mais ativos da época, a União Estadual dos Estudantes (UEE) e o Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC), além das entidades representativas universitárias da UC (Universidade do Ceará, atual Universidade Federal do Ceará - UFC), cujas lideranças ligavam-se ao PCB e à Ação Popular. O PCB apresentava a chamada Juventude Comunista e contava com várias organizações de bases, as antigas "células comunistas", em diversos colégios e faculdades. A AP era um grupo ligado à esquerda católica e sobre o qual falaremos depois. A juventude, engajada nos movimentos políticos dos anos 60, apresentava como um dos principais locais de encontros e articulações o Clube dos Estudantes Universitários (CEU), situado na Avenida da Universidade, onde hoje se encontra o prédio da Faculdade de História da UFC.[36]

---

35 O Pacto de Unidade Sindical (PUS) surgiu em 1957, sendo, como o próprio nome sugere, uma entidade que reunia diversas associações operárias e sindicais na defesa dos trabalhadores. Vários dos integrantes eram vinculados ao PCB. Entre 1961-63, o PUS foi presidido pelo bancário José de Moura Beleza e entre 1963-64, pelo músico José Jatahy. "As bases de seu programa eram (...): a luta a favor do direito de greve, o que significava a defesa da autonomia sindical [ou seja, um sindicalismo desvinculado do Estado]; a fiscalização da atuação governamental nos assuntos referentes aos trabalhadores; a extensão dos direitos trabalhistas aos camponeses; e, de forma mais ampla, a luta contra a carestia de vida, o que pode ser lida como combate à miséria e à fome". In: SANTOS, Bárbara Cacau dos. "*Trabalhadores cearenses, uni-vos*": o Pacto Sindical em Fortaleza (1957-64). Rio de Janeiro: Gramma, 2017, p. 26.

36 O CEU (Clube dos Estudantes Universitários) era tido como um centro de fermentação política do movimento estudantil nos anos 1960. Era um prédio de dois andares, onde funcionava o restaurante universitário e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), servindo de espaço para realização de palestras e congressos, além de festas. Apresentava ainda uma quadra para práticas esportivas na parte de trás. Outro local de reunião para as passeatas estudantis era a faculdade de Direito da UFC, que contava com grupos ligados ao PCB. *Vide* RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*: o movimento estudantil no Ceará (1928-1968). Fortaleza: ABC Editora, 2002.

O golpe de 64 no Ceará

O golpe civil-militar de 64 teve efeitos dramáticos sobre o Ceará. Da mesma forma que no resto do País, os meios políticos cearenses conheciam os boatos sobre as tramas conspiratórias em andamento que visavam derrubar João Goulart da presidência. Ao mesmo tempo, os setores de esquerda e nacionalistas acreditavam no "esquema militar" de Jango, o qual, como se sabe, revelou-se pífio, tal a facilidade do triunfo dos golpistas.

As primeiras notícias sobre o levante militar chegaram em Fortaleza, ainda, na noite de 31 de março, pelo rádio, então o principal meio de comunicação de massa. Pelos depoimentos colhidos junto a nossos entrevistados, eram informações confusas, contraditórias, sem detalhes precisos. O certo era que o tão propalado levante militar estava finalmente acontecendo, o que não significava que houvesse certeza sobre o triunfo dos golpistas, ou que o episódio não provocasse surpresas. Na manhã seguinte, 1º de abril, "dia da mentira", existiram pessoas achando que tudo não passava de brincadeira. Mas não era. As emissoras de rádio cearense noticiavam o apoio do IV Exército, sediado em Recife, e da 10ª Região Militar, de Fortaleza, ao levante iniciado em Minas Gerias.[37] Sem poder contar com o esperado "esquema militar de Jango", as esquerdas locais, então, tentaram articular uma resistência, que se revelou inócua.

Estudantes de várias escolas e faculdades realizaram passeatas e se concentraram no CEU pela manhã, congestionando o trânsito na Avenida da Universidade. Em uma amplificadora, fizeram pregações contra os golpistas e falaram da necessidade de defender a legalidade. A polícia cercou o CEU, à tarde, evacuando o prédio e retirando a amplificadora. Posteriormente, os estudantes reuniram-se, na Praça José de Alencar, no centro da Fortaleza – em meio aos discursos exaltados dos secundaristas e universitários, o ato

37 CONCEIÇÃO, Flávio da. *As práticas políticas do "Movimento dos Sargentos" na Base Aérea de Fortaleza (1962-2002)*. 2015, 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015, p. 85.

foi dissolvido pelo Exército.[38] Nos dias seguintes, com a vitória do golpe, as sedes das entidades estudantis acabaram invadidas pelos militares, havendo destruição e apreensão de "materiais subversivos". Os dirigentes estudantis foram destituídos e substituídos por "estudantes democratas".[39] Trabalhadores do Porto do Mucuripe, da Rede Ferroviária e do Departamento de Correios e Telégrafos, áreas estratégicas, iniciaram greves, logo desmobilizadas pelos militares com repressão, prisão dos principais líderes e intervenção nos sindicatos,[40] o que se deu também em entidades sindicais de outras categorias.[41] O Pacto Sindical foi dissolvido e o líder bancário Moura Beleza, preso. A Rádio Dragão do Mar, pertencente ao deputado federal e aliado de Jango, Moisés Pimentel, foi fechada por estar conclamando os civis a resistirem ao golpe – várias pessoas foram detidas, entre elas o locutor Nazareno Albuquerque.[42] A sede da FALTAC, situada no então distante Jar-

38 Correio do Ceará, 02/04/64. O Povo, 3/04/1964.

39 Correio do Ceará, 06/04/1964. Correio do Ceará, 09/04/1964. O Povo, 07/04/1964; 09/04/1964.

40 Correio do Ceará, 02/04/1964; 03/04/1964. O Povo, 02/04/1964. O Exército prendeu o diretor dos Correios, José de Souza Serra e o chefe da Delegacia Regional do Trabalho, Olavo de Sampaio. O Povo, 03/04/1964. Os dirigentes de várias repartições públicas federais no Ceará, ligados a Jango, foram destituídos nos dias seguintes ao golpe. Na estratégica Rede de Viação Cearense foi reempossado José Walter Cavalcante, que havia sido demitido dias antes por João Goulart. Zé Walter, depois prefeito de Fortaleza entre 1967-71, foi acusado de realizar sistemática perseguição aos operários de esquerda na empresa durante a ditadura. *Vide* ALMEIDA, Nilton Melo. *Os ferroviários na cartografia de Fortaleza*: rebeldes pelos caminhos de Ferro. 2009. 306 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

41 Nota da 10ª Região Militar informa que foram presos, no dia 8 de abril, "Abner Porfírio Sampaio, líder agitador; José Rodrigues de Araújo, presidente de sindicato em Uburutama; Raimundo Mariano, agitador; Francisco Braz de Araújo". O Povo, 11 e 12/04/1964. O mesmo periódico informa da intervenção no Sindicato dos Bancários, com a substituição de José de Moura Beleza, por "exercer atividades subversivas", por Francisco Assis Bezerra, indicado pela 10ª RM. Por "subversão" igualmente foi preso e afastado o presidente do Sindicato dos Motoristas, Francisco Farias de Melo, substituído por Manoel Lopes de Souza.

42 O Povo, 1º/04/1964. SARAIVA, J. Ciro. *No tempo dos coronéis*. Fortaleza: ABC Editora, 2011, p. 70. Moisés Santiago Pimentel era um empresário nacionalista, proprietário da empresa Siqueira Gurgel, famosa fabricante de sabão e óleo comestível de babaçu, algodão, etc. Foi eleito deputado em 1962, pelo Partido Social Trabalhista (PST), sendo cassado e preso, por dois meses, com o golpe de 64. O movimento de 64 fez-lhe perder a concessão de um canal de televisão (o ainda existente Canal 10, de Fortaleza), que passou para o grupo de Edson Queiroz, empresário que apoiava a ditadura. Moisés Pimentel teve ainda os direitos políticos suspensos pelo regime ditatorial. Em 1982, foi eleito novamente deputado federal, pelo PMDB. In: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moises-santiago-pimentel Acesso em: 25/08/2019. *Vide* também GIRÃO, Blanchard. *Só as armas calaram a Dragão*. Fortaleza: ABC Editora, 2005.

dim Iracema (área agrícola, hoje um bairro de Fortaleza) foi saqueada pelo Exército.[43] A sede do PCB, o Escritório 25 de Março, teve suas dependências arrombadas e praticamente destruídas – os jornais O Povo e Correio do Ceará trouxeram fotos da farta "documentação subversiva" apreendida ali.[44] A livraria e tipografia Colegial, acusada de vender livros "comunistas", foi fechada e seus funcionários levados para a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).[45] Homens da Polícia Militar passaram a patrulhar as principais ruas e praças da capital visando "manter a ordem" nos dias seguintes ao golpe.[46] O Povo informou, a 3 de abril, com a vitória dos golpistas garantida, que a DOPS prendera "vários elementos comunistas".[47]

Mesmo sendo militar e integrante de tradicional oligarquia cearense, o governador cearense, coronel Virgílio Távora, viveu agruras nos dias seguintes ao golpe e quase foi derrubado. Távora mantinha cordiais relações com João Goulart – verbas e apoio técnico federais foram importantes para o projeto industrializante que o coronel implementou no Ceará no começo dos anos 60.[48] Além disso, Távora utilizara auxiliares tidos como "esquerdistas" na estrutura administrativa do Estado. Do ponto de vista do governador, importava se os quadros eram competentes, independentemente de questões ideológicas – esses auxiliares encontravam-se, sobretudo, na pasta da Educação.[49]

---

43 *Vide* OCHOA, Maria Glória. *As Origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará (1954-64)*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989.

44 O Povo, 04 e 05/04/1964. Correio do Ceará, 4/04/1964.

45 O Povo, 04 e 05/04/1964.

46 Correio do Ceará, 02/04/64.

47 O Povo, 03/04/1964.

48 *Vide* ALENCAR JUNIOR, José Sydrião de. *Virgílio Távora*: o coronel modernizador do Ceará. 2006, 325f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. CORTEZ, Lucili Grangeiro. *As repercussões do golpe civil-militar no Ceará*. In:https://www.fundaj.gov.br/index.php/pesquisas-em-andamento-nees/192-observanordeste/observanordeste/2073-gg-as-repercussoes-do-golpe-civil-militar-no-ceara Acesso em: 24/10/2019.

49 *Vide* MELO, Francisco Egberto. *A Cultura cívica na educação cearense (1963-73).* 2006, 209f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

Por tais motivos, o coronel era visto com certa desconfiança por setores radicais das direitas, os quais pressionaram por sua destituição quando do golpe de 64. A maior pressão veio dos oficiais do 10º Grupo de Obuses (10GO, depois Grupo de Artilharia da Companhia – GAC), a mais bem equipada unidade de artilharia do Exército no Ceará. O comandante da unidade era o major Egmont Bastos Gonçalves, "filho do ex-deputado estadual Joaquim Bastos, político filiado à Liga Eleitoral Católica, nos anos 30 e inimigo dos Távora".[50] Major Egmont teria coagido Virgílio, nos dias seguintes ao golpe, a publicar nota exaltando a "revolução" e ameaçando com repressão policial qualquer manifestação de apoio ao governo deposto.[51]

As relações entre o 10GO e Virgílio Távora haviam se deteriorado já em fins de 1963. As mobilizações populares realizadas por estudantes e trabalhadores, em favor das reformas de base, sem repressão do governo de Virgílio, irritaram os integrantes daquela guarnição. O 10GO, comandado pelo coronel Hélio Lemos, era tido como uma caixa de ressonância dos militares que articulavam a queda de Goulart em conluio com civis. A 16 de dezembro, dia do reservista, um manifesto distribuído no quartel conclamava as tropas a "defenderem a Pátria contra o comunismo", fazendo críticas a João Goulart e elogios ao opositor Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara. Trechos do manifesto foram publicados no jornal Correio do Ceará. O então comandante da 10ª Região Militar, general Almério de Castro Neves, comunicou o incidente, uma quebra de hierarquia, ao Comando Geral do Exército do Nordeste, em Recife. Em decorrência, Hélio Lemos foi punido com prisão disciplinar de 20 dias no 23BC. A medida desagradou aos grupos civis e militares anticomunistas locais, visto que Hélio Lemos apresentava prestígio entre os conservadores da cidade, não raro participando de debates e palestras. O fato irritou, também, a li-

---

50 ALENCAR JUNIOR, José Sydrião de. Op. Cit., p. 125-126.

51 A nota foi reproduzida em vários jornais da capital cearense, no dia 3 de abril. O Povo, 3/04/1964. O conteúdo da mesma teria sido várias vezes recusado por Egmont Basto, evidenciando a força que apresentava e a fragilidade de Virgílio. Detalhes sobre a polêmica da nota, inclusive com depoimento do próprio Egmont Bastos estão em O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64.

nha dura militar, que se indispôs definitivamente com João Goulart e seus aliados, como Virgílio. Hélio Lemos, depois de liberto, foi transferido para São Paulo e o comando do 10GO passou para Egmont Bastos Gonçalves. Esse foi depois diretor do DOPS-SP e Secretário de Segurança Pública de Pernambuco no governo de Moura Cavalcanti (1975-79). Grupos de vítimas da ditadura denunciaram seu suposto envolvimento em casos de tortura.[52]

Conforme biografia de Virgílio Távora, escrita por Marcelo Linhares, os militares "linha dura" do 10GO mantinham estreitos contatos com um grupo autointitulado "Comando Civil Revolucionário", cuja liderança era disputada pelo coronel reformado José Tito Canto e pelo civil Michel Gradvohl, figuras bastante ativas no que chamavam de "contrarrevolução". Não gostavam da atuação de Virgílio, por julgá-lo "esquerdizante".[53] Gradvohl era um comerciante que, posteriormente, ao ser nomeado presidente da Caixa Econômica, acabou demitido sob a acusação de corrupção. Outro comerciante que igualmente pressionou para a queda de Virgílio foi Charles Deleve, francês dono de um restaurante na Praia de Iracema.[54]

Virgílio, porém, "escapou". Contava com apoio de parte dos militares locais, especialmente os do 23BC, comandado pelo então coronel Tácito Téophilo Gaspar de Oliveira, seu amigo pessoal. Também gozava de boas relações com o comandante da 10ª Região Militar (10RM), general Justino Alves Bastos, e com o marechal golpista cearense Castello Branco, que assumiu a presidência da República a 15 de abril de 1964. O senador cearense, Paulo Sarasate, e o tio de Virgílio, o velho marechal Juarez

---

52 *Vide* https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/2014%20%20Vera%20Capucho% 20-%20Produto%202.pdf Acesso em: 02/09/2019. https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/geral/lista-dos-377-agentes-do-estado-apontados-como-responsaveis-por-crimes-durante-a-ditadura-militar/ Acesso a 02/09/2019. O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64. SARAIVA, J. Ciro. Op. Cit., p. 57. CONCEIÇÃO, Flávio da. Op. Cit., p. 67.

53 LINHARES, Marcelo. *Virgílio Távora*: sua época. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1996, p. 244. O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64.

54 MOTA, Aroldo. *História política do Ceará (1945-85)*. Fortaleza: Stylus, 1985, p. 127.

Távora, também ajudaram na defesa do governador, pelo prestígio que apresentavam junto aos articuladores do golpe. Tão delicada a situação que Virgílio viajou às pressas para o Rio de Janeiro, para realizar contatos e articulações políticas, diretamente, nos centros do poder nacional e, assim, preservar o mandato.[55]

Salvo, o governador cearense teve que dar mostras de "fidelidade" aos ideais da "redentora revolução". De imediato, além da repressão aos que buscaram resistir ao golpe, demitiu os técnicos tidos como "comunistas" da Secretaria de Educação[56], ainda que tenha buscado protegê-los, facultando-lhes meios até para sair do estado.[57] Maior mostra, porém, de endosso ao golpe foi a cassação dos mandatos de vários deputados estaduais "subversivos" – não por acaso, a Assembleia Legislativa do Ceará foi a "pioneira" nas cassações no Brasil.

Em uma tensa sessão extra, que varou a noite do dia 9 para 10 de abril de 1964, os deputados cearenses cassaram os mandatos de seis colegas, suspendendo-lhes também por 10 anos os direitos políticos. O pretexto usado foi o de "falta de decoro parlamentar" – na verdade, os deputados eram de esquerda e/ou apoiadores do governo João Goulart. Perderam os mandatos: José Pontes Neto (PSP), Raimundo Ivan Barroso (PTB), Anníbal Bonavides (o já citado secretário estadual do PCB-CE), Blanchard Girão, Amadeus Arrais e Fiúza Gomes (PST).[58] As cassações foram promovidas com unanimidade do plenário, o que mostra mais uma vez o apoio de civis ao golpe – inclusive, integrantes das casas legislativas – e as articulações de bastidores para aliviar a pressão e "limpar" a

55 *Vide* SARAIVA, J. Ciro. *No tempo dos coronéis*. Fortaleza: ABC Editora, 2011.

56 Correio do Ceará, 06/04/1964.

57 O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64. Os nomes mais visados pelos militares na equipe da Secretaria de Educação de Távora eram os dos professores Edgar Linhares, Luiza Teodora e Lauro Oliveira. A professora Luiza Teodora conta que Virgílio articulou nos bastidores para que embarcasse rumo ao Rio de Janeiro "enquanto as coisas se acalmavam". Diz ainda que Virgílio Távora agiu da mesma forma com outras pessoas acusadas de "subversão".

58 Correio do Ceará, 10/04/1964.

imagem de Távora. Há versão corrente de que o próprio governador, já no Rio de Janeiro, teria mantido articulações e contatos com o presidente da Assembleia Legislativa, Mauro Benevides, para realizar as cassações.[59]

Seguindo ordens do Secretário de Polícia, general Clóvis Alexandrino Nogueira, o prédio da Assembleia Legislativa (onde hoje funciona o Museu do Ceará, no centro de Fortaleza) foi cercado pela polícia, havendo ameaças de invasão ao recinto. Foi enorme a tensão. A determinação de Clóvis Alexandrino, tido como um "homem difícil"[60] e que realizava o contato com os golpistas, era prender todos os cassados. Para evitar que caíssem nas mãos da polícia, Blanchard Girão, Ivan Barroso, Amadeus Arrais e Fiúza Gomes foram levados para o quartel da 10ª Região Militar, antes mesmo de a sessão ser encerrada, acompanhados por alguns parlamentares militares (Pontes Neto e Anníbal Bonavides não compareceram à Assembleia, sendo presos posteriormente). Na madrugada, ainda, os cassados foram transferidos e encarcerados no 23BC, onde ficaram meses. Uma tragédia pessoal marcou depois a trajetória do agora ex-deputado Blanchard Girão: seu pai, um juiz de direito, sem conformar-se com o sucedido ao filho, sem poder libertá-lo, em profunda tristeza, cometeu suicídio.[61]

Na Câmara Municipal de Fortaleza, a 9 de abril e, assim, antecipando--se à Assembleia Legislativa, foram igualmente cassados por "falta de decoro" os vereadores Luciano Barreira, Tarcísio Leitão (ambos ligados ao PCB) e Manuel Aguiar de Arruda (de orientação social-cristã).[62] Os dois últimos, dias depois, foram presos sob a acusação de "subversão". Luciano Barreira conseguiu fugir, mas acabou detido por agentes da DOPS, em dezembro de 64, permanecendo preso no 23BC por 12 dias.[63] Tarcísio Leitão e o líder

59 O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64.

60 SARAIVA, J. Ciro. Op. Cit., p. 47.

61 Em 2001, os seis deputados cearenses cassados tiveram o decoro parlamentar restituído em sessão solene e simbólica da Assembleia Legislativa. O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64.

62 O Povo, 10/04/1964.

63 Processo de Requerimento de Indenização de Luciano Barreira. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou. O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64.

bancário José Moura Beleza, sem o conhecimento inicial de suas famílias, foram levados para a ilha de Fernando de Noronha,[64] então administrada pelas Forças Armadas e que foi usada para receber presos políticos – entre eles, o governador deposto de Pernambuco, Miguel Arraes. Voltaram ao Ceará, apenas, em dezembro de 1964. Tarcísio foi preso várias vezes ainda nos anos seguintes e Moura Beleza, na "lista negra" do patronato e sempre vigiado pelos órgãos de repressão, viu-se obrigado a retirar-se para São Paulo.[65]

Como base ainda no Ato Institucional (depois chamado de AI-1, pois seriam baixados outros desses atos arbitrários), tiveram cassados os mandatos e os direitos políticos os deputados federais Adhail Barreto (que disputara contra Virgílio as eleições de 1962), Moisés Pimentel, José Palhano Sabóia e Expedito Machado (que era ministro da Viação e Obras de Jango, pai do depois senador e ministro Sérgio Machado). Vários dos suplentes dos deputados foram impedidos de tomar posse.[66]

A segunda leva de cassações de mandatos de deputados estaduais, no Ceará, só foi concluída em 17 de outubro de 1964, alcançando Cândido Ribeiro Neto, do PSD, Aurimar Pontes, do PTB, e Amadeu Ferreira Gomes, do PTN, todos indiciados no Inquérito Policial Militar (IPM) do contrabando de café, e Francisco Vasconcelos Arruda, do PR, por desvio de Kombi (veículo). Um dos argumentos usados para o golpe foi o do combate à corrupção, de modo que os militares instauraram vários inquéritos para apurar irregularidades. Havia denúncias feitas até nacionalmente, por Carlos Lacerda, sobre "contrabandistas fazendo política no Ceará". Em maio de 1964, a 10ª RM instaurou IPM para averiguar o contrabando de café, cujo resultado levou os militares a pressionarem a Assembleia Legislativa do Ceará a cassar os referidos parlamentares. Após forte pressão da ditadura, o legislativo cearense acabou por ser submetido novamente. Na última leva, seria cassado também Peixoto de Alencar, do PST, por "subversão", sendo impedida a posse de sete

64 O Povo, 15/05/64.

65 O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64.

66 O Povo, 1º/04/2004, caderno especial sobre os 40 anos do golpe de 64.

suplentes. Em 1969, após o AI-5, foram cassados, entre outros, os deputados estaduais Dorian Sampaio e Raimundo Ximenes, em virtude de terem visitado o já exilado ex-presidente João Goulart, no Uruguai.[67]

Houve apoio de diversos setores da sociedade cearense ao golpe de 64. Ainda no dia 2 de abril, quando existiam dúvidas sobre o êxito pleno da conspiração, uma comissão de empresários (chamados então de "classes produtoras") compareceu à residência do governador Virgílio Távora e ao Quartel da 10ª RM, para prestar "solidariedade ao movimento contra o comunismo" e discutir a necessidade de "reprimir os baderneiros, à altura".[68] Possivelmente, a visita ao chefe do executivo cearense tratava-se de pressão para garantir a adesão de Virgílio à nova ordem e obter meios para perseguir os adversários políticos e ideológicos do patronato. As lideranças das "classes produtoras" pressionaram igualmente o parlamento local, pois enviaram à Assembleia Legislativa memorando pedindo a cassação dos deputados "subversivos". No texto, reproduzido no Correio do Ceará, a 8 de abril, e assinado por Franklin Monteiro Gondim, da Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará (FACIC), José Afonso Sancho (União das Classes Produtoras), Clóvis Arrais Maia (Federação do Comércio), Orlando Silva (Federação do Comércio Atacadista), Odorico Patrício

---

67 SARAIVA, J. Ciro. Op. Cit., p. 43. Foram cassados pelo AI-5 também os deputados estaduais Luciano Magalhães (líder do MDB na Assembleia, acusado de "subversão"), Mosslair Cordeiro Leite (MDB, acusado de "subversão"), Ernani Viana (Arena, acusado de contrabando), Haroldo Martins (Arena, acusado de corrupção), Murilo Aguiar (Arena, acusado de corrupção), José Firmo Aguiar (Arena, acusação de nepotismo) e Brasilino de Freitas (Arena, acusado de vários crimes comuns). *Vide* O Povo, 14/03/1969. Correio do Ceará, 14/03/1969.

68 Correio do Ceará, 2/04/1964. O Povo, 2/04/1964. À frente da comissão que compareceu à residência oficial estava Torres de Melo, empresário, militar e representante do diretório municipal da UDN, partido que apoiara o golpe. Ao quartel da 10ªRM, comandado por Aluisio Brígido Borba, foi José Afonso Sancho, agropecuarista e banqueiro, de atuação em diversos sindicatos patronais. Tornar-se-ia depois proprietário do jornal Tribuna do Ceará, ao lado de Edson Queiroz. In: COSTA, Jucélio Regis da. *Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais*: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964). 2015, 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2015, p. 78. Conforme o historiador Flávio da Conceição, desde 1963, pelo menos, havia proximidade entre representantes da União das Classes Produtoras, presidida por Afonso Sancho, e militares. A entidade chegou a apoiar a ameaça feita pelas unidades militares de Fortaleza em boicotar as empresas que mantivessem relações comerciais com a esquerdista Rádio Dragão do Mar. CONCEIÇÃO, Flávio da. Op. Cit., p. 44-45.

(Centro dos Retalhistas), Giovanni Gomes (Sindicato dos Lojistas) e Luiz Crescêncio Pereira (Associação dos Proprietários de Imóveis), lê-se:

> O que as Classes Produtoras esperam é que essa (sic) Assembleia, compreendendo a verdadeira significação do movimento revolucionário, empreste seu apoio urgente e vigoroso às Forças Armadas, tomando as medidas legais necessárias ao afastamento do convívio democrático aqueles brasileiros indignos que não se pejavam de trair a pátria a serviço do imperialismo bolchevista. Chegou a hora de extinguir-se o embuste promovendo a cassação dos mandatos dos deputados comunistas a fim de que o saneamento seja integral (...).[69]

As "classes produtoras", igualmente, pressionaram pela cassação dos "vereadores vermelhos", com nota de teor parecida enviada à Câmara Municipal de Fortaleza.[70] Vitoriosa a "revolução", logo no dia 3 de abril, o Clube dos Lojistas, presidido por Clovis Rolim, patrocinou almoço em homenagem às Forças Armadas no Hotel Savanah. Segundo O Povo:

> O ágape, que decorreu em clima de absoluta cordialidade, contou com a presença do dr. Décio Teles Cartaxo, representante do governo do Estado, prefeito Murilo Borges, todos os comandantes de unidades militares sediadas em Fortaleza, figuras de real prestígio dos meios sócio-econômicos e da imprensa. Ressaltando a ação patriótica das Forças Armadas, falou inicialmente o sr. Romeu Aldigheri, que disse da gratidão do povo cearense àqueles que puseram fim à baderna oficializada que ameaçava a sobrevivência do regime democrático.[71]

69 Correio do Ceará, 08/04/1964.

70 O Povo, 10/04/1964.

71 O Povo, 04 e 05⁄4⁄1964.

Nos dias seguintes ao golpe, os jornais publicaram editoriais e artigos exaltando a ação das Forças Armadas contra a "balbúrdia do comunismo ateu que ameaçava o País". Passava-se a ideia de que a falta de maior resistência ao movimento golpista evidenciava como a sociedade "desejara" a intervenção dos militares para acabar com a "baderna reinante". Em editorial de capa de O Povo, lê-se:

> (...) Que se queria com a clarinada revolucionária que partiu de Minas Gerais e ecoou Brasil afora? Levantaram-se os militares, com a solidariedade de prestigiosos líderes civis, para acabar com os desatinos de uma caudilho incorrigível, que ia nos levando, em sucessão de aventuras perigosas, aos braço de uma minoria totalitária que pretendia empolgar o poder. Não houve choque armado, não ocorreu derramamento de sangue, graças a Deus. Mas o País quase era cenário de uma luta fratricida e por pouco a Nação não estar (sic) a deplorar o sacrifício de vidas preciosas e a destruição de valorosos bens materiais (...).[72]

O Povo trouxe, na primeira página da edição de 4 de abril, convite para Missa de Ação de Graças na Catedral de Fortaleza a ser realizada no dia seguinte, domingo. O convite, também reproduzido em outros periódicos da capital,[73] era feito pelo intitulado Movimento Cívico da Mulher Cearense[74] e o ato religioso intentou homenagear as Forças Armadas pela

72 O Povo, 07/04/1964.

73 O convite veio publicado em diferentes jornais cearenses como Correio do Ceará, O Nordeste, O Povo e Gazeta de Notícias, tendo como formato uma caixa de texto, que trazia pequenos dizeres convidando a população cearense para participar do referido ato religioso. O mesmo foi divulgado durante vários dias e até em mais de uma página no mesmo jornal e edição, em diferentes espaços das publicações. In: COSTA, Jucélio Regis da. Op. Cit., p. 100.

74 O Povo, em edição do dia 10 de abril, trouxe matéria sobre Movimento Cívico da Mulher Cearense, que fazia apelo aos novos governantes por uma administração "honesta, criteriosa e realizadora". A matéria informa que a entidade havia sido criada há pouco, visando à defesa da Pátria, da família, da liberdade e do sistema democrático. Se dizendo "apolítico e aconfessional", o grupo, segundo a matéria, manifestava profunda gratidão às Forças Armadas e pedia certa compreensão com os novos governantes pelas dificuldades do momento de transição. Pede que os governantes, sindicatos, estudantes e "verdadeiros" democratas afastem de suas fileiras todos aqueles que "serviam o poder a saldo

"patriótica atuação em prol da preservação das instituições e liberdades democráticas".[75]

O historiador Jucélio Régis da Costa[76] diz que a atuação do Movimento Cívico da Mulher Cearense foi efêmera, com ações restritas ao mês de abril – seria responsável também pela convocação da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Fortaleza, conforme veremos adiante. O jornal Correio do Ceará, de 17 de abril de 1964, afirmou que a presidenta do Movimento era a primeira dama do estado, Luiza Távora, conhecida por seu ativismo político ao lado do marido. Assim, é possível conjecturar que o Movimento Cívico da Mulher Cearense estivesse inserido nas articulações da primeira dama, dentro da estratégia de mostrar o apoio do governo cearense aos golpistas e afastar as dúvidas acerca da fidelidade de Virgílio Távora à "revolução". Os vínculos oficiais, afora o conservadorismo defendido, ajudam a entender o espaço que o Movimento teve junto às entidades de classe e jornais da capital cearense no período. Independentemente desses eventuais laços com o governo, o fato de a mobilização ter sido convocada por uma entidade feminina conservadora por si, apenas, mostra a intenção de legitimar o regime recém-instalado, endossar o forte imaginário anticomunista da sociedade e ratificar o discurso dos golpis-

---

do comunismo e do negocismo". Não obstante o apoio ao golpe, o Movimento solicita que as "classes produtoras" se abstenham de aumentar os preços de seus produtos "para evitar conflitos". A matéria termina com o Movimento conclamando a união de todas as mulheres cearenses em prol de um País melhor. Embora se refira ao Movimento Cívico da Mulher, o jornal não traz o nome de nenhuma de suas integrantes. O Povo, 10/04/1964.

75 O Povo, 04 e 05/04/1964. *Vide* Correio do Ceará, 17/04/1964. COSTA, Jucélio Regis da. Op. Cit., p. 99. *Vide* igualmente MORAIS, Ana Flávia Goes. *As representações sobre Luiza Távora na política cearense – 1962-1966*. 2011, 116f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. Sobre os grupos femininos que apoiaram a ditadura, *vide* CORDEIRO, Janaina. *Direitas em movimento*: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

76 COSTA, Jucélio Regis da. *Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais*: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964). 2015, 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2015.

tas, de que a "revolução" ocorrera em defesa da família, bons costumes e valores cristãos.[77]

O ato litúrgico foi celebrado pelo próprio Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, Dom José de Medeiros Delgado, numa evidência do apoio de setores da Igreja católica cearense aos golpistas, como ocorrera, aliás, no resto do País. Esse apoio, ressalte-se, não pôde ser generalizado – com o golpe de 64, por exemplo, o Padre Arquimedes Bruno, apoiador das reformas de base, foi preso.[78] No sermão, Dom José Delgado elogiou "o trabalho patriótico das Forças Armadas em defesa da Constituição, banindo para sempre os comunistas do Brasil".[79]

As manifestações de apoio ao golpe atingiram o apogeu numa quinta-feira à tarde, dia 16 de abril de 1964, quando se realizou, em Fortaleza, a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*.[80] As marchas ocorreram em várias cidades do País, antes e após o golpe ("Marchas da Vitória"). Normalmente os apoiadores da ditadura usam-nas como evidência legitimadora do golpe, de que foi "a sociedade que pediu a intervenção das Forças Armadas". Não dizem, porém, que tais marchas não representavam o todo da sociedade, visto que, conforme pesquisa do Ibope, de março de 1964, portanto, às vésperas do golpe, Goulart apresentava boa aprovação junto à opinião pública das grandes cidades, com 45% de "ótimo" e "bom", e 49% das intenções de voto caso fosse candidato à presidente nas eleições pre-

---

77 PRESOT, Aline. Celebrando a "revolução": as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*: Brasil e América latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

78 O Povo, 18/05/64. Arquimedes Bruno apresentava engajamento nas mobilizações populares. Após deixar a prisão, exilou-se na França, onde se tornou professor da Universidade de Sorbonne. Renunciou ao sacerdócio e se casou com uma francesa. Faleceu em 2002, aos 91 anos de idade. O Povo, 15/10/2011.

79 Correio do Ceará, 06/04/1964.

80 Outras marchas ocorreram em cidades do interior do Ceará, Limoeiro do Norte (1º de maio de 1964, mil pessoas), Pentecoste (1º de maio de 1964), Juazeiro do Norte (mês de abril de 1964, 30 mil pessoas), Aurora (1º de maio de 1964), Pacoti, Ipaumirim (30 de abril de 1964), Morada Nova (1º de maio de 1964), Iguatu, Jaguaruana e Acopiara (16 de abril de 1964). In: COSTA, Jucélio Regis da. Op. Cit., p. 141.

vistas para 1965.[81] Além disso, as marchas não foram "espontâneas", mas promovidas, estimuladas e apoiadas por diversos setores conservadores do empresariado, Igreja, imprensa, classe média, etc.[82] O espaço aberto pela imprensa divulgando a realização da Marcha, em Fortaleza, e as mobilizações do Movimento Cívico da Mulher Cearense denotam as articulações realizadas pelas direitas. O próprio jornal Correio do Ceará, ao convidar os fortalezenses para a marcha, em uma de suas edições, reconheceu que o evento era promovido por entidades sindicais, estudantis e femininas.[83]

Em Fortaleza, o ponto de encontro para a Marcha foi a Praça Coração de Jesus, centro da cidade. O evento contou, conforme o jornal O Povo, com a presença de várias autoridades, como o vice-governador, Figueiredo Correa, secretários de Estado e a primeira-dama, Luiza Távora. Atendendo à conclamação do Movimento Cívico da Mulher[84] e dos presidentes do Clube dos Diretores Lojistas e Federação do Comércio do Ceará, Clovis Rolim e Clóvis Arrais Maia, respectivamente,[85] os estabelecimentos comerciais cerraram as portas. Os funcionários do comércio, assim, foram liberados para participarem da manifestação, isso em plena quinta-feira

81 NAPOLITANO, Marcos. *1964*: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018, p. 47. As duas pesquisas foram realizadas entre 9 e 26 de março de 1964, encomendadas pela Federação do Comércio de São Paulo. A pesquisa sobre a intenção de voto ocorreu em oito capitais: Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre (em Fortaleza, 57% dos entrevistados disseram que votariam em Jango). A pesquisa sobre a popularidade do presidente foi feita em São Paulo, Araraquara e Avaí. As pesquisas não foram divulgadas à época e vieram à público apenas em 2013, descobertas no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp. Está disponível em "Jango tinha apoio popular ao ser deposto em 64, diz Ibope".
In: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u46767.shtml Acesso em: 05/09/2019. *Vide* também MELO, Demian Bezerra de. *O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In:* _____ (Org.). *A miséria da historiografia:* uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro. Consequência, 2014, p. 169.

82 NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 47.

83 Correio do Ceará, 13/04/1964. O jornal O Povo trouxe matérias informando o apoio prestado à 10ª Região Militar por várias entidades de classe e sócio-desportivas civis, pela "atitude decisiva das Forças Armadas na defesa da democracia e dos postulados cristãos". Entre tais entidades, são citadas o Movimento Guardião da Pátria (composto por estudantes católicos e, segundo o jornal, fundado a 7 de setembro de 1963) e a Patrulha Aérea Civil (PAC-CE). O Povo, 11 e 12/04/1964, p. 5.

84 O Povo, 17/04/1964.

85 Correio do Ceará, 15/04/1964.

à tarde, não custa lembrar, o que mais uma vez faz questionar o discurso dos golpistas sobre apoio espontâneo da sociedade às Marchas. Buscando enfatizar o enredo sobre a simpatia que o golpe tivera em diversos setores da sociedade cearense, a matéria de O Povo[86] destacava a presença de representantes de sindicatos, entidades estudantis e colégios públicos e particulares – tais representantes, supõe-se, seriam apoiadores do golpe, visto que, no mês de abril, o mesmo periódico noticiou, em suas páginas, as prisões de sindicalistas e as intervenções da ditadura nas entidades estudantis "subversivas"...

Após a execução do hino nacional, a Marcha seguiu para a Igreja da Sé, onde houve um *Te Deum*, e dali para o Quartel da 10ª RM, local em que se promoveu uma homenagem às Forças Armadas "pela firme atuação em defesa dos postulados da democracia contra a comunização do País". O ato encerrou-se às 18h, com o disparo de uma salva de 21 tiros pelos canhões do 10GO – quartel, não por acaso, um dos principais núcleos de sustentação ao golpe no estado – e entonação, mais uma vez, do hino nacional e gritos de vivas ao Brasil e à liberdade.[87]

O jornal Correio do Ceará saudou a marcha como "a maior concentração popular já registrada, em Fortaleza, em todos os tempos", estimando em pelo menos 70 mil pessoas os participantes.[88] Esse número significava em torno de 14% da população da cidade, tendo-se em conta que Fortaleza apresentava, à época, mais de 507 mil habitantes, com base no censo do IBGE de 1960.[89] Ainda que a quantidade de 70 mil pessoas possa ser considerada um exagero ou inexata, pelas fotos publicadas nos jornais do dia 17 de abril, percebeu-se uma expressiva presença de público à Marcha. Sabemos, sim, que havia por parte da imprensa um esforço para

---

86 O Povo, 17/04/1964.

87 Correio do Ceará, 17/04/1964.

88 Correio do Ceará, 17/04/1964.

89 SILVA, José Borzachiello da. *Quando os incomodados não se retiram*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992, p. 36.

legitimar a ditadura recém-instaurada e que fotografias não são neutras, pois podem ser manipuladas na “captura” de ângulos mais favoráveis aos interesses em jogo.[90] De qualquer forma, acreditamos que não se pode minimizar o apoio que o golpe apresentou na sociedade cearense, inclusive, por que repercutiu muito bem o fato de o primeiro presidente-ditador ser um “ilustre filho da terra”, o marechal Castello Branco, o segundo cearense a ocupar o cargo.[91]

Enquanto os setores conservadores exaltavam a “revolução”, comunistas, nacionalistas e correligionários e simpatizantes do deposto João Goulart encontravam-se em apuros. Nos primeiros dias da ditadura, o governo instaurou a denominada Comissão Geral de Investigação para atuar nas repartições públicas e apurar “subversões”. Vários funcionários públicos perderam seus empregos nas esferas federal, estadual e municipal,[92] gerando vários problemas pessoais e familiares, afora os traumas psicológicos e dificuldades econômicas. Na Universidade Federal, a Comissão de Inquérito, presidida pelos professores Fávila Ribeiro, Aílton Gondim Lóssio e Alfredo Montenegro, indiciou mais de 100 pessoas por “atividades subversivas”, sendo a maioria das Faculdades de Direito, Medicina e Institutos Básicos.[93] Inúmeros trabalhadores da Rede Viação Cearense (RCV), depois Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) acabaram demitidos ou aposentados, compulsoriamente, e os que não perderam o emprego passaram a ser rigidamente controlados pela direção da empresa, que tinha à frente José Walter Cavalcante (homem de confiança da ditadura, tanto que foi prefeito de Fortaleza entre 1967 e 1971). Para se ter uma ideia, os operários “sus-

---

90 LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

91 *Vide* COSTA, Jucélio Regis da. Op. Cit. Com a deposição de Vargas pelos militares, em 1945, a presidência do Brasil passou interinamente para o presidente do Supremo Tribunal Federal, o cearense José Linhares.

92 A coluna “Panorama Político”, de Oscar Pacheco Passo, fala em “expurgo do funcionalismo”. O Povo, 12/05/64.

93 O Povo, 26/06/64.

peitos de praticarem 'atos subversivos' foram obrigados a vestir farda de cor laranja para diferenciar dos demais".[94] Outras pessoas, mais visadas pela repressão, puseram-se em fuga. Para as esquerdas, era a constatação de como se iludiram quanto ao tão propalado "esquema de defesa da legalidade" falado por Jango e pelo líder máximo pecebista Luís Carlos Prestes.

Não se sabe exatamente quantos cearenses foram detidos com o golpe. O IPM instaurado pelo Exército e sob a responsabilidade do tenente-coronel Hugo Hortêncio de Aguiar, para apurar a "subversão", contabilizou 229 detidos, trancafiados, sobretudo, nos quartéis do 23º Batalhão de Caçadores (23 BC), da 10ª Região Militar (10RM) e da Polícia Militar (atual quartel do 5º Batalhão da Polícia Militar), afora o Hospital Militar e a sede da Delegacia de Ordem Social e Política (DOPS).[95] A relação, contudo, não está completa, conforme vários dos entrevistados, pois faltam alguns nomes. Além disso, não se sabe quantos foram presos em outros quartéis e cadeias do interior.

Parte da documentação "subversiva" anexada ao IPM foi obtida em virtude de descuido do líder do PCB-CE Anníbal Bonavides. Ao que parece, Bonavides reproduzia o teor "arquivista" do secretário nacional do Partido, Luís Carlos Prestes. Ficou famoso o episódio das cadernetas apreendidas pela polícia, em abril de 1964, na residência de Prestes em São Paulo, levando à "queda" de vários comunistas, o que arranhou a imagem do "Cavaleiro da Esperança". No caso de Anníbal Bonavides, conforme as entrevistas feitas,[96] seu propósito seria escrever um livro sobre a história do Partido Comunista, no estado. De fato, há entre os documentos

94 ALMEIDA, Nilton Melo. Op. Cit., p. 212.

95 Inquérito Policial Militar sobre a subversão no Ceará em 1964. Acervo da Associação 64-68 Anistia. O Povo, 06/05/64. O Povo, 25/05/64. OLIVEIRA, Papito de. Op. Cit. A DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) situava-se no mesmo prédio da antiga Secretaria de Segurança Pública, onde hoje funciona a Polícia Civil, na Praça dos Voluntários, centro da capital cearense. Havia outras delegacias, como as de Furtos e Roubos, Costumes e Diversão e Homicídios, funcionando no mesmo prédio.

96 Luciano Barreira, jornalista, militante do PCB, ex-vereador de Fortaleza, cassado com o golpe de 1964, entrevistado a 11/03/2003; Francisco Moreira Ribeiro, professor universitário aposentado e destacado estudioso dos comunistas cearenses, entrevistado em: 23/05/06.

vários manuscritos do líder local do PCB. Ao saber do golpe, Bonavides reuniu toda a documentação em sua posse em um surrão (espécie de saco grande, feito de palha, muito comum nos sertões cearenses) e pediu a uma vizinha para guardá-lo. Foi um equívoco, cometido talvez pela angústia e pressa do momento, em virtude do inesperado triunfo do golpe. Logo os militares, ante investigações e denúncias anônimas, apossaram-se do que ficou conhecido entre os comunistas como o "surrão do Anníbal". Numa grande ironia, essa documentação anexada ao IPM transformou-se numa preciosidade para os historiadores que estudam os comunistas cearenses no período anterior à ditadura.

O episódio do "surrão" trouxe grande desgaste à imagem e à liderança de Anníbal Bonavides. Alguns ativistas comunistas chegaram a acusar Bonavides de ter "traído" o Partido e se "vendido" aos militares, o que não tem nenhuma fundamentação. Ante o descontentamento de muitos militantes com a cúpula do PCB, a falta de maior resistência ao golpe por parte das esquerdas e as agruras sofridas pelos aprisionados e seus familiares, o episódio do surrão acabou sendo usado para canalizar a insatisfação existente entre os militantes contra o líder pecebista. Não por acaso, nos meses seguintes, houve uma debandada dos militantes do PCB.

A repressão também atingiu cidades interioranas, a exemplo de Icó e Crateús, conforme visto no caso das prisões dos nacionalistas dos Grupos dos Onze. Em Crateús, a 300 quilômetros de Fortaleza, havia considerável presença das esquerdas, por meio do PCB (atuante na ferrovia), de sindicatos rurais e de grupos nacionalistas ligados a Leonel Brizola. Ali destacaram-se, igualmente, nos anos seguintes, as práticas político-religiosas do bispo local, dom Antônio Fragoso. Se muitos integrantes da Igreja católica haviam apoiado o golpe de 64, outros fizeram oposição ao governo militar, especialmente, os integrantes do chamado de clero progressista.[97]

97 *Vide* CUNHA, Diogo. Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar de (Orgs.). À sombra das ditaduras. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. GOMES, Paulo César. *Os bispos e a ditadura militar brasileira (1971-80)*: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

No Cariri, em Crato e Juazeiro, ativistas de esquerda foram detidos pela Polícia Militar com o golpe e, alguns deles, tidos como "mais perigosos", enviados a Fortaleza.[98] Havia uma pequena, mas combativa, atuação de comunistas e nacionalistas na região, em geral estudantes, funcionários públicos, sindicalistas, intelectuais e pequenos proprietários. As ações repressivas, no Cariri, contaram com o apoio das lideranças emergentes dos irmãos gêmeos Humberto Bezerra (capitão do Exército e então prefeito de Juazeiro) e Adauto Bezerra (também militar, então deputado federal e depois governador cearense, entre 1974-78), do pároco Murilo de Sá Barreto (que coordenava as romarias do Padre Cícero), do deputado Leão Sampaio e do homem de negócios Antônio Corrêa Celestino.[99] A 12 de abril, o Padre Murilo, o vereador Gumercindo Ferreira Lima e a professora Amália Xavier organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade – um número incontável de pessoas tomou as ruas de Juazeiro, com terços nas mãos e rezando o rosário, para "execrar o comunismo e saudar a redentora revolução de 64".[100] Sob a influência do que se dera em Juazeiro, marchas semelhantes aconteceram em outras cidades do Cariri, não raro tendo membros da Igreja católica como organizadores. "Em Barbalha, a saudação ao novo regime coube ao Pe. Eusébio de Oliveira, ao passo que, no Crato, o principal membro do clero foi monsenhor Montenegro, diretor do Colégio Diocesano".[101]

98 Entre os presos no Cariri e transferidos para Fortaleza, podem ser citados: Elói Teles, José Figueiredo de Brito Filho (líder estudantil, professor, funcionário do Banco do Brasil e dirigente do PCB), José Belchior Silva (funcionário do Banco do Brasil), Hugo Medeiros Brito (universitário), Juvêncio Mariano dos Santos (comerciante), Saturnino Candeia do Nascimento (líder sindical), Francisco Ivan de Figueiredo (comerciante), José Kleber Callou (bancário e político), Ernani Brígido Silva (comerciante), Wellington Alves Sousa (líder estudantil, bancário e jornalista) e Raimundo Coelho Bezerra de Farias (médico). Foram presos também Peres Amaral (pequeno proprietário rural), João Mariano (pequeno comerciante), Geraldo de Lucena Militão, Wálber Barbosa (professor) e Dário Maia Coimbra (radialista). In: TEMÓTEO, Jurandy. *Anos de Chumbo*: o movimento estudantil e a ditadura militar no Crato. Crato: A Província Editora, 2013, p. 150. *Vide* igualmente QUEIROZ, Fábio. *Padres, coronéis e ativistas sociais: O Cariri à época da usurpação militarista - 1964-1985*. 2010, 350f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 2010. SIMIÃO, Cícero Aurelisnor Matias. *Resistência, rota de fuga e refúgio*: o cariri cearense na ditadura militar. Fortaleza: INESP, 2019.

99 SIMIÃO, Cícero Aurelisnor Matias. Op. Cit., p. 57.

100 QUEIROZ, Fábio. Op. Cit., p. 123-124.

101 SIMIÃO, Cícero Aurelisnor Matias. Op. Cit., p. 111.

Em Quixadá, o prefeito do PTB, José Baquit, quase foi deposto pelos militares. A família Baquit, de ascendência árabe, representava um grupo político e econômico em ascensão nos sertões centrais cearenses, ligado à indústria algodoeira. Não obstante o PTB cearense, ao contrário das secções de outros locais do País, ter um perfil mais conservador,[102] José Baquit apresentava uma gestão de laços com as esquerdas e setores mais pobres da população.[103] Não por acaso, com o golpe, segmentos golpistas radicais tentaram derrubá-lo do executivo municipal, acusando-o de comunista. Bem relacionado com parte do comando da 10ª Região Militar e com as elites cearenses, o prefeito permaneceu no cargo, sob vigilância da ditadura. Baquit, com a criação do bipartidarismo no País com o Ato Institucional nº 2 (AI2), em 1965, foi se abrigar com seu grupo político no Movimento Democrático Brasileiro (MDB).[104]

Havia também, em Quixadá, uma destacável mobilização de trabalhadores rurais, inclusive sendo considerável a influência do comunista Luciano Barreira, vereador em Fortaleza, mas integrante de tradicional família quixadaense. Com o golpe, os sindicatos dos trabalhadores sofreram intervenção e acabaram fechados, com várias pessoas sendo indiciadas como comunistas e "subversivas".[105] Líderes rurais, a exemplo de João Ventura dos Santos e de José Alves Pereira, popularmente conhecido por José Bento, foram presos e este teve o mandato de vereador cassado. Em

---

102 *Vide* RIBEIRO, Francisco Moreira. *A reação política conservadora*: o caso da União Pelo Ceará. 2006, 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

103 *Vide* COELHO, Danilo Vieira. *O sertão e a ditadura*: histórias e memórias sobre o golpe de 1964 em Quixadá. 2018, 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2018.

104 Sobre o PMDB-CE durante a ditadura *vide*: SILVEIRA, Edvanir Maia da. *O bipartidarismo na zona norte cearense (1966-1979)*. 2018, 90f. Pós-Doutorado em História – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. SARAIVA, J. Ciro. *No tempo dos coronéis*. Fortaleza: ABC Editora, 2011. SANTOS, Rafael Júnior dos. *História, cultura e política*: a política de Chagas Vasconcelos em Santana do Acaraú e o bipartidarismo. In: https://even3.blob.core.windows.net/anais/83589.pdf Acesso em: 21/09/2019.

105 Entres os encarcerados em Quixadá, pode-se citar os nomes do comerciante de sucata Pio Freire de Lima (seria preso novamente em 1972, torturado na sede da Polícia Federal em Fortaleza), Antônio Leite (comerciante de miudezas do mercado municipal da cidade), Evandro Brasil (fazendeiro) e Antônio Costa Lima (comerciante em Choró, então distrito de Quixadá). In: COELHO, Danilo Vieira. Op. Cit., p. 83;

1965, o vereador Geraldo Alves da Cunha, também ligado à defesa das causas dos trabalhadores rurais, foi preso. Vários lavradores ficaram sem trabalho, pois, tendo se envolvido com as lutas sindicais, eram alvo de boicote por parte dos grandes proprietários rurais. Muitos foram expulsos das terras em que laboravam. Os agricultores foram silenciados, temendo a violência e intimidações da ditadura e dos patrões. A polícia era constantemente usada para vigiar e reprimir qualquer tentativa de organização dos lavradores.

Militares nacionalistas, comunistas e de esquerda foram igualmente alvos da repressão. No referido IPM do Exército para apurar os casos de "subversão", dos 229 aprisionados na capital cearense, 12 eram militares, alguns vindos do interior.[106] Muitos outros militares foram perseguidos, como mostra a pesquisa do historiador Flávio da Conceição. Nos meses anteriores ao golpe,verificaram-se algumas mobilizações dos sargentos do Exército e da Aeronáutica no Ceará, de forma parecida com o que se dava em vários outros locais do País. Para o incremento das articulações, contribuiu a chegada, em 1963, dos sargentos Lucas Alves[107] e Nylander Laforet, transferidos para a Base Aérea de Fortaleza pelas perseguições sofridas, em virtude de suas fortes atuações políticas no Clube de Sargentos da Aeronáutica do Rio de Janeiro. Alguns dos sargentos apresentavam ligações com o PCB. Propugnavam melhorias no salário e na carreira da categoria e faziam a defesa das reformas de base e da possibilidade da elegibilidade

---

106 No documento, constam os nomes dos sargentos Antônio Shirley Cruz Jucá, Alderi Gomes da Silva, Climério Chaves Ribeiro, Francisco Marinaldo de Freitas, João Batista de Mendonça, José Alves Filho, Lenine de Castro Perdigão, Luiz Gonzaga B. Martins, Margarino Jacundo de Oliveira, Rosendo Lopes dos Reis, além do coronel Miranda P. de Andrade e do capitão José d e Lima Meireles. Inquérito Policial Militar sobre a subversão no Ceará em 1964. Acervo da Associação 64-68 Anistia.

107 João Lucas Alves, após o golpe civil-militar, fez parte do Comando de Libertação Nacional (Colina). Em 1968, participou da ação na qual foi morto o major alemão Edward Ernest Tito Otto Maximilian, que foi confundido com Gary Prado, o assassino de Che Guevara. Lucas Alves acabou preso em meados de 1970. Barbaramente torturado no DOPS do Rio de Janeiro, foi, a seguir, transferido para Belo Horizonte. Ali acabou assassinado, aos 33 anos de idade. Seu corpo estava cheio de escoriações, os olhos foram vazados e as unhas dos pés, arrancadas. In: MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos (Org.). *Dos filhos deste solo*: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar. São Paulo: BoiTempo Editorial, 1999, p. 296.

dos sargentos, o que a legislação da época proibia. Os sargentos cearenses chegaram a redigir um manifesto, lido a 20 de maio de 1963, na Rádio Dragão do Mar, em apoio a seus colegas do Rio de janeiro, pela defesa da participação dos sargentos nos processos eleitorais. Houve forte pressão da 10ª RM para apurar os responsáveis, e dois dos sargentos foram detidos.

A situação incomodava a cúpula militar, que entendia a mobilização dos sargentos como "subversão" e quebra de hierarquia. Não surpreende que os sargentos tenham sido perseguidos pelos golpistas de 1964. Sargentos da Base Área chegaram a se reunir, na noite do dia 1º de abril, como objetivo de deixar claro ao comandante da unidade que eram a favor da democracia e, portanto, contra o golpe. Essa conduta pegou os oficiais de surpresa, levando depois à instalação de sindicância e inquérito para punir os responsáveis, sob a acusação de que os sargentos estavam organizando um "motim".Nos primeiros meses da ditadura, vários sargentos acabaram presos na Base Aérea de Fortaleza, sendo alguns deles conduzidos para o Rio de Janeiro. Não poucos desses militares de baixa patente seriam expulsos das Forças Armadas nos meses seguintes.[108]

O golpe de Estado triunfara. Para as esquerdas, uma experiência dolorosa e frustrante. O momento exigia reflexões. Como aquela mobilização popular toda, talvez única na República, fora derrotada tão rápida e melancolicamente? Qual era exatamente o grau de coesão e de pressão real das entidades populares na conjuntura do começo dos anos 60? Será que os trabalhadores estavam realmente engajados na defesa das reformas de base ou muitos se limitavam a tentar obter imediatas condições de vida melhores? E a dependência dos movimentos populares em relação

---

108 Entre os militares presos em Fortaleza, temos os nomes de Salviano de Souza Leite, José Tabosa, João Frota Xerez, Jamil Motta Vasconcelos, Pedro Laborne, Francisco das Chagas Feitosa Feijó, Antônio Ribeiro Neto. José Arribamar Oliveira Souza, Clovis Holanda Vasconcelos, Eródoto José Rodrigues, Paulo Fernandes, Ernande Correia Ferreira, Reino Pecala Rae, Nilton Bezerra da Silva, Gustavo Rodrigues, Rubens Gomes Colares, Francisco Aélio de Almeida Monteiro e Francisco Gomes Soares. In: CONCEIÇÃO, Flávio da. *As práticas políticas do "Movimento dos Sargentos" na Base Aérea de Fortaleza (1962-2002)*. 2015, 172f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015, p. 85, 103, 108, 111 e 118.

ao Estado/governo: as várias manifestações ocorridas antes do golpe não estariam vinculadas aos interesses próprios de Jango e das camadas dirigentes? E as elites e o capitalismo no Brasil estavam, realmente, em crise? E o papel dos meios de comunicação no apoio ao golpe, como enxergá-los, cada vez que eram mais estratégicos na sociedade?[109]

As esquerdas, não obstante, foram incapazes de responder a tais questionamentos. A análise de 1964 veio da pior forma, "personalizando" a derrota, encontrando "bodes expiatórios". Para o PCB, a culpa era do "esquerdismo exagerado" de alguns líderes, os quais quiseram ir "longe demais". Para outros setores das esquerdas, a culpa foi dos dirigentes pecebistas e de Prestes, com sua postura "reformista, reboquista e pacifista". Quadros nacionais comunistas, como Carlos Marighella, Mário Alves e Jacob Gorender, saíram do partido e fundaram ou deram apoio a grupos políticos outros, os quais tentaram remediar o que consideravam o "erro essencial" do PCB e nacionalistas em 1964: a perda de uma excepcional ocasião revolucionária ante toda a agitação popular. A luta pelo socialismo poderia ter sido retomada sem "ilusões reformistas". Era uma questão de vontade, homens e armas. Aprofundou-se daí em diante a militarização (de parte) das esquerdas, aumentando o apoio à tese da luta armada, inspirada, em muito, pelo êxito da Revolução Cubana.[110]

O Partido Comunista Brasileiro, nos anos seguintes, não teria mais o prestígio de antes. A agremiação foi responsabilizada pela falta de maior resistência ao golpe, por passar a defender a oposição institucional à ditadura via MDB (o partido opositor permitido pelo regime, mas de influência política bastante pequena nos anos 60) e pelo isolamento em que mergulhou, decorrência da repressão, de sua clandestinidade, do afastamento dos movimentos sociais e da debandada de militantes. Para se ter ideia, houve momento em que os próprios integrantes do Partido sequer sabiam quem

---

109 *Vide* AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

110 *Vide* RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

dirigia a organização no Ceará. Alguns dos militantes, especialmente, os mais velhos, procuraram nos anos seguintes reorganizar o agora chamado "Partidão", enquanto outros simplesmente se distanciaram do ativismo político, temendo a repressão do regime militar. Os mais jovens comunistas ou simpatizantes, especialmente, os atuantes no movimento estudantil, afastaram-se igualmente do PCB, rompendo com uma tradição de obediência às orientações e influências da cúpula comunista. Em franca crítica ao que consideravam erros e imobilismo do PCB, ganharam autonomia, adentrando nas novas organizações de esquerdas surgidas após o golpe. Foram muitos deles, ao lado de outros jovens ativistas atuantes no final dos anos 60 (a "geração de 1968"), que realizaram a luta armada no Ceará.

O PCB, porém, não ficou imune ao arbítrio da ditadura. Fala-se comumente que a fúria repressiva no Brasil atingiu o partido, sobretudo, após 1974, quando os grupos armados já estavam destruídos. Conversando com militantes e olhando os jornais cearenses do período de nossa pesquisa, não obstante, eram comuns as notícias da prisão de quadros do PCB-CE pelos agentes da repressão. Já em 1966, um operário de nome José Nobre Parente, de laços com o partido, foi preso dentro das oficinas da Rede de Viação Cearense e levado para o prédio da Secretaria de Segurança Pública do Ceará. Interrogado e torturado, Parente acabou morrendo. A Secretaria de Segurança informou que o ferroviário havia cometido suicídio. Não obstante, o laudo do Instituto Médico Legal apontou como *causa mortis* fratura de crânio. Depois, o documento do IML foi apreendido pela polícia... A superintendência da RVC não permitiu sequer que os trabalhadores da empresa comparecessem ao velório do colega. No enterro de José Nobre Parente, policiais disfarçados estavam de prontidão para impedir qualquer manifestação. A responsabilidade do Estado no assassinado de José Nobre Parente foi reconhecida pela Comissão Especial de Anistia, em 2006.[111]

---

111 *Vide* ALMEIDA, Nilton Melo. *Os ferroviários na cartografia de Fortaleza*: rebeldes pelos caminhos de Ferro. 2009. 306 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

Focando no PCB, os órgãos de segurança e repressão buscavam justificar sua existência, pois a atuação da esquerda armada no estado foi menor, quando comparada a outros locais do Brasil. Além disso, como o aparato de repressão apresentava problemas estruturais para investigação, os agentes do Estado acreditavam que os velhos militantes do "Partidão" conheciam os "terroristas" ou poderiam dar pistas sobre esses. Pressionados, presos e, não raro, torturados, os integrantes do PCB poderiam revelar um nome ou algo sobre a "subversão". Era uma análise, pelo menos, duvidosa da repressão cearense, pois se alguns dos comunistas de 64 adentraram ou sabiam das organizações armadas, muitos outros só foram conhecer os guerrilheiros no início dos anos 1970, na prisão, encarcerados que estavam todos no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), ou no final da referida década, quando do posterior engajamento na Campanha pela Anistia e democratização do País

A luta armada no Ceará ficou, assim, a cargo de jovens ativistas de uma esquerda radical, que ingressaram em organizações, cuja estruturação local deu-se por meio do contato com as lideranças de outros estados. Para aqueles rapazes e moças, a época das conversas e debates inócuos acabara. Em um rico contexto de agitações revolucionárias e utopias, os jovens acreditavam que chegara a hora de tomar o poder institucional. Herdeiros de tradições políticas pautadas pela violência, entendiam que as resposta aos militares e civis golpistas seria dada também pela força. Chegara o momento das armas falarem alto.

O tempo das armas

Evitar ou minimizar, no máximo, o anacronismo é uma das preocupações das pesquisas históricas. O historiador deve se preocupar em não colocar ideias, conceitos, análises, etc., fora do seu tempo, ou seja, não enxergar determinada época com um olhar de outra. Para bem entender um período, necessitamos compreender o "espírito da época".[112] Para muitas pessoas do Brasil do século XXI, talvez possa parecer estranho que jovens dos anos 60/70 tenham pegado em armas em nome de um projeto político revolucionário, deixando "tudo" (família, amigos, emprego, etc.) para trás e arriscando suas vidas. Não poucos seriam torturados e vários, assassinados. É um grande equívoco imaginar que se pode entender as ideias e as ações de uma pessoa sem considerar o contexto histórico que as gerou.

Dessa forma, é de relevo realizar a contextualização político-social dos anos 60 para compreender o porquê da opção de parte das esquerdas brasileiras pela luta armada. A década de 60 foi bastante agitada, não só no Brasil, mas em boa parte do mundo, com promessas de transformações, as quais questionavam os sistemas políticos e sociais vigentes.

Internacionalmente, aconteceram vários confrontos, como a Revolução Cubana (1959), a Independência da Argélia (1962) e a Guerra do Vietnã (1962-75). O triunfo militar desses movimentos ajuda a entender as lutas, os sonhos e o ideário questionador da década de 1960. Parecia que os povos oprimidos e explorados do mundo estavam em franca revolta conta a ordem capitalista, no firme propósito de criar uma nova realidade. Daquelas revoltas, foi mais impactante a Revolução Cubana para as esquerdas latino-americanas, sobremaneira as brasileiras, não somente por demonstrar que era possível vencer o imperialismo dos Estados Unidos no Continente, mas também por haver rompido com um dos padrões clássicos da esquerda marxista-leninista da época. A vitória em Cuba não

112 *Vide* PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

foi obtida por meio de um partido revolucionário e de vanguarda, como na Revolução Russa de 1917, ou como resultado de uma vitória militar camponesa, conforme ocorrera na Revolução Chinesa, liderada por Mao Tsé-Tung em 1949. Em Cuba, a revolução teria sido resultado das vitórias políticas e militares de uma guerrilha. Não por acaso, uma das teorias de luta armada mais difundidas nos anos 60 foi a do foquismo, inspirado no triunfo de Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e outros no país caribenho.[113]

Com base nos escritos de Guevara e do francês Regis Debray, o foquismo partia do pressuposto de que havia amplas condições para o triunfo revolucionário nos países latino-americanos. A revolução seria continental, acima de "diferenças nacionais secundárias", e diretamente socialista. Faltariam, para tanto, apenas, as "condições subjetivas" para iniciar a revolução, um "motor" para acionar as massas, e este seria o foco revolucionário. O foco, a "vanguarda revolucionária", começaria com um punhado de homens ("a partir do zero") e se punha a atuar entre os camponeses de uma área, cujas condições geográficas facilitassem a defesa contra ataques do exército oficial. Posteriormente, colunas guerrilheiras deslocar-se-iam, levando a luta armada a outras regiões, e se juntariam para formação de um exército rebelde que derrotaria, por fim, o inimigo. Salientava-se, pelo que se percebe, a importância da guerrilha e a luta no campo – seria impossível a luta revolucionária nas cidades, onde o inimigo concentrava seu poder. Os grupos armados revolucionários brasileiros, não por coincidência, e apesar de suas divergências, objetivavam instalar a luta armada rural (as ações nas cidades visavam sobremaneira acumular recursos para tanto).

---

113 SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. 2005, 251f. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2005. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, volume I, 2003.

O foquismo trouxe como novidade a ideia da primazia do militar e da guerrilha sobre o político e o partido. Não deixava de ser uma crítica à burocracia e à inércia dos tradicionais partidos comunistas, acomodados à lógica da Guerra Fria, em especial, naquele momento de "coexistência pacífica entre União Soviética e Estados Unidos". No lugar de esperar pelo partido, o foco tomava a iniciativa da ação, de começar a luta e isso, obviamente, não foi de agrado dos tradicionais partidos comunistas, assim, descartados. Daí se entende porque o foquismo foi a referência para várias guerrilhas eclodidas na América Latina. Os historiadores questionam esse mito das esquerdas, que o próprio regime cubano estimulou. Quando Fidel desembarcou em Cuba, o país encontrava-se em situação francamente favorável à sublevação. A Revolução Cubana foi vitoriosa não só devido à "ação heroica" de duas dezenas de revolucionários, mas porque os guerrilheiros contaram, desde o início, com simpatia de amplos setores da sociedade cubana, descontentes com a ditadura de Fulgêncio Batista, e com certa leniência dos EUA. Nem em Cuba o foquismo foi aplicado a contento, e a morte de Che na Bolívia, em 1967, não deixou de ser um alerta acerca das limitações da teoria...[114] Verdade que, conforme veremos adiante, poucas organizações armadas brasileiras não deixaram de fazer restrições ao foquismo, embora, no geral, o grosso da teoria continuasse prevalecendo.

Igualmente existia nos anos 60 uma crítica ao modelo socialista soviético, visto já como burocrático, autoritário e acomodado ao jogo internacional da Guerra Fria. O líder russo Nikita Kruschev falava de "coexistência pacifica" entre URSS e EUA, entre comunismo e capitalismo. O socialismo iria mostrar sua "superioridade" em todos os níveis, conquistando, cada vez mais, adeptos e simpatias, de modo que o capitalismo seria derrotado com custos sociais e humanos mínimos.[115] Para amplos setores das esquerdas, se a invasão da antiga Tchecoslováquia, em 1968, por tro-

114 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 87-92. *Vide* igualmente SALES, Jean Rodrigues. Op. Cit. ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. (2001)

115 BARÃO, Carlos Alberto. Op. Cit., p. 261.

pas soviéticas foi vista como algo negativo, houve empolgação e simpatia com a Revolução Cultural Chinesa, a partir de 1966, que se imaginava, então, como um "sopro jovialidade socialista" em resposta aos burocratas.

Não foram coincidências, dessa maneira, os protestos e a agitação política mundo afora, especialmente em 1968. Conforme o "espírito da época", a utopia que ganhava corações e mentes era a da revolução, tanto que os golpistas de 64, no Brasil, chamaram seu movimento de "revolução". Não se deve pensar, no entanto, que a luta armada no Brasil constituiu-se mero reflexo dos movimentos internacionais, que as esquerdas, conforme a imagem difundida pela grande imprensa e ditadura militar, fossem "fantoches" submissos às diretrizes de Moscou, Pequim e Havana. Não se nega a influência da conjuntura internacional, porém, não a ponto de determinar a ação revolucionária brasileira, mesmo porque os militantes realizavam uma leitura seletiva das experiências internacionais. Como afirma o historiador Daniel Aarão, "os comunistas brasileiros liam as 'orientações' externas com o auxílio de 'chaves' próprias, para atender às suas necessidades específicas".[116] A morte de Che Guevara, na Bolívia, em 1967, por exemplo, não foi vista como um alerta para as dificuldades da luta armada no Continente, mas, no geral, como um exemplo de sacrifício pessoal em nome da causa revolucionária triunfante e inevitável.

Não se podem desconhecer os processos políticos internos, do Brasil, que levaram à ação da esquerda armada nos anos 1960 e 1970. Em destaque, a grande mobilização popular, no início da década de 60 em defesa das reformas de base propostas pelo governo João Goulart, abruptamente interrompidas pelo golpe civil-militar de 1964. Esse encerrou as crescentes e amplas mobilizações de operários, estudantes, trabalhadores rurais, militares de baixas patentes, entre outros, que, na visão das elites econômicas, punham em risco a ordem social. O golpe estimulou a opção de parte da militância pelas armas.

---

116 AARÃO REIS, Daniel. Op. Cit. (1990), p. 18.

Verdade que, já antes de 64, segmentos das esquerdas mais radicais discutiam sobre a luta armada no Brasil. Houve mesmo um esboço de guerrilha em 1961-62. No caso, militantes ligados às Ligas Camponesas, após contatos com Cuba, fundaram o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e montaram campos de treinamentos de guerrilheiros, em algumas fazendas, País afora, como em Dianópólis, Goiás. Foram logo descobertos pelos órgãos de segurança, em dezembro de 1962, e desarticulados, sendo o fato amplamente divulgado pela imprensa.[117] Importa ressaltar, entretanto, que a ajuda e os treinamentos ofertados por Cuba, conforme demonstrou a historiadora Denise Rollemberg, eram por demais precários, na maior parte das vezes, superdimensionados pelos militantes e pela repressão.[118] Além disso, as organizações revolucionárias do Brasil e do Continente mantinham a autonomia, não havendo intervenção direta em suas estruturas e ações por parte dos dirigentes cubanos.[119]

Após o golpe, surgiu uma série de grupos armados de esquerda, isso em meio a um descenso da atuação das organizações populares, desmanteladas, de modo geral, com a repressão. As mobilizações ocorridas tiveram como grande protagonista o meio estudantil, que conseguiu se rearticular nacionalmente após 1964, promovendo expressivas manifestações e passeatas, sobretudo no ano de 1968. No movimento estudantil, o grande debate era como enfrentar a ditadura e qual caráter deveriam ter as manifestações em massa – as posições iam do reforço da oposição civilista e pacífica à defesa da via armada. Em um primeiro momento, a agitação das ruas ajudou a difundir entre os militantes de esquerda uma

117 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 52. RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-70. In: FERREIRA, Jorge, AARAO REIS, Daniel (Orgs.). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 26. Dessa experiência guerrilheira em Goiás participou o pernambucano Gilvan Rocha, vindo do PCB e que depois militaria no Ceará. *Vide* ROCHA, GILVAN. *Meio século de caminhada socialista*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.

118 ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. (2001).

119 BARÃO, Carlos Alberto. Op. Cit., p. 284. ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003, p. 63.

"chave interpretativa" sobre a proximidade da eclosão da sonhada revolução. Havia aí evidentes exageros. As mobilizações estavam praticamente restritas às classes médias (professores, bancários, etc.), sendo difundidas pelo movimento estudantil.[120] Como bem afirmou o historiador Daniel Aarão, no contexto do pós-golpe, os trabalhadores urbanos e rurais demonstravam notável incapacidade de articulação na ilegalidade, alvo que eram dos olhos e mãos da repressão.[121] Essa desarticulação continuaria, senão aumentaria, quando os louros do "Milagre Econômico" florescessem, a partir de 1969, exatamente quando as esquerdas intensificaram a luta armada. O isolamento dessas seria uma razão de seu fracasso.

Em segundo momento, a repressão da ditadura e a falta de "efeitos imediatos" das mobilizações estudantis contribuíram para o fortalecimento, entre parte da militância, da crença segundo a qual a opção mais viável, capaz de derrubar o governo militar e a ordem capitalista, estava na via guerrilheira. Imensa repercussão, em Fortaleza, por exemplo, teve a prisão dos estudantes cearenses no Congresso clandestino da UNE, em Ibiúna-SP, no mês de outubro de 1968, fato apontado como um golpe naquelas mobilizações que sacudiam o País[122] – ainda que tenham acontecido depois várias manifestações de protestos dos estudantes. O pouco resultado prático das manifestações estudantis criava nos ativistas o anseio por "ações mais concretas". No livro de memórias do ex-militante da Ação Popular, Mariano de Freitas, isso é explícito:

> Por mais de uma vez, invadimos e quebramos a Agência Americana USIS (...) hasteamos, em algumas oportuni-

120 A imprensa, por mais que estivesse comprometida com a ditadura e tentasse diminuir a importância das manifestações populares, noticiava a falta de maior engajamento dos trabalhadores: "(...) Foi iniciado ontem um Movimento Intersindical Anti-arrocho (...). Dos seis sindicatos que em principio apoiaram o movimento, apenas quatro mandaram representantes para o Sindicato dos Tecelões, local da reunião ontem realizada. A ela compareceram cerca de 200 pessoas, das quais cerca de 50% estudantes, muitos dos quais secundaristas". O Povo, 09/04/1968.

121 AARÃO REIS, Daniel. Op. Cit. (1990), p. 64.

122 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 161.

> dades, a bandeira do Vietnã em plena Praça do Ferreira, como no dia em que o exército americano massacrou uma comunidade vietnamita indefesa. Por coincidência, a polícia não reprimiu essa manifestação, e, depois de falarmos para o povo em quase todas as esquinas do centro, encerramos a passeata na Praça do Ferreira. Encontrei-me com o Galba Gomes, abraçamo-nos eufóricos e eu lhe perguntei: "Como é, Galba, vamos ou não tomar o Palácio do Governo de assalto?". (...) Começamos a rir de nossa impotência. Esse problema me assaltava a mente e depois de uma passeata bem sucedida, "E agora? Não vai acontecer nada? Não vai mudar nada? Vai ficar tudo como era antes?".[123]

Para a militância mais radical, a presença das "massas" na rua indicava o potencial revolucionário do momento. O processo não ia mais adiante devido à brutalidade da ditadura. Essa própria reconhecia o potencial e risco da revolução, quando decretou o AI-5, em dezembro de 68. O "povo" queria a revolução e ante o fechamento quase que total do regime, caberia às vanguardas iniciarem a luta, atendendo àquele anseio. Não seria mero acaso que boa parte dos militantes da luta armada tenha vindo do meio estudantil.[124]

Não obstante, foram setores nacionalistas e militares de baixas patentes (sargentos, cabos, marinheiros cassados após o golpe), ligados a Leonel Brizola, que primeiro tentaram organizar uma guerrilha no Brasil. Brizola igualmente mantivera contatos com Cuba e organizou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Após uma tentativa de invasão do Rio Grande do Sul, sem êxito, o MNR buscou instalar um foco de luta armada na Serra do Caparaó, na divisa de Minas Gerais e Espírito Santo. Um fracasso. O MNR nem chegou a iniciar as ações de fato e vários guerrilheiros acabaram presos entre março e abril de 1967 pela polícia mineira. Muitos desses nacionalistas e militares de baixa batente entraram, depois,

---

123 FREITAS, Mariano de. *Nós, os estudantes*. Fortaleza: Livro Técnico, 2002, p. 106.

124 NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 90. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. MULLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

nos grupos marxistas guerrilheiros que começaram a se organizar no Brasil a partir de 1967.[125]

Um de nossos entrevistados, Mário Albuquerque, contou que se chegou a fundar no Ceará um grupo de apoio a esse projeto de Brizola em desencadear uma guerrilha no Brasil, a Frente Popular de Libertação (FPL). O grupo contava com vários estudantes e até praticou "ações de expropriação" em Fortaleza, em uma evidência de como o desejo de realizar a luta armada estava disseminado entre muitos militantes de esquerda local. A FPL, em Fortaleza, chegou a produzir um panfleto, com o sugestivo título de "A palha está secando, só basta uma fagulha", denotando, mais uma vez, o imaginário dos militantes acerca da viabilidade da luta armada. Mário Albuquerque fez parte da FPL e, após a frustração do projeto guerrilheiro de Brizola, participou da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no Ceará.[126]

O imaginário dos militantes acerca da iminente vitória da revolução e da viabilidade da guerrilha com apoio popular foi incrementado pela agitação toda acontecida no Brasil e no exterior em 1968. Havia uma crença de que grandes transformações estavam prestes a acontecer, bastando uma "firme vontade para tanto".[127] O tempo do "assalto aos céus" parecia, enfim, ter chegado, cabendo à vanguarda revolucionária iniciar a luta. Novamente os militantes faziam leituras seletivas, com "chaves próprias", sobre aquelas movimentações. Eram, sobretudo, manifestações estudantis e de grupos de classe média. Os segmentos populares, alvos do controle e repressão da ditadura, estavam praticamente inertes, ainda que operários, com ousadia e coragem, tenham conseguido reaver alguns sindicatos e/ou

125 GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Op. Cit.

126 Entrevista com Mário Miranda de Albuquerque, ex-militante do PCBR, em 20/01/2003.

127 ALMEIDA, Hermínia Tavares de; WEIS, Luis. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenação). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, volume IV, 1998, p. 332.

feito greves. E em abril de 1968, 15 mil metalúrgicos fizeram greve por melhorias salariais em Contagem-MG.[128]

De certo modo, as esquerdas repetiam o mesmo erro de 1964, em supervalorizar sua força e a mobilização popular. Até o cada vez maior endurecimento do regime, expresso muito bem pelo AI-5, de dezembro de 1968, chegou a ser visto por vários ativistas de esquerda como "sinal de fraqueza" da ditadura e temores dessa ante um eventual risco de insurreição das massas. As chaves seletivas e as análises estreitas conduziriam muitos dos militantes a enxergar ainda mais a luta armada como caminho a seguir.[129]

O 68 de Fortaleza

Centro urbano de pouca expressão nos primeiros tempos, Fortaleza tornou-se a principal cidade do Ceará ao longo do século XIX. O processo de expansão da capital cearense e do aumento de sua população intensificou-se, de maneira impressionante, a partir da segunda metade do século passado. A cidade, cada vez mais, se consolidava não apenas como o grande centro urbano cearense, mas também como uma das principais metrópoles do Brasil. Para se ter ideia dos números, em 1950, Fortaleza apresentava 270 mil habitantes; em 1960, passou a ter 518 mil (um aumento de 90%); em 1970, 857 mil (aumento de 63%).[130] Era, porém, uma expansão com enormes contradições, reproduzindo estruturas políticas e sociais excludentes e autoritárias, vitimando pobres, trabalhadores, jovens, mulheres.

---

128 NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 92.

129 AARÃO REIS, Daniel. Op. Cit. (1990), p. 72.

130 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço.In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE. Tércia Correia. DANTAS, Eustógio. (Orgs.). *Ceará*: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 76.

Não surpreende, pois, que o ano de 1968, igual ao ocorrido em outros locais do mundo, tenha sido dos mais turbulentos, havendo confrontos entre fortalezenses, especialmente, estudantes e polícia. Naquele ano, sucederam-se também as primeiras ações armadas das esquerdas no estado, as quais, porém, não chegaram a ser noticiadas pela imprensa local como tais, conforme veremos no capítulo 2. As mobilizações estudantis eram campos muitas vezes usados pelos agrupamentos armados visando ao recrutamento de militantes.

Os jovens protestavam contra os acordos entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for Internacional Development*, mais conhecidos como acordos MEC-Usaid.[131] Criticavam o problema dos "excedentes", que sempre vinha à tona no início do ano, após o vestibular: estudantes que, embora conseguissem a aprovação no concurso, não cursavam as faculdades, em virtude da falta de vagas. As entidades representativas estudantis e os grupos de esquerda, em solidariedade aos "excedentes", promoviam greves, manifestações, acampamentos, reivindicando a ampliação do número de vagas na universidade.[132]

Os ativistas de esquerda buscavam realizar a "solidariedade entre as classes oprimidas" (aliança estudantil, operária e camponesa), apoiando causas populares, como as greves de trabalhadores e os protestos contra o aumento das passagens de ônibus. Nesses protestos, normalmente acon-

131 Realizados em sigilo, os acordos *MEC-Usaid* previam a assessoria de técnicos estrangeiros para auxiliar o governo militar na formulação de nova política educacional. No início de 1967, a sua renovação, após vir à tona, foi amplamente denunciada como uma infiltração imperialista na educação brasileira, colocando em risco o ensino público e gratuito através da transformação das universidades em empresas a serviço do modelo capitalista. O acordo passou a ser um dos alvos mais frequentes do movimento universitário. VALLE, Maria Ribeiro do. *1968:* o diálogo é a violência. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 39.

132 Em fevereiro de 1968, ante a não resolução do problema dos excedentes pelo então reitor da Universidade do Ceará, Fernando Leite, os estudantes radicalizaram. Tendo à frente o DCE, presidido pelo acadêmico de medicina e integrante do PCdoB, João de Paula Monteiro Ferreira, acamparam nos jardins da reitoria, sendo desalojados pela polícia, a pedido do reitor e após infrutíferas negociações. O Povo 21/02/1968. Gazeta de Notícias, tratando do mesmo episódio, disse que esta havia sido a primeira vez que a policia reprimira os estudantes no âmbito interno da Universidade, pois as repressões anteriores, como as ocorridas em 1967 nas passeatas contra o acordo *MEC-Usaid*, deram-se nas ruas de Fortaleza. Gazeta de Notícias, 22/02/1968. Após novas promessas do reitor de solução para o problema junto ao Ministério da Educação, os excedentes tiveram êxito no março seguinte, em meio a novas e inúmeras passeatas dos jovens. O Povo, 23 e 24/03/1968.

teciam confrontos com a polícia e os estudantes apedrejavam veículos. Notabilizaram-se por essas depredações os estudantes do Liceu.[133]

A presença de populares e trabalhadores mostra que, embora as manifestações de 1968 fossem majoritariamente estudantis, outros segmentos e categorias sociais as apoiavam, expressando seu descontentamento com o arrocho salarial imposto no início da ditadura e, porque não, com o autoritarismo vigente. Era no CEU que normalmente aconteciam, em Fortaleza, as reuniões do recém-criado Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA), fundado nacionalmente em 1967, e de outras organizações sociais. Os estudantes apoiaram as greves eclodidas em 1968, como as dos professores da rede pública (por aumento salarial e contra o atraso nos pagamentos dos vencimentos),[134] das castanheiras da Fábrica Brasil Oiticica[135] e dos bancários (ambas por aumento salariais).[136]

Nas passeatas e manifestações públicas de 1968, a radicalização política mostrava o imaginário e o desejo de parte dos militantes por mudanças mais profundas na sociedade, sem descartar o uso da violência. Não raras vezes, levantavam-se bandeiras de Cuba e do Vietnã (queimando-se o pavilhão dos Estados Unidos) e pronunciavam-se palavras de ordens exaltando líderes guerrilheiros, como o vietnamita Ho Chi Minh e o cubano-argentino Ernesto Che Guevara.[137] Entrevistados revelaram que, nas dependências do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFC, discentes davam cursos de arte marcial e defesa pessoal para os colegas visando

133 RAMALHO, Bráulio. Op. Cit., p. 230.

134 A 19 de setembro de 1968, professores e estudantes secundaristas promoveram passeata de protesto contra o atraso dos salários dos docentes, a repressão e a política educacional do governo. A passeata foi dissolvida à bala, gás lacrimogêneo e cassetetes. O Povo, 20/09/1968.

135 O Povo, 26/11/1968. O jornal informa que 85 funcionárias foram suspensas pela direção da empresa Brasil Oiticica quando solicitaram uma reunião em cuja pauta estava a reivindicação por um aumento salarial, visto que recebiam menos que o salário mínimo nacional. As funcionárias chegaram a ser agredidas e uma delas foi hospitalizada.

136 O Povo, 2/10/1968.

137 O jornal O Povo de 14 de março de 1968, por exemplo, noticiava, em estilo condenatório, na primeira página uma passeata de universitários encerrada na Praça José de Alencar aos gritos invocando Che Guevara e Ho Chi Minh, e com a queima de uma bandeira americana. O Povo, 14/03/1968.

prepará-los melhor para os embates com a polícia.[138] Os estudantes chegaram até a sequestrar um agente da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), infiltrado nas manifestações. O agente, vedado, foi "interrogado" nas dependências do CEU e, após rodar por mais de duas horas dentro de um carro, acabou abandonado na periferia de Fortaleza.[139] Também aconteceram a invasão da reitoria e a ocupação de prédios da Universidade (os chamados Institutos Básicos, que reuniam os cursos de Química, Física e Matemática),[140] bem como o uso de bombas caseiras e depredação de alvos associados à ditadura[141] e aos EUA.

Em lembrança a Édson Luis (universitário morto, no Rio de Janeiro, pela polícia, a 29 de março de 1968) e protestando contra a repressão, os estudantes promoveram, em Fortaleza, em 1º de abril, grande passeata, reunindo jovens de escolas superiores e secundárias.[142] No final do evento, um grupo de manifestantes, espontaneamente ou seguindo orientação do PCdoB – há sobre isso controvérsias – depredou a sede do *United States Information Service*/Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS), agência americana encarregada de realizar intercâmbios culturais, entenda-se a promoção de cursos, palestras, exibição de filmes, empréstimos de livros, etc., conforme o *american way of life*, na Galeria Pedro Jorge, centro da cidade.[143]

---

138 Revelação feita por Fabiani Cunha e José Machado, ex-militantes do PCBR, entrevistados, respectivamente, a 23/05/2006 e 27/05/2003.

139 O Povo, 05/04/1968. O agente da DOPS sequestrado chamava-se Estevinho Ferreira Lima.

140 O Povo, 19/06/1968.

141 Em agosto de 1968, os estudantes do Liceu, em passeata, entraram em confronto com os bombeiros, depredando o quartel daquela corporação militar, vizinho do Colégio, na Praça Gustavo Barroso (mais conhecida como Praça do Liceu). O Povo, 13/08/1968. Geralmente os bombeiros faziam a repressão do ativo movimento estudantil liceísta. No auge da repressão da ditadura, militantes de esquerda chegaram a ser presos no referido quartel.

142 O Povo, 1/04/1968. O jornal fala em dois mil presentes à passeata. Entrevistados dizem que havia muito mais gente: "passeata para mais de 20 mil pessoas", disse-nos Fabiani Cunha.

143 O quebra-quebra do USIS levou vários estudantes a serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Dois deles, Antônio de Matos Brito e Juraci Mendes de Oliveira (ambos acadêmicos de Filosofia), foram alvos de prisão preventiva, por quase 30 dias no 23º BC, com base em fotos batidas pelo

Os jovens inseriam-se nas lutas de seu tempo e mantinham vínculos especialmente com as três principais organizações que comandavam o movimento estudantil cearense, na segunda metade dos anos 60: Ação Popular (AP), Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em paralelo, as mobilizações contavam com o endosso e a presença de integrantes das organizações guerrilheiras que se instalavam no Ceará: Ação Libertadora Nacional (ALN) e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Uma breve análise daquelas organizações é importante para melhor compreensão da luta armada na terra cearense, afinal, boa parte dos adeptos da guerrilha veio do movimento estudantil.

A Ação Popular,[144] composta, principalmente, por estudantes católicos de esquerda, disputava com o PCB o comando das entidades estudantis fortalezenses quando do golpe de 1964. Embora não fosse ainda uma organização marxista nem visasse à implantação do socialismo (iria aderir ao marxismo, em 1968, influenciada pelo maoísmo), a AP estava engajada na defesa das denominadas reformas de base. Apresentava grande influência junto aos jovens da época, por intermédio da Juventude Estu-

---

então repórter fotográfico de O Povo, Egídio Serpa, e repassadas ao DOPS. Não por acaso, os jornais tornaram-se alvo de críticas e do furor estudantil. Houve agressões a repórteres e manifestações de repúdio ao O Povo nas novas passeatas organizadas e que exigiam a libertação dos discentes. Na defesa desses, os estudantes soltaram notas pela cidade, promoveram comícios relâmpagos em praças e ônibus, e paralisaram as atividades da Universidade do Ceará. Os dois jovens, que acusaram a Polícia Federal de tê-los torturado, foram libertos graças a um *habeas-corpus* impetrado junto ao Superior Tribunal Militar. O Povo, 02/04/1968; 03/04/1968; 07/04/1968; 16/04/1968.

144 A Ação Popular foi fundada, em 1962, por militantes de esquerda oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade concebida inicialmente para defender os valores da Igreja nos meios universitários. A criação da Ação Popular vincula-se a atritos com a cúpula católica, em virtude do engajamento daquele grupo na campanha das reformas de base, das simpatias que nutria pela Revolução Cubana e, depois, pela defesa de um "socialismo humanitário e democrático". A AP teve como fundamentos teóricos o cristianismo e o marxismo e, após algum contato com Cuba, quando realizou mesmo ações guerrilheiras no País, aproximou-se da China comunista e do maoísmo, tal como o PCdoB, o que não deixou de provocar dissidências em 1968. A AP, após um desastroso atentado em Recife no ano de 1966 contra o depois presidente Costa e Silva, afastou-se da tese da luta armada imediata, embora continuasse fazendo preparativos para seu desencadeamento futuro. Acabou se fundindo com o PCdoB em 1973. *Vide* RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: MORAES, João Quartim de, e AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

dantil Católica (JEC, reunindo os secundaristas) e Juventude Universitária Católica (JUC), cujas estruturas, na prática, se confundiam com as da própria Ação Popular. Entre seus organizadores locais mais destacados, estavam os padres Tarcísio Santiago e Arquimedes Bruno, que fora preso quando do golpe de 64.[145]

Com o golpe, a Ação Popular foi atingida pela ditadura, embora, já em 1965, tentasse rearticular a União Estadual Estudantil (UEE), a seção local da União Nacional dos Estudantes (UNE), e a mobilização estudantil, como acontecia no resto do País. Nova onda de repressão. Em novembro daquele ano, o Exército começou a prender os principais líderes da AP, no Ceará. Conforme pesquisa de Bráulio Ramalho,[146] foram indiciados em Inquérito Policial Militar (IPM), 19 militantes, num episódio que desarticulou, mais uma vez, o movimento estudantil. Isso, na visão do autor citado, ajudaria a explicar por que, ao contrário do resto do País, a AP não exerceu a hegemonia do meio universitário cearenses, no período de ascensão do movimento estudantil (anos de 1967 e 1968), apesar de sua influência e liderança entre os secundaristas, por meio do controle do Centro dos Estudantes Secundaristas Cearenses (CESC). Posteriormente, vários membros da AP entraram para organizações armadas.

Ao radicalizar suas posturas, ao longo da segunda metade dos anos 60, especialmente após abraçar o maoísmo, em 1968, a AP passou a desenvolver o princípio de proletarização dos militantes. Os integrantes da organização eram enviados para passar temporadas vivendo como operários e camponeses, integrando-se à produção. Inspirada na Revolução Cultural levada a cabo na China de Mao Tsé-Tung, a intenção era exaltar o igualitarismo socialista, eliminando a distância entre trabalho intelectual e trabalho manual.[147] O deslocamento desses militantes não pode deixar de ser visto também como uma tentativa de inserção da organização no

145 O Povo, 18/05/64.

146 RAMALHO, Bráulio. Op. Cit., p.147.

147 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 125.

campo e entre os trabalhadores urbanos e uma forma de proteger aqueles ativistas que estavam sendo perseguidos pelas ditadura. Pelos relatos, a integração na produção desestruturou muitos militantes, lançados em situações difíceis.

No Ceará, entre os que foram integrados à produção estavam Helena Serra Azul e seu esposo, Francisco Monteiro. Estudantes de medicina e ativos militantes estudantis – eram conhecidos como "Helena Concentração" e "Chico Passeata" –, após o AI-5, caíram na clandestinidade. Foram enviados pela AP para a zona da mata de Pernambuco.

> A gente compreendia que era preciso, baseado na posição maoísta que a gente tinha, que fazer uma guerra popular prolongada. Isso era uma luta da [inaudível] pelo campo. E uma das áreas priorizadas foi a da zona da mata. É tanto que em Pernambuco foi uma repressão horrível... (...). Nós fomos cortar cana. Aprendi a trabalhar com enxada, com foice. No começo foi uma dificuldade muito grande, por conta da falta de costume. (...) A gente morava na casinha dos camponeses. Era uma casa pequena, assim, de chão batido. (...) Tinha rede, tinha muita pulga, tinha que colocar veneno pra conseguir dormir, porque tinha muita pulga. A alimentação, não tinha comida nenhuma. Era o grande problema, você chegava lá, e comida só até quarta-feira. Aí você ia pro rio, ficava comendo peixinho. Você, acostumado a comer direito e aí, de repente, fica desse jeito, e nós começamos a ter verme, e tivemos todo tipo de verminose que tinha. Não sei como não tivemos esquistossomose. Fomos ao médico, tomamos remédios, tratamos todo o tipo de verminoses que tínhamos, tinham uns lá cheios de tumor, era nas pernas. O Chico teve um no rosto que ficou desse tamanho.[148]

148 Helena Serra Azul, ex-ativista da AP, entrevistada a 24/03/2003. Helena e suas irmãs, Maria do Carmo (Cacau) e Iracema Serra Azul destacaram-se na militância estudantil da segunda metade dos anos 60. Helena seria presa em Pernambuco, em 1969, junto com o marido, Francisco Monteiro. Estava grávida de dois meses. Teve o filho na prisão e permaneceu com a criança no presídio por oito meses. A criança acabou adoecendo e foi trazida a Fortaleza, para ser cuidada pelos avós, enquanto a mãe continuou presa. Ao todo, Helena Serra Azul passou dois anos encarcerada em Recife. O Povo, 08/04/2004.

No fim dos anos 60, a vinculação ao maoísmo e à China comunista possibilitou a aproximação entre AP e PCdoB. Essa ligação, o processo de integração à produção, divergências internas e a repressão levaram a AP a perder vários dos militantes. Em 1971, a AP se proclamou partido com o nome de Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML). Em 1973, a maioria da cúpula da AP-ML decidiu por se incorporar ao PCdoB. Um grupo minoritário, porém, não aceitou e buscou manter a sobrevivência de Ação Popular Marxista-Leninista.[149] Informe da Polícia Federal, de 24 de novembro de 1971, mostrava investigações sobre a atuação da AP-ML no meio universitário cearense, citando os nomes de Manuel Domingos Neto, Rosa Maria da Fonseca, Fátima Elisabete da Fonseca, Manoel Dias da Fonseca Neto e João Bosco Machado Ferreira Lima.[150] Naquele mesmo ano, Manuel Domingos Neto e Rosa da Fonseca foram presos.[151] Rosa havia, dias antes, participado de um debate, transmitido ao vivo pela televisão, na Universidade, com o então ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Era uma tentativa da ditadura se aproximar dos estudantes e expressar uma faceta de democracia. Rosa da Fonseca fez duros questionamentos ao ministro, fazendo desmoronar a estratégia do governo. Detida pela Polícia Federal, seria barbaramente torturada. Foi condenada a dois anos de prisão.[152]

---

149 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 128.

150 O inquérito nº 55/71, remetido à 10ª Circunscrição da Justiça Militar, apontava como integrantes da AP-ML: Manoel Domingos Neto, Rosa Maria da Fonseca, Fátima Elisabete da Fonseca, Manoel Dias da Fonseca Neto e João Bosco Machado Ferreira Lima. Pasta DOPS-Correspondências recebidas – 786. Arquivo Público do Ceará.

151 O Povo, 23/10/1971.

152 O Povo, 09/4/2004. Na série de reportagens sobre os 40 anos do golpe, o jornal trouxe entrevista e detalhes sobre a trajetória de Rosa da Fonseca. Após ser liberta, em meados dos anos 70, aproximou-se de Maria Luiza Fontenele, que voltava de uma pós-graduação nos Estados Unidos, e de Célia Zanetti e Jorge Paiva, militantes do PCdoB vindos de São Paulo para escapar da repressão. Formou-se, então, um grupo que se envolveu no movimento de bairros de Fortaleza e na Campanha da Anistia na segunda metade dos anos 70. Em 1979, o grupo saiu do PCdoB, tornando-se rival da agremiação. Maria Luiza seria eleita deputada estadual em 1978, pelo MDB, e prefeita de Fortaleza em 1985, pelo PT. Após passar por PSB e PSTU, atualmente esse grupo político constitui a chamada Crítica Radical. *Vide* igualmente BRAGA NETO, Aristides. *O Diário do Nordeste sobre a administração popular de Fortaleza*: palavras de oposição. 2011, 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

Já o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) foi implantado em 1962 no Nordeste, a partir de Pernambuco, com a militância do paulista Paulo Roberto Pinto e do uruguaio Pedro Makovsky.[153] Apenas após o golpe de 1964 que a organização se estruturou no Ceará, embora, obviamente, já existissem simpatizantes das ideias de Trotsky no Estado.[154] O PORT foi fundado em Fortaleza, nos primeiros meses de 1965, a partir de dois militantes vindos de Pernambuco: Gilvan Rocha e Rômulo Augusto Romero Fontes. Rocha havia participado da tentativa de instalar um campo de treinamento guerrilheiro em Goiás, em 1962. Rompido com o PCB e perseguido pela repressão, deslocou-se para a capital cearense e prosseguiu na militância política. O PORT seria robustecido no ano seguinte, quando ingressou na organização boa parte dos integrantes da recém-dissolvida Frente Popular de Libertação, agrupamento local de vinculações com Leonel Brizola, que tentara, como vimos, desencadear, em 1966, um foco de guerrilha na Serra do Caparaó-MG/ES, sem êxito.[155]

No Ceará, o PORT chegou a contar com a militância de operários e trabalhadores rurais. Obteve certa influência junto aos têxteis, a ponto do trotskista José Ferreira Lima ser um dos líderes do sindicato da categoria. Antigo militante do PCB, operário da fábrica têxtil Santa Cecília, José Ferreira Lima, depois, ingressou na ALN e, com o fracasso da guerrilha, passou anos presos no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), em Aquiraz-CE. Não obstante, no Ceará, o reduto principal da militância do PORT encontrava-se no meio estudantil de Fortaleza. Possuía a organização a liderança

---

153 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 37. LEAL, Murilo.À *esquerda da esquerda*: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-166). São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 228.

154 Uma das mais conhecidas trotskistas cearenses, já nos anos 1930, foi a escritora Rachel de Queiroz, após romper com o PCB. Depois, porém, a talentosa escritora abandonou o pensamento socialista e se aproximou das direitas, tanto que apoiou o golpe de 64 e gozava da amizade do Marechal golpista cearense Castelo Branco. Também fora famoso trotskista local o jornalista Jader de Carvalho, pai do depois senador cearense dos anos 80 Cid Carvalho. *Vide* GUERELUS, Natália Santana. *Como um castelo de cartas*: culturas políticas e trajetórias de Raquel de Queiroz (1910-1964). 2015, 388f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

155 Mário Albuquerque, ex-militante do PCBR, entrevistado em:: 20/01/2003.

do movimento secundarista e se constituia uma força política entre os universitários. Os trotskistas chegaram a ganhar as eleições do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito, onde apresentavam influente célula.[156] O PORT recebeu alguns dos descontentes do PCB, o que incomodou bastante os tradicionais comunistas do "Partidão" e do PCdoB, militantes herdeiros de tradições stalinistas. Existia grande rivalidade e mesmo preconceitos desses comunistas contra os trotskistas, concebendo Trotsky como um traidor da causa socialista. O PORT chegou a publicar, em Fortaleza, um jornalzinho mimeografado denominado O Proletário.[157]

Embora defendesse as ideias de Trotsky sobre a revolução permanente, o PORT recusou a luta armada imediata como resposta à ditadura militar, acreditando que o regime não tinha base social e que poderia ser derrubado pela pressão das massas. Entendia que a guerrilha afastada das massas não teria êxito – o que, aliás, acabou se comprovando, tal o isolamento no qual caíram as organizações armadas e o cerco repressivo da ditadura. Assim, o PORT insistia na preparação teórica de militantes, uma novidade para a época, no Ceará, por meio de "escolas de quadros", encontros para estudos e discussões teóricas do marxismo, visando a uma insurreição armada futura. Ao contrário do PCB, contudo, os trotskistas recusavam qualquer aliança com a burguesia e repeliam contato com o MDB, pregando o voto nulo.[158]

O PORT-CE sofreu, nos anos seguintes à sua instalação, várias dissidências, em virtude de divergências internas, com a saída de muitos dos membros e o "recrutamento" de outros.[159] Vários desses militantes aden-

---

156 RAMALHO, Bráulio. Op. Cit., p. 135.

157 MARIANO, Andreyson Silva. *Uma esquerda em silêncio:* militantes trotskistas em Fortaleza no período 1963-70. 2011, 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

158 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 130.

159 Já no início de 1966, haviam sido "captados" para o PORT Joaci da Silva Leite e Willian Uchoa, seguindo-se a filiação de Charlene Frota Silveira, José Arlindo Soares, Nancy Lourenço, Oscar d'Alva e Souza Filho, Mário Albuquerque, José Galba de Menezes Gomes e Inocêncio Rodrigues Uchoa, além de outros estudantes. MARIANO, Andreyson Silva. Op. Cit., p. 102.

traram em organizações que defendiam a luta armada imediata, sobretudo o PCBR. Em 1966, Gilvan Rocha rompeu com o PORT, o que motivou a vinda de novos dirigentes de Pernambuco para reorganizar o partido. Gilvan, a seguir, estruturou no estado o também trotskista Partido Operário Camponês (POC) e, depois, o Movimento Comunista Internacional (MCI), fincado nas ideias da revolucionária alemã Rosa de Luxemburgo. O MCI, embora fosse contra a luta armada imediata, participou dos preparativos para a expropriação do carro pagador do London Bank, em março de 1970, e teve alguma influência no meio sindical.[160] Um dos líderes operários integrantes do MCI foi o sapateiro José Maria Tabosa, morador de uma de uma área de grande concentração de comunidades e bairros operários de Fortaleza, o Pirambu.[161] Em 1974, vários militantes do MCI foram presos em Fortaleza.[162]

Rômulo Augusto Romero Fontes e outros militantes, também por divergências, deixaram o PORT em 1967. Criaram, então, o Movimento Proletário Socialista (MPS). Na busca de fazer crescer a nova organização, os ativistas passaram a realizar intenso proselitismo em Fortaleza (pichações, panfletagens, etc.), isso em um período de crescente endurecimento da ditadura. A exposição excessiva e descuidos de segurança foram fatais.[163] Rômulo Augusto acabou preso e, pressionado pela repressão, delatou os ex-companheiros do PORT. Trataremos depois sobre a complexidade e a polêmica

160 ROCHA, GILVAN. *Meio século de caminhada socialista*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008, p. 121 e seguintes.

161 *Vide* OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. *A Igreja Católica no Pirambu*: as relações de poder no discurso da Teologia da Libertação e da Renovação Carismática Católica (1968-1986). 2014, 225f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

162 "(...) O grupo, segundo informação da Polícia Federal, era dirigido por Gilvan Queiroz da Rocha, que inclusive usava o nome falso de Clóvis Tavares Pinheiro, que chegou a casar-se com outra subversiva, Ester Barroso Pinheiro. Estão envolvidos, além de Ester e Gilvan, Raimundo Nonato Teixeira, Agamenon Rodrigues Eufrásio Oliveira, Antônio Eudes Morão Maia, Nélson Luiz Bezerra Campos, João Gomes da Silva, Francisco Auto Filho e José Maria Tabosa". Ala do MCI agindo em Fortaleza. "Federais" estouram movimento comunista. In: Correio do Ceará, 28/03/1974.

163 Foram denunciados Rômulo Augusto Romero Fontes, Meri Medeiros da Silva, Francisco Joceli da Silva, José Ribeiro da Silva e Maria José Borges Soares Fontes. *Vide* ação penal número 10/67, apelação ao STM número 37.534. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/691.html. Acesso a 23/11/2019.

das delações entre as esquerdas. À época, os militantes que repassassem informações para a ditadura, ainda que sob tortura, eram francamente desprezados pelos demais ativistas. Tentado justificar a atitude, Rômulo Augusto afirmou "ter salvado a classe operária ao entregar a pequena-burguesia".[164]

Indo posteriormente para o centro-sul, Rômulo Augusto ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização armada surgida em 1968, no estado de São Paulo. No ano seguinte, foi capturado pelos órgãos de repressão e apresentou um comportamento parecido com o que tivera no Ceará: negociou com a ditadura um arrependimento público. Rômulo Augusto esteve entre os primeiros ativistas levados, em 1970, "à televisão para declararem-se arrependido, renunciando à luta armada e proclamando 'patriótico' apoio ao governo do presidente Médici".[165] Tornou-se para a ditadura e imprensa aliada um "terrorista arrependido"; para as esquerdas, um desbundado ou um cachorro.[166] Como consequências das declarações, Rômulo Augusto foi transferido para Fortaleza, sendo posto no Quartel dos Bombeiros, nas imediações do centro da cidade, enquanto os outros presos políticos, condenados pela Justiça Militar, ficavam encarcerados no Instituto Penal Paulo Sarasate. Era uma forma de proteger sua integridade física, tal a fúria que despertou entre os ex-companheiros. Rômulo Augusto foi liberto a 14 de julho de 1971.[167]

---

164 RAMALHO, Bráulio. Op. Cit., p. 137.

165 Ibidem. O Povo, de 27 de janeiro de 1971, trouxe matéria sobre Rômulo Augusto, intitulada "Subversão não traz solução aos problemas".

166 O termo "cachorro", segundo nossos entrevistados, como Mário Albuquerque e José Machado, referia-se ao militante de esquerda que passara a colaborar com os órgãos de repressão, virando um informante. Citando Daniel Aarão, Beatriz Kushnir diz que "Desbundado foi uma palavra inventada pelos caras 'duros' de vanguarda, que assim se referiam desprezivelmente a todos que não viam com bons olhos a aventura das esquerdas armadas, depois, passou a se referir especificamente às pessoas que cediam diante da tortura. Mais tarde, o termo tornou-se um genérico, designando, ambiguamente seja os que eram contra a luta armada, desqualificando-os, seja os que cediam diante da tortura". KUSHNIR, Beatriz. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 286. No referido artigo, Beatriz Kushnir traz análises sobre uma entrevista feita, em 1999, com Rômulo Augusto, que se declarou, então, integralista.

167 KUSHNIR, Beatriz. Op. Cit. (2010), p. 291.

Embora não tendo aderido à luta armada, os trotskistas foram alvos da repressão da ditadura. Vários deles acabaram presos no início de 1970, quando as ações revolucionárias no Ceará aumentaram consideravelmente e a polícia não conseguia encontrar os "terroristas" responsáveis. A prisão dos trotskistas foi usada pelos órgãos de repressão como evidência da "competência de seu trabalho investigativo" e alardeado pela imprensa como um grande tento na luta contra a "subversão".[168]

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi fundado, no Ceará, já na ditadura militar. Nos meses posteriores ao golpe, dirigentes nacionais, da cúpula do partido, como Diógenes Arruda e Ângelo Arroio, vieram ao Ceará, realizando contatos com os militantes "descontentes" do PCB. Foram feitas várias reuniões com aqueles "descontentes", em geral jovens ativistas, dentre os quais Sílvio Mota, José Sales de Oliveira, José Ferreira de Alencar, Ozéas Duarte de Oliveira, José Valdir de Aquino, Walton Miranda e Miguel Cunha. A intenção era aproveitar o momento e fundar um núcleo local do PCdoB, estruturando-o em um estado onde ainda não tinha representação. Além disso, segundo Gilvan Rocha, a preocupação do PCdoB em organizar sua secção local deu-se, também, em virtude da mobilização de trotskistas em Fortaleza. A estratégia era igualmente congregar os descontentes do PCB antes que o espaço fosse ocupado pelo PORT.[169]

---

168 "Desbaratada rede de subversão no Ceará" In:O Povo, 08/05/1970. "Desbaratada subversão no Ceará" In: Correio do Ceará, 08/05/1970. A polícia estourou um aparelho do PORT na rua Padre Valdevino, em Fortaleza, capturando os universitários Tereza Maria de Paula, Maria Zilene Craveiro e Lourival Carneiro de Sousa. Em junho do mesmo ano, noticia-se o pedido de prisão preventiva feito pela PF à Justiça Militar de mais dez ativistas, além dos três citados: Helena de Paula Joça, Bartolomeu José Gomes, Paulo Emílio de Andrade Aguiar, Verônica Daniel Silveira, Inocêncio Rodrigues Uchoa (preso em Recife), Enrico Dorneles e Ivan de Barros Falcão". In: Correio do Ceará, 24/06/1970. Embora a imprensa da época falasse em militantes do PORT, esclareceu o historiador Andreyson Silva que se tratava de uma outra dissidência saída da organização, a Fração Bolchevique Trotskista (FBT). O desmantelamento da FBT, em Fortaleza, ocorreu a partir da prisão de militantes no Rio Grande do Sul, com os quais foram encontrados documentos citando trotskistas de outros estados. In: MARIANO, Andreyson Silva. Op. Cit., p. 104 e 107. O Povo de 24/02/1971 informa que militantes da FBT foram condenados a penas variando entre 12 anos e 6 meses de prisão.

169 ROCHA, Gilvan. Op. Cit., p. 121. RAMALHO, Bráulio. Op. Cit., p. 152.

Perante a fidelidade aos princípios do Partido Comunista Brasileiro, concebido como o "verdadeiro partido revolucionário e representante único do socialismo e do proletariado",[170] muitos militantes ainda hesitaram em deixar a agremiação. Para aqueles homens e mulheres, especialmente os mais velhos, inseridos numa cultura política de observância ao centralismo democrático e obediência à cúpula comunista, era decisão difícil, por demais dura, sair da organização que tanto defenderam, que fazia parte de suas vidas e de seu modo de ser, e pela qual tanto lutaram e sofreram. Afora isso, em meio à intensa repressão e à confusão e desorganização que tomou conta das esquerdas em seguida ao golpe, muitos comunistas achavam prudente esperar por saber qual seria o posicionamento do PCB ante a nova conjuntura política.

A ruptura definitiva dos "descontentes", especialmente, dos mais jovens ativistas com o PCB aconteceu após tensa conferência clandestina (a primeira do Partido Comunista Brasileiro após o golpe), realizada no ano de 1965, em Paracuru, no sítio do veterano comunista Anário de Carvalho. Ali, os "descontentes" condenaram o reformismo da direção nacional comandada por Luis Carlos Prestes, sem deixar de refutar a inércia do partido diante da "revolução" de 1964; irritaram-se, ainda mais, quando debateram a postura do PCB em não propor a luta armada contra o regime e realizar a oposição pacífica e institucional via MDB; e quase foram às vias de fato, quando foi discutida a forma como a cúpula cearense do PCB havia "contribuído", com o "surrão do Anníbal Bonavides", para a queda, prisão e humilhação de vários companheiros.

Os "descontentes" viraram dissidentes. Da mesma forma que no resto do Brasil, o PCB-CE logo perdeu adeptos e simpatizantes – e não foram poucos. Para se ter ideia, quase todos os integrantes do diretório municipal de Fortaleza romperam com o Partido. Se alguns dos ativistas aderiram ao PORT, boa parte aceitou, enfim, os convites da direção do PCdoB e passaram a estruturar a organização no Ceará. Ressalte-se que, a seguir, vários dos "descontentes" romperam da mesma forma com o PCdoB, levando à formação da ALN no Estado.[171]

---

170 *Vide* FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002

171 RAMALHO, Bráulio. Op. Cit., p. 148-158.

Como muitos dos agora ex-integrantes do PCB eram estudantes, não surpreende que o PCdoB tenha tido tanta força entre universitários e secundaristas. Obteve a liderança do movimento estudantil universitário, enquanto nacionalmente tal domínio estava com a Ação Popular. O pesquisador Bráulio Ramalho entende que essa liderança ligava-se à repressão desencadeada sobre a AP, em 1965, e ao pragmatismo dos dirigentes estudantis do PCdoB, que não discriminavam os militantes de organizações concorrentes no campo das esquerdas, além de apresentarem preocupações com questões e reivindicações mais próximas do cotidiano estudantil, e não apenas com as conjunturas políticas nacionais e globais.[172] Mas não deixa de ser, acrescentamos, um sinal do "espírito da época", da radicalização política de setores estudantis, que viam na opção revolucionária – na qual a luta armada estava inserida e que o PCdoB defendia – a forma ideal de enfrentar a ditadura. Com a reabertura do DCE da Universidade do Ceará, em 1966, o PCdoB elegeu os presidentes da entidade em duas gestões, João de Paulo Monteiro (1967/68) e (o depois deputado federal e ministro no governo Lula) José Genoíno Neto (1968/69).[173] Uma outra liderança, ligada ao PCdoB, de grande influência no meio estudantil, foi Ozéas Duarte de Oliveira, da Faculdade de Direito.

No objetivo de concretizar o princípio da guerrilha rural, comum entre os vários agrupamentos armados, o PCdoB buscou instalar militantes no norte do Brasil. Foi o que ficou conhecido como guerrilha do Araguaia, na região homônima, divisa dos atuais estados de Pará e Tocantis, para a qual, inclusive, foram vários cearenses.[174] O PCdoB não praticou ações armadas (ações de expropriação, atentados, etc.) no Ceará, embora tenha realizado o "proselitismo revolucionário", por meio de conversas informais com a população,

---

172 Ibidem, p. 153.

173 Ibidem, p. 158.

174 *Vide* MOURÃO, Mônica. *Memórias clandestinas*: a imprensa e os cearenses desaparecidos na guerrilha do Araguaia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. Foram mortos na guerrilha do Araguaia os cearenses Antônio Teodoro de Castro, Bergson Gurjão Farias, Custódio Saraiva Neto e Jana Moroni Barroso.

comícios relâmpagos, panfletagem, pichações, recrutamento de militantes – competindo com as outras organizações guerrilheiras. Instalou, ainda, bases em algumas áreas do interior do estado, a exemplo de Crateús e Cariri. Não raro, eram pequenas propriedades pertencentes a simpatizantes/integrantes da organização. Essas bases serviam de locais de refúgio, para acolhimento de quadros que estavam escapando da repressão em outras regiões do Brasil. Também poderiam ser usadas como pontos de descanso, recuperação física/psicológica e até treinamento, preparando os militantes para serem enviados ao que chamavam de "zonas de guerra" do Maranhão e Pará/Araguaia, conforme nos revelou o ex-dirigente do partido, Oswald Barroso.

> O partido tentou montar uma base no Cariri (...). Também tinha militantes em Crateús, Iguatu, Sobral... O Cariri era uma zona de retaguarda, de apoio, ficava perto de Pernambuco, Paraíba, por um lado, por outro fica perto do Piauí, depois Maranhão, aquela região lá. Eram propriedades de aliados, simpatizantes do partido, a gente não tinha dinheiro para comprar propriedade, a gente não fazia assalto de banco, né? Lá recebia e enviava pessoas. Gente fugindo da repressão, gente que se preparava, fazia treinamento, dava tiro e tal, para ir para as zonas de guerra populares.[175]

Os agrupamentos armados do Ceará

Como afirmamos no início deste texto, dos grupos armados nacionais, dois destacaram-se atuando no Ceará, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A primeira apresentou no País como fundador o baiano Carlos Marighella, destacado militante do PCB, com o qual rompeu em 1967, após se aproximar de Cuba. Importa esclarecer que, embora fosse solidário com a ilha de Fi-

175 Oswald Barroso, ex-militante do PCdoB, entrevistado a 6 de setembro de 2017.

del, o Partido Comunista Brasileiro opunha-se frontalmente à aplicação da "via cubana" de revolução no Brasil, entendendo-se por isso a luta armada e a substituição do partido pela guerrilha como vanguarda da revolução.[176]

O regime de Castro, até como forma de romper o isolamento imposto pelos Estados Unidos, apoiava e estimulava a luta armada no Continente. Em agosto de 1967, em Havana, realizou-se uma conferência cujo desdobramento foi a fundação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), visando a expandir a revolução. Ainda em agosto, os primeiros militantes enviados por Marighella à Ilha começaram seus treinamentos de guerrilha – nos anos seguintes, outros foram. A historiadora Denise Rollemberg mostrou a precariedade de tais treinamentos, embora eles tenham contribuído para superdimensionar o potencial da luta armada, tanto entre os militantes de esquerda, como entre os militares. Não por coincidência, a repressão passou a matar os ativistas que tivessem passado por treinamento em Cuba. Entre aqueles presos, os sobreviventes foram poucos.[177]

Marighella rompia com o pacifismo pecebista. Acreditava que só a violência armada revolucionária seria capaz de mudar o Brasil e expulsar as oligarquias dominantes e o imperialismo, o que deveria ser feito a partir do campo e com apoio das massas. No tocante ao caráter da revolução brasileira, a ALN herdou do PCB a teoria das duas etapas, defendendo, como o próprio nome da entidade sugere, a "libertação nacional", ou seja, não seria a revolução imediatamente socialista. Nesse quesito, portanto, afastava-se do imediatismo socialista de Guevara, o que permitia, em tese, a possibilidade de agregar, além de camponeses e operários, segmentos da "pequena burguesia" e mesmo da grande burguesia nacional para a luta revolucionária. Entretanto, ao contrário daquilo sugerido pelo PCB, a Ação Libertadora Nacional enxergava que o processo revolucionário jamais deveria ser guiado pela burguesia.[178]

---

176 BARÃO, Carlos Alberto. Op. Cit., p. 289.

177 ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. (2001), p.12.

178 RIDENTI, Marcelo. Notas sobre o PCB, suas dissidências armadas e Carlos Marighela. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs). *Corações vermelhos*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 209.

Na interpretação de Jacob Gorender, após o fracasso da guerrilha do Caparaó, no Brasil, e de Guevara, na Bolívia, Marighella posicionou-se contrário ao foquismo "puro e simples". Inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contra os holandeses, do cangaço de Lampião), Marighella defendia a guerrilha rural, mas com colunas móveis, ou seja, a guerrilha deveria atacar, em locais variados, e não se fixar apenas em uma área (ao contrário de Cuba, onde os revolucionários conquistaram o poder a partir da Sierra Maestra). Para tanto, deveria ter pontos de apoio, de antemão assentados, na intenção de dificultar as ações repressivas e garantir as condições de luta. A cidade, por outro lado, não deveria ser esquecida: a guerrilha urbana era valorizada por Marighella, vista como espaço tático para a revolução, afinal, eram nas cidades que estavam ocorrendo, naquele momento, as efervescências políticas. Seria área para obtenção de quadros (militantes), armas e explosivos, local de fustigamento e denúncias do inimigo, espaço para ações de expropriação, que se dariam com assaltos a banco e às instituições financeiras. Os recursos seriam empregados na estruturação e dinâmica da guerrilha rural e nas próprias ações urbanas – aquisição de aparelhos e armas, manutenção dos militantes clandestinos, etc. Não obstante, para Gorender, as modificações introduzidas por Marighella foram secundárias no contexto geral. "O foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política".[179]

A ALN valorizava, igualmente, outros grupos de esquerda da época, a ação revolucionária em si, tendendo a minimizar teorias, análises de conjunturas. A "ação faz o revolucionário", era um clichê das esquerdas daquele período. Chegava de reuniões e conversas supérfluas. As teorias, experiências e os exemplos de outros processos históricos, especialmente, os da Revolução Cubana, ofertavam o básico para a luta no Brasil. Essa percepção aguçou-se ainda mais após o AI-5 de 1968: a ditadura, cada vez mais, tornava-se opres-

179 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 107.

sora, não havendo muitos espaços para ações pacíficas. Em decorrência, a ALN era um forte polo atrativo daqueles militantes radicais, que desejavam a luta armada imediata. E havia uma verdadeira ansiedade por parte deles em realizar ações, tal a decepção que apresentavam acerca da falta de resistência ao golpe de 64 e ao endurecimento da ditadura. Esse fator, além do prestígio da liderança de Marighella, figura tida como carismática e corajosa,[180] ajudou a entender como a ALN atraiu tantos ativistas com origens no PCB.

O grupo de Marighella não era um partido e isso o distinguiu de outras organizações de esquerda armada do período, como o PCBR. Essa era uma outra questão que dividia os grupos revolucionários, o da natureza organizacional. Para o PCBR, dever-se-ia estruturar um partido nos moldes marxista-leninistas, ou seja, um partido centralizado para coordenar a luta revolucionária. Ora, uma das razões da ruptura e da crítica de Marighella ao PCB era o burocratismo e a verticalização desse, da submissão completa do militante ao líder e quase ausência de debates internos. Isso inibiria as possibilidades de autocrítica e de transformação, pois os processos se esvaziariam em nome da preservação da instituição, ou seja, se fechariam os olhos para os erros visando a manter o partido, pois esse era entendido como instrumento fundamental para realizar a revolução.[181]

A Ação Libertadora Nacional deveria ser uma "organização flexível", que estivesse a todo momento em "plena construção, aberta ao novo e às contradições da vida". Nada de direções centralizadoras e escalões intermediários, com suas decisões morosas e burocráticas. A ALN deveria ser ágil, privilegiando a ação e a autonomia de seus militantes.[182] A organização se estruturava, em tese, quase como uma federação de grupos guerrilheiros, coordenados por Marighella. Esperava-se que, apenas em

---

180 *Vide* MAGALHÃES, Mário. *Marighela*: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

181 NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. Genealogias, transversalidades e rupturas de Carlos Marighela. In: ______ (Orgs.). *Carlos Marighela*: o homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 109.

182 SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. "Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil": a Ação Libertadora Nacional. In: SALES, Jean Rodrigues (Org.). *Guerrilha e revolução*: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 56.

um segundo momento, se daria o surgimento natural de uma organização guerrilheira polarizadora das atividades revolucionárias. Compor-se-ia de grupos com grande autonomia e liberdade de iniciativa, dotados de "criatividade da ação revolucionária". O militante teria espaço para atuar, agir, não ficar esperando a orientação de um órgão central. Dessa forma, acreditava-se que os grupos e as ações se multiplicariam.[183]

Houve quem identificasse essa postura da ALN como "anárquica" e "individualista", fatores que inibiram um dos elementos fundamentais para um exército ou partido, a disciplina, e que contribuíram para o desmantelamento da ALN em 1970.[184] Mas não se deve exagerar na "autonomia tática" dos grupos: possuíam liberdade de fazer ação armada que entendessem, desde que estivesse dentro do planejamento estratégico da organização.

Denise Rollemberg apontou contradição na estrutura descentralizada da Ação Libertadora Nacional: a centralização em Marighella dos diversos contatos mantidos Brasil afora. Era uma ampla rede de apoio e simpatizantes, gente que circulava pelo território nacional, levando e trazendo informações, militantes deslocados para o interior, os quais compravam sítios e esperavam o momento certo para atuar na guerrilha rural, etc. As razões para tal eram de segurança, mas quando Marighella foi assassinado, em São Paulo, pelas forças de repressão comandadas pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, em novembro de 1969, levou consigo todas aquelas informações de contatos, sendo perdidos igualmente os recursos de diversas ações enviados para a guerrilha no campo. Nos meses seguintes, com a intensificação da repressão, torturas e quedas (captura de militantes), a ALN naufragou melancolicamente...[185]

---

183 NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. Op. Cit.

184 FERREIRA, Muniz. Carlos Marighela: revolução e antinomia. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.). *Carlos Marighela*: o homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 238-239. 109. GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 107.

185 ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003, p. 70-71.

A rede de apoio começou a ser articulada já na fundação da ALN. Para tanto, Marighella contou com o prestígio de que gozava entre os militantes do velho PCB e com a simpatia de ativistas vindos do meio estudantil ou de outras organizações de esquerda. Foi dessa maneira que se criou a secção cearense da ALN.

Conforme entrevistas colhidas, os primeiros contatos com a organização de Marighella deram-se, em 1967, por intermédio de antigos integrantes do PCB e que haviam tido rápida passagem também pelo PCdoB. Tais ativistas, nomes como Sílvio Mota, José Sales de Oliveira, José Ferreira de Alencar, Ozéas Duarte de Oliveira e José Valdir de Aquino, haviam deixado o Partido Comunista Brasileiro, em 1965, após a já referida conferência clandestina realizada em Paracuru. Entraram, a seguir, no Partido Comunista do Brasil, com o firme propósito de realizar a luta armada.

Acontece que o PCdoB começou a estruturar seu projeto guerrilheiro sem muito alarde ou ações de impacto, ao contrário do que acontecia com as demais organizações revolucionárias. Tendo como objetivo a luta no campo, do mesmo modo que outros agrupamentos, mas influenciado igualmente pela Revolução Chinesa de 1949, a cúpula do partido escolheu como ponto inicial de irradiação da guerrilha uma região do Rio Araguaia, sul do Pará. O núcleo revolucionário começou a ser preparado, a partir de 1967, com cautela, sem pressa e em sigilo, inclusive não sendo comunicado nem à massa dos militantes – essa era informada apenas de que o PCdoB também estava "agindo". A prudência incomodava os integrantes do partido, que clamavam por ações e viam ALN, PCBR e outras organizações realizarem ações espetaculares nas cidades. A demora e o descontentamento com a opção adotada pelo PCdoB levaram alguns ativistas a deixar o partido. Para os militantes, a "revolução não poderia esperar". Disse-nos um daqueles militantes, Sílvio Mota:

> Nós rompemos para organizar o PCdoB na perspectiva de luta revolucionária, já que o Partido tinha aquela bandeira

> maoísta. Ficamos esperando. Mas se esperava, se esperava... fizemos treinamentos militares... tudo isso, mas o resultado, nada. Pelo contrário, toda vez que queríamos fazer alguma coisa mais séria, o Partido vinha e negava. Acabamos perdendo a paciência e nos desligamos – alguns de nós. Foi uma outra divisão[186].

Ao sair do PCdoB, o grupo de militantes, destacadamente Sílvio Mota, José Sales, José Aquino e José Alencar, passou a travar contato com os primeiros documentos escritos do Agrupamento Comunista de São Paulo (embrião da ALN), por meio de um enviado de Marighella a Fortaleza. Ainda em 1967, Sílvio Mota viajou a São Paulo no intento de acertar a fundação da secção cearense da Ação Libertadora Nacional. Para tanto, foi fundamental a contribuição de universitários cearenses os quais estudavam na capital paulista, sobretudo Flávio Torres, que depois seria professor universitário, fundador do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Ceará, na década de 80 e suplente de senador, nas eleições de 2002. Estes estudantes puseram Mota em conversas, inicialmente, com o sergipano Agonalto Pacheco da Silva e, a seguir, com a cúpula da organização. Mota foi informado de que a luta revolucionária já começara no centro-sul brasileiro e que seria importante propagá-la para outros cantos do País. De início, deveriam ser ações anônimas, tal como acontecia então em São Paulo e Rio de Janeiro, visando arrecadar fundos, mais facilmente, confundir e assustar a repressão, levando-a a crer que se tratava de crimes comuns.[187]

A proposta de ação imediata e de autonomia coadunava-se com os anseios dos jovens militantes cearenses. Deveriam esses ser o mais autossuficientes possível, ou seja, teriam liberdade para criar a estrutura local por meio do recrutamento de outros membros, montagem de aparelhos, coleta de explosivos, levantamentos de áreas, realização de ações de expropriação de dinheiro, armas, etc. Entretanto, como já dissemos antes, a

186 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

187 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

autonomia tática não era plena, pois deveria atender aos objetivos do planejamento estratégico da organização, afinal, a luta deveria ser nacional e não apenas no Ceará.

Para os estrategistas da ALN, estados como Ceará e, como demonstra a historiadora Sandra Regina Barbosa da Silva Souza,[188] a Bahia eram, a princípio, vistos como "áreas de recuo e reserva", ou seja, locais a serem "preservados" como estratégicos para interesses posteriores do grupo de Marighella. O Ceará poderia servir para receber militantes fugidos da repressão de outros estados e/ou local de um potencial revolucionário futuro, entenda-se, para eclosão posterior da luta, em uma fase de ataque total e definitivo à ditadura, dando a entender a propagação, por todo o território brasileiro, da guerrilha e da inevitabilidade de queda do regime. Também era área de recuo em sentido outro, como região para reagrupar as forças guerrilheiras em caso de repressão impactante no centro-sul, de sucessivas derrotas e riscos para a sobrevivência do projeto revolucionário da ALN. A zona de combate inicial, de ações da guerrilha urbana, era o triângulo Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte. Segundo Mário Magalhães, a área objetivada por Marighella para a guerrilha rural "se esparramava pelo sudeste do Pará, o oeste do Maranhão e a metade setentrional de Goiás, que viria a formar o estado de Tocantins".[189]

Assim, nas terras cearenses, deveria ser feito um trabalho de longo prazo, estruturando a organização com cuidado dentro da estratégia global da ALN. Os ativistas locais deveriam entender que essa posição estratégica de reserva do Ceará, igualmente, apresentava importância para a revolução. Seria de grande impacto propagandístico e de abalo na moral da ditadura, quando, ao receberem o "sim" de Marighella, os revolucionários mergulhassem o Ceará na luta, no ataque decisivo ao regime. Po-

188 SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. "Nós também resistimos": a luta armada em Salvador (1966-1971). In: SALES, Jean Rodrigues (Org.). *Guerrilha e revolução*: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 198.

189 MAGALHÃES, Mário. Op. Cit., p. 305.

deriam acontecer ações, sim, mas nada "grande" no sentido de afrontar diretamente a ditadura militar e que atraísse uma repressão mais intensa. Enquanto Marighella esteve vivo, essa premissa foi cumprida. Tanto que as primeiras ações da ALN, no estado foram vinculadas pela imprensa como crimes comuns ou sequer foram noticiadas. Quando os guerrilheiros cearenses solicitavam permissão para ações de maior envergadura, recebiam da direção nacional da organização um solene não. Um de nossos entrevistadoso, contou-nos:

> [Das] ações que a gente queria fazer, havia uma que era espetacular. Fizemos até o levantamento, que foi de explodir os aviões do Grupo de Caça na Base Aérea. Nós entramos dentro da Base Aérea, fizemos o levantamento, vimos que [os aviões] ficavam numa área sem sentinela e tudo, tínhamos explosivos, mas quando fizemos contato, um contato que eu mesmo fiz, o próprio Marighella proibiu, [eu] nem sabia que tava falando com o Marighella (...). Nós não estávamos na área tática, então nossas operações armadas tinham que ser operações necessariamente mais encobertas.[190]

A condição de "reserva" e as restrições para realizar apenas "ações encobertas e menores" desagradaram a alguns dos militantes, ansiosos por promover ações de maior envergadura e "apressar" a revolução, numa evidência de como acreditavam em sua potencialidade e no imediatismo da vitória. Isso exigiu do comando local da ALN certo pulso e controle, conforme nos disse Sílvio Mota.[191] Definir exatamente o que era uma "ação menor" constituía-se um problema. Assim, parece ter havido o que entendemos ser uma certa tensão entre a secção local da organização e a direção nacional. Pode-se conjecturar que, de forma parecida com o que se deu na Bahia,[192] houvesse por parte da cúpula nacional da ALN uma percepção da

190 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

191 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

192 SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. Op. Cit., p. 209.

fragilidade orgânica do grupo no Ceará. O comando nacional, priorizando a estratégia global, punha ressalvas aos anseios e pressões da militância cearense por maior "titularidade" na revolução. Os dirigentes nacionais, por exemplo, resistiram bastante em autorizar a realização de ações de expropriações, em bancos, pelo agrupamento local. Isso porque soube-se que as casas bancárias de Fortaleza estavam quase todas concentradas no centro histórico da cidade, cujas ruas estreitas e o trânsito ruim eram óbices, os quais dificultavam uma rápida fuga. Não por coincidência, a primeira tentativa de assalto a uma agência bancária, na capital cearense, pela ALN foi ao Banco Mercantil, situado próximo ao Mercado São Sebastião (um centro de abastecimento de frutas e verduras), nos "arredores" da cidade.

Foi somente após a morte de Marighella (ocorrida a 4 de novembro de 1969) que os meios de comunicação e mesmo as forças de repressão passaram a saber das ações "terroristas" da ALN no Ceará. No caso, esse frustrado assalto ao Banco Mercantil, acontecido exatamente um mês após a morte do líder comunista, a 4 de dezembro de 1969. Em 1970, a ALN-CE realizou o justiçamento/assassinato – algo traumático para as esquerdas em qualquer circunstância e de impacto na sociedade – de um possível delator no município de São Benedito e cujo desastroso desfecho levou à intensificação da repressão e desbaratamento da organização no estado.

A estrutura da ALN-CE seguia o modelo instituído nacionalmente por Marighella. Formou-se, de início, um grupo central, chamado de Grupo de Trabalho Estratégico (GTE), encarregado de elaborar as linhas de atuação, planejamentos e escolha de alvos imediatos da organização, visando montar a infraestrutura para o desencadeamento da guerrilha rural. Cabia-lhe também a obtenção de informações e contrainformações, cuidar da segurança, realizar o reconhecimento de áreas de atuação, montar "aparelhos", etc. Seus dirigentes principais eram Sílvio Mota que, em 1969, foi mandado pela direção nacional para realizar treinamento guerrilheiro em Cuba, José Sales (que se tornou o homem forte com a saída de Mota), William Montenegro e Fabiani Cunha.

A partir do GTE, formaram-se outros grupos, todos por sua vez compartimentados, ou seja, divididos em subgrupos, cujos integrantes, em tese, não deveriam se conhecer ou atuar juntos (como veremos, isso não era seguido à risca), salvo em ações de maior envergadura. O número de componentes de tais subgrupos variava entre quatro e seis militantes. Daí tinha-se, então, o Grupo Tático Armado (GTA), dos combatentes propriamente ditos, encarregados de realizar as ações armadas (expropriações de bancos, armas e carros, propaganda armada, fornecimento de apoio às manifestações de massas e greves, etc.). O GTA deveria ter um líder com experiência reconhecida, pois essa estrutura constituía-se o poder de fogo da organização, a ser sempre ampliado.[193] Havia igualmente a Frente de Massa ou Grupo de Ação, que fazia pichações,[194] comícios-relâmpago, distribuía panfletos,[195] etc. e se articulava com o movimento estudantil, operário, camponês, etc. Tinha-se, por fim, a rede de apoio (Grupos Independentes), tanto nas áreas urbanas como rurais, composta por pessoas que, podendo ser ou não integrantes da ALN, davam sustentação à organização. Forneciam recursos financeiros, equipamentos, escondiam militantes e armas, possibilitavam meios de comunicação e transporte, ajudavam nos deslocamentos dos guerrilheiros, etc. Em suma, ofertavam uma infraestrutura mínima para o desenvolvimento das ações e funcionamento do grupo de Marighella.[196] Conforme o depoimento já citado de Sílvio Mota, quando se retirou para Cuba, a ALN, contando membros, aliados e simpatizantes, chegou a possuir no Ceará quase 200 pessoas.[197]

---

193 SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. Op. Cit., p. 63.

194 Uma das mais famosas pichações da ALN aconteceu no edifício do Tribunal de Justiça, no centro de Fortaleza: "40.000 processos engavetados: justiça de pobre é fuzil". O Presidente do Tribunal, Ubirajara Índio do Ceará, foi à imprensa condenar o "ato de vandalismo", afirmando que não havia 40 mil processos pendentes – apenas 16 mil... In: O Povo, 17/08/1970.

195 Um das primeiras prisões de José Machado Bezerra aconteceu em 1968, quando fazia panfletagem "subversiva" entre os operários da Fábrica Brasil Oiticica. José Machado Bezerra, ex-integrante de PCBR e ALN, entrevistado a 27/05/2003.

196 SILVA JÚNIOR, Edsons Teixeira da. Op. Cit., p. 63.

197 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

Para essa rede de sustentação, foi importante o prestígio de Marighella entre os comunistas e as estruturas de apoio recepcionados do PCB, de onde vieram vários dos integrantes da ALN. No caso do Ceará, a Ação Libertadora Nacional herdou parte das velhas bases interioranas do Partidão. Não foi à toa, como vimos, que a repressão ditatorial focou-se na militância do PCB, na intenção de encontrar os "terroristas" cearenses. Assim, a organização de Marighella tinha militantes e apoiadores não apenas em Fortaleza, mas igualmente nos sertões cearenses. Um exemplo foi a cidade de São Benedito, na divisa com o Piauí, onde um integrante da ALN, José Bento da Silva, teve papel destacado no caso referido do justiçamento do possível delator. No capítulo 3, analisaremos, em detalhes, as principais ações da ALN no Ceará.

Quanto ao PCBR, sua fundação aconteceu, em abril de 1968, no Rio de Janeiro, a partir de outra dissidência do PCB, liderada por Mário Alves, jornalista e intelectual dos mais respeitados entre os comunistas. No Partidão, Alves estava à frente da chamada Corrente Revolucionária, grupo que questionava a nova política, mais conciliatória, da agremiação na conjuntura da primeira metade dos anos 60. Os questionamentos aumentaram com o golpe de 1964 e a opção do partido de Luis Carlos Prestes pela resistência pacífica à ditadura. A Corrente Revolucionária, entretanto, divergiu também de Marighella, pois visava à reconstrução de um novo partido revolucionário, nos moldes marxista-leninistas clássicos e que conduzisse à luta armada. A ALN surgiu, como vimos, como avessa às "estruturas partidárias burocratizadas". Esse era o principal fator a afastar PCBR e ALN, apesar de pontos em comum, como a prioridade do campo para o início da luta revolucionária, sem descartar ações urbanas, obviamente, para estruturar tal luta.[198]

Nas palavras de Jacob Gorender, aliás, ex-dirigente do "BR" (como era chamado o PCBR pelos militantes), a organização foi a mais típica dos

---

198 RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. (2003), p. 209.

agrupamentos que então surgiam, enlaçando a tradição doutrinária marxista com a pressão estrondosa da militância pela luta armada e incondicionada.[199] Apesar de manter a perspectiva do dualismo da revolução, o PCBR não acreditava que a primeira fase fosse de "caráter democrático", em aliança com uma burguesia nacionalista, pois essa no Brasil seria carente de potencial revolucionário – no máximo, poder-se-ia caracterizá-la como reformista. Assim, a revolução deveria ser popular, a fim de destruir o Estado burguês, que os militares defendiam em consonância com o capital estrangeiro e os Estados Unidos. Criar-se-ia um governo popular revolucionário, dirigido pela aliança entre proletários, camponeses e classes médias empobrecidas, a qual faria modificações radicais na sociedade (nacionalização de empresas estrangeiras, reforma agrária, planificação econômica, etc.) e abriria passagem ao socialismo. Apesar de ainda intermediária, a revolução popular era concebida como a maior aproximação possível da revolução socialista.[200] Ao contrário de organizações mais militarizadas, como a ALN, e em divergência com a teoria do foco, o PCBR afirmava que a luta armada não se dissociava do trabalho com as massas – o grupo foi muito ativo nas agitações de 1968 – e tampouco excluía o potencial das cidades, onde seria igualmente possível promover ações armadas, embora o cenário principal e ideal estivesse no campo. Para desfechar tal luta, o PCBR criou Comandos Político-Militares, chamados de esquadras.

No Ceará, o PCBR foi organizado por militantes vindos do Recife-PE. Pelas informações de Jacob Gorender, era grande a pressão dos membros do partido em Pernambuco para o desencadeamento da luta armada. Falar apenas em "preparação" da guerrilha era sofrer a acusação de pacifismo, oportunismo e capitulação. Não se podia aceitar menos que luta armada imediata. Assim, ante as ações feitas por outras organizações, em 1969

199 GORENDER. Jacob. Op. Cit., p. 113.

200 Ibidem., p. 113. *Vide* também o documento sobre a linha política do PCBR, datado de outubro de 1968 e reproduzido em AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). *Imagens da revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 205-229.

(Marighella chegou a afirmar que aquele seria o "ano da guerrilha rural"), os membros pernambucanos do "BR" promoveram os primeiros assaltos com fins revolucionários no Nordeste, pressionando a cúpula nacional da organização a imergir de vez na luta armada.[201]

Em 1968, vieram do Recife para Fortaleza alguns militantes, fugindo da repressão e no objetivo de estruturar o "BR". Encontraram, na capital cearense, um cenário também de radicalização por parte das esquerdas, pela agitação política da cidade naquele ano, conforme descrito no tópico anterior. O primeiro desses militantes foi o estudante de direito Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, conhecido como Assis Magrinho. Esse havia passado algumas "curtas temporadas" nos cárceres recifenses ou, no jargão dos ativistas, "mijado na cadeia", em virtude de sua atuação "subversiva" pelo PCB. Ao deslocar-se para o Ceará, Francisco de Assis Barreto já havia rompido com o Partidão e se aproximara do PCBR. Na capital cearense, foi acolhido inicialmente na casa da família de Pedro Albuquerque, antigo companheiro com quem havia participado das Ligas Camponesas em Pernambuco, antes do golpe de 64.

A família Albuquerque tinha uma tradição de esquerda: o pai, Mario Albuquerque, era velho militante do PCB; o filho mais velho, o citado Pedro Albuquerque, participava do movimento estudantil e era integrante do PCdoB – no final da década, seria deslocado para a guerrilha do Araguaia; um dos filhos mais novos, também Mário Albuquerque, então militante do PORT, era um destacado ativista estudantil secundarista na época (integrava a diretoria do Centro dos Estudantes Secundaristas Cearenses – CESC). Outro filho, Célio Miranda, participava também do movimento estudantil. Os contatos e debates possibilitados por aquele ambiente familiar, a repressão da ditadura e a frustração/radicalização da militância possibilitaram a definição dos projetos políticos de Francisco de Assis Barreto e dos irmãos Albuquerque. Após sinalizar com certa aproximação com

201 GORENDER. Jacob. Op. Cit., p. 169.

o PCdoB, Francisco de Assis acabou sendo novamente contactado pela cúpula nacional do PCBR, ingressando na organização. Foi incumbido de estruturá-la em Fortaleza.

Tendo como anfitriões jovens estudantes, os quais estavam inseridos nas mobilizações que sacudiam Fortaleza, à época, e já tendo experiência como militante no meio estudantil, pois atuara no movimento em Pernambuco, não surpreende que Francisco de Assis Barreto tenha buscado organizar o PCBR-CE a partir do contato com discentes. Passou a travar conversas, sobretudo, com integrantes do PORT, alguns deles então em franca discordância com a organização trotskista, a qual não abraçara a luta armada. De novo, percebe-se o imaginário do militante radical de extrema-esquerda. Num contexto que enxergavam pré-revolucionário, da inevitabilidade da eclosão e vitória da revolução, ingressar numa organização nacional melhor estruturada podia ser o caminho ideal para, enfim, concretizar a opção política guerrilheira.

Contando com o apoio de dois ex-membros do PORT, Mário Albuquerque e a namorada dele, Vera Rocha (a Verinha, de grande liderança junto aos estudantes), Francisco de Assis iniciou a "pregação revolucionária armada". Em pouco, o PCBR organizou um núcleo, em Fortaleza, pequeno, composto, como de se esperar, majoritariamente por estudantes, em virtude da atuação daqueles no meio e da forte mobilização da juventude no momento. Existiram igualmente outros núcleos em João Pessoa-PB, Natal-RN e Mossoró-RN, compostos, da mesma forma, na maioria por estudantes. Como diz o historiador Renato da Silva Della Vechia, "essa forte participação no movimento estudantil estava relacionado à política que o PCBR defendia, de ligar as lutas de massas à ação militar".[202] Em pouco tempo, ainda em 1968, Francisco de Assis, como reconhecimento por seu trabalho no Ceará, foi chamado para compor a direção regional do PCBR, que se reunia periodicamente em Reci-

202 VENCHIA, Renato da Silva Della. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no contexto da luta armada no Brasil. In: SALES, Jean Rodrigues (Org.). *Guerrilha e revolução*: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 117.

fe e traçava as diretrizes para atuação no Nordeste. Entre os militantes, havia a crença de que Pernambuco era um "polo político" superior e participar de um colegiado ali era visto como uma ascensão dentro da organização.

Se a ALN via o Ceará como "área de recuo", essa caracterização, ao que parece, não existiu no PCBR. Tanto que a organização deslocou para o Ceará militantes experientes, com o fito de promover ações de impacto. Foi o caso de Carlos Alberto Soares, pertencente ao "grupo de fogo" do PCBR. Outros integrantes da organização, ainda que transferidos para Fortaleza já na clandestinidade, para escapar da repressão, por serem conhecidos da ditadura em outros estados, não deixaram de se envolver em ações revolucionárias, denotando que não buscavam apenas refúgio nas terras cearenses. Entre os que vieram de Recife, nesse caso, estavam os estudantes universitários Odijas Carvalho de Souza (o Neguinho ou Baiano) e sua esposa, Maria Yvone Loureiro. Eles, ao lado Francisco de Assis, Mário Albuquerque, Vera Rocha e de um outro estudante universitário, Paulo Lincoln Leão Sampaio, compuseram a base do PCBR no Ceará. Carlos Alberto e Odijas participaram, entre outras, da ação de expropriação do carro pagador do London Bank, citada na abertura deste capítulo.[203] Carlos Alberto seria preso, em 1971, dentro de um ônibus interestadual no Rio Grande do Norte – foi o único preso político do País a ser condenado duas vezes à prisão perpétua por ações armadas.[204] Odijas Carvalho caiu igualmente, em 1971, na praia da Maria Farinha, em Pernambuco, sendo assassinado em truculentas sessões de tortura no DOPS de Recife.[205]

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário apresentava duas estruturas distintas, uma política e outra militar. A primeira, como o nome sugere, dirigia a organização, fazendo trabalho com as massas (contatos com estudantes, operários, trabalhadores do campo, etc.), propaganda, traçando

---

203 Ibidem, p. 120.

204 Ibidem, p. 126.

205 MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos (Orgs.). *Dos filhos deste solo*: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar. São Paulo: BoiTempo Editorial, 1999, p. 364.

objetivos armados, etc. A execução dos planos armados estava a cabo da estrutura militar, que, sendo móvel, atuava em toda a região Nordeste. Geralmente, quando o comando político traçava um alvo, o "grupo de fogo" (denominado de Comando Político-Militar ou Esquadras) era convocado, com a intenção de estudar ("levantar informações") e verificar a forma de concretizar a ação armada da melhor forma possível. Nessas ações, poderiam participar um ou outro militante do estado em que acontecia a operação. Além do carro pagador do London Bank, dentre as ações do PCBR no Ceará, obtiveram destaque os assaltos à Coca-Cola, em Fortaleza, e ao Banco do Brasil, em Maranguape, conforme abordaremos no capítulo 3.

Ao iniciarmos a pesquisa para o mestrado no curso de História da Universidade Federal do Ceará, tínhamos informações que apenas PCBR e ALN haviam atuado com ações armadas no Estado. Ao longo da pesquisa, entretanto, colhemos indícios demonstrando que outros grupos guerrilheiros tentaram se estruturar no Ceará, isso embrionariamente, com poucos militantes e em intervalo de tempo curto, alvos que foram logo da repressão. Afora o depoimento de entrevistados (como o já citado Sílvio Mota), chamou-nos a atenção reportagens dos jornais locais, de 24 de maio de 1972, anunciando, com estardalhaço, que a Polícia Federal tinha desbaratado por completo "grupos terroristas" atuante no Estado, a saber: ALN, PCBR, PCdoB, VAR-Palmares e FLNE. O comunicado centrava o foco, sobretudo, nas duas últimas organizações.[206] Para esclarescer algumas questões, além dos jornais, para este novo livro, obtivemos uma entrevista com José Calistrato Cardoso Filho[207] e tivermos acesso à denúncia feita à Justiça Militar sobre a atuação da VAR-Palmares no Ceará, documento colhido pelo Projeto Brasil Nunca Mais Digit@l e disponibilizado na internet.

Como todo documento, os jornais e papéis da burocracia autoritária devem ser alvo de prudência e análise por parte do historiador. Podem

206 O Povo, 24/05/1972. Correio do Ceará, 24/05/1972.

207 José Calistrato Cardoso Filho, ex-militante da ALN, entrevistado em: 04/01/2020.

apresentar distorções, na intenção de justificar as ações da ditadura e os testemunhos ali contidos podem ter sido forçados, alvos que eram os militantes de torturas físicas e psicológicas. Os acusados, por sua vez, distorciam as informações, buscando escapar ou atenuar a situação em que se encontravam. Em caso assim, é importante cruzar informações com outras fontes, tentar saber das pessoas citadas, etc., para entender o que estava acontecendo.[208]

Segundo as fontes referidas, buscou-se organizar a VAR-Palmares[209] no Ceará, em meados de 1969, tendo entre os articuladores José Ferreira de Alencar, a partir de conversas, inicialmente, com um militante vindo do centro-sul do País. A organização estaria buscando igualmente se instalar no Maranhão, na região de Imperatriz. Ex-professor de antropologia da UFC, afastado do cargo, em 1966, por "subversão",[210] Alencar havia sido membro do PCB, tendo depois rápida passagem pelo PCdoB. O professor chegou a manter contato com um dos mais importantes dirigentes nacionais da VAR-Palmares, Carlos Alberto Soares de Freitas,[211] em uma viagem à Bahia, na intenção de acertar a melhor forma de estruturar o agrupamento no Ceará. Era muito próximo a alguns ativistas da ALN, os quais chegaram a lhe prestar ajuda na intenção de concretizar aquele objetivo. Em

---

208 *Vide* BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

209 A Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) foi fundada em julho de 1969, no Rio de Janeiro, como resultado da fusão do Comando de Libertação Nacional (COLINA) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Realizou a maior expropriação feita por um grupo armado no País, o assalto de US$ 2,5 milhões de um cofre pertencente ao ex-governador paulista Ademar de Barros. Mas as fortes divergências entre seus membros (a respeito da combinação entre tarefas políticas e militares, entre lutas sociais e luta armada) levaram à divisão da organização. Uma parte dos ativistas reconstituiu a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), enquanto o restante continuou na organização até sua extinção em 1971, alvo da repressão. Dos líderes da VAR-Palmares, o mais conhecido foi Carlos Lamarca, tido como um dos piores inimigos da ditadura. AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de. Op. Cit., p. 315.

210 OLIVEIRA, Papito (Org.). Op. Cit., p. 226.

211 Carlos Alberto Soares de Freitas consta na lista dos desaparecidos políticos da ditadura. MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. Op. Cit., p. 442.

um momento de crescente repressão, não obstante a concorrência entre as organizações, era necessário apoio mútuo entre os adeptos da luta armada. Um daqueles ativistas da ALN foi José Calistrato Cardoso Filho, de intensa atuação política no sul cearense, Pernambuco e Paraíba.

Alencar almejou atrair para a VAR-Palmares alguns militantes locais, marcando reuniões em sua casa ou na residência do irmão, Francisco Alencar. Situadas no bairro fortalezense de Porangabussu / Rodolfo Teófilo, as referidas casas foram tachadas de "aparelhos" na denúncia feita à Justiça Militar. Embora a imprensa e a denúncia da Polícia Federal afirmem que a VAR-Palmares não praticou ações "terroristas" no estado, soubemos que para obter fundos visando a melhor estruturar-se, o grupo realizou ações armadas em conjunto com a ALN, como na tentativa de assalto ao Banco Mercantil, em dezembro de 1969.[212]

Afora Carlos Alberto Soares de Freitas, outros dois militantes, Fernando Carlos Sampaio Mesquita Filho e uma mulher de nome Isabel ou Raquel, foram enviados do centro-sul para ajudar o professor naquele intento. Ao que parece, as promessas não foram efetivadas, pelas dificuldades passadas pela organização, com as sucessivas quedas sofridas no ano de 1970. Os ativistas, vindos do centro-sul, retiraram-se do estado. Para complicar, o próprio Alencar teve problemas de saúde, sendo obrigado a amputar uma das pernas.[213]

Esvaziada a pretensão de estruturar a VAR-Palmares no Ceará, José Ferreira Alencar acabou reaproximando-se da Ação Libertadora Nacional (ALN)

212 Sílvio Mota, ex-militante da AL**N**, entrevistado em:: 03/06/2006.

213 *Vide* ação penal número 41/72, apelação ao STM número 40.146. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/196.html. Acesso em: 04/10/2019. Foram indiciados por buscar organizar a VAR-Palmares: José Ferreira Alencar, Fernando Carlos Sampaio Mesquita Filho, Carlos Alberto Soares Freitas, José Arruda Lopes, Francisco Derli Pereira, José Valdir de Aquino, Claudionor Couto Roriz, Francisco Barreto, Raul Sarmento de Souza e Antônio Gomes da Silva. A denúncia à Justiça Militar foi realizada em agosto de 1972, quando muitos dos então já ex-integrantes da VAR-Palmares organizaram, com antigos integrantes da ALN, a chamada Frente de Libertação do Nordeste (FLNE). Por tal razão, os equívocos da denúncia, que apontam integrantes da ALN como participantes da VAR--Palmares, a exemplo do cearense de Barbalha José Calistrato Cardoso Filho. Não por acaso, todos os indiciados foram absolvidos por faltas de provas, como noticia O Povo de 24 de agosto de 1973.

e, posteriormente, da Frente de Libertação do Nordeste (FLNE). Na clandestinidade e com prisão preventiva decretada pela Justiça Militar, José Ferreira Alencar, juntamente com duas filhas, Olívia Lima Alencar (17 anos) e Vanzetti Lima Alencar (15 anos), fugiram para o Rio de Janeiro. Ali buscaram asilo político na embaixada do México. O embaixador negou o asilo e ainda entregou Alencar e as filhas ao governo militar. Foram levados para a DOPS e viveram 44 dias de terror, enclausurados, sofrendo todo tipo de pressão e ameaças.[214]

> Fui preso no DOPS, do Rio de Janeiro, o pior lugar pra eu cair. E lá foi duro. Foram 44 dias de interrogatório. Só faltei ficar doido. Depois, vim pra cá [Fortaleza], chamado pelo Laudelino [Coelho, superintendente da Polícia Federal no Ceará] que mandou me buscar. Brigou com o Exército pra me buscar. Chegando aqui, 60 dias de interrogatório, além dos 44. Passei 104 dias de interrogatório. Sob ameaça, porque aqui me ameaçaram de espancamento. Era o Dr. Xavier, da Polícia Federal, o torturador daqui. Espancador da Polícia Federal. E o Laudelino também, porque ele também era torturador. Fui depois transferido para o IPPS, onde fiquei preso mais de um ano.[215]

Também houve atuação no Ceará da Frente de Libertação do Nordeste (FLNE), criada no Ceará e em Pernambuco, no início de 1971, por ex-militantes da ALN e da VAR.[216] Uma outra versão afirma que a FLNE não passava de um subgrupo que, não obstante ser autônomo, continuava ligada à ALN. Contando com a participação de José Ferreira Alencar e de ativistas oriundos do Cariri, a exemplo de José Calistrato Cardoso Filho, Claudionor Couro Roriz (médico de Juazeiro), Francisco Derli Pereira, José Arruda Lopes e Francisco Barreto Novais, a FLNE teria elaborado estudos, segundo ainda denúncia à Justiça Militar, para a instalação de um

214 OLIVEIRA, Papito (Org.). Op.Cit., p. 227.

215 José Ferreira Alencar, ex-integrante da VAR-Palmares e FLNE, entrevistado a 01/08/2003.

216 *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 95.

foco guerrilheiro (pelo que apuramos com José Calistrato, uma base de apoio e refúgio), na chapada do Araripe, área na estratégica divisa com Pernambuco, com muitas fontes de água e matas. Militantes chegaram a percorrer o sul cearense em busca de uma área apropriada e erma para aquele fim. Da FLNE fez parte igualmente José Sales de Oliveira, ex-líder da ALN, que conseguiu escapar ao cerco da polícia após o incidente de São Benedito, em 1970. Acabou preso, em 1972, quando a repressão descobriu um plano da FLNE para assaltar o Banco do Brasil de Crato-CE, o que pode ser considerada a última tentativa de ação das esquerdas armadas no Ceará. Falaremos mais sobre a FLNE no capítulo 3.

CAPÍTULO 2

DO CÉU PARA AS ARMAS

Os companheiros

(...) Estava começando a raiar o dia, começa a haver um barulho assim, parecendo fogos. Na casa, eu dormia no quarto da frente, cada um dormia num diferente. Aí eu tomo um susto, penso que estou tendo um pesadelo. De repente, eu vejo que tem um buraco na janela – é uma bala. O aparelho tá cercado pela polícia e já estão atirando (...). A gente [Vera Rocha, Nanci Mangabeira Unger e Francisco de Assis] se encontra na sala: "A gente vai fazer o que?". "É a polícia, se entrega, se entrega!". Tiroteio e ao mesmo tempo voz de prisão. "Vamos fazer o que?". Aí o Chico fala: "Vamos morrer lutando." Dividimos as tarefas, eu fiquei para destruir o material. A Nanci e o Chico pegaram cada um uma arma e começaram a atirar (...). Quando eu tava na cozinha, eu vejo a Nanci, com a mão assim e o veio de sangue escorrendo pela blusa dela. Aí eu pego a arma dela, vejo que ela está ferida. Ela fala: "Companheira, assuma o meu posto!". Tento atirar, puxo o gatilho várias vezes e o revólver está completamente descarregado. Aí eu chamo o Chico. "Ela está baleada, vamos nos entregar, vamos nos entregar!". "Você está louca?!". Eu disse: "Se a gente não se entregar, ela morre." Então, nesse momento eu senti que o sentido de morrer lutando, todos aceitavam, mas no momento que a gente viu que ela estava

> baleada, o sentido de preservação da vida foi muito mais forte, acho que foi muito importante para que a gente se entregasse (...).[217]

Esse trecho da entrevista concedida pela ex-ativista do PCBR, Vera Rocha, sobre sua "queda" no Recife-PE, em julho de 1970, serve como amostra da diversidade de experiências vividas pelos ativistas de esquerda que decidiram empunhar armas visando a derrubar a ditadura militar brasileira e modificar a sociedade dentro de um projeto popular/socialista. Entre os próprios mitos das esquerdas, sobre revolucionários destemidos, "homens e mulheres de aço", que nunca recuavam, e a visão depreciativa difundida por militares e direitas, "de terroristas e jovens imaturos a serviço do comunismo internacional", percebemos, na pesquisa, que os integrantes da luta armada, "de carne e osso", não se enquadravam em estereotipias. Com virtudes e equívocos, herdeiros de tradições variadas e inseridos em um contexto político e social de contestação e revolução, aqueles jovens rapazes e moças podem ser entendidos como sujeitos históricos os quais ilustram uma história vista de baixo, a história daqueles que não venceram e cujas trajetórias, não raro, são ignoradas ou silenciadas. Assim, neste capítulo, buscamos compreender melhor quem foram os cearenses militantes da esquerda armada e suas motivações.

Em rigor, não se sabe exatamente quantas pessoas ligadas a agrupamentos armados atuaram no Ceará durante a ditadura militar. A maior parte dos arquivos locais, até hoje, não estão à disposição dos pesquisadores. Se valer como referência, o Projeto Brasil Nunca Mais, desenvolvido pela Diocese de São Paulo, contabilizou 192 pessoas residentes no Ceará processadas entre 1964-78, conforme Marcelo Ridenti.[218] Em nossa pesquisa de doutorado, levantamos que cerca de 44 pessoas, de vínculos com os grupos revolucionários armados, passaram pelo Instituto Penal Paulo Sarasate, entre

217 Vera Maria Rocha Pereira, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 28/12/2004.

218 RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 240.

1971-79.[219] Esses dados, porém, não abrangem os presos nas chamadas prisões de interrogatório (quartéis, PF, etc.), nem as mulheres presas políticas.

Acreditamos que mesmo com a abertura dos arquivos não se chegue aos números precisos, pois, conforme as entrevistas colhidas, ao longo da pesquisa, ocorreram ações cujos partícipes e autores nunca foram descobertos pela repressão. Pessoas apresentavam laços com os agrupamentos e jamais tiveram os nomes revelados. Talvez apenas com uma abertura ampla dos arquivos da ditadura, e cruzamentos de dados e informações, possamos chegar mais perto, não só do número de envolvidos na luta armada, mas igualmente do conhecimento de outros temas acerca do regime militar. A ditadura continua sendo um campo rico de pesquisas para os historiadores.

A partir de dados da Comissão da Anistia Wanda Sidou[220] e da Associação (de ex-presos políticos) 64/68 Anistia,[221] documentos aos quais tivemos acessos no Arquivo Público do Ceará e no site do Projeto Brasil Nunca Mais Digit@l, matérias dos jornais O Povo e Correio do Ceará e entrevistas, chegamos ao número de 57 pessoas ligadas, como militantes ou apoiadores, aos agrupamentos guerrilheiros ALN e PCBR com atuação no

---

219 FARIAS, Airton de. *Pavilhão sete*: presos políticos da ditadura civil-militar. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019, p. 228.

220 A Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou foi criada pela Lei 13.202, de 10 de janeiro de 2002, no governo Tasso Jereissati, e instalada a 3 de setembro de 2003, pelo governador Lúcio Alcântara. Tem a incumbência de receber e avaliar a procedência dos pedidos de indenização das pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas entre os dias 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. É formada por representantes de órgãos governamentais e de entidades da sociedade civil, além do Ministério Público Estadual. O nome da Comissão homenageia uma advogada que se destacou na defesa dos presos políticos no estado. Em 2009, um dos membros da Comissão, Papito de Oliveira, lançou um livro sobre os perseguidos políticos do estado. Segundo Oliveira, cerca de 480 pessoas entraram com pedido de indenização. *Vide* OLIVEIRA, Papito (Org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009. GONÇALVES, Danyelly Nelin. *O Preço do passado*: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009. SIDOU, Ari Othon. *Wanda Sidou, guerreira da liberdade*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

221 A Associação Anistia 64/68 foi criada em 2000, funcionando como espaço para reunir e defender os interesses dos ex-presos políticos. Um de seus principais interlocutores é Mário Albuquerque, por vários anos presidente da instituição. A Associação coleta documentos sobre os militantes de esquerda alvos da ditadura e promove eventos públicos. *Vide* GONÇALVES, Danyelly Nelin. *O Preço do passado*: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Ceará[222] (o que não significa que obrigatoriamente tenham nascido no Ceará ou que morassem no estado). Desse número, conseguimos levantar dados pessoais (idade, sexo, naturalidade, profissão, etc.) de 55 militantes (31 da ALN e 24 do PCBR), base sobre a qual faremos as análises do presente capítulo.

Deixamos bem claro que esses números não estão completos, podendo ser que futuros trabalhos historiográficos os revejam. Em relação a nosso livro anterior sobre este tema, percebe-se que os percentuais variaram, algo compreensível, pois, a partir de novas fontes disponíveis, as bases quantitativas foram alteradas. Apesar disso, as análises e conclusões são as mesmas (talvez tenham sido até melhor especificadas) e, novamen-

222 **Ação Libertadora Nacional**: Adolfo Sales Calvano (nascido em Pernambuco, estudante), Aimberé Botelho (nascido no Piauí, no ano de 1947, radicado no Ceará, estudante), Antônio Bem Cardoso (Pernambuco,1938, radicado no Ceará, agricultor), Antônio Carlos Bicalho (Minas Gerais, 1949), Antônio Esperidião Neto (Alagoas, 1947, ex-seminarista), Carlos Thmoskhenko (Ceará, 1942, policial civil), Elias Andrade Ferreira (Paraíba, 1928), Elísio Arimatéia Ribeiro (Ceará, 1935, contador), Fabiani Cunha (Ceará, 1940, estudante), Jane Vasconcelos Dantas (Ceará, 1949, estudante), José Calistrato Cardoso Filho (Paraíba, 1943, estudante), José Everardo Arrais Norões de Alencar, José Ferreira Alencar (Ceará, 1931, professor – depois tentou organizar a VAR-Palmares), José Sales de Oliveira (Amazonas, 1941, radicado no Ceará), João Batista Lima natural (Ceará, 1912), João Xavier Lacerda (Piauí, 1925, radicado no Ceará), José Bento da Silva (Ceará, 1919), José Edvon Siqueira (Ceará, 1942, estudante), José Ferreira Lima (Paraíba, 1921, radicado no Ceará, operário), José Jerônimo de Oliveira (Ceará, 1944, estudante), Gilberto Telmo Sidnei Marques (Ceará, 1944, estudante), Hélio Pereira Ximenes (Ceará, 1944, estudante), Newton Gurgel Barreto (Ceará, 1943, estudante), Maurício Anísio de Araújo (Rio Grande do Norte, 1951, estudante), Moema Santiago (Rio de Janeiro, 1948, radicada no Ceará, estudante), Ronaldo Dutra Machado (Pernambuco, 1948), Swami Cunha (Ceará, 1946, estudante), Sílvio Mota (Ceará, 1945, professor), Valdemar Rodrigues Menezes (Pernambuco, 1945, ex-seminarista), Valdenor Arraes de Farias (Piauí, 1945, estudante), Valdenilo Balaio da Silva (Ceará, 1930, corretor de imóveis), William Montenegro (Ceará, 1944, comerciário) e José Luis Figueredo (Ceará, 1937, funcionário público). **Partido Comunista Brasileiro Revolucionário**: Antônio Soares de Lima Filho (Paraíba, 1952, estudante), Augusto César Farias Costa, Alberto Vinicius do Nascimento (Rio Grande do Norte, 1947, estudante), Carlos Alberto Soares (Minas Gerais, 1939, estudante), Célio Miranda de Albuquerque (Ceará, 1952, estudante), Cláudio Roberto Marques Gurgel (Espírito Santo), Fernando José Bastos Macambira (Ceará, 1948, estudante), Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho (Pernambuco, 1946, estudante), Jamildo Conserva Tavares, José Gersino Saraiva Maia (Rio Grande do Norte, 1948, estudante), José Luis da Costa (Ceará, 1944), João Adolfo Moura (Ceará, 1932, empresário), João Alves Gondim Neto (Pernambuco, 1947, estudante), José Machado Bezerra (Ceará, 1947, estudante – militou depois na ANL), José Moreira Lemos Neto (Pernambuco), Lilia da Silva Guedes (Rio Grande do Norte, 1953, estudante), Maria Yvone Loureiro (Alagoas, 1948, estudante), Maria Quintela de Almeida (Ceará, 1948, estudante), Maria do Socorro Diógenes (Ceará, 1943, estudante), Mário Albuquerque Miranda (Ceará, 1948, estudante), Marcelo Mário de Melo (Pernambuco, 1948, estudante), Natur de Assis Filho (Bahia, estudante), Odijas Carvalho de Souza (Alagoas, 1946, estudante), Paulo Fernando Magalhães dos Santos (Pernambuco, 1954, estudante), Pedro Henrique Coelho (Ceará, 1952, estudante), Pedro Paulo Pinheiro (Ceará, 1944, estudante) e Vera Maria Rocha (Ceará, 1950, estudante).

te, ratificam os estudos realizados nacionalmente sobre os guerrilheiros pelo historiador Marcelo Ridenti.[223]

QUADRO 1
PROCEDÊNCIA DOS MILITANTES

	ALN	PCBR	TOTAL
"Adventícios" – ações esporádicas	5 (16,1%)	7 (29,2%)	12 (21,8%)
"Adventícios" – fugitivos da repressão	1 (3,2%)	1 (4,2%)	2 (3,6%)
"Adventícios" – incrementar a guerrilha	1 (3,2%)	4 (16,6%)	5 (9,1%)
"Adventícios" – Total	**7 (22,5%)**	**12 (50%)**	**19 (34,5%)**
Cearenses natos	15 (48,3%)	11 (45,8%)	26 (47,3%)
Residentes/radicados no Ceará	9 (29,2%)	1 (4,2%)	10 (18,2%)
Cearenses – Total	**24 (77,5%)**	**12 (50%)**	**36 (65,5%)**
TOTAL DE GUERRILHEIROS	31 (100%)	24 (100%)	55 (100%)

QUADRO 2
FAIXA ETÁRIA, USANDO COMO REFERÊNCIA 1970

Organização	Até 25 anos	26 a 35 anos	36 anos ou mais	Total com idade
ALN	10 (33,3%)	13 (43,3%)	7 (23,4%)	30 (100%)
PCBR	17 (73,9%)	5 (21,7%)	1 (4,4%)	23 (100%)
Total	**27 (50,9%)**	**18 (33,9%)**	**8 (15,2%)**	**53 (100%)**

223 RIDENTI, Marcelo. Op. Cit., 1993, p. 68-72. Usamos as mesmas categorias e agrupamentos estatísticos empregados por Ridenti em sua obra.

QUADRO 3

AGRUPAMENTOS, OCUPAÇÕES E GRUPOS ORGANIZACIONAIS

Grupo Ocupacional/ Ocupação	ALN	PCBR	TOTAL
Camadas de Base	2 (7,4%)	0	2 (4,1%)
Operário	1		1
Agricultor	1		1
Camadas de Transição	**6 (22,2%)**	**0**	**6 (12,5%)**
Policial civil	1		1
Comerciário	1		1
Funcionário Público	2		2
Corretor	1		1
Contador	1		1
Camadas Médias intelectualizadas	**19 (70,4%)**	**21 (100%)**	**40 (83,4%)**
Estudante	14 (51,8%)	20 (95,2%)	34 (70,8%)
Professor	3	0	3
Empresário	0	1	1
Seminarista	2	0	2
Total	**27 (100%)**	**21 (100%)**	**48 (100%)**

QUADRO 4

SEXO

Organização	Feminino	Masculino	Total
ALN	2 (6,4%)	29 (93,6%)	31 (100%)
PCBR	5 (20,9%)	19 (79,1%)	24 (100%)
Total	**7 (12,7%)**	**48 (87,3%)**	**55 (100%)**

Cabe ressaltar que do universo usado como referência, 19 ativistas, cerca de 34,5% eram “adventícios” (vide o Quadro 1), ou seja, agiram, sim, em algum momento no estado, entre 1968-72, mas eram provenientes de outras áreas do País, deslocados para o Ceará em virtude de razões várias. Alguns tiveram passagem efêmera, vindo para realizar uma ou outra ação,

a seguir regressando a suas bases originais de atuação. Isso deu-se sobremaneira com o PCBR, que tinha um grupo móvel de fogo, o qual agia no Nordeste, a partir de Pernambuco, ou seja, a direção local da organização informava sobre a viabilidade de uma operação e o grupo vinha ao estado para agir. Foi o que aconteceu quando das ações de expropriação realizadas pelo "BR" ao carro pagador do London Bank e ao Banco do Brasil de Maranguape, respectivamente em março e setembro de 1970.

> O PCBR tinha duas estruturas separadas. Uma era uma direção política e a outra uma direção militar. Quem decidia era a direção política. Eu fazia parte da direção política. Agora, a execução era feita pelo grupo armado, que era um grupo móvel na região do Nordeste. Esse grupo era chamado para vários estados, geralmente faziam [ações] com algum outro componente da região do estado. Aqui houve vários assaltos.[224]

Havia o caso também de revolucionários virem ao Ceará por terem se tornado alvos da ditadura em suas áreas originais de militância, continuando na ativa. A escolha de um ou outro local não apresentava razão única. Poderia acontecer por "menor intensidade" da repressão em certa área, locais menos inseridos na luta armada, ao contrário de Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo; por melhor estruturação da organização guerrilheira, no estado, naquele momento, visto que não fora, ainda, alvo de uma maior repressão, o que facilitava a proteção e acobertamento do militante; por falta de opção melhor, ante o cerco da ditadura, ou até mesmo por laços de amizade e de parentesco. Um caso exemplar disso, igualmente, refere-se ao PCBR: um dos fundadores da organização no Ceará, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, ativista estudantil em Recife, deslocou-se para a Fortaleza em decorrência das sistemáticas perseguições que sofria na capital pernambucana por parte dos agentes do regime militar:

---

224 Mário Miranda de Albuquerque, ex-ativista do PCBR, entrevistado em: 20/01/2003.

> [Vim para o Ceará por] acaso! Poderia responder simplesmente assim (...). Foi o acaso. Preso [no Recife] em outubro de 67, saído da prisão depois de cinco dias, desencantado com o comportamento de alguns companheiros e meio cismado com o meu próprio comportamento, fiquei por três meses sem nenhum contato e procurando não perder o ano na faculdade. [Os agentes da repressão], contudo, começaram a revelar que não iriam me dar muita sopa, embora me houvessem soltado. Ficavam paquerando as imediações lá de casa, ameaçando familiares (eu ainda morava com meus pais e uma irmã), até que resolvi terminar o ano letivo e cair fora. A primeira opção seria algum estado do sudeste, principalmente o Rio de Janeiro, onde já havia alguns amigos foragidos. Mas achei que seria mais fácil manter o curso [de direito], como de fato foi, se ficasse por aqui. Lembrei então de Fortaleza, por força da amizade com Pedro Albuquerque (que havia encontrado no congresso da UNE, em Campinas, e que havia sido companheiro de meu irmão mais velho nas Ligas do Julião). Munido de uma carta do mano e do endereço da família do Pedro, desembarquei em Fortaleza na madrugada do dia 2 de janeiro de 1968.[225]

Há também casos de ativistas os quais foram mandados ao Ceará objetivando incrementar as ações da guerrilha. Foi o sucedido com Antônio Carlos Bicalho Lana, Antônio Esperidião Neto e Valdemar Rodrigues Meneses, enviados, em 1970, pela cúpula nacional da ALN. Os três, inclusive, com treinamento militar em Cuba. Como falamos no capítulo anterior, havia uma grande idealização por parte dos ativistas, e também da própria ditadura, acerca da capacidade dos guerrilheiros que tinham realizado o treinamento na ilha castrista.[226] Não foi por coincidência que Bicalho, Esperidião e Menezes tenham ficado conhecidos, entre seus companheiros, por uma denominação à parte, “os cubanos”. Na justificativa do processo

225 Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, ex-militante do PCBR, entrevistado por *e-mail* em 2006.

226 ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

de indenização junto à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou, Valdemar Meneses, ex-estudante do Seminário de Olinda-PE, relatou:

> (...) Ingressei em Brasília num grupo de resistência que estava em conversação com a ALN de Carlos Marighella. Fui mandado a São Paulo para contato com Marighella e a cúpula da ALN, inclusive, Joaquim Câmara Ferreira. Marighella resolveu enviar-me a Cuba para me preparar militarmente para o lançamento da guerrilha rural. [Em Cuba], permaneci dois anos. Um ano depois de minha chegada, Marighella foi morto. Em seu lugar, assumiu Joaquim Câmara Ferreira, que foi a Cuba logo em seguida. Lá me encontrei com ele e acertei minha vinda para o Ceará.[227]

O envio de militantes treinados em Cuba para o Ceará, possivelmente, se deu no objetivo de realizar uma contraofensiva por parte dos grupos guerrilheiros, naquele momento de incremento da repressão. Para a ALN, em 1970, talvez rompendo ou minimizando a concepção das "áreas de recuo", a intenção era evidenciar que a guerrilha se alastrava por todo o Brasil, apesar da morte de Marighella no ano anterior. Em muitas ocasiões, esses militantes "cubanos" acabaram assassinados pela ditadura, pelo temor de que propagassem suas "técnicas terroristas" entre os demais companheiros Brasil afora. Foi o caso de Antônio Carlos Bicalho Lana,[228] morto sob tortura em São Paulo depois.

Vale ressaltar que razões idênticas (fuga da repressão, realização de ações esporádicas, incremento das ações revolucionárias, reforço das estruturas das organizações armadas) também possibilitavam que cearenses fossem deslocados para outros estados do País ou até mesmo para o ex-

227 Processo de Requerimento de Indenização de Valdemar Rodrigues Meneses. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

228 Nascido em Minas Gerais, no ano de 1948, Antônio Carlos Bicalho Lana participou de várias ações armadas País afora. Foi preso, torturado e morto no DOI-CODI de São Paulo, em 1973. Seus restos mortais só foram identificados no Cemitério de Perus, na capital paulista, em 1991. In: MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos (Orgs.). *Dos filhos deste solo*: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar. São Paulo: BoiTempo Editorial, 1999, p. 116.

terior. Sílvio Mota, ligado à Ação Libertadora Nacional, foi enviado para realizar treinamento em Cuba, em 1969.

> Marighella tinha a preocupação de formar os quadros da guerrilha, uma oficialidade, talvez. Ele aproveitava pessoas que já tinham ficado "queimadas" [perante a ditadura] e outras. Houve vários grupos de pessoas que foram para Cuba. Ele chamava de "exércitos". (...) O primeiro grupo foi mais de operários e quadros do partido. O segundo foi mais de estudantes e gente das zonas estratégicas. Finalmente, quando foi o terceiro grupo, que foi o que eu participei, foi gente com experiência de ação. Eu fiquei [em Cuba] pela primeira vez, um ano, pouca coisa mais de um ano. Mas aí, nessa época, 1971, Marighella já tinha morrido, as coisas não estavam boas. Aliás, na viagem, tive a notícia da morte de Marighella.[229]

Mário Albuquerque e sua esposa, Vera Rocha, foram deslocados, em 1970, para Recife, visando incrementar as ações e a estrutura do PCBR em Pernambuco. Isso se deu como uma espécie de "ascensão" dentro da organização, uma "premiação" pela militância de ambos, no Ceará e a disposição para a luta (atribuía-se a Pernambuco maior importância política). Não deixava de ser igualmente uma forma de proteção, visto que o casal, bastante ativo no meio estudantil, estava sendo perseguido pelos órgãos de repressão locais. Mário e Vera, já clandestinos, mas pressionados pelas respectivas famílias, tiveram que casar às pressas antes de dirigir-se à capital pernambucana.

> Quando foi em 70, veio uma convocação da direção regional, da direção nacional, para que nós fôssemos pra Recife, eu e Vera. (...) Era uma espécie de uma promoção você ir para um centro como Recife, que era onde o partido tinha o centro principal e no Brasil era um dos importantes. O Nordeste sempre foi uma base muito forte do PCBR.

229 Sílvio de Albuquerque Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

> Tanto é que a maior parte dos assaltos foi feita no Nordeste pelo PCBR. Mas o critério que eu fui pra lá não foi porque eu era de um quadro de alto nível, etc., era a pessoa disponível, com disposição. O critério na verdade dessas organizações era isso, era disponibilidade de pessoal. Coragem, eu não digo nem coragem, digo a disponibilidade, às vezes, a impulsividade.[230]

Portanto, os deslocamentos de ativistas não se davam apenas para "áreas de recuo". Ao contrário, ocorriam igualmente para polos mais dinâmicos da luta armada. O "grau" de intensidade da repressão, de fato, era uma condição a ser considerada em um momento de fuga. Centros como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo contaram com aparatos repressivos melhor organizados ao longo dos anos.[231] Havia, contudo, outros quesitos ponderados para as fugas, como o apoio que o ativista poderia contar de parentes (por mais que relutassem em envolvê-los) ou de sua organização ou ainda de outros agrupamentos revolucionários – os grupos armados no centro-sul apresentavam-se mais estruturados que os do Ceará.

Também não se podia descartar a possibilidade de um perseguido melhor esconder-se na vastidão, em termos de área e quantitativo populacional, de uma metrópole. Era "sumir" entre as ruas, comunidades e habitantes das cidades.[232] Vale lembrar que na década de 70, milhares de nordestinos migravam para Rio de Janeiro e São Paulo, atrás da promessa de emprego e vida melhor. Para todos os efeitos, o ativista político fugido do Ceará, com o sotaque característico facilmente identificável, era mais um migrante no "sul" – o contrário, porém, não era exatamente tão simples: alguém vindo do sudeste logo chamava a atenção, no Ceará, pelo fenótipo e o jeito de falar. Não se pode deixar de pensar ainda que, diante do cerco repressivo da ditadura, com militantes em grande tensão, nervosismo e

---

230 Mário Miranda de Albuquerque, ex-ativista do PCBR, entrevistado em: 20/01/2003.

231 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

232 Pelo censo de 1970, a população do Rio de Janeiro era de 4.315.746 In: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6. Acesso em: 10/10/2019.

medo, fugir para uma daquelas cidades talvez fosse a única opção possível ou a mais viável.

Um que se retirou para um desses polos mais visados da repressão foi o ativista da ALN e ex-policial civil Carlos Thmoskhenko, após o justiçamento de um comerciante em São Benedito-CE. Em setembro de 1970, evadiu-se para o Rio de Janeiro, Brasília e, depois, exterior. Com sua organização ruindo no Ceará, Thmoskhenko teve a ajuda do PCBR.[233] Seria o único envolvido a não ser capturado pela ação em São Benedito.[234] No livro autobiográfico, o ex-policial relatou as agruras da fuga:

> (...) Fuga do maior cerco policial realizado em Fortaleza. Acuado em esconderijos indescritíveis, buracos cavados em quintais de casas na periferia da cidade, para não ser encontrado por uma das equipes que integravam centenas de policiais que o procuravam em casas de parentes e de amigos, onde ele ficava somente com a cabeça para fora, até o anoitecer. Fuga de Fortaleza para Natal dentro do porta-malas de um fusca. De lá para a cidade do Rio de Janeiro e em seguida, Brasília, para tentar asilo numa embaixada, acabando em Montevidéu, Uruguai.[235]

Essas "andanças" de ativistas Brasil afora, além de excelente forma de difundir, levar e trazer informações sobre as ações armadas, furando a censura e a contrapropaganda dos meios de comunicação, permitiam trocas de experiências entre os militantes de várias áreas. Havia intercâmbio sobre o uso de novos instrumentos de combate ou de meios de proselitismo político, novas técnicas de ação, dicas para evitar erros cometidos alhures ou apenas a transmissão de autoconfiança, afinal, o ativista local poderia fazer uma ação ao lado de alguém mais "experimentado" na luta

---

233 THMOSKHENKO, Carlos. *Timo-Thmoskhenko*: o subversivo que cruzou a fronteira. Fortaleza: FUNCET, 2003, p. 59.

234 Carlos Thmoskhenko, ex-militante da ALN, entrevistado em:: 11/06/2003.

235 THMOSKHENKO, Carlos. Op. Cit., p. 20.

e vindo de um "centro político mais avançado". Um dos entrevistados relatou que:

> A ALN mandou para cá um cara (...). Ele passou a dar aula de luta e defesa pessoal no CEU, e aquelas pessoas que ele via que tinha maior preparo e dedicação, ele começava a fazer os contatos para entrar na organização. Ele trouxe também de Cuba umas cartilhas de guerrilha ensinando a fazer coquetéis molotovs químicos, do tipo que explodia quando era jogado (...). Foi a gente [do curso de] física que introduziu esses coquetéis aqui no Ceará. Depois, ele [Davi] foi embora não sei para onde.[236]

Contou a ex-ativista do PCBR, Maria Quintela:

> (...) Nessa mesma época veio aqui uma pessoa chamada... hoje eu sei o nome dele: Davi Farias. Já ouviu falar, Davi Farias? O Davi veio para cá, ele veio dar um treinamento em armas. Não veio só ele, não, vieram várias pessoas dar treinamento em armas, o pessoal que ia a Cuba e que voltava.[237]

Relatou Vera Rocha, ex-integrante do "BR":

> [Numa tomada de carro], nos foi ensinado a botar esmalte na ponta do dedo para não deixar impressão digital, isso era uma coisa muito comum que fizemos, não deixar [digital], para não ser reconhecido no carro. (...) Nem sempre se escondia o rosto, porque num assalto a carro, a gente percebia que pessoa ficava muito mais hipnotizada pela arma do que por quem estava ali. As pessoas descreviam a arma muito bem descrita, agora não sabiam dizer se era branco, preto, amarelo, se tinha dez metros, se tinha um metro e meio [risos].[238]

---

236 José Machado Bezerra integrou PCBR e ALN. Entrevistado em: 27/05/2003.

237 Maria Quintela de Almeida, ex-ativista do PCBR, entrevistada em: 14/07/2006.

238 Vera Rocha, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 28/12/2004.

Como se percebe, com ativistas indo e voltando pelo País e exterior, evidenciava-se um excepcional intercâmbio das experiências da militância e de propagação dos ideais revolucionários. Os agrupamentos da esquerda armada eram verdadeiras estufas de tradições e trocas de experiências. Fosse nas ações realizadas em conjunto, fosse nas convivências diárias nos aparelhos (local onde se escondiam os militantes) e, depois, nas prisões, após as "quedas", os membros da esquerda armada iam moldando e sendo moldados em valores e práticas políticas. Tendo contato frequente ou convivendo por determinado tempo, faziam e eram feitos. Nas conversas, nos empréstimos de livros, debates políticos, planejamento de ações, nos afazeres domésticos e até brincadeiras, discussões do cotidiano, etc., os militantes influenciavam-se mutuamente.

> (...) A questão do AI-5 jogou muita gente na clandestinidade, obrigou a deslocar. Por exemplo, quem era conhecido em Recife veio para o Ceará, quem era conhecido no Ceará foi para Recife, quem era conhecido no Rio foi para Bahia. A Nancy [Mangabeira Unger] era do Rio e com o AI-5 ela foi para Bahia. Você deslocou para colocar em estados onde aquelas pessoas que não eram conhecidas e a militância ficaria mais fácil.[239]

Não estamos afirmando, como fizeram os defensores da ditadura (veja-se o capítulo 3), que foram elementos "estranhos e de fora", vindos do centro-sul brasileiro ou do exterior, os responsáveis pela introdução das ideias "subversivas" e das práticas "terroristas" entre os cearenses. Longe disso. A violência política não estava longe das tradições históricas do Ceará. Estamos enfatizando, apenas, que os ativistas "adventícios" traziam novas experiências e práticas e as mesclavam com as tradições e experiências locais. Não por acaso, os agentes da repressão buscavam eliminar aqueles militantes que tivessem mais experiências de combate (por exemplo, Ma-

239 Vera Rocha, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 28/12/2004.

righella, assassinado em 1969, em São Paulo) e/ou treinamento de guerrilha no exterior, afinal, esses, poderiam passar seus conhecimentos para outros companheiros, incrementando as ações armadas no País.

Por esse mesmo motivo, a ditadura mantinha, sob vigilância, os ativistas conhecidos, os aparentemente afastados da militância e os suspeitos de colaborarem com as esquerdas, todos, em geral, catalogados nos órgãos de repressão, para saber com quem travavam contato. Um ativista desses, sendo acusado ou flagrado em contato com um militante mais visado ou fazendo um "ponto" (local previamente acertado em que os militantes trocavam informações) era certamente detido. Alguns chegavam a ser sequestrados pela repressão, em encarceramentos que violavam a própria legislação da ditadura. Acabavam por ser conduzidos a quartéis das Forças Armadas e/ou às chamadas "casas de horrores", espécies de aparelhos clandestinos mantidos pela repressão. Nessas operações, os agentes do regime ditatorial usavam roupas à paisana e carros com placas frias. Assim, para a repressão, especificamente, a queda dos militantes nos pontos, visava não apenas descobrir informações sobre os agrupamentos, mas igualmente a evitar que novas táticas ou algo que viesse a ser um complicador para a ditadura, acabasse passado adiante.

Quartéis e "casa de horrores" enquadram-se nas chamadas "prisões de interrogatório", locais em que se extraíam as informações e se formulavam os inquéritos da fase policial, para que fosse feita, a seguir, a denúncia à Justiça Militar, onde eram abertos os processos. Condenados em juízo e devendo cumprir pena, ou com prisão preventiva decretada e esperando o julgamento definitivo, os ativistas eram alocados nas "prisões de reclusão".[240] Como a repressão tinha pressa em obter informações, antes que os demais militantes percebessem a queda do companheiro e desmontassem os aparelhos e fugissem, os "caídos" eram submetidos a duras sevícias. Olhando os documentos, observam-se as contradições: nos inquéritos elaborados pelas autoridades

240 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999, p. 250.

policiais, os ativistas realizavam confissões, submetidos às torturas que foram. Quando os militantes eram, depois, ouvidos em juízo, corajosamente denunciavam as violências sofridas, sendo isso registrado nos processos. Geralmente, as denúncias de tortura eram desconsideradas pela Justiça.

Em Fortaleza, foram prisões de interrogatórios e locais de tortura, conforme relatório da Comissão Nacional da Verdade: o quartel do 10º Grupo de Obuses, o quartel do 23º Batalhão de Caçadores, o quartel general da 10ª Região Militar, o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que funcionava em vários quartéis do Exército, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), a Escola de Aprendizes de Marinheiros, a Polícia Federal, o presídio do 2º Distrito Policial da Delegacia de Segurança Pública e a "casa dos horrores", em Maranguape.[241] Foram prisões de reclusão o Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) e o quartel de Bombeiros.[242]

> Eu fui preso em 69, 72 e 74. Em 74, eu fui sequestrado (...) tinha ido comer alguma coisa no Bar do Avião (...). Quando eu fui saindo, fui cercado pelo Destacamento de Operações Interna (DOI), querendo saber onde é que tinha um ponto do PCdoB. Eles me abordaram, o Tenente Eurípides, na época ele era lá da PM, foi o fundador da Corpus Segurança. Ele já tinha me encontrado em 72. Ele diz: "no ponto de novo, não é, Machadinho"? Eu nem respondi. Já sabia que estava preso, me deram um cala a boca, mãos nos meus peitos e me jogaram dentro do carro. Os carros que eles usavam eram com placa fria. Eles *à* paisana, armados... Eram bem uns cinco, me agarraram a força e me botaram dentro do carro. Aí me levaram e me torturaram uns dois dias (...). Me torturaram dois dias, com capuz e o mesmo esquema, pontapé, pau-de-arara, afogamento, aquele negócio todo.[243]

241 Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, Volume I, Tomo II, p. 817. http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/ Acesso em: 28/10/2019.

242 *Vide* FARIAS, Airton de. *Pavilhão sete*: presos políticos da ditadura civil-militar. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019.

243 José Machado Bezerra integrou PCBR e ALN. Entrevistado em: 27/05/2003.

O militante do PCdoB, Benedito Bizerril, foi um dos torturados na "casa de horrores de Maranguape". À época, Bizerril era Funcionário do Banco do Nordeste. Em 1968, os bancários conseguiram eleger uma chapa de oposição para a presidência do sindicato, derrotando os aliados da ditadura. As campanhas salariais e greves da categoria paralisaram boa parte das agências bancárias de Fortaleza no período, contando, inclusive, com o apoio e participação do movimento estudantil. Ligado ao sindicato, Bizerril tornou-se conhecido dos órgãos de repressão. Para complicar, no começo dos anos 70, a ditadura intensificou a repressão ao PCdoB, em várias cidades do Brasil, para cortar eventuais linhas de apoio à guerrilha do Araguaia e desarticular o partido. Benedito Bizerril acabou sendo preso durante um ato de propaganda do PCdoB nas ruas de Fortaleza, em 1971.[244] Dois anos depois, foi mais uma vez detido, agora dentro do próprio BNB, no gabinete de um dos diretores do banco, o general Murilo Borges.

> Descemos e tinha uma caminhonete esperando lá fora. (...) Eles pegaram várias pessoas do banco ... Fomos levados para o quartel do GO. Fomos colocados lá, onde já tinha um bocado de gente. (...) Dois dias depois, de madrugada, chegou lá um pessoal, barulho danado. Colocaram uma venda nos meus olhos e me puseram dentro de um carro e nos levaram para essa casa dos horrores, em Maranguape. Muito tempo depois que descobrimos... nós estivemos à frente desta descoberta... Mas fomos levados para lá. Nesse mesmo dia foram levadas outras pessoas para lá. Um esquema todo de tortura. Fiquei o tempo todo lá de capuz. Mas deduzi que era uma fazenda, tinha aquela história de parar o carro para abrir cancela, ruído de bicho do campo, cheiro de gado e mata... Me colocaram no que vi que era um alpendre, sentado no chão. E tinham outras pessoas ao meu lado. (...) Aí o dia começa a amanhecer e chega lá um helicóptero, aquele barulho danado. Os caras descem, alguns com sotaque de fora. Passam [no alpendre] dando porrada n'agente. Eles me pegaram, subimos uma escada

244 "Bacharel subversivo preso pela DOPS". O Povo, 26/03/1971.

> de madeira. Lá em cima era piso de madeira, eu senti. Entramos num quarto à esquerda. Mandaram eu retirar toda a roupa. Fiquei totalmente nu. Colocaram fios no dedo do pé e nos testículos. Me colocaram sobre duas latas, daquelas de óleo Pajeú, e fiquei me equilibrando. Cada pergunta era um choque. No outro quarto, ao lado, tinha uma outra pessoa sendo torturada, porque eu ouvia os gritos. Eles [os torturadores] ficavam se revezando, alguns desciam para almoçar. Iniciaram mais ou menos às seis horas da manhã e me torturaram até o início da noite.[245]

Não raro, os locais em que se realizavam as sessões de torturas contavam com a presença de médicos, os quais examinavam os ativistas e informavam se esses aguentariam ou não a continuação dos suplícios. Vários desses profissionais, inclusive, falsificaram laudo, negando as agressões e as mortes sob sevícias dos inimigos da ditadura.[246] Um médico acompanhou a tortura de Maria do Carmo Serra Azul, a Cacau, no 23BC, em 1972. Líder estudantil e integrante da AP, Cacau foi acusada de integrar o PCBR, organização à qual pertencia seu namorado (depois, esposo), José Machado Bezerra. Foi torturada pessoalmente por Sérgio Fleury e sua equipe, numa das visitas destes ao Ceará. Despida e encapuzada, Cacau sofreu chutes, "telefones" (tapas nos ouvidos), afogamentos, choques elétricos e tentativa de estupro. Teve os seios desfigurados por alicates. Sofreu três paradas cardíacas e foi "socorrida" e reanimada pelo médico. Contou Cacau:

---

245 Benedito Bizerril, militante do PCdoB, entrevistado a 25/06/2019. Segundo ainda Bizerril, a casa de horrores ficava no distrito maranguapense de Penedo, na antiga Fazenda Trapiá, de propriedade do coronel Manuel Paula. Na época, o general Oscar Jansen Barroso, que tinha laços familiares com os proprietários da Fazenda Trapiá, era o comandante da 10ª Região Militar, função que ocupou até 23 de abril de 1973. Naquele mesmo período, parte da Fazenda Trapiá foi desapropriada pela Prefeitura Municipal de Maranguape e, em seguida, doada à 10ª Região Militar, para instalação de um quartel do Exército, que foi construído e, ainda hoje, ali permanece. In: ALBUQUERQUE, Eline Ehrich. *Francisco Lindolfo Cordeiro na luta em defesa dos trabalhadores rurais do sertão cearense (1970-1978)*. 2016, 144f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2016, p. 80.

246 *Vide* ALMEIDA, Hermínia Tavares de; WEIS, Luis. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, volume IV, 1998.

> Eles diziam que não eram do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica, eles diziam que estavam acima da lei e que ali era o inferno. Eu ouvia muitos gritos, choros, era surreal. (...) Ele [Fleury] dizia que tinha matado o Marighella. Eu estava encapuzada, era um capuz pesado, e me faltava o ar. (...) Eles feriram meu seio com alicate. Começaram um estupro e não concluíram porque um deles mandou parar. Eles urravam ao meu redor. Até hoje eu lembro do cheiro daquele homem. (...) Eles diziam: "Tá doendo"? Eu dizia: "Tá não". Eles ficavam rindo. Eu sabia que o que eles queriam era ruim para mim. Eu nem reconheci minha própria foto.[247]

Em depoimento à revista Veja, em 1998, o ex-delegado João Lucena Leal, que então atuava como advogado em Porto Velho, Rondônia, admitiu as práticas de torturas no período em que trabalhou na Polícia Federal, em Fortaleza, durante a ditadura.

> Tinha gente que gozava na cara da gente. Aí era porrada. E preso não tem resistência. Vai resistir para que? Para morrer? Eu dava dez, quinze socos, mas não na cara, pois arrebenta o maxilar, quebra os dentes. Eu batia na barriga, no peito. Não deixa marca, hematoma. Aí eles davam a informação. Eu sempre procurei prender vivo. Assim, a gente podia desenvolver a investigação e avançar no trabalho. Pratiquei muita ação psicológica. Levava o cara para a estrada e parava o carro. Aí dizia: "Vamos matar". Ele sabia que matava. Então, naquela situação, o cara dizia até que matou a mãe. Oitenta por cento dos casos, eu resolvia assim. O que eles não queriam era morrer. Quando colocava a mão num terrorista, levava para um descampado, à noite, e dizia: "Ou você confessa ou está rachado agora. Vamos te matar agora". Dava certo. Eles contavam tudo. Eu estava cumprindo meu dever. Se não cumprisse, perdia o emprego. Quando a gente participa de operações assim, bate o

247 "Maria do Carmo Serra Azul: 'Tortura é uma tentativa de corrupção da alma". In:https://www.ceara.gov.br/2016/08/23/cearadeatitudeespecial-maria-do-carmo-serra-azul-tortura-e-uma-tentativa-de-corrupcao-da-alma/ Acesso em: 19/12/2019.

> remorso depois. Mas eu pensava que estava cumprindo meu dever. Era meu papel. E a ordem era baixar o pau. Ou se postava ao lado da lei ou virava terrorista. Era o único jeito. Estou dizendo isso porque dei minha contribuição no combate ao terror e agora tenho que contribuir para que fique registrado na História o que realmente aconteceu. Sempre esperei por esse momento. Não vejo motivo para o Exército continuar escondendo isso até hoje. Deveria explicar o que estou explicando. Dizer que ninguém morreu ou foi espancado é negar a própria história.[248]

Dentro da estratégia para desmantelar a luta armada, os agentes da ditadura buscavam saber do funcionamento das organizações guerrilheiras. As informações eram obtidas por meio da tortura de militantes caídos, da infiltração de espiões e da colaboração dos chamados "cachorros", ou seja, de ativistas capturados pela ditadura e convencidos (forçados ou cooptados) a colaborarem com a repressão. Alguns desses chegavam a ser libertos, voltando a atuar nas organizações guerrilheiras. Recebiam um salário por parte dos órgãos estatais de segurança e entregavam sistematicamente informações e relatórios sobre o funcionamento da luta armada. Do mesmo modo que os militantes revolucionários, as forças da repressão igualmente trocavam experiências, ajudando-se mutuamente no combate à repressão, como nas visitas ao Ceará do referido delegado Sérgio Paranhos Fleury, famoso por ter assassinado Marighella, em São Paulo, no ano de 1969 (veja-se o capítulo 3).

Não obstante a vinda de muitos militantes, a maioria daqueles que pegaram em armas eram cearenses natos ou radicados no estado. Do universo de dados por nós colhidos (veja-se Quadro 1), aproximadamente 65,5% dos ativistas da luta armada eram cearenses, aqui considerados os nascidos no estado (47,3%) ou com residência fixa (18,2%).

> Meu nome é Francisco Willian Montenegro Medeiros, nascido em 1944, em maio, na cidade de Iguatu, estado do Cea-

248 "Esse Maldito Passado". Revista Veja, 09/11/1998.

> rá. Eu estudei no Crato, que eram [uma das] duas opções na época. No Iguatu não tinha colégio, na época, de bom nível. Então, naquela época, [havia] Crato e Fortaleza e fui pro Crato morar com uma irmã da minha mãe, eram tios. Estudei no Colégio Diocesano do Crato, e o diretor era o padre Montenegro, parente nosso (...). Depois, vim para Fortaleza pro Colégio Cearense estudar interno (...). A gente já tinha um movimento dentro do Colégio Cearense, tinha um movimento muito efêmero, as dificuldades lá dentro do Colégio eram muito grandes, pra fazer política, mas a gente tentava conversar. Por aí que comecei a me politizar... [249]

Aqueles números são importantes, pois fazem ruir o discurso construído pelos apoiadores da ditadura militar no Ceará, e difundido pelos jornais do período, segundo os quais os atos "terroristas" acontecidos nestas terras eram de ativistas vindos do centro-sul brasileiro, de onde foram expulsos perante o aumento da repressão. Foram cearenses que procuraram contatos com os dirigentes nacionais das organizações armadas, como vimos no capítulo 1. Foram cearenses que lideraram as organizações armadas locais. Cearenses praticaram ações de expropriações de bancos, armas, sequestros, etc. Cearenses que foram convocados para agir em outros locais do País em novas ações revolucionárias. Enfim, cearenses que, influenciados pelo rico contexto revolucionário dos anos 60, herdeiros de tradições políticas contestatórias locais, em contato com experiências rebeldes variadas, que decidiram pegar em armas visando mudar a sociedade e preparar o caminho para a implantação do socialismo no Brasil.

Quanto à faixa etária (Quadro 2), de forma geral, os militantes de esquerda armada que atuaram no Ceará eram jovens: 50,9% apresentavam idade inferior ou igual a 25 anos, 33,9% idade entre 26 e 35 anos e 15,2% tinham mais de 36 anos. Apesar de não termos dados completos, percebe-se, considerando a composição de cada uma dessas faixas, o pre-

249 Francisco William Montenegro Medeiros foi membro da ALN. Entrevistado em: 1º/07/2003.

domínio de pessoas com idade inferior a 25 anos no PCBR (73,9%). Na ALN, por outro lado, ainda que haja um bom percentual de ativistas nessa faixa etária (33,3%), há mais ativistas com idade variando entre 26 e 30 anos (43,3%). No PCBR, os integrantes desse recorte etário são da ordem de 21,7%. Tal particularidade pode ser explicada pela origem política dos militantes da Ação Libertadora Nacional. Enquanto no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário predominou a "geração de 1968", na ALN havia igualmente vários ativistas "veteranos", provindos do PCB e de 1964, e que acompanharam Marighella quando esse organizou seu agrupamento guerrilheiro, como abordamos no capítulo 1. Apesar disso, pode-se dizer que os cearenses que adentraram nas organizações armadas eram jovens:

> [Comecei a militância] na universidade, lá pelos meus 20, 21 anos, e fui me envolvendo nos Centros Acadêmicos, DCE, que eram ilegais, mas funcionavam e estavam todos tomados pelas esquerdas (...). Eu me identifiquei... eu achava que a luta democrática, a manifestação de rua, essa coisa não levava a muita coisa, ficava naquilo mesmo, a repressão já tava montada, e o único jeito de mudar a sociedade seria por uma luta armada, eu já tinha essa ideia (...).[250]

A predominância de jovens levou a ditadura e seus defensores a tachar os guerrilheiros de "imaturos e inexperientes, seduzidos pelos discursos radicais comunistas". Os equívocos cometidos, a derrota fulminante sofrida e a própria opção pela luta armada, em tese, poderiam confirmar as acusações de "ingenuidade" das esquerdas. Essa análise, porém, peca por realizar julgamentos morais (esse não é o objetivo de um historiador) e cometer anacronismos. Numa época como a nossa, de crise das utopias e exaltação do individualismo, com práticas políticas, não raro, pragmáticas e questionáveis, de pouca preocupação com o coletivo e até

250 Depoimento mantido anônimo a pedido do ex-militante. Entrevista realizada em Fortaleza a 16/05/2006.

mesmo com questões sociais, soa estranho o empenho daqueles rapazes e moças dos anos 60 pela revolução. O que é exatamente "ingenuidade"? Ou seria apego, sem espaço para autocríticas, a aspectos ideológicos ou visões de mundo? Nem sempre é fácil fazer análises de momento. Se havia idealizações, crenças irreais em espectros políticos ou incompreensão da conjuntura e dos papéis dos atores políticos, isso não era algo exclusivo dos jovens militantes das esquerdas. Quantas pessoas "de cabelos brancos" não apoiaram o golpe de 64? Golpistas sinceros acreditavam que as Forças Armadas estavam "acima do bem e do mal", "patriotas que eram", não vendo ou relevando os elementos ideológicos e de classe que marcam as intervenções e atuações dos militares brasileiros à época e ao longo da História do Brasil.[251] Aquelas pessoas entendiam que havia uma ameaça comunista pairando sobre o Brasil e que os militares iriam varrer esse "fantasma vermelho" e a corrupção – isso no governo de João Goulart, um dos presidentes mais ricos de nossa História, herdeiro do getulismo/trabalhismo e que até mesmo grupos conservadores da época sabiam que não apresentava nada de comunismo.[252]

Quantos processos revolucionários, como o de Cuba, em 1959, e até a Revolução Francesa, de 1789, não foram feitos por jovens?[253] Ficar discutindo se foram ou não ingênuos é andar em círculos e ver a história como fruto, apenas, das vontades e decisões individuais – ou de perfis psicológicos, como no caso. Se os ativistas estavam apegados às suas con-

---

251 *Vide* CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019. CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis*: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2012. D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares; CASTRO, Celso (Orgs.). *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

252 Até meados de 1963, jornais da grande imprensa elogiaram Goulart em várias oportunidades, a exemplo do Jornal do Brasil e o Globo. Na iminência do golpe que a imprensa passou a alardear o risco do comunismo e da cubanização do País. *Vide*: FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In:______; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática*: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-64). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2019. Sobre corrupção durante o período ditatorial-militar, *vide* CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais*: as empreiteiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

253 *Vide* HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

cepções ideológicas, com "chaves restritas" acerca da compreensão do mundo, a luta armada das esquerdas, por outro lado, deve ser entendida conforme o "espírito da época", o contexto revolucionário dos anos 60, em que tudo parecia desmoronar e mudar.

Quanto aos equívocos, erros e excessos de autoconfiança praticados pela militância, não devem ser dissociados, conforme lembra Marcelo Ridenti,[254] da sensação de força que os grupos armados imaginavam possuir, da ilusão de que o poder estaria próximo a ser alcançado, faltando apenas a ação decidida de uma vanguarda para obtê-lo. A vida clandestina, o ambiente de conspiração, as repercussões na imprensa sobre ações exitosas, o porte de armas, etc., aumentavam cada vez mais o sentimento de poder da guerrilha. Isso, caso particular do Ceará, possivelmente, deve ser aumentado um pouco mais ainda, visto que as primeiras quedas de ativistas da luta armada só deram-se no segundo semestre de 1970, enquanto no centro-sul do País a repressão vinha forte desde o ano anterior, pelo menos. Nas próprias organizações, aqueles quadros que já tivessem feito ações, participado de combates, apresentavam mais prestígio entre os companheiros e ascendiam mais facilmente, em termos de hierarquia, o que, aliás, era até compreensível, visto que os guerrilheiros exaltavam a ação em detrimento de "sonolentas conversas teóricas". O processo crescente de militarização dos agrupamentos, entenda-se, de supervalorização da ação armada e de crença numa invencibilidade do poder das esquerdas, levou a ações cada vez mais ousadas e a descuidos na segurança, o que custou caro para os ativistas. O isolamento advindo do próprio caminho da luta armada – está se participando de um agrupamento que visa derrubar o governo, o que tem riscos e exige, de início, pelo menos, certo sigilo e distanciamento –, da clandestinidade e do cerco imposto pela ditadura dificultavam as análises dos ativistas, no que toca ao apoio da sociedade quanto ao projeto socialista e a opção política guerrilheira.

254 RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. (1993), p. 51.

A presença majoritária de jovens ajuda a explicar a predominância de estudantes entre aqueles que empunharam armas contra a ditadura, no final dos anos 60 e início dos 70. Do universo de dados disponíveis (Quadro 3), nada menos que 70,8% dos ativistas da guerrilha eram estudantes, sendo a composição da ordem de 51,8% na ALN e 95,2% no PCBR. Por mais que possa haver distorções, pelas dificuldades de acesso às fontes, parece sustentável a tese segundo a qual o PCBR contou com uma maior presença de militantes vindos do meio estudantil, fossem secundaristas ou universitários. A organização, no Ceará, como visto no capítulo 1, estruturou-se dentro do movimento estudantil, o que não foi o caso da Ação Libertadora Nacional, tendo se formado, a partir de dissidentes locais do PCB, embora também contasse com muitos estudantes em suas fileiras. Falou-nos a ex-militante armada Maria Quintela:

> Eu entrei para Quarta Internacional [PORT] porque na época eu militava no Liceu e a Vera [Rocha] também militava no Liceu. (...) Recebi o convite e aceitei, nisso começou a passar em jornaizinhos. (...) Quando eu tava na faculdade, no jornalismo, recebi um convite do Mário [Albuquerque], eu acho que foi o Mário que me levou, que me convidou para o PCBR.[255]

Aqueles dados evidenciam a grande agitação estudantil acontecida no Ceará, particularmente, no ano de 1968, bem como o imaginário de radicalização política de parte da juventude. O movimento estudantil constituiu-se o principal meio de recrutamento das esquerdas armadas no estado. Muitos jovens iniciavam uma maior inserção política e ideológica, a partir nas mobilizações promovidas por universitários e secundaristas que, à época, apresentavam grandes ligações. Os jovens faziam ou aprofundavam a "politização" envolvendo-se nas atividades das entidades

255 Maria Quintela, ex-militante do PCBR, entrevistada a 14/07/2006.

estudantis (grêmios escolares, Centros e Diretórios Acadêmicos), participando das assembleias no CEU, comparecendo aos atos públicos de protesto, a exemplo dos ocorridos na Avenida da Universidade, dando apoio às greves dos trabalhadores, panfletando nas ruas e ônibus, realizando pichações e comícios-relâmpago, lendo e debatendo livros sobre marxismo, guerrilha e problemas da sociedade brasileira, etc. Os colégios e faculdades eram, literalmente, escolas para a formação de quadros das esquerdas. A repressão não estava alheia a isso e infiltrava agentes entre os jovens. Chegava a solicitar às coordenações dos cursos as listas de frequência das aulas, para identificar os alunos que faltavam e iam às ruas "fazer badernas". Em tática de resistência, os professores, nos dias das grandes passeatas, passaram a dar presenças a todos os alunos para frustrar a ditadura...

As mobilizações de rua, como visto no capítulo anterior, contavam com apoio dos grupos guerrilheiros, que concebiam a radicalização política como forma de criar uma situação favorável à luta armada e mesmo como "campo de observação" para o recrutamento de futuros militantes. Os estudantes mais arrojados, com potencial de dedicação à causa revolucionária mais radical (entenda-se, luta armada), poderiam ser contactados por algum ativista já "iniciado" e convidado a deixar a retórica do dia a dia e entrar numa organização guerrilheira para efetivamente "fazer a revolução". Perante aos poucos efeitos concretos e limites da luta estudantil, afora o fechamento e a repressão cada vez maiores por parte da ditadura, o engajamento, nas ações armadas, parecia o "caminho natural" para parte da juventude. Vários dos militantes armados foram convocados assim. Falou-nos um de nossos entrevistados sobre sua entrada na ALN:

> Eu entrei depois de uma manifestação que houve aqui no centro de Fortaleza, na Praça José de Alencar, uma manifestação estudantil contra o aumento do [preço da passagem de] ônibus. Então, foi feito comício relâmpago, aquela coisa toda (...). Eu não tinha muito contato, mas tava lá (...). Tinha um colega do PCdoB... me passou um

> coquetel molotov e eu joguei num ônibus. Dias depois, um colega universitário me procurou e me convidou para participar, segundo ele, de um grupo mais consequente, de um grupo armado e tal, e foi dando as propostas da ALN. Depois de algumas discussões, eu aceitei entrar para o grupo.[256]

O intento da radicalização política visando favorecer a guerrilha, ou seja, de endossar ainda mais o "clima revolucionário" que os militantes entendiam existir, é contado pelo ex-guerrilheiro do PCdoB, Pedro Albuquerque:

> Nós saíamos nas passeatas armados com bombas molotov, alguns revólveres com alguns companheiros e aí o objetivo era realmente gerar fatos políticos enfrentando a polícia. E na época a polícia não conhecia a bomba molotov e quando a gente jogava a bomba ela realmente corria. As bombas eram produzidas pelos estudantes do Curso de Química e Física, os quais, no começo, tinham dificuldades para acender o estopim, mas, depois, descobriram um processo em que bastava lançá-las e, ao baterem no chão, incendiavam (...). A gente levava isso num carrinho de picolé. A polícia nem desconfiava que aquilo ali era uma bomba.[257]

Conforme depoimento de Sílvio Mota, um dos primeiros dirigentes da ALN no Ceará, a "introdução" do "coquetel químico" nas passeatas estudantis, em Fortaleza, foi inovação trazida pela organização de Marighella. Atiravam o molotov com "bombas rasga lata", fazendo um barulho ensurdecedor.[258] Fabiani Cunha, Gilberto Telmo Sidney Marques, Sílvio Albuquerque Mota e José Sales Oliveira – não por acaso, todos vinculados à ALN – foram indiciados pela Polícia Federal e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, em outubro de 1968, por "preparar coquetéis molotov,

---

256 Depoimento mantido anônimo a pedido do ex-militante. Entrevista realizada em Fortaleza em 16/05/2006.

257 Pedro Albuquerque Neto, ex-ativista do PCdoB, entrevistado em: 27/03/2003.

258 Sílvio de Albuquerque Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

com a finalidade de atirá-los contra os seguranças durante os comícios e passeatas proibidos em Fortaleza".[259]

Ao contrário do que se possa imaginar, a entrada em uma ou outra organização, apesar das divergências políticas entre essas (relativamente ao caráter da revolução brasileira, as formas de lutas pra chegar ao poder, o tipo de organização necessária, etc.), poderia ocorrer por vínculos de amizade pessoal. Essa constatação não surpreende, afinal, poucos eram os jovens ativistas de esquerda que conheciam ou dominavam teoria revolucionária. A revolução era iminente e não havia muito tempo a perder com cansativos debates teóricos, acreditava-se. As relações de sociabilidade possibilitadas pela escola/universidade, as proximidades pessoais entre colegas e lideranças estudantis, o imaginário da radicalização política, as "chaves seletivas" acerca das experiências revolucionárias em outros locais (em especial, Cuba) e o desejo pela ação prática e imediata bastavam. Contou-nos Vera Rocha:

> No final de 1967 e início de 1968, eu tinha muito contato com esse pessoal que já estava fazendo discurso da luta armada, o pessoal mais radical e eu acho que tem mais uma correspondência por um tipo de militância que eu desenvolvo, que eu vejo, a violência política. A violência da ditadura militar é muito grande nas ruas. Aí começam as prisões, as coisas começam a ficar muito pesadas. Aí eu conheço um aluno também da Faculdade de Direito, que é o Francisco de Assis Barreto Rocha, pernambucano e bem mais velho. Então, ele já tinha sido militante no pré-64 lá, como ele estava procurado em Pernambuco, ele vem e se transfere para Fortaleza e vai estudar na Faculdade de Direito aqui. E ele é a ponta de lança do PCBR aqui no Ceará, aí ele me conhece, vê, acha que eu tenho muito potencial, muita garra, aí ele começa a fazer contato comigo e tentar mostrar as contradições entre a minha militância e a ideologia política de 67, início de 68, do PORT e vou para o PCBR.[260]

259 O Povo, 16/10/1968.

260 Vera Rocha, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 28/12/2004.

O grande número de estudantes, afora professores e até ex-seminaristas e um empresário, expõe, como em outros locais do Brasil, o predomínio dos chamados segmentos médios intelectualizados[261] entre os ativistas de esquerda armada no Ceará: 83,4% do conjunto de dados aos quais tivemos acesso (Quadro 3). O caminho militarizado para a revolução, apontado por Cuba e outras lutas do contexto da década de 1960, a solidariedade social e o desejo de uma sociedade mais justa, a frustração com a ditadura – muitos integrantes da classe média apoiaram o golpe de 64 –, a crescente repressão e fechamento do regime, a censura, a crise econômica e o risco constante de empobrecimento da classe média, entre outros elementos, ajudam a entender por que aqueles jovens, de condição social razoável, decidiram pegar em armas e entrar na guerrilha.[262]

Dentre os enquadrados como pertencentes a esses setores médios intelectualizados no Ceará, há o caso de um empresário que emprestou apoio à luta armada. Trata-se de um caso peculiar e específico, é verdade, mas que demonstra como a compreensão da conjuntura histórica deve ser ampla, escapando aos estereótipos e ideias pré-concebidas. Em geral, as "classes produtoras", como chamavam à época o empresariado, foi solidária à ditadura. Não só apoiaram o golpe de 64 e a ditadura, mas colaboraram na perseguição e eliminação de adversários. Tivemos informações de que grupos econômicos cearenses contribuíram financeiramente com o sistema DOI-CODI. Todavia, verificaram-se exceções, pequenos e médios empresários, nacionalistas, os quais hipotecaram ajuda aos guerrilheiros e até participaram das organizações de esquerda armada, mesmo porque muitas destas esperavam o apoio de segmentos da "burguesia nacional" para fazer a revolução. O comerciante cearense João Adolfo Abreu Mora era ligado ao PCBR e relatou no pedido de indenização à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou:

---

261 Artistas, empresários, estudantes, oficiais militares, professores, profissionais liberais ou outros com formação superior e religiosos. RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. (1993), p. 70.

262 Ibidem.

> (...) À época dos fatos, era empresário do ramo de material elétrico em Fortaleza. Sua empresa, Organização Olavo T. Mora Elétrica, era das mais conceituadas na esfera comercial. (...) A sensibilidade em relação às dificuldades de sobrevivência enfrentadas pela população despertaram no requerente a consciência para os problemas sociais do País. Por outro lado, a liberdade de organização política e pleno exercício da cidadania estavam tolhidos pelo regime instaurado em 1964. Foi nessa conjuntura que o requerente, então jovem, aproximou-se do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ingressando em seus quadros (...).[263]

As organizações armadas no Ceará contavam com poucos integrantes das camadas de transição[264] – 12,5% – e das camadas de base[265] – 4,1%. Tais números revelam suas dificuldades de penetração nos setores de trabalhadores manuais e o isolamento social que se aprofundou, ao longo dos anos e que contribuiu para a derrota, apesar dos agrupamentos armados pregarem o "trabalho com as massas". As esquerdas imaginavam-se representantes da classe trabalhadora, porém, concretamente, não conseguiam se aproximar dela. Mesmo com as greves verificadas, em 1968, a severa intervenção da ditadura no movimento dos trabalhadores após o golpe de 64 foi básica para desarticulá-lo.

> A gente fazia comícios nas portas das fábricas, que você tinha que fazer com apoio armado, panfletagem, uma coisa muito relâmpago, você tinha que ser muito breve, porque quando a polícia chegava você já tinha que ter saído. (...) A gente falava invariavelmente da ditadura, de transformar o País, das propostas que a gente tinha para o movimento operário, de organização da massa operária. (...) Na época,

---

263 Processo de Requerimento de Indenização de João Adolfo Abreu Mora. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

264 Autônomos, empregados, funcionários públicos, técnicos médios, etc. RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. (1993), p. 70.

265 Lavradores, militares de baixa patente e trabalhadores manuais urbanos. Id. Ibidem., p. 70.

> nós achávamos que eles nos recebiam muito bem. Hoje, eu acho que não... [risos]. Tinha muita simpatia, mas eles tinham muita dificuldade de se organizar, porque a repressão dentro das fábricas era muito grande.[266]

José Maria Tabosa, sapateiro, morador do Pirambu e ligado, no início dos anos 1970, ao Movimento Comunista Internacional, contou-nos sobre o distanciamento entre parte, pelo menos, dos segmentos populares e as práticas democráticas e os ideários das esquerdas acerca do que o Brasil vivia.

> A gente morava no Pirambu e quando uns caras, os Braga Torres e Carvalho, quiseram se apropriar das terras onde a gente morava, umas cento e tantas famílias. A gente começou a se organizar e tal. Eu não conhecia nada de política, de partido... O PCB estava no Pirambu, o partido era muito forte entre os ferroviários e as Oficinas do Urubu ficavam ali na [Avenida] Francisco Sá. Mas eu não entendia muito bem o que eles queriam. (...) Como eu participei das mobilizações pela Marcha do Pirambu, a negrada [do PCB] me viu e me levou pro sindicato [dos sapateiros] e foi aí que começou minha trajetória de conhecimento político. O sindicato tinha sofrido intervenção e o pessoal queria lançar uma chapa de oposição pras eleições. (...) E o pessoal falando de golpe, de ditadura, e eu meio tonto, sem entender bem o que eles diziam (...). Que golpe de 64? Aí você conversa com um aqui, outro ali. Eu fui ter noção do que estava acontecendo no Brasil quando fui para lá [o sindicato].[267]

Um dos poucos trabalhadores manuais a participarem de uma organização armada, no Ceará foi José Ferreira Lima. Este, não por coincidência, foi membro da ALN, agrupamento que apresentou um pequeno setor operário formado, sobremaneira, por antigos militantes do PCB que seguiram Marighella para a guerrilha. Ferreira Lima nasceu, em Cajazeiras-PB, em 1921, vindo para Fortaleza, em 1942 e passando a trabalhar na indús-

266 Vera Rocha, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 28/12/2004.

267 José Maria Tabosa, ex-militante do MCI, entrevistado em: 12/09/2019.

tria têxtil. Em pouco, entrou no PCB e tornou-se líder sindical, ocupando a presidência do Sindicato dos Têxteis do Ceará. Foi um dos diretores do Pacto Sindical no início dos anos 60, até o golpe de 1964, quando foi detido. Liberto algum tempo depois, começou a ter dificuldades financeiras, pois os patrões lhe recusavam emprego, vivendo de serviços eventuais e trabalhos em pequenas fábricas (em geral, pertencentes a amigos). Acabaria ingressando no Partido Operário Revolucionário Trotskista e, a seguir, na Ação Libertadora Nacional. Detido em 1970, com o desmantelamento da ALN, passou quase 10 anos presos no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Solto com a Anistia, envolveu-se com os movimentos de bairro, em Fortaleza, até falecer em 1986.[268]

Da mesma forma, participaram poucas mulheres na esquerda armada cearense – dos dados disponíveis, 12,7% dos envolvidos eram guerrilheiras (Quadro 4). Apesar de pequenos, esses números têm alguma significância, tendo-se em consideração o machismo reinante na sociedade cearense, o anticomunismo associado às pregações da influente Igreja católica local e o pequeno envolvimento de mulheres na política partidária nos anos 60 como um todo. À mulher reservava-se um papel secundário, de cumpridora da "função" de "mãe/esposa/dona-de-casa" e "guardiã dos valores familiares e cristãos", como se percebeu na participação feminina, nas passeatas de apoio aos golpistas de 1964. Aquele percentual guarda liames com o processo de emancipação feminina, acontecido no final da década de 1960, quando, sobretudo, jovens mulheres, estudantes, se engajaram nas manifestações as quais questionavam o *status quo* e defendiam uma sociedade mais justa não apenas na questão de classes, mas também em termos de gênero. Vale ressaltar, contudo, que a perspectiva era de criar uma nova sociedade, um novo homem (no sentido de humanidade), mas não a da liberação específica feminina, proposta que não fazia parte do contexto político brasileiro dos anos 60.[269]

---

268 Processo de Requerimento de Indenização de José Ferreira Lima. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

269 RIDENTI, Marcelo. Ob. Cit. (1993), p. 198-203.

Por mais que o processo não tenha atingido a maioria das mulheres, ou acabado com o machismo da sociedade local e das próprias esquerdas, rompia-se, de certa maneira, o papel da mulher restrita à vida doméstica e subserviente ao mundo masculino. Cair na clandestinidade, deslocar-se para outros estados, conviver com outras moças e rapazes nos aparelhos afrontavam a moral tradicional do que se esperava das mulheres. Como afirma Maria Lygia Quartim de Moraes, a presença de mulheres na luta armada representou uma profunda transgressão ao que se entendia como próprio ao sexo feminino. "Mesmo sem formular uma proposta feminista deliberada, as militantes 'comportavam-se com homens': pegavam em armas e assumiam um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento".[270] Não era por acaso que a imprensa buscava associar luta armada, orgias e libertinagem, condenando a presença de mulheres nos agrupamentos armados, dando a entender que, além de "terroristas", eram "putas e loucas". Nos relatos policiais, por exemplo, a namorada de Thmoskhenko foi retratada como "amante".[271] Não raro, os torturadores usavam termos chulos e ofensivos contra as capturadas, ou seja, buscavam infligir-lhes uma violência não só política, mas de gênero, atingindo sua condição de mulheres.[272]

Os dados do Quadro 4 chamam a atenção por mostrar, mais uma vez, como era forte no imaginário de parte dos militantes da época o desejo pela luta armada, inclusive entre mulheres. Pelas características militaristas da guerrilha, havia uma tendência a afastar a integração feminina, pois historicamente sempre foi difícil converter mulheres em soldados.[273]

---

270 MORAES, Maria Lygia Quartim de Moraes. Condições históricas do surgimento do feminismo. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 345.

271 Ação Penal nº 63/70, apelação STM nº 39.854. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/176.html Acesso em: 28/10/2019.

272 ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Política como paixão: narrativas femininas sobre resistir. In:______; DANIELI NETO, Mário; STEFFENS, Marcelo Hornos (Orgs.). *Narrativas sobre tempos sombrios*: ditadura civil-militar no Brasil. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 234.

273 RIDENTI, Marcelo. Ob. Cit. (1993), p. 198.

> Havia outras mulheres no PCBR (...) do grupo de fora vieram umas três ou quatro mulheres, veio de Alagoas, tinha a Yvone [Maria Yvone Loureiro, uma das fundadoras do PCBR local]. Daqui de Fortaleza tiveram outras também, teve uma prima minha, a Helena, morreu ano passado, Helena Mota Quintela. A Helena foi uma pessoa também que eu trouxe para o movimento, que teve atuação grande, mas pelo fato... ela teve contato... ela foi denunciada muito cedo e nessa denúncia ela teve que ir embora daqui, teve uma prisão e nessa prisão vieram muitos traumas, muitas histórias (...).[274]

Apesar dos discursos de igualdade, o machismo existia dentro das organizações armadas. As esquerdas, por mais que desejassem mudar a sociedade, não deixavam de reproduzir seus valores e elementos culturais. O velho PCB, de onde se originaram várias das organizações armadas, pautava-se por princípios patriarcais e conservadores em relação às mulheres.[275]

As condutas de inferiorização das mulheres e o preconceito contra homossexuais eram comuns dentro dos agrupamentos armados revolucionários.[276] Verdade que, no cotidiano, prevaleciam regras semelhantes para homens e mulheres, tabus como virgindade e sexualidade eram questionados, e tinha-se um discurso igualitário de gênero:

> O aparelho é uma casa diferente, tem que limpar, tem que cozinhar e tal. As funções eram divididas. As mulheres, os homens, todo mundo fazia tudo. Tinha um rodízio, alguns se organizavam por semana. As vezes, tinha homens que cozinhavam, inclusive, melhor que as mulheres. Então, era

274 Maria Quintela, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 14/07/2006.

275 ROCHA, Débora Raiza. História e memórias das mulheres na Ação Popular (AP). In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália (Orgs.). *A ditadura aconteceu aqui*: a história oral e as memórias do regime militar. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 141.

276 GREEN, James. *"Quem é o macho que quer me matar?"*: homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970, 2012. In: http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf. Acesso em: 27/12/2018.

> a semana da limpeza, a semana da cozinha. E aí gente trabalhava na base do rodízio. (...) Tinha uns que não gostavam, tinha uns que trocavam [risos]. Troca: "Essa aqui é a minha semana de cozinhar, você não quer que eu lave a louça para você, para você cozinhar para mim?" Se o cara trocasse... Isso era uma orientação do partido. Tinha que ter igualdade total, não podia tentar construir uma sociedade igualitária se a gente não fizesse...[277]

Contudo, nas questões macros, nas decisões, nos comandos das organizações, as mulheres, ainda que ocupassem alguns espaços, eram preteridas ou tinham que assumir ou se omitir ante o discurso masculino, segundo o qual o lugar da liderança no mundo político era reservado aos homens.[278] Para ocuparem postos na cúpula dos agrupamentos, necessitavam, por vezes, demonstrar "posturas masculinas", mostrando frieza, separando-se das pessoas de que gostavam e até mesmo recusando o direito de ser mãe, para não evidenciar fragilidade ou instabilidade emocional.[279]

As mulheres contribuíram para tecer as redes de solidariedade que permitiam o funcionamento dos agrupamentos, redes que por vezes passavam imperceptíveis ou eram minimizadas pelos militantes. Normalmente, cabia às mulheres arranjar documentos falsos, organizar os pontos de encontro clandestinos, redigir textos, esconder os ativistas mais visados pela repressão, guardar armas em suas residências e levantar informações para o planejamento das ações armadas, pois, ante o machismo imperante na sociedade, as pessoas não tendiam a associar "terrorismo" e o "belo sexo frágil". Ora, mas as esquerdas, quando impunham esse tipo de missão, estavam apenas ratificando e se aproveitando do machismo, contribuindo para sua reprodução. Portanto, ocorreram rupturas e avanços em relação ao papel das mulheres por parte dos agrupamentos revolucionários, mas, por outro, lado, as esquerdas não romperam por completo com o machismo.

277 Vera Rocha, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 28/12/2004.

278 ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Op. Cit., p. 236.

279 Ibidem, p. 237.

A historiadora Maria Cláudia Badan Ribeiro demonstrou que a presença de mulheres em grupos de fogo foi maior do que se pensava. Participaram de assaltos a banco, sequestros de representantes diplomáticos e outras ações arriscadas. Uma das cearenses que atuou no Grupo Tático Armado (GTA) da ALN foi Moema Santiago. Após o caso de São Benedito, perseguida pela repressão, Moema mergulhou na clandestinidade. Entre 1970-73, envolveu-se em algumas ações armadas no Rio de Janeiro e São Paulo, embora não tivesse deixado de também desenvolver ações de apoio.

> Já havia feito alguns treinamentos de tiros com um primo no Ceará, mas realizaria outros em São Paulo. Na capital paulista realizaria algumas ações. Andava com uma berett pequena escondida debaixo da pantalona ou sob as batinhas de grávida, modelo de roupa muito em voga na época, e que favorecia as militantes.[280]

Moema depois partiu para o exílio, só regressando ao Brasil após a Anistia de 1979. Nesse período, aproximou-se do Brizolismo. Em 1986, já após o fim da ditadura, foi eleita deputada federal/constituinte (mandato entre 1987-91), obtendo a segunda maior votação do Ceará. Depois, ingressou no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).[281]

Em suma, os militantes da esquerda armada que aturaram, no Ceará, entre 1968-72, de forma geral, eram cearenses natos, jovens, de idade inferior a 25 anos, pertencentes à classe média intelectualizada, estudantes, sobretudo, do sexo masculino. Tais evidências ratificam os dados expostos nacionalmente no trabalho de Marcelo Ridenti, com alguma ou outra diferença de percentual, possivelmente, explicada por particularidades

280 RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres na luta armada*: protagonismo feminino na ALN. Alameda, 2018, p. 292.

281 CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama do barroco dos exilados do Nordeste*. 2003, 430f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

locais e pela parcialidade de documentos aos quais tivemos acesso, em virtude da não abertura, ainda, dos arquivos da ditadura no Ceará.

Herdeiros de lutas

Esta pesquisa teve como fontes basilares os relatos da imprensa e as memórias das pessoas que viveram o período ditatorial militar, expressas oralmente nas entrevistas realizadas. Tentamos ouvir não apenas os militantes das "cúpulas diretivas", mas também aqueles de "base". Preocupamo-nos, igualmente, com fatores como gênero, faixa etária e condição social, visando estabelecer uma maior representatividade do universo de ativistas cearenses da luta armada. Também colhemos depoimentos de outras pessoas que, embora não fossem integrantes dos agrupamentos revolucionários, vivenciaram de perto a ditadura no Ceará, como jornalistas, estudiosos do assunto e um representante de órgão de repressão.

Memórias são documentos, como outros, a serem interpretados. Não constituem a história "pronta e acabada". Como afirma Pierre Nora:

> A memória se relaciona a uma experiência vivenciada, tendo como agentes grupos que passaram por diferentes experiências, mas mantendo traços comuns, frutos da experiência coletiva, sujeita a mudanças e permanências. A história, por sua vez, relaciona-se a um distanciamento e a uma preocupação constante com a crítica a ser apresentada. Por isso, "a história, enquanto operação intelectual, dessacraliza a memória" (...).[282]

282 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n.10, p.7-28, São Paulo, 1993.

A memória é uma fonte para a história – do mesmo jeito que esta é matéria-prima para aquela. Memória é uma reconstrução psíquica e intelectual do passado no presente, uma reconstrução seletiva do ontem feita no hoje, isso em função de experiências e parâmetros não apenas do indivíduo, mas igualmente da sociedade. Ou seja, a memória não é apenas individual, ela é também coletiva. É compartilhada socialmente. O indivíduo lembra, mas inserido num contexto social, cultural, político, familiar, etc., do presente. A memória é a presentificação do passado, estruturada pelo indivíduo em sociedade. É uma atualização do passado no tempo presente e também dos conflitos, embates e das experiências das pessoas e da coletividade. Em outras palavras, a elaboração da memória faz-se no presente, é do presente e para responder às solicitações feitas no momento atual que a rememoração recebe incentivos.[283]

Já a história é uma reconstrução científica do passado. Para fazer história, é necessário seguir metodologias, procedimentos e práticas, consultar e analisar fontes, dialogar com teorias e outros historiadores, etc. Na História, busca-se entender e explicar o que aconteceu, aproximando-se o máximo possível do passado. Pressupor uma objetividade absoluta, uma total imparcialidade e recuperar a totalidade do passado parece algo cada vez menos acreditado na historiografia. A História almeja hoje, como diz Carlos Ginzburg, a verossimilhança, isto é, procura o que seria o mais próximo da verdade.[284] Note-se, porém, que há uma fronteira entre compreender que há versões e afirmar que só existem versões. O intento do pesquisador, menos que afirmar o relativismo total da verdade, é compreender a formação das "verdades" dentro dos relatos, para poder refletir, em um segundo momento, sobre o passado. Interessa menos do que postular os fatos "verdadeiros" ou "falsos" do passado, entender os mecanismos que criaram esse passado

---

283 FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Uso e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 8.

284 GINZBURG, Carlo. *Relações de força*: história, retórica, prova. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

construído, para, a partir daí, pensar nas concepções das memórias e buscar o entendimento analítico-histórico do acontecido.[285]

A memória é muito mais volátil que a história. Claro que pode haver mudanças nas interpretações historiográficas. A história é também filha de seu tempo e o historiador tem um lugar social de onde discursa e produz o conhecimento.[286] Nenhum trabalho, em história, é o "definitivo". Novas fontes e outras abordagens e questionamentos de documentos já visitados podem levar ao preenchimento de lacunas e mudanças dos entendimentos, mas isso com rigor metodológico, princípios éticos e de honestidade, e críticas e debates com os pares do campo historiográfico. Se a verdade absoluta não é possível em história, devemos tê-la, pelo menos, como referência e objetivo.[287]

A memória é parte do real em movimento, condicionada a flutuações, transformações, mudanças constantes, aberta que é à lembrança, ao silêncio e ao esquecimento. Tais mutações da memória acontecem em função do momento em que ela está sendo articulada, em que ela está sendo expressa. O trabalho de organização da memória é sempre parcial e seletivo.[288] O passado descontínuo é organizado na medida em que fragmentos de lembranças, pedaços de fatos, falas e cheiros ganham sentido a partir de uma necessidade ou desejo do presente.[289] Opera-se uma triagem, valorizando-se determinados aspectos do passado, tido como importantes ou representativos, e renegando à sombra outros. Memória e esquecimentos como indissociáveis. Ao se deparar com um discurso memorialístico, é

---

285 *Vide* PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

286 CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

287 FICO, Carlos. *O grande irmão*: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

288 *Vide* FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Uso e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História* (15), São Paulo, 1997, p.51-71. POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

289 FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). Op. Cit. POLLAK, Michel. Op. Cit.,1989. THOMSON, Alistair. Op. Cit.

preciso perguntar quem está lembrando, o que está lembrando e por que está lembrando dessa forma. A partir daí, pode-se almejar entender a memória formulada, a inserção social do indivíduo e a sociedade. A memória, em rigor, não é passado – é presente. O presente olhando para o passado, como é conveniente para o hoje e, por vezes, até com perspectivas de futuro. Memórias podem ser conflitantes e em disputas. É um objeto de luta pelo poder, travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrando e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro.[290]

A memória constitui um suporte fundamental da identidade individual e coletiva – ou identidades, expressão mais adequada para expressar o caráter multifacetado e contraditório da subjetividade.[291] Identidade, como entende Michel Pollak,[292] no sentido da imagem de si, para si e para os outros. Ou seja, a imagem que uma pessoa adquire, ao longo da vida, referente a ela própria, "a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida de maneira como quer ser percebida pelos outros".[293] A identidade traduz, igualmente, um sentimento e uma certeza de pertencimento e vinculação a uma experiência de vida comum. Assim, a questão da composição da identidade deve ser levada em conta quando se busca melhor compreender as motivações e o imaginário dos militantes de esquerda armada no Ceará.

Como lembra Alistair Thomson,[294] as reminiscências, também, variam conforme as alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que leva à necessidade de se compor um passado com o qual possamos conviver. Esse

---

290 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

291 HALL,Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A,1997.

292 POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

293 Ibidem, p. 204.

294 THOMSON, Alistair. Op. Cit., p. 51-71.

sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade. Construímos nossa identidade por meio do processo de contar histórias para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social. Ao narrar uma história, identificamos ou pensamos o que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Dessa maneira, nossa identidade também molda nossas memórias – reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes. Não obstante, tal composição nunca é inteiramente bem-sucedida, daí as frustrações, os silêncios, os esquecimentos, as ansiedades, os bloqueios, etc., os quais podem, por outro lado, extravasar no inconsciente, nos sonhos, em atos falhos, sintomas físicos, etc.

Falar de memórias traumáticas, tais quais as daqueles que foram alvos dos arbítrios da ditadura, não é fácil. Se normalmente não é confortável tornar público temas de foro íntimo, imagine-se quando se abordam questões como torturas, assassinatos de amigos, atentados, homicídios, estupros, traições, delações, perseguições e afins. Memórias dolorosas. Sentimentos são mexidos, toca-se em lembranças que incomodam e as quais muitos não desejariam rememorar. De certa maneira, é sofrer novamente. Não por acaso, vários dos ex-militantes foram às lagrimas durante as entrevistas. Pollak lembra que "as dificuldades e bloqueios que, eventualmente, surgiram ao longo de uma entrevista só raramente resultavam de brancos da memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado".[295]

No caso da presente pesquisa, esses pressupostos ajudam a compreender a recusa de alguns ex-ativistas em concederem depoimentos, ou a

295 POLLAK, Michel. Op. Cit. (1989), p. 13.

exigência de falarem sob o escudo do anonimato. E mesmo aqueles que se decidiram a conceder uma entrevista aberta, não raro, falavam rapidamente sobre temas dolorosos, recorriam ao pitoresco/humor, como que disfarçando o incômodo, ou omitiam episódios. Foi o caso de uma entrevistada que, durante o depoimento, não mencionou o episódio de ter sido orientada pela cúpula de sua organização a interromper uma gravidez inesperada. Soubemos da questão por acaso, numa conversa informal com outro militante. O agrupamento alegou que a gestação requereria cuidados especiais, complicados para uma organização armada, e que também deixaria a mulher "fragilizada emocionalmente", ao ponto de, presa pela repressão, acabar mais facilmente revelando detalhes sobre a guerrilha. O aborto foi feito com o auxílio de um médico pertencente ao mesmo grupo revolucionário.[296]

A partir das entrevistas realizadas, percebemos que os militantes da esquerda armada apresentavam elementos identitários em comum. Poderíamos dizer, traços de uma cultura política comunista.[297] Entre tais traços estava o da solidariedade para com o outro, a esperança de um futuro melhor, em perspectiva, justo e igualitário para os homens, um futuro que seria alcançado apenas com o socialismo. Desejavam uma sociedade com justiça social, alternativa ao capitalismo vigente e sustentado no Brasil por

296 *Vide* O Povo, 07/04/2004.

297 Serge Berstein entende cultura política como um conjunto coerente, em que todos os elementos estão vinculados, acerca de uma forma de representação do mundo e de identidade dos indivíduos. Há uma leitura comum do passado histórico, uma projeção do futuro vivido em conjunto, uma visão institucional que se traduz no plano de organização política do Estado, uma concepção de sociedade ideal, um discurso codificado em que o vocabulário usado, as palavras-chave têm significados, os ritos e símbolos denotam um sentido, etc. A cultura política não é estanque, imóvel. É um fenômeno dinâmico, que muda conforme os contextos históricos, podendo-se perceber seu aparecimento, elaboração e evolução ao longo do tempo. As culturas políticas não nascem ao acaso, mas, sim, como respostas aos grandes problemas e crises vividos pelas sociedades.Em sua perspectiva coletiva, a cultura política interessa à História por permitir entender um fenômeno compartilhado por grupos inteiros, que reclamam os mesmos princípios e vivem as mesmas experiências. A cultura política permite entender a concepção de geração, ou seja, pessoas que, vivendo numa mesma conjuntura, submetidas às mesmas normas de uma sociedade, tendo feito as mesmas escolhas e enfrentado as mesmas crises, acabam tendo comportamentos solidários defronte novos acontecimentos. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

uma ditadura a qual não hesitava em usar a força para manter a ordem, calando e oprimindo a população. Afirmou um ex-guerrilheiro:

> Estava numa reunião de estudantes na Faculdade de Direito, quando a Moema [Santiago] chegou para mim: "Fabiani, é o seguinte, todo mundo vai morrer um dia, então vamos morrer por uma causa nobre, mudar o mundo de verdade, ajudar quem precisa (...)". Eu disse o seguinte: "Eu não sou morredor; eu vou lutar" [silêncio]. Eu já tava em contato com o pessoal da ALN. Esse pessoal conhecia minha atuação no movimento estudantil (...). Então, fomos de mala e bagagem para a ALN.[298]

O ideal da "causa nobre" esteve também no depoimento seguinte:

> Até então eu era um simpatizante do marxismo, mas não me considerava marxista. Eu tinha muita sensibilidade social, de me revoltar com as injustiças do mundo. Mas a direção da ALN era marxista e seu projeto era socialista, de derrubar a ditadura e partir para o sistema socialista... Isso bateu mais ou menos com o que eu queria...[299]

O ex-ativista William Montenegro, igualmente a outros, em sua entrevista foi no mesmo sentido:

> Então nós achávamos realmente que seria não uma revolução socialista, ninguém imaginava isso, mas pelo menos, a queda da ditadura militar nós acreditávamos. Esse trabalho ocasionaria a queda da ditadura, e a criação de uma sociedade mais justa, que atenuasse as injustiças, a pobreza, a miséria do nosso povo (....).[300]

---

298 Fabiani Cunha, ex-militante da ALN, entrevistado em: 23/05/2006.

299 Depoimento mantido anônimo a pedido do ex-militante. Entrevista realizada em Fortaleza em 16/05/2006.

300 William Montenegro, ex-militante da ALN, entrevistado em: 1º/07/2003.

Um dos fundadores do PCBR, no Ceará, igualmente ressaltou o aspecto da solidariedade:

> Eu comecei a militar politicamente na Juventude do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual entrei em 1962, pouco antes de completar 16 anos de idade. Essa opção inicial foi mais determinada pela efervescência político-cultural que assinalava o período, o clima de liberdade reinante. Em Pernambuco, o governo [de Miguel] Arraes começava a sinalizar o que era possível fazer em termos de governo-popular-democrático, trazendo à cena política os milhões de deserdados dos campos, trabalhadores rurais e camponeses, até então absolutamente relegados a undécimo plano. (...) Nesse contexto, fui militando, embora só depois de 64 é que posso dizer ter feito, verdadeiramente, opção pelo comunismo e pela luta armada.[301]

Como se percebe, a defesa da solidariedade e da justiça social eram ideários presentes entre os ativistas de distintos agrupamentos armados. No Brasil, esses e outros traços da cultura política comunista tiveram como referência inicial o Partido Comunista Brasileiro (PCB), organização da qual, não por coincidência, vários ativistas da esquerda armada eram tributários, ainda que tivessem rompido com o "Partidão" ou o criticassem duramente.

Os princípios da solidariedade com o outro, a certeza do triunfo do socialismo e a necessidade da criação de uma sociedade mais justa ajudam a entender o que levaram, por décadas, os velhos partidários do PCB à militância e a aguentar as maiores agruras. Homens e mulheres dedicaram suas vidas quase que inteiramente ao partido, com grande custo de relações pessoais e familiares, sofrendo boicotes, dificuldades financeiras, perseguições e difamações, quando não foram mortos. Para o historiador Jorge Ferreira,[302] o imaginário comunista, por mais que pregasse o racionalismo, o

301 Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, ex-militante do PCBR, entrevistado por *e-mail* em 2006.

302 FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002, p. 23 e seguintes.

secularismo e o materialismo, estava eivado de tradições míticas, sacras e nostálgicas provenientes de sociedades antigas, especialmente, da cultura judaico-cristã. Mitos, tradições e costumes que sobreviveram ao processo de dessacralização do mundo e que ainda circulam na sociedade moderna, expressos em manifestações discursivas e comportamentais. Assim, no ideário comunista, evidenciava-se a "luta entre o bem e o mal" (socialistas x capitalistas), o esgotamento do tempo por meio de uma "catástrofe" (a revolução) e a implantação de uma "idade de ouro" (a sociedade comunista), assegurando o reinado de justiça e fraternidade. Para o militante do PCB, o proletariado surgia como sujeito histórico que desencadearia a revolução – duvidar disso era grave falta ideológica. Não poderiam existir dúvidas: tal como um dogma, a revolução era inevitável, e os proletários, dirigidos por seu partido, estariam à frente, cumprindo a missão histórica que lhes fora reservada. O Manifesto Comunista não seria apenas um texto de referência, mas "a verdade", as palavras fundadoras e reveladoras da revolução.

Pelo que pudemos perceber, com uma ou outra pequena variante, tais elementos estavam presentes, também, dentro do imaginário dos adeptos da guerrilha. Esses acreditavam na justeza da causa. Haveria ideal mais justo, representando o "bem", do que desejar um novo tempo, no qual se ultrapassariam todas as mazelas sociais e se garantiria a felicidade para a humanidade? O "mal" era o capitalismo, que excluía socialmente milhões de pessoas, que provocava guerras, fome, miséria. O "mal" era a ditadura, as elites, a imprensa aliada dos militares e até mesmo os "alienados", aqueles que não enxergavam o que de ruim sucedia-se no País, corrompidos que foram pelo regime. Para todos eles não havia "salvação". Deveriam ser derrubados. Era inadmissível que a felicidade e o tempo novo não germinassem em virtude dos interesses de alguns poucos. Esses, expressões/integrantes da classe dominante, pagariam o preço de suas posições. Eram inimigos de classe e, caso não capitulassem, não deveriam ser poupados.

Na linha de pensamento de Thompson, entendemos que as tradições, a exemplo das cristã-judaicas, são constantemente repensadas e re-

formuladas a partir das experiências dos indivíduos nos respectivos contextos e legitimam as ações dos sujeitos históricos.[303] Para Thompson, a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de classe em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. É a partir do cotidiano formador de experiências distintas que os grupos sociais de uma sociedade iniciam a construção de seus próprios padrões de conduta, referendam valores, estabelecem relações. Rejeita-se, assim, a ideia de classe como produto de determinadas relações de produção e cujos interesses poderiam ser definidos de antemão. Uma classe existe quando um grupo de homens que apresentam experiências comuns apreendem tais vivências políticas e, culturalmente, isto é, são capazes de concretizá-las em sistemas de valores, ideias, tradições, etc. É no passar de tal processo que se ergue uma identidade de interesses próprios de uma classe (consciência de classe), diferenciados dos anseios de outras classes. Só se pode entender uma classe como uma formação social e cultural, construída, a partir das experiências das pessoas no processo de produção e de suas tradições intelectuais, dos modelos de relacionamento sociais e dos padrões de organização político-social. A determinação direta feita sobre a experiência leva a novas experiências que podem, agora sim, influenciar a consciência social – por exemplo, as experiências que levaram alguém a tornar-se militante armado durante a ditadura militar criam novas experiências que aprimoraram ou mudaram as noções de partido, luta política, democracia, etc.

Os ativistas da esquerda armada entendiam-se como portadores de uma "missão histórica", missão que parecia ser ratificada pelo que acontecia no mundo, naqueles anos 60, verdadeira "era das revoluções". Tinham a convicção na inevitabilidade e proximidade do triunfo de luta, para a qual valeriam todos e quaisquer sacrifícios – matar, morrer, relevar questões pessoais, familiares, etc., pela certeza da vitória. Acreditavam que

303 THOMPSON, E. P. *Costumes em comum* – estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

aquele era o momento que há tempos esperavam. O militante, ao entrar numa organização revolucionária, apresentava como grande propósito fazer a revolução. Não podia hesitar. No passado, como em 1964, as esquerdas "titubearam" e, em decorrência, instalou-se uma ditadura civil-militar, que seria a expressão de uma burguesia e imperialismo em desespero, visando, do modo mais brutal, conservar seus interesses. Mas era tão grande a crise da sociedade capitalista que uma nova chance apareceu para os militantes. Eles deveriam estar cônscios dos erros e hesitações do passado e de como não poderiam desperdiçar aquela nova oportunidade. Eram seus deveres de revolucionários, perante a causa e perante a história. Foi no tempo deles que a crise capitalista atingiu níveis insustentáveis, como demonstrava a adoção do AI-5. Deveriam agir – e agiram.

A revolução não seria feita mais pelo operariado e "seu partido". Esse perdera a oportunidade de fazer a revolução popular, em 1964, embora a massa esperasse – e continuasse esperando – "ações mais incisivas". A revolução seria promovida pela vanguarda armada, que com suas ações de ataques à ordem burguesa, motivaria as massas a segui-la rumo a um "novo tempo". A revolução estava na "ordem do dia". As intensas manifestações de 1968 não eram sinais de como o povo estava em franca revolta contra a ordem reinante? Bastava os guerrilheiros tomarem a iniciativa e realizar o "ataque final" ao sistema, pois concretizava-se um desejo das massas, as quais, contudo, não sabiam ou não tinham como realizar. A guerrilha era a "expressão da vontade do povo", imaginava-se.

O Manifesto Comunista continuava como referência, mas as verdades e os caminhos a seguirem, igualmente, brotavam de outras fontes. As experiências exitosas da Revolução Cubana e das guerras de libertação colonial, na África e Ásia, como as do Vietnã e Argélia, pareciam repetíveis. Marighella escrevera, em 1969, o Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano, ofertando para a jovem militância uma coletânea de dicas para a luta nas cidades – o lutador ilustrado no texto, porém, como diz o jornalista Mário

Magalhães, não é um ser humano, mas um super-herói, tal a idealização.[304] Os pensamentos de Che Guevara e Régis Debray, em textos avidamente lidos pelos ativistas, sem maiores críticas, eram tomados quase como receitas acabadas para o sucesso da causa. Todas essas referências, se não permitiam uma cópia mecânica, integralmente, transplantáveis para o Brasil, serviam de inspiração e modelo para os militantes. Perante a crença na inevitabilidade da vitória e o desejo por ações, havia pouco espaço para maiores reflexões sobre as peculiaridades e o dinamismo das diversas sociedades e os processos históricos diversos.

> (...) Eu vim decifrar bem as organizações, partido comunista, etc., quando eu comecei a ler sobre a Igreja, na prisão. Principalmente lendo um livro chamado *Canto na fogueira*, de Frei Beto e do Frei Fernando, que é uma reflexão deles, padres, enquanto presos políticos, refletindo sobre a Igreja, sobre a organização deles. E é impressionante a semelhança [com] os partidos comunistas. Porque as categorias eram as mesmas, tipo a infalibilidade papal – no caso dos partidos comunistas era a infalibilidade do partido (...). O secretário geral era incriticável. Basta ver o culto que se fazia a Stálin, etc.[305]

Contou-nos Sílvio Mota, antigo militante da ALN:

> [A luta armada] foi a melhor época de minha vida. (...) É a questão da entrega total. Você está cumprindo uma missão histórica e se entrega totalmente aos interesses de sua Pátria e de seu povo. Não há coisa mais linda a se fazer na vida.[306]

---

304 MAGALHÃES, Mário. *Marighela*: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 502.

305 Mário Miranda de Albuquerque, ex-ativista do PCBR, entrevistado em: 20/01/2003.

306 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

Vera Rocha afirmou-nos:

> (...) Era incrível, hoje, quando eu olho para trás, é incrível, a coragem, como a gente era destemido. O paizinho ia nervoso [na polícia, quando de prisões], coitado! Preocupadíssimo com o que ia acontecer no interrogatório e a gente com dezesseis, dezessete anos, firme, peitando, certo da luta e do movimento.[307]

Pode parecer um paradoxo os militantes falarem num futuro de harmonia e paz, e pregarem, ao mesmo tempo, a violência e a força para a construção dessa nova sociedade. Os revolucionários, porém, não viam grande contradição, pois não havia esperança para os oprimidos dentro do *status quo*. Este estava corrompido pelo dinheiro das multinacionais, pelo imperialismo, pela censura e manipulação dos meios de comunicação, pela exploração dos trabalhadores, pela violência da ditadura contra quem ousasse questioná-la. Somente a construção de uma outra sociedade, com um governo popular ou socialista, poderia "salvar" a humanidade. Assim, os guerrilheiros estariam apenas apressando o óbito do modelo capitalista, usando uma de suas armas – a violência – para parir o novo. O parto era doloroso, é verdade, sacrifícios seriam feitos, pessoas tombariam, mas valeria a pena no final. O tempo do capitalismo esgotara-se. Tratava-se de destruir o velho para construir o novo, um novo que não se encontrava distante, mas sim, bastante próximo, para o qual valeriam os percalços enfrentados.

> [Entre os militantes da luta armada] praticamente não havia espaço para a vida pessoal, comum, como nós entendemos. A gente vivia sendo preso, se escondendo, já era aterrorizado. (...) Havia uma série de slogans: "A burguesia não deixa o poder por conta própria", "Só se responde à ditadura com a violência das massas", "Existem guerras in-

307 Vera Rocha, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 28/12/2004.

> justas e guerras justas". A violência era uma categoria política importante em grande parcela da esquerda pós-64. Isso colocava a perspectiva da luta armada como inevitável, com que não se tivesse uma vida nos padrões normais. "A palha [da revolução] está secando, basta uma fagulha". Isso dava um horizonte muito curto, a luta armada não era uma coisa de longo prazo. Era coisa de curto prazo. Então, pra que estudar, ter uma vida, isso seria como se fosse uma alienação, perda de tempo, de energias, etc.[308]

Em um estado como o Ceará, entendemos que as referidas tradições cristã-judaicas merecem uma atenção para a compreensão das análises aqui elaboradas. Não há como negar o peso político-social que a Igreja católica apresentou desde muito, moldando e influenciando pensamentos e comportamentos. Agentes do catolicismo, realizaram as primeiras tentativas de conquista da capitania, no século XVII, destacaram-se na fundação das vilas – que tinham, não por acaso, como um dos prédios mais importantes o templo da Igreja – atuaram na catequese de indígenas, cuidaram da instrução básica da população, fundaram entidades educacionais e intelectuais. Membros da Igreja participaram de importantes momentos da história local, como na insurreição de 1817, Guerra de Independência, Confederação do Equador e Campanha Abolicionista. Tiveram expressiva representação no parlamento e governos, fundaram jornais, praticaram assistencialismo, moldaram um modo de ver e sentir o mundo por gerações, como demonstram alguns trabalhos acadêmicos.[309] Com base nesses estudos, acreditamos que não se pode pensar o Ceará e os cearenses sem entender o papel da Igreja católica. Não por acaso, de formas distintas, vários dos integrantes da luta armada apresentavam ligações diretas ou indiretas com essa instituição.

---

308 Mário Miranda de Albuquerque, ex-ativista do PCBR, entrevistado em: 20/01/2003.

309 MIRANDA, Júlia. *O poder e a fé*. Fortaleza: Edições UFC, 1987. MONTENEGRO, João Alfredo. *O integralismo no Ceará*. Fortaleza. Imprensa oficial do Ceará, 1986. PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *A fé e a razão na política*. Fortaleza: Edições UFC/ Edições UVA, 2000.

Não obstante o discurso anticomunista do clero, as pregações cristã-católicas de solidariedade, amor e sacrifício pelo próximo moldaram e influenciaram os pensamentos e práticas de vários dos adeptos da luta armada. Não deve ser menosprezado o fato de ativistas terem iniciado seu processo de "politização" na Ação Popular (AP), organização de esquerda gestada dentro da Igreja católica dos anos 60, ou em outras entidades congêneres.

> Minha militância tem dois momentos. Tem o momento da minha irmã Viviane, que é nove anos mais velha que eu e que tinha uma militância em Juventude Estudantil Católica (JEC). Então, eu ia para algumas reuniões com ela, apesar de nove anos de diferença, eu não sei muito por que; a gente se aproximou, eu ia para o cinema de arte, frequentava as reuniões da JEC e lia vorazmente tudo que tinha na estante dela de mais engajado. Era uma coisa assim meio espontânea, vindo muito por ela. E tem um segundo momento, que é depois do golpe de 64, que eu conheço o pessoal do PORT, o José Arlindo Soares (...). Ele vai ser assim o meu grande iniciador político, me empresta Lênin, me empresta Trotsky, e eu começo a descobrir uma nova visão que não é religiosa, que não é aquela visão humanista da JEC, já é uma visão socialista.[310]

Esses militantes, vindos da Igreja ou com alguma vinculação com ela, "filtravam" as pregações anticomunistas ou incompatíveis com sua "ânsia revolucionária". Com suas "chaves seletivas" liam as mensagens religiosas e até as passagens da Bíblia como uma base justificadora da luta armada que realizariam:

> Minha família era muito religiosa. Lembro que meu avô lia para mim trechos da Bíblia quando eu ia dormir, como se fossem "contos de fada" [risos]. Sempre fui católico, nunca deixei de ser. Ia à missa, comungava, rezava... Quando eu comecei a ter contato com as primeiras ideias socialistas, ainda na escola, foi inevitável não fazer a associação. Esta-

310 Vera Rocha, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 28/12/2004.

> va ali, sempre esteve, nos evangelhos, "amar ao próximo", o "reino dos céus é dos humilhados"... Cristo, se tivesse vivido naquela época [anos 1960] estaria ao nosso lado [emociona-se]. Usar a força não está longe do cristianismo. Davi matou Golias. Nós éramos "Davis" enfrentando o monstro da ditadura (...).[311]

Como sabemos, parte do clero chegou a manter relações com agrupamentos armados, a exemplo do apoio prestado a Marighella por integrantes da Ordem Dominicana.[312] Dois dos "cubanos" mandados ao Ceará pela ALN, Valdemar Rodrigues de Menezes e Antônio Esperidião Neto, eram ex-seminaristas. Em seu processo de pedido de indenização, Valdemar Menezes dá a entender que realizar a luta armada era uma maneira de continuar contribuindo com os valores pastorais da Igreja:

> Quando [o golpe de 1964] aconteceu, eu tinha acabado de ingressar no Seminário de Olinda, depois de uma atuação na Juventude Estudantil Católica (JEC). (...) O Seminário, onde eu estudava filosofia, encheu-se de refugiados. (...) Aquilo aguçou minha indignação e me levou a participar, junto com outros colegas seminaristas, das primeiras manifestações de rua contra o novo regime. A partir daí a situação foi ficando insustentável, pois o trabalho pastoral junto às comunidades da periferia de Recife foi-se tornando impossível, pois tudo era considerado suspeito e subversivo. A uma certa altura, não deu mais para continuar a agir, assim eu decidi deixar o Seminário para participar de uma ação política mais direta e clandestina contra o regime (...).[313]

---

311 Depoimento mantido anônimo a pedido do ex-militante. Entrevista realizada em Fortaleza em 16/05/2006.

312 MAGALHÃES, Mário. Op. Cit.

313 Processo de Requerimento de Indenização de Valdemar Rodrigues Meneses. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

Percebe-se, pois, que pessoas vinculadas à base da Igreja católica foram radicalizando-se politicamente. Tal como alguns outros segmentos sociais, na conjuntura dos anos 60, não só condenavam a ditadura civil-militar e as contradições da sociedade brasileira, mas abraçaram a causa armada como uma forma de concretizar os ideários do cristianismo. Lembremos que naquela década, tivemos a adesão de padres e outros religiosos à guerrilha na América Latina, como o Padre Camilo Torres, na Colômbia, morto em 1966. No Brasil, alguns padres apoiaram as Ligas Camponesas em Pernambuco. Sabe-se da influência cristã sobre a Ação Popular e o engajamento cada vez maior de setores da Igreja com movimentos sociais e condenação da ditadura, como fizeram o Arcebispo de Recife e Olinda, o cearense D. Hélder Câmara, e o Arcebispo de São Paulo, dom Evaristo Arns.[314]

No próprio Ceará, se setores católicos apoiaram o golpe de 1964 e a ditadura, outros segmentos se opuseram, denunciando os arbítrios do regime, protegendo os perseguidos e envolvendo-se até com os guerrilheiros. Já em 1964, fora preso o Padre Archimedes Bruno, que se engajara na defesa das reformas de base propostas pelo governo João Goulart. Na mesma linha, enquadrou-se o bispo de Cratéus, o paraibano dom Fragoso, nomeado para o cargo pouco depois do golpe militar, a 28 de abril. Vindo do Maranhão, onde já era considerado um "padre comunista", dom Fragoso acabou transferido para os distantes sertões cearenses por pressão dos militares. A intenção era condená-lo ao "silêncio e esquecimento". Tal objetivo, entretanto, não se concretizou. Ao contrário, os trabalhos sociais e o engajamento político de dom Fragoso tornaram a diocese de Crateús bastante conhecida. Ao que consta, prestou apoio a militantes do PCdoB que se instalavam na região. Conforme afirma o historiador Antô-

314 CANCIAN, Renato. *A Igreja Católica e a ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011. GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)*: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014. CUNHA, Diogo. Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar de. *À sombra das ditaduras*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

nio Torres Montenegro,[315] o bispo Dom Fragoso teria deixado muito mais claro que dom Hélder a fusão entre preceitos marxistas e cristãos. Dom Fragoso teve diversos atritos com integrantes conservadores da Igreja e grupos políticos e econômicos locais, os quais acusavam o bispo de querer transformar Crateús numa "pequena Cuba". Vários clérigos da diocese de Crateús foram alvos de perseguição e intimidação da ditadura, como o padre italiano José Pedandola, sequestrado pela Polícia Federal, encarcerado e expulso do País, sem direito a defesa. Outro religioso da diocese, Padre Geraldo de Oliveira, foi preso, torturado e mantido incomunicável por 11 dias numa viagem a Recife, em 1971.[316]

O interventor e depois Arcebispo de Fortaleza após 1973, Dom Aloísio Lorscheider, prestou solidariedade e ajudou vários presos políticos, sem falar de outros clérigos que estiveram na oposição ao regime ditatorial-militar, como Frei Geraldo Bonfim, Padre Daniel Juffe, Padre Geraldo Oliveira Lima (Padre Geraldinho), Padre José Pedandola, Padre José Maria Cavalcante e Padre Giovanni Sabóia de Castro.[317] Não surpreende, portanto, que alguns dos fiéis, inspirados nos princípio católicos e nas combativas lideranças da Igreja, tenham partido para a luta armada igualmente.

315 MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 109.

316 Ibidem. *Vide* também BRITO, Anderson Pereira. *O ideal católico progressista na ditadura militar (1964-85) presente nas cartas de dom Fragoso*. 2013, 48f. Monografia (graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013. CHAVES, Luciano Gutembergue Bonfim. *Entre o evangelho e a revolução*: ações educativas realizadas na cidade de Crateús-CE, no período de 1964 a 1971, sob a orientação de Dom Antônio Batista Fragoso. 2008, 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

317 O Povo, 22/05/2004.

Terra de violência

Acreditamos que aos valores de solidariedade e justiça social, herdados e reelaborados de tradições cristãs-judaicas e ressignificados no contexto e nos imaginários dos anos 60, podem ser acrescidas outras experiências sociais e históricas que permitem compreender a imersão de um grupo de jovens na luta armada.

Os valores sociopolíticos locais, entenda-se, o jeito de "ser e fazer política" no Ceará, também, compuseram as tradições herdadas e reelaboradas pelos adeptos da guerrilha. O Nordeste, especificamente o Ceará, foi historicamente uma terra marcada pela violência. A tradição da violência, particularmente da política, e o signo do embate marcaram a sociedade e o modo de pensar e fazer política dos cearenses. O processo de conquista do Ceará, efetivado, a partir da segunda metade do século XVII, com a expansão pecuarista, realizou-se com guerras e extermínio de povos indígenas e enorme resistência desses, e que ficou conhecido na historiografia como "Guerra dos Bárbaros".[318] Relatos dão conta dos homicídios, assaltos e violências por motivo de honra, disputa por terras, etc. praticados pela população desde os primórdios da colonização, havendo uma quase devoção às facas, aos bacamartes e outros instrumentos de morte. As denominações dos espaços geográficos trazem as marcas da violência: riacho da Cruz, riacho do Sangue, Tocaia, Emboscada...[319] A capital do estado tem como referência de suas origens um forte que, como mostram imagens de época e trabalhos acadêmicos, apresentava os canhões não só apontados para os mares, mas para a própria terra, a repelir e advertir eventuais rebeliões de indígenas, mestiços, escravos e pobres.[320] Nos momentos da independência da Amé-

---

318 PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

319 VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes*: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

320 *Vide* VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre o futuro e o passado*: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850). Fortaleza: Museu do Ceará, 2005. FURTADO FILHO, João Ernani. *Soares Moreno e Matias Beck*: inventário de uma polêmica nos escritos de Ismael Pordeus. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

rica portuguesa e instauração do Império, grupos políticos pegaram em armas em rebeliões, como os Alencar, líderes da "Revolução" de 1817 e da Confederação do Equador, em 1824.[321] Verificaram-se verdadeiros banhos de sangue. Ainda no período imperial e no começo da República, grupos de cangaceiros impunham sua vontade nos sertões, levando pânico às populações, que, igualmente, eram alvo da violência das ditas volantes, grupos armados oficiais encarregados de combater aqueles bandoleiros. Amputações, castrações e degolas eram rotina.[322] Ficaram famosas as brigas entre chefes políticos, na Primeira República (1889-1930), os coronéis, em disputas pelo poder local com seus grupos de "cabras", praticando morticínios.[323]

Em 1912, uma violenta revolta popular pôs fim aos 16 anos de domínio do grupo político do governo de Nogueira Accioly, no Estado e, dois anos depois, uma rebelião de sertanejos, ligados a Padre Cícero Romão, derrubou o governador cearense Franco Rabelo.[324] Em 1926, batalhões patrióticos colocaram os cearenses em polvorosa para combater a Coluna Prestes – até Lampião foi convidado a vir ao estado para ajudar na luta...[325] Nos anos de 1930, um dos esforços do governo Vargas foi combater o cangaço e desarmar os coronéis e a população. O Estado buscava o monopólio da violência, porém, mesmo assim, continuou sendo comum, ainda hoje, ver populares armados com as tradicionais "peixeiras".[326] Os crimes de pistolagem marcaram a his-

---

321 FÊLIX, Keile Socorro Leite. *"Espíritos inflamados"*: a construção do Estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840). 2010, 231 f. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

322 PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros*: ensaio de interpretação Histórica. São Paulo: Boitempo, 2010. MELLO, Frederico Pernambucano. *Guerreiros do sol*: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

323 MACEDO, Joaryvar. *Império do bacamarte*: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri Cearense. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990.

324 PORTO, Eymard. *Babaquara, chefetes e cabroeiras*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1988.

325 DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. LIMA, Geraldo Oliveira. *Marcha da Coluna Prestes através do Ceará*. Rio de Janeiro: Edição do autor, sem data. OLIVEIRA, Alex Alves. *Representações da passagem da Coluna Prestes no sertão cearense*. 2011, 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

326 PERICÁS, Luiz Bernardo. Op. Cit. SOUZA, Simone. *Interventorias no Ceará*: política e sociedade (1930-45). 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 1982.

tória do Ceará no século XX – pistoleiros, não raro, acobertados por autoridades.[327] Nas eleições de 1954 – dez anos antes do golpe – dezoito pessoas foram assassinadas em virtude de embates entre correligionários da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD).[328]

Muitos outros exemplos podem ser citados, analisando-se, em detalhe, a história local. A sociedade brasileira – e cearense – sempre foi violenta e excludente. A questão é que durante os períodos de exceção, como o da ditadura civil-militar, ela foi ainda mais brutal e autoritária.[329] A tensão social e os conflitos envolviam as populações, que incorporavam a violência como parte do cotidiano e das disputas políticas. É claro que os modos de fazer política foram mudando ao longo das décadas – não vamos cair no erro de entender a história como algo engessado ou explicado, apenas, pelas origens.[330] Mas permanências também ocorrem, tradições se perpetuaram, mesmo que adaptadas aos novos contextos. Assim, aqueles militantes de esquerda, que adentraram em agrupamentos armados durante a ditadura, não estavam tão longe do fazer político cearense. Por mais que a violência fosse algo inaceitável para setores da sociedade local, nos anos 60, o belicismo estava presente no ser cearense e nas decisões das instituições do Estado. Tanto que setores da sociedade apoiaram a repressão, tortura e mesmo a eliminação física dos integrantes da luta armada. O que escandalizava os grupos dominantes não era só a violência pregada por aqueles jovens revolucionários, mas uma violência dirigida para destruir a ordem capitalista. Não era à toa todo o esforço, como veremos adiante, da imprensa para elaborar e reelaborar um discurso exaltando o

---

327 CAVALCANTE, Peregrina Fátima Capelo. *Matadores de gente*: como se faz um pistoleiro. São Paulo: Annablume, 2002.

328 *Vide* RIBEIRO, Francisco Moreira. *A reação política conservadora*: o caso da União Pelo Ceará. 2006, 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. SARAIVA, Ciro J. *Antes dos coronéis (1947-62)*. Fortaleza: ABC Editora, 2012.

329 CHAUÍ, *Marilena. Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 60. *Vide* também SCHWARCZ, Liliam Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

330 BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

pacifismo dos cearenses, que não poderiam aceitar, em hipótese nenhuma, a brutalidade dos "terroristas".

Se havia toda uma conjuntura e tradições variadas que ajudam a entender os sentimentos e a opção pelas armas por parte dos militantes da guerrilha, fatores outros não podem, por sua vez, ser desconsiderados. Uma coisa percebida nas entrevistas foi a confidência dos ativistas, com exceções, sobre o pouco domínio que apresentavam do marxismo quando de sua atuação entre 1968-72. Muitos só vieram realmente a ler Marx, com profundidade nas prisões, após a derrota da luta armada.

> Na época não tinha nenhuma base teórica... Eu lia o Lênin, mas não seguia as correntes. Inclusive, quando o pessoal começava a discutir na assembleia geral, ficava igual cego em tiroteio, sem entender o motivo das divergências.[331]

Notamos, ao longo da pesquisa, que uma série de relações pessoais e coletivas e as mais distintas experiências e práticas, que se entrecruzavam, somavam-se umas às outras, levaram um grupo de jovens a abraçarem a causa socialista e, posteriormente, a luta armada. Serge Berstein[332] diz que a inserção de alguém numa cultura política ocorre de várias formas. Inicialmente, na família. Depois, na escola e em outros ambientes como os da igreja, o trabalho, as amizades, a imprensa. São culturas que chegam ao mesmo tempo, muitas vezes, de forma contraditória entrecruzando-se. No fundo, o indivíduo terá o livre arbítrio para pensar conforme as culturas políticas que teve acesso e lhe fazem sentido.

Para muitos dos entrevistados, um elemento importante na sua formação ideológica e visão do mundo foi a influência familiar. Um caso da relação entre família e militância foi a trajetória de Carlos Thmoskhenko:

---

331 José Machado Bezerra integrou PCBR e ALN. Entrevistado em: 27/05/2003.

332 BERSTEIN, Serge. Op. Cit.

> Meus pais eram comunistas do Partidão, PCB (...). Inclusive, meu nome é uma homenagem à União Soviética. Em plena Segunda Guerra, eu nasci, no dia 1° de novembro de 1942. E nesse dia, segundo contava meu pai, o exército de Hitler estava em Leningrado e o general Thmoskhenko, que era o estrategista de tanques de guerra, o derrotou. Por esse motivo o meu pai botou o meu nome em memória desse General. (...) Minha mãe além de comunista, o pessoal diz que comunista é pagão, é não sei o que, minha mãe era católica também. (...) Desde pequeno, eu via a minha mãe sair para as manifestações do Partidão e ela sempre me levava com ela, eu tinha cinco, seis anos, sete anos. Eu me lembro – eu sempre conto essas histórias – que um dia na praça da Faculdade de Direito a minha mãe uma vez subindo naquela estátua do [inaudível], num comício do Partido, aí chegou a polícia, correu, minha mãe saiu me arrastando pelo braço [risos].[333]

Como se percebe no trecho da entrevista anterior, influências familiares e religiosas, não raro, mesclavam-se e eram reelaboradas pelos ativistas em suas percepções de mundo e de militância. Inclusive, não apenas a partir de tradições cristãs católicas. Apesar do conservadorismo comum às Igrejas evangélicas, não se pode fazer generalizações.[334] Jane Vasconcelos Dantas, de família protestante, desde a juventude em Maranguape, era tida como "subversiva". Ficou conhecida na cidade por fazer poesias de crítica social – tanto que foi convidada para integrar a direção do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC). Ali, envolveu-se no efervescente movimento estudantil de Fortaleza do final dos anos 60 e passou a conhecer vários dos integrantes da esquerda radical, chegando a namorar com Carlos Thmoskhenko. A mãe teve papel central no processo de inserção política de Jane Vasconcelos e integrantes de sua congregação, ligados à Igreja Presbiteriana, continuaram a apoiá-la, inclusive fazendo orações coletivas, mesmo quando a jovem viu-se obrigada a fugir do Ceará após o incidente de São Benedito.

---

333 Carlos Thmoskhenko, ex-militante da ALN, entrevistado em: 11/06/2003.

334 ALMEIDA, Adroaldo José Silva. *"Pelo Senhor, marchamos"*: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2016, 310f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

> O que sou devo muito à minha mãe, Cleide Vasconcelos Dantas. Era uma mulher muito culta, inteligente, estudou no [colégio] Santa Cecília e casou com um primo, Alexandre Carneiro, que era membro do Partido Comunista. Era protestante, mas filiado ao PCB. Foi perseguido. Morreu aos 24 anos, com problemas cardíacos. (...) Era uma mulher muito avançada. Depois que ficou viúva, se casou com meu pai [José Silveira Dantas], que era artista de circo, trapezista, lutador e marceneiro, fazia instrumentos musicais(...). Minha mãe organizava saraus, com música, violão, em minha casa, reunindo intelectuais. Isso, ao lado de ser protestante, provocava preconceitos, pois Maranguape era uma cidade tradicional, conservadora. A gente participava de vários movimentos culturais em Maranguape nos anos 60. Esse pessoal chegou a publicar um jornal na cidade. Minha mãe trazia, até para a mesa de casa, discussões sobre o que estava acontecendo no País, questões políticas. Foi nesse ambiente que eu me formei como gente. (...) Na escola, tinha aquelas apresentações artísticas, de poesia. E eu fiquei logo marcada pelo teor da poesias. Logo passei a se vista como "esquerdista", "subversiva", "terrorista" e outros "istas" [risos].[335]

Talvez o caso mais exemplar de como a família, ao lado de elementos outros, repetimos, moldou a mentalidade de um militante seja o de Mário Albuquerque. Os pais não apenas o influenciaram numa ideologia socialista, como também o levaram a questionar e desafiar valores e normas da sociedade estabelecida:

> Meu pai, Mário Albuquerque também, já tinha atividade política, era do Partido Comunista Brasileiro, tinha sido afastado porque não concordava com a orientação do partido de não ter contato nem com trotskistas nem com fascistas, integralistas. Meu pai discordou dessa norma e por isso foi afastado do partido. Mas ele continuava ligado porque, me lembro que eu era ainda garoto, ele mandava

335 Jane Vasconcelos Dantas, ligada à ALN, entrevistada em: 03/01/2020.

> distribuir, no bairro onde eu morava – nasci, morei, no Porangabussu, hoje chamado Rodolfo Teófilo –, os jornais do partido. (...) Minha mãe, Maria de Lurdes Miranda de Albuquerque, ela trabalhava, não sei a partir de que ano, era 60, 62, ela começou a trabalhar nos Correios e Telégrafos. Naquela época, não tinha concurso. Era nomeação. Então ela começou a trabalhar. Inclusive, no período em que mulher trabalhar era coisa rara, enfrentava preconceitos terríveis, mulher que trabalhava nesse período. Minha mãe tinha uma formação católica, tanto que lá em casa tinha um enorme quadro do Coração de Jesus (...).[336]

Outros irmão de Mário, no caso, Pedro Albuquerque, pelo PCdoB, e Célio Miranda, pelo PCBR, igualmente abraçaram a causa da luta armada. Nesse ambiente familiar, em contato com debates, ideias, jornais de esquerda, etc., era de se esperar que os filhos da família Albuquerque enveredassem pela causa socialista. Obviamente não estamos afirmando que todo filho de comunista deveria ser obrigatoriamente também comunista. Longe disso. Estamos afirmando que num ambiente familiar "propício", tendo "heranças" de experiências e tradições de solidariedade e justiça social, e num rico contexto histórico de rebeldia, seria mais fácil alguém optar pela ideologia socialista e, ante a crescente radicalização política, ingressar num agrupamento guerrilheiro. A família é apenas um – importante – quesito, pois temos casos de militantes, de família "tradicional e conservadora", os quais adentraram na luta armada.

Este foi o caso da então universitária Moema Santiago, integrante da ALN e pertencente a uma tradicional família cearense.

> Minha família é uma família extremamente política no Nordeste. Eu sou sobrinha do governador do Ceará, Virgílio Távora, que foi governador do Ceará duas vezes, sou sobrinha do Flávio Marcílio, que foi deputado federal, foi presidente da Câmara dos Deputados três vezes, sou prima segunda do governador e deputado Alberto Silva, do

336 Mário Miranda de Albuquerque, ex-ativista do PCBR, entrevistado em: 20/01/2003.

> Piauí, e sou prima segunda, também, do senador governador Mão Santa do Piauí. Eu sou neta de Luis Moraes Correia, o Correia e o porto mais importante do Piauí, uma praia belíssima (...).[337]

Moema Santiago ficou conhecida, à época, como a "sobrinha do governador". Tal a crença no projeto revolucionário que, na intenção de arrecadar fundos para a ALN, vendeu todas as suas joias de família. A revelação de seu nome, em 1970, como integrante de uma organização "subversiva" provocou estupefação nos jornais, pois parecia inacreditável que uma "pessoa de bem", de "boa situação social" estivesse ao lado de "bandidos comunistas" contra a "ordem e a propriedade".[338] Quando do esfacelamento da ALN com o episódio de São Benedito, a polícia chegou a cercar a casa da avó de Moema, na intenção de capturar a ativista. A moça conseguiu deixar o Ceará aproveitando-se da sua privilegiada situação social: saiu pelo aeroporto de Fortaleza, ironicamente, como dama de honra de um general. Continuou a atuar no centro-sul do Brasil e partiu depois para o exílio no Chile e Europa.[339]

Inclinar-se para as esquerdas era, também, uma maneira de aqueles jovens firmarem sua identidade e emancipação. Fincar posição, mostrar independência e, porque não, chocar pais e afrontar o conservadorismo, isso em um momento de franca rebeldia da juventude:

> Não, meu pai não tinha militância política, embora fosse um sujeito mais ou menos esclarecido. Ele tinha tido uma militância na juventude, de direita, mas abandonou ao

---

337 RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Op. Cit., p. 80.

338 Em extensa reportagem sobre o desmantelamento da ALN no Ceará, o jornal Correio do Ceará, ao traçar o perfil de cada um dos "terroristas", afirma: "Moema Correa São Thiago, ou Maria, era ligada diretamente a Fabiani Cunha, Hélio Ximenes e Sidney Marques, no setor estudantil. Desenvolvia pessoalmente o trabalho de levantamento das áreas de ação do grupo (...). Filha de tradicional família cearense, o seu envolvimento com o bando foi recebido com impacto". Correio do Ceará, 29/09/1970.

339 CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama barroco dos exilados do Nordeste*. 2003, 430f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Recife, 2003.

> longo da vida. (...) De meu pai, guardo dele seu reacionarismo, o que também me fez ir para a esquerda. Ele era um anticomunista e eu era muito questionadora, questionava as posições dele...[340]

Isso gerava, por razões óbvias, vários choques familiares. Nas conversas informais com os ex-militantes, soubemos de uma ativista estudantil dos anos 60 que fora entregue pelo próprio pai, ardoroso defensor da "revolução" de 64, aos órgãos de repressão. Não houve mais reconciliação dentro da família – confirmamos a informação com a própria militante, cujo nome omitiremos por se tratar de questão de foro particular. Por outro lado, e mais comumente, pais conservadores não mediram esforços, iguais às famílias vinculadas às esquerdas, para também retirar seus filhos das garras da ditadura. Algumas mudaram até de posicionamento ideológico, passando de defensores dos militares a críticos ferrenhos, ao tomarem conhecimento daquilo que se passava de arbitrário no País.

Normalmente, os ativistas não informavam aos parentes sobre a militância armada. Buscavam evitar preocupações dos seus ou mesmo receberem repreendas. Era um sinal de como ainda tinham a família em alta conta, apesar da "revolução dos costumes" a qual se dava à época, o que mostra como as "mudanças comportamentais" dos anos 60 devem ser entendidas dentro de certos limites.

> Eu nasci em Camocim, onde foi fundada uma das primeiras células do PCB no Ceará. Eu tenho parentes que participaram da fundação. Então, quando eles vinham de Camocim para fazer encontro aqui [em Fortaleza] do PCB, eles se hospedavam lá em casa, no Jardim Iracema, numa casa de taipa. Então, eles conversavam e tal e eu achava bonito. (...) Então, a família estimulou [a militância política]. Um dia minha mãe abriu uma pasta minha e viu um [revólver calibre] 38. Começou a chorar [risos]. Ela disse: "vixe, pensava que estava só participando das passeatas".[341]

340 Depoimento mantido anônimo a pedido da ex-militante. Entrevista realizada em Fortaleza em 27/10/2003.

341 Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, realizada em 04/08/2016.

Havia um grande temor dos ativistas de que a ditadura perseguisse seus entes queridos, que esses fossem pressionados, presos ou torturados para informar algo acerca do filho ou filha "subversivos". Era comum os órgãos de segurança vigiaram, de perto, os parentes e pessoas próximas dos militantes. Daí, quando os ativistas entravam definitivamente na clandestinidade, os longos períodos sem qualquer comunicação com pais, irmãos, esposas e filhos, criando para todos grande angústia, medo e saudades.

Um caso de perseguição policial a parentes de militantes de esquerda armada deu-se com a família de Jane Vasconcelos Dantas, namorada do policial civil partícipe do caso de São Benedito, Carlos Thmoskhenko. Jane não conhecia as ligações políticas de Thmoskhenko e foi-lhe uma tremenda surpresa quando soube do incidente em São Benedito e da participação do namorado, conforme nos contou em entrevista.[342] O envolvimento com Thmoskhenko levou Jane a entrar na rede de relações da ALN, em mais uma evidência da diversidade de fatores que poderiam fazer uma pessoa manter contatos ou ingressar em um agrupamento revolucionário. Assim, a vinculação às organizações deu-se, em certos casos, pelo menos no início, igualmente por questões de afeto para com parentes, maridos/namorados e amigos, em um verdadeiro ativismo emocional.[343] As forças da repressão acreditavam que a captura de Jane levaria à "queda" do foragido policial, "traidor e terrorista". Com as perseguições, viu-se obrigada a fugir do estado, sem Thmoskhenko, pois, o casal, por suas características físicas (ela branca, ele negro), seria alvo fácil dos agentes da repressão. Ao lado de outro integrante da ALN, Gilberto Telmo, Jane deslocou-se para Recife e, depois, São Paulo e, novamente, a capital pernambucana, até ser capturada, em 1971, na Paraíba, pela Polícia Federal. Trazida para Fortaleza, foi mantida junta com as presas comuns por meses na Cadeia Pública da capital cearense, onde atualmente funciona um centro de turismo. Jane Vasconcelos contou em seu relatório de pedido de indenização:

342 Jane Vasconcelos Dantas, ligada à ALN, entrevistada em: 03/01/2020.

343 ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Op. Cit., p. 238.

> (...) Fiquei sabendo que durante minha fuga, meus pais foram presos [em Maranguape] e trazidos algemados para Fortaleza várias vezes, com muitas outras pessoas. [Convocados pela Polícia, como tortura psicológica] meus pais e irmãos vieram reconhecer meu corpo no IML. Minhas irmãs (...) tiveram suas camas e guarda-roupas revirados para "revistas" várias vezes. Soube também que minha mãe foi levada a uma praia para ver meu cadáver meio enterrado na areia. Não havendo nenhum cadáver, minha mãe sofreu torturas, coronhadas e empurrões para dizer onde me encontrava com aquele negro [Carlos Thmoskhenko].[344]

No caso de ativistas pertencentes às famílias mais conservadoras ou sem antecedentes de militância política de esquerda, percebemos que a opção pelas ideias socialistas vinculou-se, também, à influência de amigos, sobremaneira no ambiente escolar. Era algo compreensível, afinal, para jovens, a escola sempre foi um espaço importante de sociabilidade e politização, e o apoio e entrada numa ou outra organização, como visto, relacionava-se não apenas ao ambiente político ou questões ideológicas, mas também a afinidades pessoais. Dizer que amizades levaram a opção pela guerrilha não significa afirmar que se tivessem garotos "imaturos" conduzidos ao "caminho da perdição" (às armas) por "más influências". Longe disso. Apenas que, no contexto da agitação política dos anos 60, muitos rapazes e moças, em contato com outros jovens já atuantes ou com semelhantes posicionamentos ideológicos, influenciavam-se mutuamente, adentravam em organizações políticas juntos, partindo para a ação revolucionária concreta.

---

344 Processo de Requerimento de Indenização de Jane Vasconcelos Dantas. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou. Em 1971, a Cadeia Pública de Fortaleza estava em processo de desativação. Geralmente, as presas políticas eram mantidas em quartéis e em hospitais militares. O enclausuramento de Jane Vasconcelos, tida como "perigosa terrorista", na Cadeia Pública e não em um hospital, talvez tenha se dado por temores da ditadura de uma eventual ação de algum agrupamento revolucionário para libertá-la. Havia razões para tanto. Em conhecido episódio, denotando as falhas de segurança, Ruth Barreto Cavalcante, militante da Ação Popular, fugiu do Hospital da Polícia Militar (atual Hospital José Martiniano de Alencar). "Estudante subversiva foge da prisão militar". O Povo, 16/04/1969.

Também é exagero achar que, por haver um forte pensamento de esquerda entre a juventude secundarista e universitária, os alunos passassem a ter posicionamentos políticos radicais ou de defesa da luta armada. Tanto é isso, que a maioria dos jovens não adentrou na guerrilha, seguindo o curso normal de suas vidas. Inversamente, houve ambientes escolares conservadores e anticomunistas em que alunos acabaram adotando posicionamentos ideológicos distintos.

> Tinha uma freira fantástica, a irmã Elisabete (...). Nós começamos a seguir a irmã Elisabete. Teve uma chuva, o Ceará tem o inverno e tem a seca. O inverno é a chuva muito grande, que caiu, assim, a rua, o colégio, o asfalto tudinho. Aí fizeram campanha para os pobres. Aí a gente foi ajudar e [nosso colégio] resolve, numa cidade cheia de praia, fazer uma piscina (...). Era uma cidade de praia, por que o colégio ia gastar dinheiro fazendo uma piscina? Então, essa freira foi afastada como comunista. Então, é a época que eu mudo em relação do monstro vermelho do comunismo para a consciência social.[345]

O nacionalismo, a defesa dos interesses e desenvolvimento autônomo do País, ante a exploração das grandes potências capitalistas, era uma outra razão que levava alguém a adentrar numa organização armada. Lembremos, como diz o historiador Daniel Aarão, da grande tradição que o nacional-estatismo apresenta na sociedade brasileira.[346] Não pode ser esquecido, igualmente, que nos anos 60 o discurso terceiro-mundista e a denúncia do imperialismo, especialmente do norte-americano, estavam bastante presentes no imaginário dos ativistas das esquerdas. Lembremos ainda da repercussão da Guerra de Independência da Argélia, colônia

345 RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Op. Cit., p. 161.

346 "Nacional, pela ambição de tomar cada povo como uma única identidade. Estatal, por ser considerado o Estado o melhor instrumento histórico para articular a vontade nacional na direção de um processo autônomo de modernização". In: AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil:* do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 19.

francesa, ocorrida num processo armado violentíssimo, e – mais uma vez – da própria Guerra do Vietnã. Dos ex-ativistas que entrevistamos, alguns denotavam muito mais um caráter nacionalista – e confessavam isso – do que efetivamente socialista, de ruptura com o capitalismo.

> Éramos uma família de classe média. A única coisa que talvez fosse fora dos padrões para a classe média era o fato de que comecei a trabalhar. Eu aprendi inglês e comecei a trabalhar como professor do IBEU aos 15 anos de idade. (...) Com isso, eu tive muito contato com os americanos, inclusive, fui para os Estados Unidos, num programa lá representando o Brasil. Os contrastes entre os dois países, as distinções sociais, a riqueza de um [país] e a miséria do outro e tal, foram me dando uma formação política. Eu já tinha participado de umas coisas aqui [movimento] estudantil e, a princípio, tomado umas posições. Mas ao invés de ser cooptado pelos americanos, fui tomando uma posição nacionalista, de como nosso povo e nossa Pátria eram explorados por eles. (...) Depois de voltar dos Estados Unidos, eu entrei no PCB.[347]

Moema Santiago contou que igualmente passou a ter maior postura nacionalista em uma viagem de intercâmbio aos Estados Unidos:

> Eu estava na Universidade de Yale. Meu "pai americano" era professor desta universidade e o Celso Furtado, que em 64 era visto como um comunista, um diabo aqui no Brasil, foi recebido como um herói... Mas eu tomei um choque, porque vi uma pessoa que estava sendo perseguida no Brasil e, de repente, sendo recebido pelos estudantes e professores americanos como um Deus. Lembro da biblioteca americana. Tinha estudante até nas estantes, nas janelas, em pé, no chão, em todo lugar para ouvir o Celso Furtado. Já nessa época, a imprensa americana batia bastante na violação dos direitos humanos. ditadura, seca, miséria no

347 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

> País e tudo isso reforçou, chamou mais a minha atenção para um trabalho de consciência social, consciência política e social. Aí, voltando para o Brasil, passo em dois vestibulares: História e Direito. E foi uma consequência natural me engajar no movimento estudantil.[348]

Em nome da revolução

Se havia a crença na justiça da luta armada e, a princípio, pelos menos, na inevitabilidade e proximidade do triunfo da revolução, os militantes das esquerdas tiveram suas concepções de mundo e trajetórias pessoais mudadas, radicalmente pela opção política escolhida. Dos sonhos da emancipação social coletiva à amarga derrota perante à ditadura civil-militar. As trajetórias e as experiências deixaram uma amálgama de sentimentos, orgulhos, frustrações, boas e más recordações, o que pode ser facilmente percebido quando se fala com os ex-ativistas.

Afora os critérios ideológicos – fidelidade à causa socialista – e de disposição, coragem e desprendimento para até sacrificar a vida em um combate – os guerrilheiros tinham plena consciência do risco que corriam –, existiam outros "atributos" necessários para alguém ser convidado a adentrar em uma organização armada. Deveria o militante ter capacidade de controle emocional, de aguentar e agir sob pressão, e tomar as mais duras decisões, quando fosse necessário, afinal, particularismos e "emoções menores" deveriam ser postos de lado em nome da causa revolucionária. Maria Quintela, que dentro do PCBR-CE apresentava entre suas funções a de recrutar possíveis novos integrantes, deixou claro quando indagada acerca dos critérios que utilizava:

> Eu observava muito as pessoas que eu via que tinham uma formação e tinham uma indignação com a miséria do povo,

348 CORTEZ, Lucili Grangeiro. Op. Cit., p. 241.

> uma sensibilidade, fosse um humanista, fosse profundamente humano, sensibilizado, que fosse capaz de doar seus pertences a qualquer pessoa. Isso era uma coisa que eu observava muito, mas, também, fundamentalmente, o controle emocional... depois... por exemplo, essa pessoa hoje eu não [a convidaria]... Foi quase circunstancialmente, porque ela se aproximou, a gente era amiga e de repente ela estava envolvida, mas era uma pessoa sem muito controle emocional, emocionalmente era uma pessoa muito fragilizada e isso foi ruim na prisão. Ela falou coisas que não deveria falar, não conseguiu parar (...). Depois ela ficou super deprimida porque entregou pessoas. Isso foi péssimo.[349]

Pelo exposto pela entrevistada, os critérios do “recrutamento ideal” não eram seguidos à risca, acontecendo análises erradas e equívocos, o que, aliás, é normal quando se faz política. Esqueçamos a visão idealizada dos atores históricos como perfeitos e cônscios dos resultados de suas ações. Os homens fazem escolhas, acreditam e se esforçam para alcançar certo fim. Embebidos do pensamento socialista – o mesmo se dá com outras concepções políticas, como o liberalismo –, os militantes acreditavam que estavam destinados a triunfar, em qualquer espaço e tempo. Não há como estabelecer como será o futuro e inexiste garantia alguma que tudo ocorrerá como se imagina. Na História e em sociedade, não pode ser esquecida a existência do imponderável, do imprevisível, do erro e de como é difícil para alguém em determinada época e situação compreender, perfeitamente, o contexto no qual está inserido. No caso, as análises ficavam mais complicadas quando se lembra do afinco e do idealismo com que aqueles jovens lançaram-se à luta e que negar ou questionar a guerrilha era uma das mais altas ofensas, verdadeira traição. Seria um “desbunde”, termo extremamente ofensivo para um militante de esquerda.

É preciso sempre tentar minimizar o anacronismo. Em nossa época, em certo senso comum, mesmo entre ex-guerrilheiros, tenta-se explicar

349 Maria Quintela, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 14/07/2006.

a derrota sofrida por razões meramente individuais, particularizando culpas, e não se atentando ao dinamismo das conjunturas que podem fornecer outros subsídios. Pode ser doloroso para os ex-ativistas entender ou admitir que, naquele final dos anos 60 e início dos 70, pelo menos, a ditadura militar conseguiu construir certo consenso junto à sociedade.[350] Amplos setores da população não concordaram com a opção pela via armada nem com o projeto socialista que os jovens revolucionários pregavam. A lógica que orienta a própria luta armada (no início, por razões de segurança, era necessário um certo distanciamento social da vanguarda revolucionária, a ser rompido em um segundo momento), o crescente fechamento político do regime ditatorial e o refluxo das mobilizações populares em fim de 1968 levaram a um isolamento dos agrupamentos, por mais que estes ainda buscassem rompê-lo. Faltou apoio do grosso da sociedade às organizações revolucionárias, que com suas fragilidades estruturais, caíram ante o cerco repressor da ditadura.[351]

Não foi apenas uma questão de "alienação" da população com o "Milagre Econômico" e o ufanismo da propaganda governamental. Como o Brasil não é um país de tradição democrática, para muitas pessoas, às quais nunca antes tinha sido efetivamente permitido uma maior participação política, ou nas decisões do Estado, o período autoritário não tinha nada de "tão excepcional". Nunca foram ouvidas, mesmo, e continuaram a não ser escutadas durante 1964-85. Não por acaso, em nossa época (2020), com as memórias reconstruídas, há setores da sociedade que elogiam e idealizam o período ditatorial. Uma questão extremamente incômoda para os ex-mi-

---

350 CORDEIRO, Janaina Martins de. *A ditadura em tempos de milagre*: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

351 *Vide* AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999. RIDENTI, Marcelo. O *Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003. NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.). *Carlos Marighela*: O homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

litantes é saber que existiram expressivos grupos da sociedade que não, apenas, hipotecaram apoio à ditadura, nos anos 60 e 70, mas igualmente defenderam a perseguição e eliminação dos "comunistas". A historiadora Janaína Cordeiro[352] questiona a ideia de "porões da ditadura", de que a sociedade, como um todo, não sabia o que os militares faziam com os opositores – e aqui opositores não são apenas os adeptos da luta armada. A eliminação de adversários políticos não era um "excesso" do guarda da esquina ou da "tigrada", porém, uma política defendida e aplicada pela cúpula do Estado brasileiro sob o controle dos militares. Parte da sociedade endossou a ditadura porque os militares estavam assassinando pessoas de esquerda. Pessoas não só apoiaram, mas colaboraram, denunciando os "comunistas", passando informações, fazendo doações em dinheiro aos órgãos de repressão, etc. A repressão às esquerdas foi um modo de o governo militar angariar popularidade. Vistas por outro prisma, essas são questões bem dramáticas para os brasileiros enquanto nação. "Cidadãos de bem" sabiam e apoiavam a tortura e a morte de outras pessoas.

É um tema, em rigor, pouco debatido após o fim do período autoritário-militar, pois houve todo um esforço oficial e das memórias dominantes em esquecer ou minimizar o que houve pelo bem da "reconciliação nacional".[353] Uma consequência dessa política de conciliação e esquecimento vê-se hoje, com autoridades elogiando torturadores, Forças Armadas que nunca realizaram uma autocrítica acerca dos crimes ocorridos (ao contrário, muitos militares persistem em discursos há muito questionados pelos historiadores e pesquisas), um Estado que continua a permitir tortura e assassinatos praticados por seus agentes de segurança e um Judiciário que teme tocar em uma Lei da Anistia cheia de incongruências e problemas, a exemplo do destino dos desaparecidos políticos do regime.

Dentro das organizações armadas, como a prioridade era a ação, e os próprios militantes pressionavam por ela, era fundamental que os ativis-

352 CORDEIRO, Janaína Martins de. Op. Cit. (2015).

353 NAPOLITANO, Marcos. *1964*: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

tas participassem dos treinamentos com armas, os quais aconteciam em áreas ermas próximas da capital cearense.

> A gente ia pra essas praias muito afastadas, por exemplo, onde hoje é [a Praia do] Icaraí. Tinham outros locais que, na época, era só mato, morro, e o pessoal ia também [para a Praia do] Caça e Pesca, para a Serra de Maranguape. A gente fazia exercícios, movimentação, tiros com revólver e rifle (...).[354]

Para quem desejava ansiosamente a ação, apenas o treinamento armado trazia já alguma sensação de poder e que a revolução começara efetivamente. Por outro lado, muitas vezes o desejo da luta era bem maior que o preparo dos guerrilheiros.

> Eu não era boa atiradora não, não me achava assim maravilhosa não, mas era tão autossuficiente que me achava preparada. Tanto é que quando eu fui presa (...) eu me achava injustiçada. Hoje eu olhando para trás, eu não acho que eu não estava não, acho [risos] que precisava de mais treinamento.[355]
>
> (...) Nós decidimos tomar um carro perto da Faculdade de Medicina. Então, eu havia trazido de São Paulo, barbas e bigodes [postiços], aquele negócio todo. Mas nós não sabíamos que era para aparar [risos]. Quando, então, cinco homens desceram do carro, com aqueles bigodões, chamou a atenção ... Um grupo de garotos, que tava jogando bila assim, parou para ver aquela marmota. Daqui a pouco soltaram uma vaia [risos]. Tivemos que abortar a ação [risos].[356]

> Essa ação, eu confesso que peguei a arma, mas eu não sabia atirar. Tinha participado de um treinamento de guerrilha na serra de Maranguape. A gente dizia pras famílias que

354 José Machado Bezerra integrou PCBR e ALN. Entrevistado em: 27/05/2003.

355 Vera Rocha, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 28/12/2004.

356 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

> ia fazer um piquenique, mas era treinamento. Eu era tão assim desligado que não ligava muito pra isso, não. (...) Mas eu atirei lá, usando latas como alvos.[357]

Como se percebe pelos depoimentos e nas memórias reconstruídas, a falta de preparo adequado é até vista com certo humor, talvez na intenção de ser compreensível com um projeto político que acabou não tendo êxito. A minimização do potencial da luta armada acaba servindo para justificar a derrota, quando nos anos 60/70, havia a crença no poder da guerrilha e na certeza da vitória.

Com o crescimento da repressão, passou a haver dificuldades, cada vez maiores, de obter novos integrantes para as organizações e de realizar treinamentos. Assim, ocorreu de ativistas, os quais nunca antes tinham pegado em armas, participarem de ações de expropriação. Mais que um sinal de precipitação e dificuldades para a guerrilha ante o endurecimento da repressão, essa constatação mostra, por outro lado, a firme crença dos militantes em sua causa e de como poderiam superar quaisquer falhas que apresentassem.

> Eu fui chamado para participar da frente guerrilheira, inclusive, eu não cheguei a receber treinamento [silêncio]. Eu nem cheguei a treinar. Nós fizemos uma ação de expropriação de uma impressora, uma off-set. Foi a única ação que eu participei ... Nela, eu fiquei na cobertura dos caras que iam pegar a máquina e eu fiquei na cobertura, na segurança. Nessa hora eu peguei num revólver. Mas treinamento militar eu não tive...[358]

Esses "despreparos" podem até ter contribuído, mas não podem ser vistos como a razão fundamental para o fracasso da luta armada. Em locais outros do mundo, em revoluções vitoriosas, os guerrilheiros não eram tão preparados ou treinados como se imagina. Basta lembrar, por exemplo,

357 Célio Miranda, ex-militante do PCBR, entrevistado em: 08/07/2016.

358 Depoimento mantido anônimo a pedido do ex-militante. Entrevista realizada em Fortaleza em 16/05/2006.

o início desastroso da guerrilha de Fidel e Che em Cuba – por pouco os revolucionários não foram assassinados quando do desembarque na Ilha Caribenha ao virem do México, no navio Granma, em 1956.

> [A luta armada] é um caminho que se faz ao andar. Eu cheguei a conhecer militantes de várias organizações depois, tupamaros [guerrilheiros do Uruguai], sandinistas [Nicarágua], e outros, e não eram muito diferentes de nós. Os próprios revolucionários cubanos viveram experiências muito parecidas com as nossas. [359]

Uma ação armada era cuidadosamente planejada. Os militantes encarregavam-se de fazer um levantamento sobre o local (um banco, uma empresa, etc.) onde iria ocorrer a ação: trânsito na vizinhança, número de portas do estabelecimento, a quantidade de funcionários, horário de funcionamento e de menor movimentação (exatamente para que os clientes não saíssem feridos ou não atrapalhassem), vigias, rota de fuga mais viável... Depois, tudo era detalhado e estudado pelo grupo, sendo indicado o papel que cada ativista teria na ação. Chegava-se mesmo a realizar simulações. A "pesquisa", isto é a obtenção minuciosa de informações, podia ser feita a partir de dados levantados por simpatizantes/rede de apoio ou integrantes da organização dentro das próprias empresas. Em não poucas ocasiões, essa missão era de incumbência das mulheres, pois o machismo predominante na sociedade não tendia a associar o sexo feminino ao "terror", ou aos assaltos e às armas, do que se aproveitaram as esquerdas, reproduzindo, como já afirmamos, aquele mesmo machismo. Os jornais noticiavam com grande espanto, chamando a atenção, com ênfase, para a participação de mulheres nos grupos "subversivos".[360]

---

359 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

360 "Moça cearense nos assaltos a bancos". Correio do Ceará, 20/08/1968. O jornal traz em chamada de primeira página a prisão, em São Paulo, de Armênia Nereessian, cearense de 23 anos, tida como uma "agente comunista internacional com treinamento na Tchecoslováquia".

> Quem era do grupo tinha que participar. Não era um grupo de conversa, não, era um grupo de ação (...). A gente fazia um levantamento, era um trabalho militar. Éramos orientados a fazer um levantamento, somente depois que tínhamos informação concreta, como é que era tudo, fazíamos um ensaio, segurança, depois de tudo isso é se fazia a ação.[361]

Existia um modo diferente de o revolucionário relacionar-se com a cidade. Uma pessoa comum poderia atravessá-la sem atentar-se aos detalhes. O militante armado, ao contrário, deveria conhecê-la bem. Saber de ruas secundárias, do estado de conservação das vias, de detalhes sobre o trânsito e horários de pico, etc. poderia ser decisivo no momento de realizar uma ação ou para conservar a vida dos militantes, em perseguição ou cerco da repressão.[362] Nas conversas com os entrevistados, percebemos como descreviam, em detalhes, os logradouros de Fortaleza, apresentando elementos característicos e os estabelecimentos das vias, relacionando-os até com os existentes hoje.

> Os principais centros de repressão aqui no Ceará era a DOPS, ali onde hoje funciona a Secretaria de Segurança, a Polícia Federal, que funcionava onde hoje é a Fundação Cultural de Fortaleza e [o quartel da] 10ª Região Militar (...).[363]

Quase sempre se fazia uma ação com três carros. O primeiro levaria os ativistas responsáveis diretamente pela expropriação, de preferência, um carro com quatro portas, para facilitar a fuga. No segundo veículo estariam militantes igualmente armados, com o intento de realizar a cobertu-

---

361 José Machado Bezerra integrou PCBR e ALN. Entrevistado em: 27/05/2003.

362 ALMEIDA, Hermínia Tavares de; WEIS, Luis. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, volume IV, 1998, p. 382.

363 Mário Miranda de Albuquerque, ex-ativista do PCBR, entrevistado em: 20/01/2003.

ra da ação (por exemplo, dar alerta de segurança, dificultar uma eventual perseguição policial, etc.). O terceiro carro, com um motorista experiente de prontidão, ficava num área distante, geralmente erma, para recolher os ativistas e os frutos da ação, pois o primeiro carro seria abandonado, de modo que se dificultassem os trabalhos investigativos das autoridades. Normalmente os carros tinham placas falsas ("frias") ou sequer as tinham.[364] Como as organizações armadas do Ceará não possuíam carros suficientes, recorriam à "tomada" de veículos, normalmente de taxistas. Tomada porque os carros eram abandonados para o proprietário reencontrá-los depois de realizada a ação; de taxistas porque esses apresentavam a preocupação constante de conservarem seus carros para o exercício da profissão. Também havia um levantamento sobre o veículo (se era novo, potente, etc. – em alguns casos, até melhorias e consertos mecânicos eram realizados) e os hábitos do motorista (por onde transitava, estacionava, etc.).

> Hoje um carro tem valor, trinta anos atrás o valor que um carro daquele tinha era muito maior, eram mais caros. De preferência optava-se por carros que pudessem facilitar a descida. Na época você tinha muito Volkswagen [fusca], agora o Volkswagen tinha duas portas. Então, você fazer uma ação com quatro pessoas descendo de um carro de duas portas ou entrando num carro de duas portas é um inferno. Você perdia dez segundos nisso e dez segundos é muito precioso numa ação. Então você tinha de pegar o DKW que tinha quatro portas (...). Depois que pegava o carro, trocava a placa, para dificultar a identificação no momento que a gente estava usando. Você pegava também o carro e fazia uma revisão para deixar o carro em boas condições. Desse ponto de vista, quem recebia o carro de volta, recebia melhor do que estava, você trocava, você fazia a revisão [risos]... Depois [da ação] o carro era abandonado.[365]

---

364 José Machado Bezerra, por exemplo, respondeu processo pela expropriação de placas para colocá-las nos veículos utilizados pela ALN e PCBR. O Povo, 24/05/1972.

365 Vera Rocha, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 28/12/2004.

Se a revolução era feita em nome das massas, os ativistas buscavam evitar violências gratuitas contra populares. Seguindo o pensamento de Norberto Bobbio, esse é um dos elementos que permitem afirmar que a luta das esquerdas não era exatamente "terrorismo", como dizem ainda hoje os defensores da ditadura. O terrorismo não faz distinção entre seus adversários. A guerrilha buscava atacar, apenas, seus inimigos de classe.[366] Era muito diferente um assalto feito por um agrupamento revolucionário de um assalto comum, pelo menos, nas primeiras ações das organizações revolucionárias. Os ativistas aproveitavam o momento para denunciar a ditadura. Deixavam claro ao proprietário as razões de o carro está sendo "expropriado" e que não eram criminosos, mas, sim, revolucionários os quais estavam lutando para derrubar o governo e libertar o País. Tentavam tranquilizar a vítima de que não sofreria nenhuma violência e que, ao sair dali, procurasse a polícia, pois seu carro seria depois abandonado.

> Se dizia que aquilo não era um assalto, era uma expropriação da burguesia para a revolução. E quando não havia isso, pelo próprio *modus operandi* da missão, [os agentes da repressão] identificavam [a ação política guerrilheira]... Por exemplo, geralmente, para se fazer uma ação dessas, se roubava carros ou de particulares ou táxi. E nunca se assaltava a pessoa. Geralmente se dizia que aquilo era para isso, tal, que a pessoa ficasse tranquila, que ele receberia seu carro, que a pessoa poderia dar parte à polícia, para evitar problemas e quando não havia isso, se deduzia por que não se roubava o motorista, só levava o carro.[367]

Durante a pesquisa em O Povo e Correio do Ceará, demos uma atenção especial à parte de polícia dos jornais. Nos primeiros anos, os agrupamentos buscavam deixar no anonimato suas ações e essas eram noticiadas

---

366 *Vide* BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

367 Mário Miranda de Albuquerque, ex-ativista do PCBR, entrevistado em: 20/01/2003.

como crimes comuns na imprensa. Depois que se descobriu a natureza política das ações, os jornais continuaram associando-as a crimes comuns, visto que o regime não reconhecia que houvesse uma ditadura no país. Assaltos com "peculiaridades" eram sinais de que se tratava de uma ação da esquerda armada. Exemplo disso foi a matéria trazida em O Povo, de 24 de agosto de 1970, noticiando episódio ocorrido dois dias antes. No objetivo de assaltar o depósito da empresa de cigarros Souza Cruz, os militantes tomaram o táxi de Francisco Ribeiro da Silva. Ao periódico, o motorista relatou que temeu pela vida e que os assaltantes não tocaram nos 50 cruzeiros que tinha arrecadado nas últimas horas de trabalho. Diz ainda a matéria:

> Um dos assaltantes (...) afirmou que nada lhe iria acontecer, se entregasse o Corcel. Quando o iam amarrando, amordaçando e colocando vendas nos olhos, os assaltantes disseram que estavam fazendo aquilo "obrigados, por causa do governo". (...) [Nas] matas do bairro Verdes Mares [deixaram] o guiador (...) amarrando-o junto a uma árvore. Pediram desculpas mas (sic) uma vez – repetindo os ataques ao governo – pagaram o preço da corrida marcado no taxímetro, 10 cruzeiros, e avisaram antes de partirem que dariam telefonema anônimo para a polícia ir buscá-lo.[368]

A concretização de uma ação armada era sempre marcada pela tensão, ansiedade, nervosismo, medo. Preocupação com o sucesso da empreitada (que tudo saísse conforme o planejado), com uma possível reação de guardas ou policiais, com o risco de alguém, especialmente, os ativistas ou os "civis", sair ferido. Por outro lado, a experiência acumulada era importante para o sucesso da empreitada. Não por acaso, as organizações apresentavam grupos especializados em realizar as ações. Isso aumentava as possibilidades de êxito e os contatos dos "veteranos" com os militantes locais ou mais jovens ajudavam a transmitir-lhes segurança e experiência.

368 O Povo, 24/08/1970.

Para os novatos, era marcante – houve caso de militantes terem desregulações intestinais ou urinárias, sobretudo quando de suas primeiras participações, ou desistissem mesmo de uma ação.

> Primeiro assalto aqui foi do Banco Mercantil Cearense, ficava ao lado do Mercado São Sebastião. Foi uma tragédia. O pessoal da ALN usou como motorista um cara que era primo do Miguel Arraes, só por isso. Ele não tinha preparo algum, porque pra ser de ação, ter que ser um bom motorista. Então, nessa ação tinha um cara de fora, do Rio, que na maior tranquilidade tomou um carro e entregou para esse primo. No trajeto, o cara mandava o primo acelerar, voar. Eu lembro que ele disse: "Rapaz, assim nós vamos morrer antes de chegar no [sic] banco" [risos]. Estava nervoso... E chegaram no [sic] banco, tomaram a metralhadora do soldado, mas não tomaram o revólver. O soldado se entocou dentro do banheiro, começou a atirar no pessoal, o pessoal atirava no soldado em um tiroteio danado. (...) Quando o pessoal voltou e entrou no carro, esse primo arrancou, entrou na [Avenida] Bezerra de Menezes, passou de uma vez sem olhar pra nada, não sei como não bateu. Ali perto do antigo Hospital Universitário "desovou" [abandonou o carro], mandou o pessoal todo ir embora. Ele ficou tão nervoso que se molhou todo [risos].[369]

O êxito de uma ação era recebido com êxtase pelos guerrilheiros. Em suas concepções, a sonhada revolução estava cada vez mais próxima. Sorrisos, abraços e até alguma bebida alcóolica. Em geral, a ingestão de bebida não era bem vista pelos grupos armados, pois poderia atrapalhar o bom andamento da revolução, prejudicando a concretização de uma ação. Além disso, um militante, entre um gole e outro, poderia "falar demais", permitindo que informações chegassem ao aparato estatal repressivo. Como revolucionários, os ativistas deveriam se preocupar com as con-

369 Trecho da entrevista mantida anônimo a pedido do ex-militante. Entrevista feita em Fortaleza em 27/05/2003.

dições físicas, evitando os efeitos nocivos do álcool ao organismo. Havia ainda um aspecto moral, não ficava bem para os ativistas e para a causa que defendiam, de criação de um novo mundo e de novos homens, que os líderes e os revolucionários fossem vistos com bebidas ou, pior, às quedas, bêbados. Posicionamento parecido apresentava a guerrilha em relação a evitar o uso de drogas. Herdeiros das tradições do PCB, os ativistas da luta armada apresentavam, não raro, posições comportamentais conservadoras.[370] No caso dos dois revolucionários do PCBR que conduziram para o Recife o dinheiro da expropriação do London Bank, em março de 1970, sua comemoração aconteceu numa pequena rodoviária na cidade de Mossoró-RN. Ao pararem por algum tempo o fusca no qual viajavam, para jantar, brindarem com cerveja a vitória alcançada, não sem conterem o riso e observarem a reação das pessoas diante dos noticiários da televisão divulgando raivosamente o acontecido...[371]

As organizações recomendavam evitar relações amorosas. Envolvidos sentimentalmente, os militantes poderiam ter condutas as quais pusessem em risco a segurança do agrupamento e dos demais companheiros. Se o par romântico caísse nas mãos da repressão, a preocupação seria garantir sua integridade ou os interesses da revolução? Apesar disso, o amor esteve, literalmente, dentro da luta armada. Por ironia, a própria clandestinidade contribuía para os envolvimentos. Para justificar a presença de jovens em um aparelho, dando a entender que aquela se constituía uma "casa comum", os militantes informavam aos vizinhos que eram recém-casados e que estavam hospedando irmãos, irmãs, primos, etc. Com jovens idealistas, "interessantes", no linguajar de um dos entrevistados, e convivendo tão próximos, não surpreende que relacionamentos de fachada se tornassem verdadeiros. Foi o caso de Moema Santiago. Dividindo

370 FERREIRA, Jorge. Op. Cit. (2002).

371 Manteremos anônima a fonte da informação, já que sua participação na ação nunca foi descoberta pelos órgãos de segurança.

um apartamento em São Paulo com Antônio Carlos Bicalho, como casal de fachada, terminou se enamorando e casando com o mesmo.[372]

Acompanhando o ritmo das quedas, prisões, mortes e exílio em virtude da luta armada, relações também acabaram. A referida Moema Santiago estava na Argentina quando soube, por meio da leitura do Jornal do Brasil, do assassinato de Antônio Carlos Bicalho Lana pela ditadura, o que a deixou em estado de choque e profunda tristeza.[373] Um outro relacionamento interrompido pela ditadura foi o de Vera Rocha e Mário Albuquerque. A jovem integrante do PCBR acabou presa em Recife, em julho de 1970, como visto na abertura deste capítulo. O "BR" pretendia sequestrar o cônsul norte-americano em Recife. Angustiado e contrariando todas as normas de segurança de uma organização revolucionária, Mário chegou a visitar a esposa no Presídio Bom Pastor, administrado por freiras e usado pela ditadura para encarcerar presas políticas. Pensou em várias formas de libertá-la. Em 1971, Vera Rocha estava entre os 70 presos políticos libertados em troca do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, sequestrado em ação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Vera foi para o exílio, combinando encontrar-se com Mário no Chile. Quando fazia os preparativos para partir, Mário Albuquerque acabou preso em Recife, a 5 de fevereiro de 1971. Sofreu inúmeras torturas na DOPS pernambucana. Mário cumpriria nove anos de prisão, parte deles no Instituto Penal Paulo Sarasate, no Ceará. A relação entre Mário e Vera não resistiu.[374]

O exílio igualmente findou com o namoro do ex-policial civil Carlos Thmoskhenko com a estudante Jane Vasconcelos Dantas. Após deixar o Uruguai e passar ao Chile, Thmoskhenko acabou se envolvendo com uma viúva de nome Eliane. À nova namorada, Thmoskhenko contou que era apenas um estudante brasileiro em Santiago, e não um exilado político. Foi quando adveio o golpe de Estado dado por Pinochet, a 11 de setembro de 1973:

372 RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Op. Cit., p. 444.

373 Ibidem, p. 443.

374 O Povo, 07/04/2004.

> Sabia que ela tinha um irmão militar, me parece que era um coronel do Exército chileno. (...) Fiquei na casa de Eliane até quando não suportei mais o sofrimento, pois cada companheiro latino-americano ou chileno morto pelas forças de repressão era um motivo para ela, seus amigos e parentes comemorarem com champanhe ou vinho de primeira qualidade. (...) Um dia, quando não suportava mais aquele sofrimento das comemorações, fiz planos da fugir dali. Felizmente, soube através da televisão que a ONU havia criado refúgios para os estrangeiros que estavam no Chile. (...) Pela manhã, me levantei e inventei que estava com dor de cabeça. Falei com Eliana e saí pela rua de sua casa (...).[375]

Objetivando uma revolução que buscava derrubar a ordem sociopolítica estabelecida e uma violenta ditadura militar, os agrupamentos tinham como uma das grandes preocupações a segurança. Garantir a existência da organização e a integridade dos ativistas era conservar a causa. A necessidade da sobrevivência do grupo, sobretudo quando a repressão se intensificou, tornou a ideologia cada vez mais rígida, militarizada, também, dificultando análises mais amplas acerca da própria luta e do contexto político. Tornou-se "desbunde" apenas apontar a popularidade da ditadura ante o "Milagre Econômico" e a onda nacionalista do começo dos anos 70 – o consenso social que foi se formando em torno do regime, como diz a historiadora Janaina Cordeiro[376] –, bem como realizar a autocrítica acerca do isolamento social, cada vez maior, e a iminente derrota da própria guerrilha.

Dessa forma, a fidelidade e o cumprimento estrito das diretrizes ditadas pelos agrupamentos tornaram condição *sine qua non* dentro da vivência dos militantes.[377] Daí se entende uma série de condutas, verdadeiros rituais, de como deveria se comportar o ativista, inclusive quando "caísse", isto é, fosse preso. Obviamente, o concreto não se dava exatamente como o plane-

375 THMOSKHENKO, Carlos. Op. Cit., p. 110 e seguintes.

376 CORDEIRO, Janaina Martins de. Op. Cit. (2015).

377 ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. (2003), p. 72.

jado, havendo falhas, descuidos e negligências, modificações conforme as necessidades do cotidiano ou simplesmente limites humanos.

Assim, em regra, os militantes deveriam usar e se conhecer apenas por pseudônimos, escolhidos por eles próprios. A intenção era dificultar qualquer identificação por parte da polícia, caso alguém os delatasse e garantir a segurança da organização e dos familiares.

> Meu "nome" era Roberto, era assim que me chamavam na organização. Não conhecia todo mundo da organização. Você tava na rua e quando menos esperava tava um companheiro. Tanto é que quando nós caímos, nós não conhecíamos colegas pelo nome. Vários, vários, eu não sabia quem era. Conhecíamos pelo pseudônimo. Então, isso foi mantido. Um ou outro se conheciam. E isso se mantinha.[378]

Não obstante, muitos dos militantes acabavam se conhecendo pelo nome verdadeiro, sobretudo aqueles vindos do meio estudantil, em virtude de parentescos, namoros, do grande contato e convivência dos estudantes nas passeatas, no CEU, etc., e mesmo porque Fortaleza não era uma cidade tão grande no final dos anos 60 início dos 70. Havia igualmente todo um preparativo para a passagem de informações de interesses dos agrupamentos em predeterminados locais públicos (os militantes não deveriam saber onde seus companheiros residiam), nos chamados "pontos":

> A gente marca os pontos no contato direto e vai se encontrar, passa antes, vê se está tudo limpo, se não tem o que a gente chamava, uma "pilotagem", se não tem uns caras assim meio tontos, como se tivesse varrendo, fazendo qualquer coisa, fiscalizando ali o local. Olha se está limpo, passa uma vez, passa duas, para como a gente dizia "entrar no ponto", chegar no ponto e fazer contato com o companheiro. Quando a gente conhecia não tinha problema. Quando

378 William Montenegro, ex-militante da ALN, entrevistado em: 1º/07/2003.

> a gente não conhecia, a gente trabalhava com senha, tinha que dizer a senha. A senha a gente combinava na hora. A senha tinha alguma coisa que ao mesmo tempo tivesse alguma lógica, mas que fosse absolutamente inusitado. Se você perguntasse a um policial se ia nevar, estava escrito na testa, estava estranho, estava pedindo para ser preso. Mas se chegasse e perguntasse a alguém, tipo: "Escuta, o mercado X fica a quantas quadras daqui?" Normalmente ela dizia: "O X, eu não sei." Agora se alguém respondesse: "O X fica a cento e quarenta e duas quadras e você tem que tomar dois ônibus." Aí era a resposta certa. Era uma resposta tão precisa que dificilmente alguma pessoa na rua ia me dar uma resposta nesta sequência e com esta precisão.[379]

Não se deveria escrever nada para fazer um ponto, pois caso a polícia capturasse um dos militantes, e sempre havia esse risco, poderia ter acesso a papéis que comprometeriam outros companheiros. Fundamental decorar datas, locais, horas, isso, não raras vezes com antecedência de semanas. Pontualidade era outra coisa imprescindível. O militante não permanecia muito tempo no local. Se o contato não aparecesse, era sinal de que algo sucedera errado. Provavelmente o companheiro caíra.

Nesses casos, a recomendação era desativar os aparelhos que por ventura o "caído" conhecesse e dar fim a toda documentação comprometedora para a organização. "Aparelhos" constituíam-se casas onde se alojavam militantes clandestinos ou perseguidos pela repressão, afora armas, dinheiro, material de propaganda, etc. Ali, os militantes buscavam criar uma fachada de rotina, sem despertar a atenção, simulando casamentos, boas relações com vizinhos, etc. – chegavam a passar o dia vagando pela cidade, dando a entender que tinham se ausentado de casa para trabalhar. Observe-se que nem todos os militantes eram clandestinos. Vários levavam uma vida de aparente normalidade, até serem alvos da polícia ou não, pois vários integrantes de agrupamentos e/ou apoiadores nunca foram des-

379 Vera Rocha, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 28/12/2004.

cobertos. O desmantelamento de um aparelho trazia prejuízos para o agrupamento. Do ponto de vista político, constituía-se um abalo da "moral revolucionária" e um "atraso" na luta, pois, quisessem ou não, o agrupamento estava recuando e havia todo um esforço para montar bem o aparelho, sem despertar a atenção da ditadura e garantir a segurança dos revolucionários. Pior ainda quando documentos da organização eram apreendidos pela repressão, uma vez que os militantes não tiveram tempo ou condições de destruí-los. Havia ainda um ônus financeiro, visto que, além de deixar para trás utensílios domésticos, móveis, etc., os militantes pagavam vários meses antecipadamente, pois não apresentavam avalistas ao firmarem os contratos de aluguel.[380]

O temor maior do ativista revolucionário era o de "cair". Primeiramente, a frustração de não puder continuar na luta e ajudar os demais companheiros em fazer a revolução. Depois, o pânico de ser morto ou sofrer torturas, e muitos o foram no Ceará, fazendo demolir o mito de que a ditadura civil-militar foi branda nestas terras. Havia, por fim, o trauma de o militante acabar falando algo comprometedor do agrupamento armado, atrapalhando, pois, os planos da organização, levando à queda e tortura de outros companheiros e liquidando sua "imagem de revolucionário", de haver "traído" a causa, visto que, de início, pelos menos, os guerrilheiros concebiam com grande desdém aqueles que confessassem algo, mesmo sob sevícias, ou deixassem a militância. Marighella, em seu manual da guerrilha, afirmava que "o guerrilheiro preso nada pode revelar à polícia que prejudique a organização".[381] As organizações armadas chegavam a apresentar aos ativistas "fórmulas" sobre como se portar em caso de queda, "fórmulas" que foram mudando, à medida que a repressão aumentava e fazia desmoronar o tipo idealizado do guerrilheiro que "a tudo resistia e preferia a morte a entregar algo". Não era uma questão de valentia ou de compromisso ideológico, mas de limite físico e mental humano perante suplícios os mais aviltantes e brutais.

380 Vários depoimentos.

381 MAGALHÃES, Mário. Op. Cit., p. 504.

> (...) A organização [PCBR] tinha uma posição em relação às pessoas que eram presas e falassem alguma coisa: dava logo uma "intimação", repreenda, tachava logo que eram traidoras. Enquanto as pessoas que eram presas eram desconhecidas minhas, eu não tinha problema com isso, concordava, confiava, tudo bem. Mas quando começaram a ser presas pessoas que eu conhecia, aí eu comecei a discordar disso. Porque eu sabia que não era uma pessoa traidora. Torturadas, as pessoas davam informação. Elas eram vistas como traidoras, expulsas do partido e traidores, isolavam... Houve até "justiçamentos" dentro do Partido... No começo, no começo foi isso. Depois as organizações começaram a mudar de critério. A ALN, por exemplo, exigia que o militante segurasse por 24 horas. Depois podia abrir.[382]

Apenas num momento posterior, já nos estertores da luta armada, que os ativistas, cuja militância política até 1968, efetivamente, não havia sido alvo de uma repressão tão forte como aconteceu após o AI-5, convenceram-se da impossibilidade da maioria das pessoas resistirem às brutalidades dos agentes da ditadura.

> Nessa época, nós éramos extremamente sectários. A gente achava que quem falasse tinha traído. Nós não tínhamos a visão da dimensão do limite de cada um, as características psicológicas, os processos a que muitos foram submetidos (...). Muito mais tarde é que a gente vai fazer uma autocrítica dessa visão e vai descobrir que a gente cortou a dimensão humana do sofrimento que a tortura causa e faz pensar de uma forma mais profunda. Mesmo que o cara seja imbuído de toda ideologia, ele pode ser submetido a um sofrimento insuportável e falar por uma fraqueza momentânea.[383]

Com a intensificação da luta guerrilheira, a ditadura não perdoava mais ninguém. Não que a tortura fosse algo novo no Brasil, um país cons-

382 Mário Miranda de Albuquerque, ex-ativista do PCBR, entrevistado em: 20/01/2003.

383 Vera Rocha, ex-militante do PCBR, entrevistada em: 28/12/2004.

truído com três séculos de escravidão e açoites e no qual negros, mestiços e pobres eram constantemente seviciados em prisões e delegacias (ainda hoje o são).[384] Mas agora, aqueles ativistas, gente branca de classe média, de boa condição social e instrução e até de parentesco com militares, eram barbarizados pelo regime. Assim, de modo geral, a "fórmula" para o revolucionário detido passou a ser resistir o máximo, de modo a dar tempo ao agrupamento desmontar os aparelhos e acontecer a fuga dos companheiros. Isso também mostrou-se inviável na prática. Não há regra para suportar torturas. Vários militantes aguentaram ao extremo, mentiram – nesse caso, os agentes da repressão ao descobrirem a inverdade, aumentavam as sevícias – foram mortos. Outros, suportaram menos, existindo também quem nada falou. De qualquer forma, raro era o militante que preso, não fosse submetido a torturas físicas ou psicológicas.

> Aí eu ficava amarrado com uns fios de cobre nas minhas mãos. Perguntaram como era meu nome e eu disse. "Qual o partido que você milita?". Então, eu cometi a infantilidade de dizer: "Rapaz, eu não gosto de política". Me deram um choque tão grande que eu acho que subi um metro. Infantilidade minha, numa situação daquelas, dizer que não gostava de política. Era choque, murro, soco, afogamento, a gente com capuz, depois pau-de-arara. Colocavam o capuz porque antes eles torturavam sem capuz e começou a morrer gente deles. Isso foi mais ou menos uns quatro dias e meio.[385]

Muitos dos que confessaram algo, sob tortura ou não, passaram a viver dramas pessoais. Lembremos do ideal que movia aqueles militantes, a nobreza que acreditavam possuir sua causa. Tão traumática essa questão que, nas diversas entrevistas realizadas, nenhum dos ex-guerrilheiros abordou o que teriam dito de "comprometedor" sobre a luta armada,

---

384 MARIZ, Silviana Fernandes. *Oficina de Satanás*: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-1889). 2004, 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

385 José Machado Bezerra integrou PCBR e ALN. Entrevistado em: 27/05/2003.

enquanto eram alvos de sevícias por parte dos agentes do regime. Numa macabra ironia, soubemos alguns detalhes pesquisando os depoimentos dados pelos ex-ativistas nos documentos disponibilizados do período ditatorial, especialmente, os do Projeto Brasil Nunca Mais Digit@l.[386] Para esse historiador, não deixava de ser estarrecedor lembrar que as informações contidas nos papéis da burocracia autoritária haviam sido obtidas, muitas vezes, com o suplício de pessoas – algumas delas, anos depois, entrevistadas para a presente pesquisa. Não obstante, tais arquivos devem ser examinados com cautela, pela coação que os encarcerados da ditadura sofriam e porque os agentes do sistema manipulavam e falseavam informações, buscando isentar as instituições de repressão e incriminando os opositores.

Mais simbólico ainda é o caso da recusa em dar entrevista por parte daqueles ex-ativistas que, reconhecidamente, delataram alguma coisa ao passarem a colaborar com a ditadura, os chamados "cachorros". Esses, ao lado dos que "desbundaram", ou seja, renegaram ou abandonaram a luta armada, não seriam, durante muito tempo, perdoados pelos antigos companheiros. Um desses protagonizou uma das últimas retratações públicas de "terroristas" na ditadura, em maio de 1975,[387] após cumprir três anos de prisão, sendo destaque na imprensa nacional:

---

386 Em 1979, um grupo de advogados de presos políticos em colaboração com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e o Conselho Mundial das Igrejas, través de d. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, e Jaime Wright, reverendo da Igreja Presbiteriana, decidiram salvar da destruição e censura os arquivos da Justiça Militar sobre a ditadura. Surgia, assim, o que depois foi conhecido como projeto Brasil Nunca Mais. Em sigilo e por seis anos, foram tiradas cópias dos processos relativos a presos políticos existentes no STM. Com base nesse projeto, foi lançado em 1985 o livro *Brasil: Nunca Mais*. Em 2013, toda a documentação reunida foi disponibilizada na internet, no projeto Brasil Nunca Mais Digit@al. Os processos relativos ao Ceará foram consultados para esta obra. *Vide* THIESEN, Icléia; COITINHO, Angélica do Carmo. BNM e BNM Digit@al: arquivo, memória e verdade – o caso Chael. In: ______ (Org.). *Documentos sensíveis*: informação, arquivo e verdade da ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

387 GASPARROTO, Alessandra. *"O terror renegado"*: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-75). 2008, 271f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 380.

> Ao ser apresentado à imprensa, ontem pela manhã, no auditório do Quartel-General do II Exército, o estudante Gilberto Telmo Sidnei Marques, ex-militante da organização terrorista Aliança (sic) Nacional Libertadora (ALN), atualmente cumprindo pena de cinco anos por crimes contra a Segurança Nacional, acusou determinados empresários de estarem servindo de inocentes úteis aos propósitos da subversão, inclusive ajudando a financiar as lutas (...). Na oportunidade, salientou que o terrorismo está somente contido e não morto e que a sua apresentação se deveu à iniciativa espontânea sua, já que, "arrependido do pesadelo a que esse falso combate me empurrou desde 1967", só lhe restava o caminho da renúncia para que sirva de exemplo a outros jovens desviados do rumo da ordem e da tranquilidade. Durante esse tempo de prisão – mais de três anos, Gilberto Telmo Sidney Marques meditou bastante naquilo que chama arrependimento e conscientização diante do que de fato significa o terror. E escreveu uma carta pessoal ao comandante do II Exército onde delineia um esboço desse arrependimento (...). Da carta surgiu a ideia de encontro com os jornalistas (...). Disse ter sido sempre bem tratado (...).[388]

Os depoimentos dos "cachorros" contidos nos processos judiciais tornaram-se valiosos para tentar entender o funcionamento das organizações, pelos detalhes que traziam. Tais relatos, porém, também devem ser analisados critica e cautelosamente, pois os delatores, coagidos ou não, poderiam falar o que agradava aos agentes da repressão ou transferir responsabilidades para desafetos pessoais ou apenas para outros militantes com os quais não tinham maiores intimidades. Os "cachorros" sofreriam enorme preconceito, até ameaças de morte ou justiçamento, por parte de seus ex-companheiros, quando cumpriram pena nas prisões nos anos 70. Não por acaso, eram mantidos à parte, no caso do Ceará – no Quartel dos Bombeiros. Até hoje, muitos dos ex-ativistas tem ressalvas contra aquelas pessoas.

---

388 "Ex-militante da ALN acusa empresários de subversão". Diário de Pernambuco, 17/05/1975.

> A posição da organização se o cara delatasse era "justiçar", como a gente chamava na prática, não chamava matar, estava justiçando, fazendo justiça. Havia uma diferença entre o cara delatar e o cara falar. Não é porque falasse que você ia mandar matar. Agora o cara que passava a ser colaborador. Colaborador é o cara que dá informações que estão além do que é pedido, que dá informações fora do acontecido, que aceita se transformar em cachorro dos caras. Ai, já viu, né?[389]

A frustração dos sonhos revolucionários, a acusação de traição e a repulsa dos ex-aliados, somadas às sequelas físicas e psicológicas deixadas pelas torturas aplicadas pela repressão, foram por demais impactantes. Um desses militantes, que negou a luta armada de público, havia sido torturado na Polícia Federal de forma sádica, com uma dinamite introduzida no ânus, o que lhe trouxe problemas de saúde e traumas psíquicos para o resto da vida. Segundo depoimentos de pessoas próximas, sentia-se arrasado, corroendo-se em culpas e responsabilidades. Por vezes, era visto tendo crises compulsivas de choro, isso mesmo após deixar a prisão. Faleceu em 1980, afogado na praia cearense do Cumbuco. Familiares não descartaram suicídio.[390]

> Então, perguntei para ele: "Ximenes, por que você falou"? Aí ele olhou pra mim e disse: "É, Fabiani, depois que você sente um pau entrando em você...". Eu disse: "Um pau, Ximenes?". Ele: "Foi um pau. Quem tá fora é muito bom, mas quem vive isso...". Na verdade, depois descobrimos que havia sido uma banana de dinamite. Colocaram ele no pau de arara e introduziram a dinamite no... Eles tinham pegue essa dinamite da própria ALN, que tinha tentado estourar um prédio e não tinha dado certo. Chegaram a colocar dina-

389 José Machado Bezerra integrou PCBR e ALN. Entrevistado em: 27/05/2003.

390 "(...) Hélio Ximenes, integrante da ALN, não está mais vivo para contar o que sofreu, mas os registros escritos e o depoimento das irmãs Sônia e Ana apontam consequências físicas e psicológicas das torturas. Um proctologista confirmou que ele tinha hemorróidas em terceiro grau (...) 'Cansei de ver meu irmão, já depois da prisão, de repente ficar chorando alto', lembra Sônia. O Povo 19/06/2004

> mites num jumento, na frente do Ximenes, explodindo o bicho para meter medo nele. Ameaçaram fazer com ele o que fizeram com o jumento. Aí não tem como não falar, né?[391]

Obviamente não foram as delações de um ou outro ativista que possibilitaram a derrota das esquerdas. O consenso que foi se formando em torno da ditadura no final dos anos 60 começo dos 70, o isolamento social, a falta de simpatia do grosso da sociedade, com as propostas socialistas da guerrilha e mesmo a tática da luta armada, e a fragilidade e divisão das organizações explicam melhor essa derrota. Por mais que muitos dos ativistas tenham hoje consciência disso, a frustração com o fracasso da guerrilha e, especialmente, as dolorosas experiências das mortes de companheiros e das torturas e humilhações passadas, nas mãos dos agentes da repressão, tornam inaceitáveis as condutas dos "cachorros". Conversando com os ex-militantes, percebe-se como muitos se apegam ao "se" – como teriam sido suas vidas e trajetórias se não tivessem tido um ou outro comportamento ou se não tivessem estado em determinado lugar quando foram presos? Com um passado tão traumático, com lembranças tão dolorosas, não surpreende que os ex-ativistas recusem contatos com os delatores, por mais que busquem até entender as condições de pressão que os levaram a colaborar com a ditadura.

Após as quedas, torturas e prisões, vários dos ativistas continuaram acreditando na luta armada. Sonhavam com fugas, em serem libertos numa operação de resgate das organizações ou numa troca por um dos diplomatas sequestrados pela guerrilha. No geral, os revolucionários persistiram apegados à ideia das armas, especialmente, os que não foram presos e torturados ou que acabaram exilados. Foi, posteriormente, em particular entre os exilados, em meados dos anos 70, que começou a haver uma autocrítica acerca da luta armada, seus limites e erros.[392]

---

391 Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, em 28 de março de 2017.

392 *Vide* ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

> Fiquei em Cuba, a primeira vez por um ano. Fiz o curso lá de guerrilha. Mas aí nessa época, por volta de 1971, as coisas não estavam boas, muitas quedas (...). Mesmo assim, fizemos um esquema para voltar ao Brasil, sozinhos, sem o controle da ALN. Quando cheguei aqui [em Recife], o meu contato, o Jeová, ele foi morto. Fiquei sem contato com a organização (...). Acabei fazendo contato com um irmão meu, consegui um pouco de dinheiro e voltei para Cuba. Quando cheguei lá, soube que as coisas no Brasil estavam degringolando mais ainda, mas o pessoal ainda pensava em voltar ainda. Queria continuar lutando.[393]

Não obstante, alguns dos militantes passaram a defender um "recuo tático" ou mesmo o abandono das armas. Defender a posição de rever a guerrilha era ser alvo de contundentes críticas, algo até compreensível, pois diante da cada vez maior militarização dos agrupamentos revolucionários, tinha-se como fundamental manter a lealdade ao projeto político da guerrilha, de continuar fazendo as ações armadas determinadas pelas cúpulas. Apenas sugerir um recuo das armas poderia ser tratado como "desbunde" ou traição à causa e aos companheiros que estavam presos sob torturas.

> [A derrota era] patente. Além de ver que a estrutura que organização dizia ter e não tinha, acontecia prisão em cima de prisão. A gente por último não tinha dinheiro nem pra comer. Tava se assaltando qualquer coisa. Tem um certo momento que eu senti que eu tava fazendo parte do jogo do gato e do rato (...). Então, a partir de um certo momento, eu comecei, aliás, eu radicalizei na posição: passei a defender abertamente que a gente parasse a luta armada, colocasse pra fora do Brasil aquelas pessoas que não podiam viver legalmente, e aqueles que pudessem retornar *à* vida legal retornassem, para que a gente pudesse reconstruir o nosso trabalho político com as massas (...). Isso foi a maior discussão dentro da organização, me acu-

393 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

> sando de traidor, covarde, oportunista, etc. Mas essas divergências não tinham efeito concreto. Minha posição não tinha efeito concreto. Não era nem colocado em votação porque ninguém tem pleito pra discutir isso.[394]

Pelo tipo de ação que desenvolviam, os guerrilheiros sabiam da possibilidade de serem detidos, a qualquer momento, embora, óbvio, não esperassem. Na realidade, o risco de ser preso ou perseguido existia para todos que realizassem oposição à ditadura, independentemente do tipo de participação política. A queda era, pois, um misto de surpresa e a concretização de uma ameaça sempre presente. Daí em diante, os ativistas estariam totalmente dependentes de seus inimigos, os quais não hesitaram em usar dos modos mais espúrios para extrair informações e vencer "aquela guerra contra a subversão". Para os ativistas, era uma outra luta agora, pela sobrevivência, num cenário de horror, dor, medo e insultos.

Nas celas e salas de torturas naufragaram definitivamente os sonhos dos revolucionários. Processados, humilhados, seriam condenados a longas penas, quando comparadas com as punições de criminosos comuns. Para a estrutura judiciária da ditadura, era muito mais grave um crime contra a ordem política que contra a vida ou patrimônio.[395] Passaram anos em presídios, no caso cearense, sobretudo, no Instituto Penal Paulo Sarasate. Encarcerados, por anos ainda continuaram se apegando à ideia de serem libertos e continuarem a luta. Houve muitas expectativas quanto a um êxito da guerrilha do Araguaia. Tiveram que se reinventar nos cárceres e nesse processo realizaram reflexões pessoais e políticas. Os condenados às penas mais longas só deixaram a prisão no final da década de 70, com a mudança da Lei de Segurança Nacional (1978) e a aprovação da Lei da Anistia (1979).[396]

---

394 Mário Miranda de Albuquerque, ex-ativista do PCBR, entrevistado em: 20/01/2003.

395 MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de. *Contra os inimigos da ordem*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

396 *Vide* FARIAS, Airton de. *Pavilhão sete*: presos políticos da ditadura civil-militar. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019.

Debate historiográfico sobre a luta armada

Em um tema tão controverso como o da luta armada, no Brasil, durante a ditadura civil-militar, percebem-se batalhas de interpretações, onde os atores das lutas político-sociais se esforçam para também vencer nas construções da memória, derrotando outras memórias, as quais, contudo, buscam e podem reverter o processo. Como dito, as preocupações e embates do momento se constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade, igualmente, em relação à memória coletiva, a qual se torna objeto de disputas importantes, sobre quais acontecimentos e como esses serão lembrados na memória de uma sociedade.

Estudar as memórias coletivas implica na análise de sua função. Existem, nas interpretações do passado que se quer salvaguardar, uma tentativa, mais ou menos, consciente de definir e de reforçar a coesão dos grupos e instituições que compõem a sociedade. Tem-se, pois, um enquadramento da memória comum, que, contudo, não pode ser arbitrário – deve atender a certas justificativas e exigências. Indivíduos e determinados grupos sociais, por outro lado, podem manter, subterrâneos e em silêncio, esperando um momento para emergir, aquilo que os enquadradores de uma memória coletiva, em um nível mais global, esforçam-se em minimizar ou eliminar.

Esse trabalho de enquadramento da memória alimenta-se de material fornecido pela história, um material que pode ser interpretado e combinado a um sem-número de referências, guiado pela preocupação, não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las. Daí por que o trabalho de enquadramento interpreta o passado em função dos combates do presente e do futuro.[397]

Enquanto durou a ditadura, os militares e os setores civis que os apoiavam cultivaram a memória de que 1964 acontecera como uma intervenção

397 POLLAK, Michel.Op. Cit. (1992).

"salvadora em defesa da democracia e da civilização" contra o "comunismo ateu, a baderna e a corrupção". Pelo menos até meados dos anos 70, a cada 31 de março, desfiles militares eram organizados para saudar a "redentora revolução libertadora do povo brasileiro", enquanto jornais publicavam editoriais ou matérias pagas por entidades institucionais e empresariais exaltando o regime. Nas escolas, crianças e jovens eram formados na "moral e no civismo", aprendendo uma história sem conflitos e antagonismos e de grandes vultos e feitos fantásticos para a Pátria, feitos idênticos aos acontecidos em 1964, quando "bons brasileiros" evitaram o "pior" e livraram o País de "pessoas más"...

Essa memória, porém, acabou não se tornando hegemônica, nem mesmo durante a própria ditadura, questionada que passou a ser. Os militares, ironicamente, acabaram perdendo a batalha da memória e ganhando a responsabilidade de terem sido os únicos "culpados" pela ditadura. Acabaram visto como "vilões" em um enredo no qual se imaginavam "heróis e patriotas". Não por acaso, manifestam ressentimento constantemente. Ainda hoje, as forças armadas não sabem bem o que dizer sobre 1964: geralmente optam pelo silêncio constrangedor ou pelo argumento de que os militares fizeram uma "contrarrevolução", reagindo porque o "outro lado pegou em armas para implantar uma ditadura do proletariado, nos moldes do totalitarismo soviético".[398] Como se fosse necessário matar e torturar para manter um regime. Nos anos 70, grupos armados de esquerda atuaram na Alemanha e Itália e nem por isso esses países praticaram sistemática violação de direitos humanos. Sem falar que vários dos perseguidos, vigiados, presos, processados e mortos pela ditadura brasileira não eram adeptos da luta armada.

E por que a memória militar não se tornou hegemônica? Porque desde os primeiros momentos do regime, e em um processo que se intensificaria, sobremaneira, na segunda metade da década de 1970, houve uma crescente dissociação entre os grupos controladores do Estado dita-

---

398 NAPOLITANO, Marcos. *1964*: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018, p. 317.

torial e de boa parte das classes médias e mesmo elites econômicas. Como diz Marcos Napolitano, predominou uma memória hegemônica de caráter liberal, que, em suas reelaborações, acabou por condenar a ditadura e mesmo absorver até elementos do discurso crítico das esquerdas.[399] Foi uma memória, como veremos adiante, que acabou servindo de álibi para os segmentos médios e dominantes liberais e conservadores se isentarem do apoio que deram na construção e manutenção do regime autoritário. A sociedade fora vítima dos radicais, fossem eles militares "linha dura", fossem os "terroristas" de esquerda, numa espécie de versão brasileira da "teoria dos dois demônios", atribuindo responsabilidades morais idênticas para atores políticos assimétricos e possuidores de valores e objetivos completamente distintos.[400]

Numa construção seletiva, a memória liberal hegemônica enfatizou a "incompetência" e a "demagogia" de Goulart e das esquerdas como os fatores que desencadearam o golpe de 64. Ou seja, o golpe era justificado e os militares moderados, ligados ao presidente-general marechal Castelo Branco, eram até bem intencionados, mas perderam o controle do processo político ante os radicais. Foram os embates entre os militares "linha dura" e os grupos guerrilheiros de esquerda que levaram ao AI-5, em 1968, e ao fechamento total do regime. Os militares torturadores, a "tigrada", e os jovens de esquerda, idealistas, ingênuos e inconsequentes, possibilitaram os "Anos de Chumbo", vitimizando a sociedade.[401]

Obra que apresentou esses aspectos foi a do jornalista Elio Gaspari.[402] Os vários volumes de seu trabalho viraram um sucesso de venda e

---

399 Ibidem, p. 319.

400 A "teoria dos dois demônios", elaborada acerca do que se deu na ditadura militar da Argentina (1976-83), considera o radicalismo das esquerdas e das direitas a instauração do regime autoritário naquele país. No Brasil, a ideia foi defendia pela cientista política Argelina Figueiredo. *Vide* AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

401 NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit.

402 GASPARI, Elio. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

obtiveram repercussão na sociedade. Acreditamos que isso se deu não apenas pelo amplo espaço obtido pelos livros na mídia ou pelas campanhas publicitárias e interesses do mercado editorial. A narrativa de Gaspari atende à concepção conciliatória e minimizadora/esquecimento de interesse de grupos liberais e conservadores da sociedade. Como produção que se pretende historiográfica, os livros do jornalista devem ser pensados, interpretados e criticados. E aí se evidenciam vários aspectos e problemas. Tendo-se em conta a necessidade de se observar o lugar social de quem produz o saber histórico, chama a atenção o fato de o jornalista ter recebido vários documentos diretamente do general Golbery do Couto e Silva – ao que consta, por ser próximo a este e "de confiança" do regime. Gaspari ficou em posse dos documentos por anos, até escrever os livros, não os disponibilizando para outros pesquisadores, em uma postura ética questionável. No campo da história, entende-se hoje que um pesquisador deve levar ao público as fontes, porque são documentos e temas de interesse público, e para que outros pesquisadores confiram, façam as críticas necessárias e produzam novos conhecimentos e interpretações. Não inserido no campo das metodologias historiográficas, Gaspari desenvolve uma abordagem tradicional e privilegia o político, relevando ou desconsiderando elementos econômicos, sociais, ideológicos, etc. que possibilitaram o golpe e a ditadura. Faz duras críticas a João Goulart, desqualificando-o mesmo como pessoa, logo Jango que ocupou vários cargos públicos e políticos ao longo da vida e era tido como um negociador e conciliador. Goulart e as esquerdas, tidas radicais e inconsequentes, são responsabilizados por 64. Por outro lado, Gaspari minimiza as pressões e tramas de grupos conservadores civis e militares e o próprio papel dos Estados Unidos. A quebra da ordem política parece uma decisão de improviso, quase cômica, como se os grupos conservadores e liberais não estivessem tramando golpes desde os anos 1950. Igualmente minimiza a atuação dos militares tidos "moderados" e do golpista Castelo Branco, considerando uma "ditadura envergonhada" o que existiu entre 1964 e 1968, relevando que no

período ocorreram já violências, torturas, mortes, censura, cassações e perseguições a opositores.

O jornalista credita as torturas e "excessos" da ditadura a militares radicais – e não como uma política de Estado – e desdenha da esquerda armada, tida como "terrorista", entre outras abordagens que, como estamos vendo ao longo deste livro, foram refutadas por várias pesquisas acadêmicas. Não que a história pertença apenas aos historiadores ou que um jornalista não possa produzir obras no campo. Mas, para fazê-lo, é aconselhável conhecer as metodologias e pressupostos teóricos do campo e dialogar com os pares. Por fim, Gaspari trata da abertura política quase que como fruto da vontade pessoal de Colbery e Ernesto Geisel, senhores dos destinos da nação e da história, capazes de antever ou dirigir o processo na forma que melhor lhes conviesse. O acaso, os imprevistos, os outros autores sociais, outros projetos políticos, as pressões das ruas são secundárias ou apenas expressões de "oposições radicais e irresponsáveis", numa trama guiada por dois homens especiais, numa história personalista, psicologizante, laudatória, que pouco deve ao modo como se produzia história no século XIX.[403]

Ora, historicamente está evidenciado que não há regime que controle completamente uma sociedade ou ditaduras que se mantenham recorrendo apenas à violência. Os sistemas autoritários precisam suscitar algum consenso por parte da população. Esses consensos, em torno de ditaduras, incomodam bastante as sociedades quando os regimes caem. Veja-se o que ocorre ainda hoje nos países da América do Sul, que viveram processos ditatoriais nos anos 60 e 70, e nas nações da antiga "cortina de ferro", que passaram pela experiência do socialismo real. Por tal razão, as sociedades, geralmente, enfatizam a violência e o terror do regime, assim como a resistência da população. Elas apoiam-se em fatos reais, mas os

---

403 *Vide* CALIL, Gilberto. *Elio Gaspari e o elogio da transição conservadora*. Revista Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270. Vide ainda CALIL, Gilberto. Revisionismo e embates em torno da memória: a abordagem de Elio Gaspari sobre a repressão e a resistência à ditadura brasileira. In: FERRIRAS, Ana Sofia. MADEIRA, João. CASANELLAS, Pau (Coord.). *Violência política no século XX*: um balanço. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017.

amplificam além da medida, como se a quase totalidade ou a grande maioria da população tivesse se engajado na resistência "e apresentam a sociedade como a vítima inocente de um regime que lhe foi imposto contra a vontade e pelo qual, consequentemente, ela não é responsável".[404] É uma apropriação questionável do passado.

A ditadura militar brasileira, em termos institucionais, chegou ao fim em meados dos anos 80, em um processo de transição pactuado ("abertura lenta, segura e gradual"), fruto de um acordo entre os elementos conservadores governantes e as forças oposicionistas de centro e direita.[405] Em decorrência, no contexto da crescente perda de apoio social e político dos militares, na segunda metade dos anos 70 e da "transição democrática" da década de 1980, a memória liberal sobre a ditadura, cada vez, ganhou mais espaço, reconstruindo a história agitada das décadas de 60/70, numa abordagem reconciliatória e de condenação aos radicalismos. O lema passou a ser o do abrandamento, perdão e esquecimento, na busca da redemocratização do País e da estabilidade institucional.

A censura, os crimes da "tigrada", militares linha dura, a violência estatal até foram condenados, mas os responsáveis pelos atos arbitrários jamais seriam punidos. A questão dos desaparecidos políticos não foi resolvida. O golpe de 64 foi relativizado e os militares moderados, responsáveis pela transição negociada, mereceram exaltação pública, quase como "heróis da democracia". Nessa lógica, Costa e Silva e Médici, ainda hoje, são vistos como "ditadores vilanescos" e Ernesto Geisel, exaltado como aquele que preparou o caminho para o retorno da democracia. A esquerda radical também foi condenada, mas "compreendida" por sua juventude, idealismo e imprudência.

---

404 GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América latina. In:QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise; (Orgs.). *História e memórias das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

405 SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

A limitada Anistia de 1979, permitindo a saída de vários presos políticos dos cárceres, mas sem punir os responsáveis pelos crimes da ditadura, foi, como diz Marcos Napolitano, o batismo institucional dessa visão liberal hegemônica conciliatória.[406] De certo modo, as indenizações pagas aos ex-presos políticos, a partir dos anos 90, as dificuldades para abrir os arquivos da ditadura dirigem-se nessa mesma lógica: até reconhecem-se violências praticadas pelo Estado, dá-se algum dinheiro, não se responsabilizam nem se apontam os culpados pelas arbitrariedades e deixa-se tudo para trás, esquecido...

Em suma, com a redemocratização do País, tentou-se construir uma memória de conciliação ou de reconciliação, esquecendo-se ou minimizando-se tudo que assim não se encaminhasse,[407] embora, pela polêmica do tema e interesses dos envolvidos, permanecessem, subterrâneos, aspectos conflitantes, como adiante veremos. Dessa forma, tendeu-se a apagar ou reduzir da memória o clima de grande embate social e político que havia no País e no mundo, nos anos 60, embate associado a enfrentamentos violentos, decididos pelo confronto de força e/ou pela luta armada. Era época de, entre outros processos, Guerra Fria, Guerra do Vietnã, Guerra da Argélia, sobretudo, da Revolução Cubana que marcou profundamente a América Latina, inspirando uma onda nacionalista, popular, anti-imperialista, reformista, revolucionária e possibilitando o surgimento de movimentos sociais e guerrilhas. No caso específico do Brasil, ganhou força o movimento das "reformas de base", cuja radicalização ensejou a articulação golpista dos segmentos conservadores civis e militares e o golpe de 64.

É nessa perspectiva memorialística conciliatória que se entende, também, livros como *1968 - o ano que não terminou*, do jornalista Zue-

---

406 NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 319.

407 *Vide* AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: FICO, Carlos; MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Jessie Jane Vieira de; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). 1964-*2004 – 40 Anos do golpe, ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

nir Ventura[408] e *O que é isso, companheiro?*, do ex-guerrilheiro Fernando Gabeira.[409] O primeiro, obra de ficção histórica, fala da atuação das classes médias cariocas no agitado ano de 1968, enquanto o segundo aborda o caso do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, no Rio de Janeiro, em 1969, pelas organizações armadas Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

Não foi por acaso que tais obras viraram *best sellers*, ganhando espaço na mídia e tornando-se até produções cinematográficas. As ações das esquerdas são mostradas como uma "grande aventura", quase no limite da irresponsabilidade, com ações "piradas" e equivocadas, apesar de bem-intencionadas. O "enredo" é cheio de luzes, alegria, risos, ao lado de alguns contrapontos trágicos. Os ativistas são, na maioria, jovens imaturos, dotados dos mais puros e ilusórios desejos, e que não apresentavam condições nenhumas de enfrentar o "profissionalismo" da ditadura. Em consequência, pagaram um preço alto, fracassando totalmente.[410]

Ressalte-se que mesmo essa memória coletiva organizada conciliatória, a qual expressa a imagem que amplos setores da sociedade majoritária ou que o Estado desejam passar e impor, não apresenta fronteiras estanques e acabadas. Essas são fluídas e em constante deslocamento, como dissemos. Dependendo das conjunturas e circunstâncias do presente, sobretudo em épocas de crises e acirramentos das disputas políticas, aspectos outros das memórias "subterrâneas" podem emergir, dando ênfase a certos elementos.[411] Na presente crise política, desta segunda década do século XXI, de acirramento entre esquerdas e direitas, não surpreende, pois, que o tema ditadura militar e luta armada das esquerdas tenham ganhado tanto destaque.

---

408 VENTURA, Zuenir. *1968 – O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

409 GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

410 AARÃO REIS, Daniel. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: ______; e outros. *Versões e ficções*: o sequestro da história. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

411 POLLACK, Michel. Op. Cit. (1989).

Um dos aspectos, foco de intensas disputas das reconstruções memorialísticas, é o da resistência democrática. Diferentes percepções sobre essa têm servido para legitimar as ações políticas posteriores dos ex-guerrilheiros e até usadas para isentar o apoio que segmentos sociais conservadores deram ao regime militar e justificar o golpe de 64.

As esquerdas tenderam a recuperar o passado segundo o princípio de que a sociedade fora submetida, no momento do golpe de 64 e ao longo da ditadura, à força da repressão. Diante do arbítrio e da violência do regime, a sociedade não teve outro caminho senão resistir, algumas pessoas, com armas nas mãos. Desse modo, a queda da ditadura civil-militar foi resultado da luta dos movimentos sociais, desejosos de restaurar a democracia.[412]

Tal análise encontra-se, sobremaneira, em livros como *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender,[413] e *O fantasma da revolução brasileira*, de Marcelo Ridenti.[414] Para esses autores, as esquerdas, acuadas pelo regime e sem opções, resistiriam, de maneira que os anos 60 foram de resistência democrática. Realizam os autores um desmascaramento da ditadura e de seus crimes. Naqueles livros, não existem "menininhos rebeldes" ou piadas juvenis, mas homens e mulheres com projetos revolucionários e, principalmente, com o forte ideal de resistir ao arbítrio. O isolamento e a derrota dos que tombaram foi mais o resultado dos métodos usados – e com os quais a sociedade não concordou – que da vontade de resistir à ditadura.

Para o historiador Marcelo Ridenti,[415] o termo resistência apresenta, aqui, um caráter defensivo mais que ofensivo, tendendo mais à reação que à ação e fazendo prevalecer a ideia de oposição sobre a de revolução. Em outras palavras, o historiador entende que as ações da luta armada podem

---

412 AARÃO REIS, Daniel. Op. Cit. (1997).ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit., (2003), p. 47-48.

413 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

414 RIDENTI, Marcelo. O *fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

415 RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In:______;AARÃO REIS, Daniel; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar*: quarenta anos depois. São Paulo: EUSC, 2004.

ser consideradas como de resistência igualmente. A luta não teria sido uma estratégia somente de revolução, mas de resistência, como parte mesmo do projeto de construção da sociedade socialista. Se a luta não era democrática e se tinha objetivos ofensivistas, isso não desmerece o aspecto da resistência das esquerdas, visto que outros setores da oposição, igualmente, apresentavam projetos políticos próprios e faziam o contraponto à ditadura. Ou seja, no que pesem divergências e objetivos particulares, os atores do campo opositor apresentavam um objetivo comum: acabar com a ditadura. Ao defenderem a revolução socialista, os militantes de esquerda armada estavam também resistindo e contribuindo para a retomada democrática do País. Para Ridenti, pode-se usar apropriadamente o termo resistência para aquelas esquerdas, "pois sua luta importou mais pelo significado de combate à ditadura do que pelo intento de ofensiva revolucionária, mas pelo sentido defensivo, que ofensivo, ao contrário da intenção original dos agentes".[416]

Para Ridenti, caso voltemos à origem do termo, associado à resistência dos comunistas, na Europa, aos nazistas durante a II Guerra Mundial (1939-45), verifica-se que, embora aqueles lutassem pelo socialismo, aliaram-se em sua estratégia a partidos burgueses. É em um sentido próximo que se deveria entender a ação das esquerdas revolucionárias após 64. Ridenti lembra, ainda, uma lição de Max Weber, segunda a qual o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original dos agentes.

Ou seja, pode-se imaginar que havia uma discussão sobre a luta armada no Brasil, por partes de grupos mais radicais de esquerda, antes de 64, independentemente do regime político, como se deu em quase todos os países da América Latina. Aqueles grupos, porém, eram pequenos e de pouca capilaridade social. Concretamente, foi implantada em 1964 uma ditadura que tolheu o projeto até então preponderante das esquerdas em ascender ao poder pela via institucional e pacífica, e reprimiu duramente os setores populares. A implantação da ditadura e, especialmente, o AI-5

416 Ibidem, p. 57.

aguçaram e expandiram dentro das esquerdas o projeto da luta armada, o que não abrangeu todos os partidos, pois existiram secções das esquerdas, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que mesmo perseguidas, não abraçaram a opção revolucionária guerrilheira. Dessa forma, se mesmo antes do golpe de 64 a luta armada já fazia parte dos projetos e discussões políticos de parte das esquerdas, influenciadas substancialmente pela Revolução Cubana, a luta guerrilheira igualmente não pode ser dissociada do quadro de combate à ditadura, ainda que o projeto político das organizações revolucionárias não se limitasse a derrubá-la.[417]

A oposição e resistência à ditadura apresentavam vários níveis e que sofreram mudanças ao longo dos anos. Em rigor, todos os grupos, fossem de esquerda ou conservadores, que de alguma maneira entraram em rota de colisão com o regime militar, apresentavam interesses e objetivos particulares. A forma como se deu o fim da ditadura, num grande acordo, foi a vitória da tese de certos setores sociais dominantes. Ora, se as direitas tinham seus objetivos e interesses próprios, enquanto se batiam com a ditadura e defendiam a democratização do País, porque as esquerdas, derrotadas, não poderiam apresentar seus projetos políticos também?

Havia diversos setores de oposição, com distintos campos de atuação. Tinha-se uma oposição que atuava por meio da ação parlamentar, via Movimento Democrático Brasileiro, tentando dentro do sistema institucional imposto pela ditadura, conforme as regras ditadas por essa, combatê-la. Existia a estratégia da formação de frentes políticas da sociedade civil em defesa da democratização do País, como a famosa Frente Ampla, envolvendo Lacerda, JK e Jango. Tais frentes ficaram mais visíveis no final dos anos 70 e englobavam várias matizes ideológicas, no objetivo comum de acabar com o regime. Havia ações e posicionamentos do cotidiano, por pessoas que, muitas vezes, nem sequer apresentavam ligações com par-

---

417 RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge. AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *Revolução e democracia (1964 ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 27.

tidos ou movimentos sociais: gente que fazia contribuições financeiras a organizações oposicionistas, que se recusava a pagar impostos ou a votar, acolhia perseguidos políticos, não perdia oportunidades de, no dia a dia, apontar as mazelas da sociedade nas conversas informais, etc. E havia a oposição dos grupos radicais de esquerda, que partiram para o enfrentamento armado do regime. Se o projeto dessas esquerdas revolucionárias não apresentava condições de êxito é outra questão. Não podemos esquecer que os derrotados igualmente apresentam projetos próprios.

Mas se podemos usar o termo resistência para caracterizar a luta das esquerdas armadas, não seria correto usar o adjetivo democrático, diz Ridenti. Existe aí uma mitificação, criada, como dissemos, no final da década de 70, quando as lideranças socialistas estavam já comprometidas com o processo de democratização. Nas reconstruções de memórias, passou-se a difundir a ideia de que a luta armada dos anos 1960/70 fora uma fase preparatória para a atual democracia brasileira, o que, sem dúvidas, traz dividendos para os ex-guerrilheiros, sobretudo para os que chegaram a cargos governamentais e institucionais.[418]

A visão de Ridenti da luta armada como resistência é questionada por Daniel Aarão. As esquerdas não teriam sido apenas vítimas da ditadura.[419] Havia, sim, por partes delas uma postura ofensiva, revolucionária, de discussão da luta armada para a implantação do socialismo no Brasil, mesmo antes do golpe de 1964, embora a implantação da ditadura tenha aguçado a opção pela guerrilha. Os ativistas isolaram-se dos demais segmentos sociais e não perceberam os contextos políticos e econômicos na-

418 Em 2005, por exemplo, durante o longo processo de cassação do deputado federal de São Paulo e ex-ministro da Casa Civil do Governo Lula, José Dirceu, acusado de envolvimento num esquema de corrupção (chamado pela mídia de "mensalão"), um dos argumentos usados pelo parlamentar foi sua trajetória política de "luta pela democracia de armas em punho". Zé Dirceu fora líder estudantil nos anos 60/70 e membro do grupo revolucionário MOLIPO (Movimento de Libertação Popular), fazendo treinamento de guerrilha em Cuba. Preso pela ditadura, acabou libertado quando do sequestro do embaixador americano no Brasil em 1969.

419 AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerda e sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

cionais do começo dos anos 70. Seus objetivos políticos socialistas e a opção pelas armas não seduziram o grosso da sociedade.

Além disso, segmentos da esquerda não apresentavam grandes preocupações com ideais de democracia, francamente desprezada em seus documentos e associada à manipulação da burguesia. No entender de Maria Paula Nascimento Araújo, existia, entre a jovem geração de militantes da década de 60, não só no Brasil, mas também na Europa e nos Estados Unidos, uma crítica e desconfiança em relação à democracia representativa, vista muitas vezes como sinônimo de acordos e negociatas ou uma farsa burguesa. Para muitos dos agrupamentos, democracia era sinônimo de democracia liberal burguesa, distante da democracia proletária, a qual almejavam e que só poderia ser alcançada pela revolução.[420]

No caso do Brasil, as ressalvas encontravam eco nos evidentes limites da democracia existente nos anos 50 e 60. Era um sistema com traços autoritários e excludentes, com limites à participação política de amplos setores da sociedade. Em um País, com altas taxas de analfabetismo, o voto era vedado a analfabetos e militares de baixa patente. Inclusive, um dos fatores que levou diversos grupos conservadores a se opor às reformas de base é que Jango propunha universalizar o voto. O principal partido de esquerda de então, o PCB, estava impedido de disputar as eleições desde 1947. A legislação trabalhista, criada nos anos 30, não beneficiava os trabalhadores do campo e, mesmo nas cidades, os patrões buscavam burlar a legislação. Não foi à toa a acusação de que Goulart pretendia instaurar uma "república sindical" no Brasil, quando o governo ampliou a proteção legal aos trabalhadores rurais e passou a melhor fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista. Para as elites, as concessões de garantias sociais aos mais pobres eram uma deturpação da democracia, pois os trabalhadores tinham suas "consciências compradas por líderes demagogos e populistas". Alardeando que defendiam as liberdades democráticas, os grupos

420 *Vide* ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

conservadores entendiam como democracia a garantia dos privilégios políticos e econômicos dos segmentos abastados e a exclusão das massas. Assim, não surpreende o pouco apego das esquerdas a esse arcabouco institucional tido democrático...[421]

Por outro lado, as esquerdas sequer praticavam democracia interna. Em geral, a vontade da direção prevalecia (o velho "centralismo democrático"), contribuindo para fragmentação em pequenos e esparsos grupos, cada qual se autoproclamando a "vanguarda revolucionária" no combate a uma ditadura que "estaria agonizando", embora os fatos assim não mostrassem...

Como afirma Daniel Aarão,[422] as organizações comunistas armadas dos anos 60/70 apareceram como uma contraelite, alternativa, que partiram ao assalto do poder político. Rompendo com as concepções defensivistas e de formação de frentes populares ante o imperialismo e ação das elites nacionais, comuns até então aos partidos comunistas latino-americanos, um grupo de "dissidentes", no início dos anos 60, passou a colocar como desafio imediato de suas reflexões a efetiva conquista do comando do Estado.

Não era essa uma ideia tirada do nada. Ao contrário, os exemplos mostravam a possibilidade de a revolução triunfar nesta parte do mundo. Ora, Cuba não fizera nas portas do "grande Império"? Che Guevara lutando nos Andes não era exemplo? E a Independência da Argélia e a Guerra do Vietnã? Os movimentos socioculturais da Europa e da China não eram igualmente sinais? O sistema capitalista estava em crise, vacilava. Para os ativistas de esquerda brasileiros, chegara a hora. Bastava dos tempos de debates amenos, comedidos e bem-comportados. Chegava de obter apenas as pequenas vitórias diárias. Tinha-se o momento último da

---

421 *Vide* FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In:______; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática*: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-64). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2019. AZEVEDO, Fernando Antônio. Revisitando as Ligas Camponesas. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 64 e o regime militar*. São Carlos: EduFSCar, 2014. NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit.

422 AARÃO REIS, Daniel. Op. Cit. (1997), p. 38-41.

ação transformadora, da revolução, do "assalto aos céus". Não era mais morrer pela revolução, mas de lutar e matar por ela agora.

Dessa maneira, antes da radicalização do regime militar em 1968 e mesmo do golpe de 1964, segmentos de esquerda, particularmente, os comunistas, já travavam debates sobre a viabilidade ou não da luta armada, formulando um projeto ofensivo de conquista do poder. Se tinham condições ou havia meios de implementá-lo, essa é outra questão também. Posteriormente, ao longo dos anos, as esquerdas dividir-se-iam numa miríade de grupos, grupelhos, dissidências, dissidências das dissidências... mas a questão de tomar o poder institucional estava sempre presente.

Não obstante, a memória das esquerdas tendeu a esquecer ou diminuir a radicalização da defesa das reformas de base e o ímpeto ofensivo e revolucionário dos anos 60. A esquerda revolucionária que havia pego em armas foi transformada em resistência democrática de armas na mão. Os militares, "goliras", apoiados pelo imperialismo dos Estados Unidos, eram os únicos culpados pela ditadura...

Ora, os grupos revolucionários nunca propuseram um mero retorno ao modelo democrático "liberal e burguês" que havia, antes de 1964, ou ao que se veio a ter no pós 1985. Como dito, e ratificando o pensamento de Daniel Aarão,[423] as esquerdas, nos anos 1960, estavam comprometidas com um futuro radicalmente novo, no qual o sentido de democracia era outro, popular, socialista, dos trabalhadores e dos explorados e que passaria pelo estágio de ditadura do proletariado, conforme o pensamento marxista.

Nos embates de memórias, militares buscaram expressar igualmente uma visão do que acontecera no Brasil entre 1964-85. É, basicamente, essa a abordagem que vem sendo apresentada nos últimos anos, em atos públicos, internet e imprensa, pelo crescente movimento conservador do País. Contra o que se considera a "vitimização das esquerdas e mentiras", desde a segunda metade dos anos 80 surgiram obras de integrantes e simpatizantes da ditadura.[424]

---

423 Ibidem.

424 *Vide* CHAVES, Eduardo dos Santos. Os militares e a batalha pela memória da ditadura: "O golpe que

Em meados daquela década, o ministro do Exército do governo Sarney (1985-90), general Leônidas Pires Gonçalves, autorizou a preparação de uma versão escrita dos militares sobre a ditadura. Surgiu, assim, o Projeto Orvil – livro, escrito ao contrário, em referência ao Brasil nunca mais, obra lançada em 1985 e que denunciou os crimes da ditadura com grande repercussão na mídia e irritação das Forças Armadas.[425] O projeto era uma espécie de revide dos militares na intenção de apontar os crimes das esquerdas armadas. O resultado foi, três anos depois, uma obra de dois volumes com quase mil páginas, justificando o golpe e a ditadura como forma última e legítima de barrar as ações das esquerdas, as quais poderiam levar à implantação no Brasil de uma ditadura socialista. A partir da compilação de documentos dos serviços de informação da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e do Serviço Nacional de Informação (SNI), são abordadas as ações "terroristas" e as mortes dos civis, vítimas das ações armadas das esquerdas[426]. Assim, as esquerdas que seriam criminosas, enquanto o Exército agia em defesa da Pátria e da sociedade. No clima de valorização da democracia dos anos 80/90, no qual poucos assumiam a defesa do regime recém-caído, o livro acabou não sendo publicado, inclusive, com proibição do presidente Sarney. Não obstante, clandestinamente, cópias feitas manualmente passaram a circular entre grupos militares, difundindo o que entendiam ser a "verdade" acerca dos anos de chumbo. Apenas há alguns anos a obra foi, enfim, publicada.[427] Tal publicação não

---

virou revolução". In: GALLO, Carlos Artur; RUBENS, Silvana (Orgs.). *Entre a memória e o esquecimento*: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

425 *Vide* SCELZA, Maria Fernanda Magalhães. Os arquivos do Grupo Tortura Nunca Mais: memória, verdade e justiça. In: THIESEN, Icléia (Org.). *Documentos sensíveis*: informação, arquivo e verdade da ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

426 Não há dados consolidados nem plenamente investigados e comprovados, mas estima-se, segundo sites de extrema-direita, que o número de mortos em ações da esquerda armada seja em torno de 120, excluindo-se daí os assassinados em "justiçamento" dos ex-integrantes das próprias organizações revolucionárias. NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., nota 199, p. 346.

427 MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes (Org.). *Tentativas de tomada do poder (Orvil)*. São Paulo: Schoba, 2012.

parece ser por acaso, mas, sim, um contraponto de setores conservadores contra o que consideram desmandos das esquerdas no comando do País, desde 2002, com as eleições e reeleições de Lula e Dilma Rousseff, e o teor "revanchista" da Comissão da Verdade, que, entre 2012 e 2014, buscou investigar os atentados aos direitos humanos cometidos pelos agentes do Estado brasileiro do período de 1946 a 1988.

A partir de muitos dos documentos compilados no Projeto Orvil e de suas experiências pessoais, Carlos Alberto Brilhante Ustra produziu o livro Rompendo o silêncio,[428] lançado em 1987. O coronel Ustra fora chefe do DOI-CODI em São Paulo entre 1970 e 1974, responsável por várias mortes e casos de torturas durante o regime militar.[429] Na obra, que pode ser vista como memorialística, Ustra justifica a publicação sob o argumento de "defesa da pátria e da juventude" contra "a história como um panfleto que estaria sendo escrita pela esquerda". Defende a ditadura e, curiosamente, superdimensiona a força e influência dos que chama grupos "terroristas de esquerda". Vê-se como um soldado, que cumpre sua missão na defesa da pátria contra a "ameaça comunista". O livro de Ustra tem um caráter de peça de defesa e justificativa. Havia razões para isso: muitos militares temiam, sobremaneira, nos anos 80, que houvesse alteração na Lei de Anistia de 1979 e a responsabilização daqueles que praticaram assassinatos e torturas durante a ditadura.

As interpretações históricas de que as esquerdas apresentavam um projeto de poder e não eram democráticas acabaram sendo apropriadas pelos setores conservadores, para difundir uma memória que tenta isentá-los de qualquer apoio ou cumplicidade da sociedade civil com o golpe de 64 e a ditadura.

A abordagem feita é bastaste simplória e eivada de anacronismos. Como as esquerdas já pensavam em luta armada antes de 1964, o golpe es-

---

428 USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editorial, 1987.

429 Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, Volume II, p. 323. In: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/ Acesso a 31/10/2019.

taria legitimado para as direitas, como uma maneira de "salvar a democracia e livrar a sociedade dos comunistas", mesmo que depois tenha gerado uma ditadura. Ficava justificado igualmente o apoio que a "revolução" teve dos liberais, embora depois vários deles viessem a mudar de posição. O endurecimento do regime também seria explicado nessa linha de raciocínio, na medida em que as "medidas duras", adotadas pela ditadura (sobretudo o Ato Institucional nº. 5, em 1968), seriam entendidas e justificadas como uma reação à esquerda armada comunista e suas ações "terroristas".

Era como se "o país fora, pura e simplesmente, [tivesse sido] subjugado e reprimido por um regime ditatorial denunciado agora como uma espécie de força estranha e externa".[430] A sociedade, "democrática em sua essência", teria sido obrigada a suportar o regime de força dos militares e das esquerdas. Ou seja, conforme tal raciocínio, a sociedade, "democrática e desarmada", assistiu, de fora, a luta entre os adeptos da ditadura e os guerrilheiros, todos antidemocráticos, e caso não existisse a esquerda armada, não teria acontecido a própria ditadura.[431]

Há evidentes problemas de anacronismo nessas concepções. Às vésperas de 1964, as esquerdas não eram democráticas, e muito menos as direitas ou o grosso da sociedade e suas instituições, como visto. Os atores políticos de então, inseridos naquelas tradições e práticas, não apresentavam a democracia como um valor supremo. O autoritarismo faz parte das tradições políticas brasileiras e das relações sociais, independentemente dos momentos em que o País viveu períodos mais abertos ou de exceção. As ditaduras apenas reforçaram esse autoritarismo.[432] Setores civis não só apoiaram o golpe de 64 como deram sustentação política à ditadura. Grupos de esquerda falavam em realizar as reformas sociais na "lei ou na marra". Pressionado, Goulart buscava manter-se fiel a seu estilo político e costurar uma conciliação – coisa cada vez mais improvável naquele 64. O golpe estava no ar.

430 AARÃO REIS, Daniel. Op. Cit. (2014), p. 8.

431 RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. (2004), p. 61.

432 CHAUÍ, Marilena. Op. Cit., p. 60.

Os segmentos conservadores já falavam em golpe bem antes das esquerdas pegarem em armas, como na crise de 1954, a qual levou Vargas ao suicídio, ou nas tramas para evitar a posse do presidente Juscelino Kubitschek, em 1955, ou na feroz oposição à posse de João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros em 1961. E se a questão fosse o combate à luta armada, temos que lembrar a ação legalista do próprio governo João Goulart, em 1962, na desarticulação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), ligado aos integrantes das Ligas Camponesas, que passaram a defender a luta armada após contatos com Cuba. Não podemos esquecer, igualmente, o contexto internacional da época – Guerra Fria – em que os EUA apoiavam golpes na América Latina para garantir o poder de seus aliados, não raras, brutais oligarquias as quais se autoproclamavam "democratas"...

Outro anacronismo daquela argumentação é valorizar o debate sobre democracia e esquecer um outro que mobilizava muito mais a sociedade nos anos 60, o da "revolução brasileira", ou seja, de como o País iria superar suas contradições socioeconômicas – tanto que os golpistas nomearam seu movimento de "revolução de 64".

Por fim, não se pode esquecer o óbvio ululante. Houve, efetivamente, um golpe de Estado em 1964.[433] Um presidente legítimo e constitucional foi impedido de continuar a governar à força, deposto do poder por tanques e obrigado a sair do País. Desrespeitou-se o ordenamento jurídico em vigor na época. Em outras palavras, quem concretamente quebrou a ordem legal e democrática, em 1964, foram os militares e seus aliados civis da direita, não as esquerdas...

433 O golpe de Estado é ato realizado por órgãos do próprio Estado, ou seja, ocorre quando titulares de um dos setores-chaves da burocracia estatal, a exemplo dos militares (mas nem sempre estes), apoderam-se das atribuições do poder político, mediante uma ação repentina e com certa margem de surpresa. A revolução é feita por elementos exógenos ao Estado, instaurando um novo ordenamento político e jurídico, contrapondo-se ao golpe de Estado, que só realiza mudanças de menor porte, como as das lideranças políticas. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000, p. 545.

CAPÍTULO 3

COMBATES NA “TERRA DA LUZ”

Anônimos

Uma missão dura. A revolução não tinha preço. Morria-se por ela. Matava-se também. Justiçamento. O comerciante tido como explorador de trabalhadores e possível delator das atividades da Ação Libertadora Nacional (ALN) encontrava-se no balcão de seu estabelecimento, na rua principal de São Benedito, pequena cidade da Serra da Ibiapaba, divisa do Ceará com o Piauí. O DKW-Vemag, com militantes do agrupamento armado, estacionou exatamente em frente ao prédio da Comercial Ibiapaba Ltda. Do seu interior, saltaram dois homens, com fardamentos militares, uma metralhadora e revólveres. Entraram no estabelecimento rapidamente e identificaram o negociante, chamando-o pelo nome. Uma pequena multidão formou-se para entender o que estava acontecendo, sendo depois dispersa pelos ativistas. Após algum tempo, o comerciante foi posto no carro, que zarpou tresloucadamente. Na estrada de Tianguá, o veículo parou. O negociante, com as mãos atadas às costas, foi levado para a borda de um abismo por três dos ativistas e ouviu de um dos homens as razões pelas quais estavam sendo submetido à “justiça revolucionária” e executado. Recebeu quatro tiros de revólver a queima-roupa. Um na cabeça, que varou de um ouvido ao outro, dois no lado esquerdo do tórax e um no

braço esquerdo. O cadáver rolou precipício abaixo. Seria encontrado no dia seguinte, pelo próprio pai da vítima.

O assassinato, a princípio visto como crime comum, despertou a suspeita da polícia e do aparato de repressão da ditadura militar. Perseguidos, quase todos os ativistas envolvidos foram presos, em um marco da "queda" da esquerda armada no estado, como ocorria no resto do País. O fato teve grande repercussão, indignando diversos setores da sociedade e isolando ainda mais os guerrilheiros. O governo ditatorial usou o episódio para mostrar a periculosidade e a violência dos "terroristas" que ameaçavam a Pátria, embora praticasse igualmente contra seus adversários políticos execuções e torturas. O que ficou conhecido como "caso de São Benedito" tornou-se um verdeiro trauma para as esquerdas cearenses, estando envolvida em polêmicas até hoje ainda.

* * *

Afirmar, com exatidão, quais e quantas foram as ações da esquerda armada no Ceará durante a ditadura civil-militar não é tarefa fácil. Vários dos ex-ativistas, em geral, não falam sobre as ações cometidas. Muitos, sob o argumento do esquecimento, talvez evitem abordar episódios que os constrangem hoje, em virtude de seus novos posicionamentos políticos. Nas reconstruções de memórias conciliatórias acontecidas no pós-ditadura, as esquerda almejaram relevar ou relativizar as condutas ofensivas realizadas nos anos 60/70 de conquista do poder institucional pelas armas.

Os documentos sobre o regime não foram abertos. O material disponibilizado no Arquivo Público do Ceará é reduzido e incompleto – algumas poucas fichas individuais sobre os "subversivos" da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), relatórios do SNI e SEI, nada além. A 10ª Região Militar alega que os documentos sobre o período foram destruídos. Não informa, porém, quais documentos foram destruídos ou os

responsáveis, o que afronta à legislação.[434] Documentos estão nas mãos de particulares, possivelmente, ex-integrantes dos órgãos de segurança. Em 2005, o jornal Diário do Nordeste repassou ao Arquivo Público relatórios da DOPS e da 10ª Região Militar. Essa documentação havia sido entregue ao periódico por fontes que pediram o anonimato. O material, segundo o jornal, corria risco de ser destruído.[435]

Um bom acervo sobre a ditadura está na Associação 64/68, fundada no ano de 2000 e que congrega vítimas da ditadura no Ceará.[436] Na busca por indenizações junto ao Estado e como forma de contar sua história, os membros do grupo preocuparam-se em reunir documentos diversos. Um dos fundadores da organização, o ex-preso político Mário Albuquerque, conseguiu tirar fotocópia de milhares de documentos dos arquivos de Pernambuco, cotizando o valor da despesa entre várias pessoas, inclusive, recebendo ajuda financeira do então deputado estadual Marcos Cals, filho de um dos coronéis que comandaram o Ceará durante a ditadura. Materializou-se, assim, o dito por Carlos Fico, sobre como se busca contornar as dificuldades que o Estado ainda hoje impõe em liberar documentos sigilosos da ditadura. Tem-se constituído um acervo documental peculiar, reunido pelas próprias vítimas da repressão na busca por reparações financeiras. São verdadeiros "antidossiês", o reverso dos velhos dossiês de espionagem elaborados pelo regime ditatorial.[437]

Nos armários e estantes da Associação 64-68 encontramos relatórios do Serviço Nacional de Informações (SNI), cartas trocadas entre os militantes e suas famílias, fotos dos ativistas e peças de artesanato produ-

---

434 O Povo, 15/12/2004. *Vide* Lei nº 8.159, de 08/01/1991. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm Acesso em: 26/11/2019.

435 Diário do Nordeste, 12/01/2005.

436 *Vide* GONÇALVES, Danyelly Nelin. *O Preço do passado*: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

437 FICO, Carlos. História que temos vivido. In VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus; MATA, Sérgio da. (Orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012b, v. 1, p. 31-49.

zidas pelos presos políticos na prisão. Ressalte-se que muitos dos documentos da Associação 64⁄68 estão reproduzidos nos processos de pedidos de indenização feitos à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou. Esta foi criada pela Lei nº 13.202, de 10 de janeiro de 2002, no governo cearense de Tasso Jereissati, mas só foi instalada em 3 de setembro de 2003, pelo governador Lúcio Alcântara. A Comissão apresenta a incumbência de receber e avaliar a procedência dos pedidos de indenização das pessoas detidas, sob acusação de terem participado de atividades políticas, de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

Pudemos contar para esse novo livro com documentos disponibilizados pela internet, a exemplo daqueles do projeto Brasil Nunca Mais Digit@l e do material da chamada Comissão da Verdade, que funcionou no País, entre 2012-2014, e nos quais encontraram eventuais referências aos militantes e episódios relativos ao Ceará. Ressalte-se que se deve ter todo um cuidado com o conteúdo dessa documentação. Percebemos que, nos documentos oficiais aos quais tivemos acesso, não há referências a algumas ações "descobertas" por esta pesquisa, sobretudo as do final dos anos 60. É algo compreensível, pois o aparato de repressão foi sendo estruturado ao longo dos anos. Inclusive, há até atribuições equivocadas da autoria de ações a agrupamentos. Notamos que muitas das atividades da esquerda armada no Ceará, somente, foram descobertas pela ditadura com a queda dos militantes da ALN e PCBR, em fins de 1970, isso com o recurso sistemático de tortura dos ativistas. Não raras vezes, os documentos oficiais alteravam fatos e datas, falseavam episódios, em outras palavras, mentiam, para justificar o assassinato de presos políticos, negar torturas, garantir a existência da burocracia autoritária, facilitar a promoção de delegados, policiais, promotores, juízes, etc.

Afora o conteúdo dos documentos oficiais e relatos dos entrevistados, a pesquisa teve nos jornais Correio do Ceará e O Povo fontes preciosas. Sabemos que a forma pela qual a imprensa transmite um fato, isto é, a maneira como seleciona as informações que irão compor a notícia e

atribuir importância a um aspecto da realidade, em detrimento de outros, pode determinar a apreensão do público. Ressalte-se, entretanto, que o leitor não é um ente passivo. Lembremo-nos das lições de Michel de Certeau, que chama a atenção para a relação produtor-consumidor. Os indivíduos não são totalmente modelados pelo produtor. As pessoas, conforme suas vivências e práticas sociais, também produzem, criam, recriam – e assim, criam-se e recriam-se.[438]

Não se nega, porém, que a partir da perspectiva veiculada pelos meios de comunicação, o leitor/espectador pode ser levado a perceber a realidade e se posicionar diante dos acontecimentos. A imprensa vai além, podendo-se mesmo dizer que apresenta capacidade de encaminhar o debate sobre determinado tema, de formular e impor uma agenda e, dessa forma, interferir no rumo dos acontecimentos, obrigando outros autores e instituições a se posicionarem. Em determinados casos, sem a participação da imprensa, o desfecho de um processo ou acontecimento poderia ser completamente distinto.[439]

O trabalho de Beatriz Kushnir[440] chama a atenção para o colaboracionismo de grande parte dos meios de comunicação com a ditadura. Vários censores eram jornalistas e muitos jornalistas eram militares, sem falar nos interesses dos proprietários dos meios de comunicação em ter as boas graças dos governantes. Assim, sem descartar momentos de pressão por parte do governo, era comum haver autocensura, ou seja, censura dentro

---

438 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

439 ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In: FICO, Carlos; MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Jessie Jane Vieira de; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). 1964-*2004 – 40 Anos do golpe, ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 15. *Vide* também LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

440 KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda*: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988. São Paulo: BOITEMPO Editorial, 2004. SILVA, *Sônia* Maria de *Meneses*. *A operação midiográfica*: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a *Folha de São Paulo* e o Golpe de 1964. 2011, 319 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

dos próprios jornais em abordar temas delicados para o regime, a exemplo da luta armada, denúncias de tortura, corrupção, política econômica, etc. Os veículos de comunicação apresentavam uma postura constante de abominação às esquerdas, especialmente, a que praticava a luta armada, chamada "terrorista". Ironicamente, mesmo condenando a guerrilha, a imprensa podia trombar com o governo apenas por noticiar as ações dos movimentos de contestação, o que poderia soar como "propaganda" da "subversão" ou um empecilho às investigações. Caso sintomático disso foi a apreensão pela Polícia Federal da edição de O Povo, de 15 de fevereiro de 1971, que relatava a prisão da "terrorista" Jane Vasconcelos Dantas, de laços com a Ação Libertadora Nacional (ALN) e ligada ao já supracitado caso de São Benedito. Na edição do dia seguinte, o periódico trouxe editorial de capa protestando contra o ocorrido, citando um telegrama enviado ao Ministério da Justiça pelo qual buscava se justificar.[441]

Daí haver momentos em que não se podia acreditar em nada que era impresso: o jornal noticiava que um ativista tinha morrido atropelado, quando na verdade fora vítima de tortura... Com o AI-5, muitos dos jornalistas mais combativos acabaram demitidos. Não raras vezes, os periódicos reproduziam informes do governo como se fossem matérias feitas pelo próprio jornal. A ditadura chegou a falficar documentos, propagados pela imprensa, para denegrir ainda mais a imagem dos "subversivos". O Povo, de 12 de novembro de 1970, traz documento intitulado "Como destruir a Igreja católica em qualquer lugar do mundo" que teria sido apreendido pela Polícia Federal em um aparelho do "Partido Comunista Chinês" (PCdoB?), em Fortaleza. O texto, publicado na íntegra em quase uma página inteira do periódico, diz que tal destruição se daria por etapas, primeiramente, pela "infiltração" de "terroristas" no seio da Igreja e depois pela discussão, dentro dessa, de "temas da realidade social e econômica", renegando e por fim esquecendo os "aspectos religiosos".[442] Perguntamos

441 O Povo, 16/02/1971.

442 O Povo, 12/11/1970.

sobre tal texto a vários militantes, alguns até sob o subterfúgio do anonimato: nenhum respondeu conhecer aquele conteúdo. Ao contrário, eram até boas as relações dos comunistas com a esquerda católica, de modo que não seria lógico pregar o fim daquela Instituição. Provavelmente, o documento seja uma falsificação da PF, para desacreditar certos setores católicos que então denunciavam os arbítrios da ditadura.

Ao contrário da imagem construída ainda nos anos finais da ditadura, de uma imprensa que resistia ao arbítrio como “caixa de ressonância da democracia”, os veículos de comunicação apoiaram e justificaram o que se passava no Brail, tornando-se porta voz do arbítrio. Apenas com a decadência do regime militar, a partir da segunda metade dos anos 70, que passou a condenar o autoritarismo vigente desde 1964. Daí em diante, ficaram famosos os episódios envolvendo grandes jornais, publicando receitas de bolo ou versos de Camões para chamar a atenção dos leitores para a censura feita pelos militares nas páginas dos periódicos.

Não por acaso, as atividades das esquerdas eram veiculadas na página de polícia, como crimes, e não com atos políticos, isso quando eram noticiadas. Ressalte-se que quando das primeiras ações armadas, entre 1968-69, os próprios agrupamentos buscavam caracterizá-las como crimes comuns, para não chamar a atenção da repressão naqueles momentos iniciais de instalação das organizações. Essa postura da imprensa e a intenção dos militantes tornaram-se um óbice no desenvolvimento desta pesquisa. Como saber se o relatado no periódico constituía-se um crime comum ou uma ação política?

O desarme dessa verdadeira arapuca variou, indo da consulta aos ex-ativistas (e alguns se recusavam a responder, não raras vezes) ou prestando atenção às “entrelinhas” e detalhes do noticiado nas páginas policiais, buscando pistas que poderiam indicar uma ação política. Por exemplo, no geral, as ações de expropriação (assaltos) das esquerdas envolviam várias pessoas, evitavam-se ameaças aos populares, devolviam-se aos donos, principalmente, taxistas, os carros roubados, etc. Outras vezes, o alvo

das ações eram máquinas de mimeógrafos (para os agrupamentos produzirem seus manifestos e jornais). Não raro as expropriações aconteciam nos fins de semana, nas noites de sábado para domingo, quando as forças de repressão estavam em menor número e menos mobilizadas. A pesquisa virou um verdadeiro trabalho de detetive ou um grande quebra-cabeças.

Infelizmente, sobre vários "crimes estranhos" noticiados pela imprensa, alguns de características que poderiam ser associadas à luta armada e até noticiados como "terroristas", não pudemos comprovar taxativamente sua natureza política ou qual organização os praticou. Que as pesquisas futuras comprovem ou não nossas suspeitas, sinal de que ainda há muita coisa sobre a ditadura no Ceará a ser estudada pelos historiadores.[443] Caso constatado o caráter político, explicita-se que as ações dos agrupamentos guerrilheiros, no Ceará, foram bem mais intensas que imaginamos.

A utilização de O Povo e Correio do Ceará, os mais lidos no período, ora em estudo, deu-se pela facilidade de acesso aos periódicos na Biblioteca Pública Menezes Pimentel e, no caso do primeiro, pela digitalização

---

443 São episódios aparentemente ligados à luta armada: o arremesso de bombas de dinamites na Estação Ferroviária de Crateús e em circo da mesma cidade, o que levou à prisão, como "terroristas", de Antônio Aguiar Oliveira, Francisco Antônio Martins e José Aragão de Araújo. O Povo, 09/04/1969, p. 1; 06/05/1969, p. 8; Correio do Ceará, 30/04/1969, p. 8; 05/05/1969, p. 11. A prisão em Quixadá por fabricação de coquetéis molotov de João Rocha Jesus e Luis Silvestre da Silva. O Povo, 03/06/1969, p. 6; 09/06/1969, p. 8 e 14/06/1969, p. 8; Correio do Ceará, 03/06/1969, p. 8 e 04/06/1969, p. 11. A tentativa de assalto ao Banco Cearense, Indústria e Comércio, em Fortaleza, na véspera do "Dia do Soldado" (25 de agosto) de 1969. O Povo, 25/08/1969, p. 6. A tentativa de se colocar uma bomba debaixo do palanque das autoridades no desfile de 7 de setembro em Sobral e o plano para assaltar o trem pagador da Rede de Viação Cearense – foram presos Antônio Ferreira dos Santos, Francisco Alves de Oliveira e o menor A. X. P. (Amílcar Ximenes Pontes). O Povo, 09/09/1969, p. 1 e 2; 11/09/1969, p. 8; Correio do Ceará, 8/09/1969, p. 11; 09/09/1969, p. 11 e 11/09/1969, p. 11. Sabotagem com descarrilamento de trem em Crateús. Correio do Ceará, 10/11/1969, p. 9 e 11/11/1969, p. 9. O assalto de cinco mil cruzeiros da Loja Recel em Fortaleza. O Povo, 15/04/1969, p. 6. Assalto em embocada na estrada entre Missão Velha e Milagre, sul cearense, de um carro pagador da empresa Infoplasma. O Povo, 19/12/1969, p. 4. Ataque ao USIS, saindo ferido à bala um vigia. Correio do Ceará, 24/08/1970, p. 1. Atentado à bala conta a Loja Romcy (cujo proprietário era acusado de contribuir financeiramente com a repressão), em Fortaleza. O Povo, 06/11/1970, p. 6. Mascarados roubam táxi e assaltam jipe com dinheiro da Companhia Industrial de Produtos Agrícolas, na estrada de Chorozinho. O Povo, 30/11/1970, p. 6; Correio do Ceará, 30/11/1970, p. 5. Armas, munição e dinheiro assaltados da Loja Libanesa, em Fortaleza. Correio do Ceará, 29/03/1971, p. 8. Homens em fusca e com metralhadoras assaltam alimentos do Hotel Irauçuba, na cidade do mesmo nome – polícia suspeita que foram os mesmos que sabotaram a linha elétrica entre Irauçuba e Sobral, no norte cearense. Correio do Ceará, 02/04/1971, p. 1.

disponível na sede do periódico. Isso não nos impediu de consultar outros jornais quando necessário, como no caso do Unitário, jornal matutino que reproduzia, no dia seguinte, quase sempre as notícias do dia anterior do vespertino Correio do Ceará. Acessamos igualmente alguns periódicos, de outros estados, disponibilizados no site da Biblioteca Nacional. Também usamos como fontes os jornais Diário do Nordeste e O Povo dos anos de 2004 e 2005, quando foram publicadas várias reportagens sobre os 40 anos do golpe e a ditadura no Ceará.

O Povo, fundado em 1928, pertencia à família Sarasate, surgindo como porta-voz dos grupos que se opunham ao que ficou conhecido como "República Velha" (1889-1930). O fundador do periódico, Paulo Sarasate, envolvera-se com a intelectualidade da época, participando do movimento modernista. Nos anos 30, Sarasate chegou a apoiar Getúlio Vargas, mas seu grupo político foi afastado do comando do estado com a ditadura do Estado Novo (1937-45). Após o fim da Era Vargas, em 1945, ingressou na direitista União Democrática Nacional (UDN) e tornou-se radical antigetulista. Entre 1955-58, Sarasate foi governador do Ceará. Esteve entre os conspiradores do golpe de 64, inclusive, participando de reuniões no apartamento de Raquel de Queiroz, no Rio de Janeiro, nas tramas que levaram à queda de João Goulart.[444] Foi Sarasate que apresentara à famosa escritora cearense, nos anos 50, o então coronel Humberto de Alencar Castelo Branco.[445] Com a ditadura, Sarasate ingressou na Arena e só não voltou ao governo local por razões de saúde. Mesmo com sua morte, em 1968, o vespertino O Povo continuou a apoiar a ditadura. Há vários editoriais inclusive do jornal, defendendo medidas do governo militar e pe-

---

444 MENDES, Fernanda. *"Jornalismo de combate" nas páginas da revista "O Cruzeiro"*: o engajamento político de Rachel de Queiroz (1960-1964). Revista Cantareira, Rio de Janeiro, edição 26, p. 19-29, jan./jun., 2017.

445 GUERRELLUS, Natália de Santanna. *Como um castelo de cartas*: culturas políticas e a trajetória de Raquel de Queiroz (1910-1964). 2015, 388f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 247.

dindo votos para a Arena.[446] Pesquisa de Márcia Vidal[447] mostra como O Povo conseguiu se "modernizar" e sobreviver, em virtude do apoio dos coronéis cearense (Virgilio Távora, César Cals e Adauto Bezerra), que representavam a ditadura no estado e dominavam a política local.[448] No final dos anos 70, o jornal defendeu a Anistia, nos moldes limitados desejados pelo governo ditatorial e, no começo da década seguinte, engajou-se nas Diretas Já, como mostra trabalho do historiador João Teófilo.[449]

Já o Correio do Ceará tivera sua fundação, no ano de 1915, passando em 1957 a pertencer aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, a mais poderosa rede de comunicação do País e igualmente aliada da ditadura.[450] No estado, também integravam esse grupo de comunicação a TV Ceará, o matutino Unitário e a Ceará Rádio Clube, todos sob a direção de Eduardo Campos, um dos mais influentes homens locais nos anos 60/70.[451] O chefe da redação do Correio do Ceará seria notório colabora-

---

446 "Cada um deve votar de acordo com as suas inclinações, seja no partido do governo, seja no grêmio oposicionista. Mas deve votar positivamente, fazendo claramente sua opção em relação aos candidatos escritos, repelindo a ideia de voto em branco ou da pura e simples abstenção. A atitude negativa, que uns poucos pregam, é atitude de desespero dos que se isolaram do povo, que se meteram em catacumbas onde não se pode respirar o ar da democracia, dos que querem implantar os métodos da violência que nada respeita e nada constrói. (...) De acordo com essas inclinações legítimas, recomendamos o apoio popular aos candidatos da Aliança Renovadora Nacional, que teve como organizador e primeiro presidente no Ceará o saudoso senador Paulo Sarasate (...). Confunde-se o programa da Arena com o programa do Governo Revolucionário, no qual depositamos a esperança de um Brasil progressista". A nossa opção. O Povo, 11/12/1970.

447 VIDAL, Márcia. *Imprensa e poder*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994.

448 Do final dos anos 1960 ao início dos 80, o Ceará foi dominado politicamente pelos coronéis do Exército Vergílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals, os quais se alternaram no governo e dividiram entre si os cargos administrativos conforme maior ou menor respaldo que detivessem dos generais de Brasília. *Vide* PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *A fé e a razão na política*. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

449 TEÓFILO, João. *Nem tudo era censura*: imprensa, Ceará e ditadura militar. Curitiba, Aprris Editora, 2019.

450 MORAIS, Fernando. *Chatô*: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

451 CARVALHO, Gilmar de. *A televisão no Ceará*: consumo, lazer e indústria cultural. Fortaleza: Omni, 2004.SOUSA, Bruno Marinoni Ribeiro de. *Sistema Verdes Mares de Comunicação e indústria cultural brasileira ou das técnicas modernas para sereias concorrerem em ambientes oligopolizados*. 2008, 142f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

dor da ditadura e teria mesmo perseguido jornalistas sob a acusação de "subversão". Essa proximidade do periódico com os militares fica explícita quando se observa o anticomunismo exaltado de suas páginas e os "furos" de reportagem que dava no concorrente O Povo, como se tivesse acesso às informações privilegiadas.

> [O Povo] era um jornal conservador, de direita, apoiava a ditadura. Mas as pessoas de lá não eram opressoras, não tinham ligações com os organismos policiais, como tinham no Correio do Ceará. Lá [no Correio] a coisa era pior. No Correio tinha o Teobaldo Landim, que era [acusado] de ser colaborador direto. Era advogado e jornalista, conservador, muito ligado à ditadura. No O Povo, o editor, José Caminha Alencar Araripe, era uma pessoa de direita, mas não perseguia ninguém por motivos ideológicos. Pelo que sei, não tinha nenhum militar dentro das redações, mas soube que os donos dos jornais tiveram reunião com o comandante da 10ª Região Militar, que pediu a colaboração dos jornais, para que não fosse obrigado a ter censura, porque eles, os militares, não gostavam de censura [risos]. (...) Lá [no jornal O Povo] tinha assunto que a gente recebia ordem para não tocar, nomes como Hélder Câmera, Paes de Andrade, Iranildo Pereira, Maria Luiza... Só se fosse coisa sem gravidade, podia passar. Prisão de preso político, tinha que passar pelo crivo da Polícia Federal, só podia noticiar após a aprovação ou informação da PF. O jornal chegou a ser recolhido várias vezes, várias. Uma foi porque noticiou que a [militante] Jane Vasconcelos havia sido presa sem o ok da Polícia Federal antes (...).[452]

Ao longo do período em estudo desta pesquisa, os jornais sofreram mudanças, se não na linha editorial, pelo menos da estrutura gráfica. Isso fica mais evidente a partir de 1970, sobretudo no O Povo, pois Correio do Ceará entrou em crise com a decadência dos Diários Associados. Os pe-

---

452 Paulo Verlaine, ex-jornalista de O Povo e ex-militante do PCdoB, entrevistado em: 22/08/2019.

riódicos "modernizaram-se", usando novas máquinas offset, melhorando a impressão, a qualidade das fotos, diversificando seus cadernos, embora prevaleçendo a atenção para a parte policial, esportiva e internacional, possivelmente, pelas dificuldades de falar da política nacional e desagradar aos generais de Brasília.

A consulta aos jornais foi importante para realizar um contraponto às informações dos documentos oficiais e às entrevistas realizadadas, visto que os depoimentos orais, como afirma Michael Hall,[453] apresentam várias problemáticas, como a fragilidade da memória quanto aos acontecimentos específicos e sua sequência. Não é muito realista, por parte do historiador, esperar informações confiáveis ou fidedignas sobre a ordem de lembranças dos entrevistados em relação a sentimentos, opiniões ou imaginários da época, afinal já se passaram mais de cinco décadas dos acontecidos. Sem falar que as memórias estão sujeitas às alterações pelas experiências posteriores de vida do depoente e por uma variedade de outras modificações, conscientes ou não.

As primeiras ações da esquerda armada no Ceará, como dito, passaram incólumes pelas forças de repressão. Uma delas, conforme depoimento de Sílvio Mota,[454] deu-se ainda em 1968, antes do AI-5, numa fase embrionária da ALN no estado, que buscava recursos financeiros para estruturar-se. Em troca de determinada quantia, a organização promoveu uma ação para libertar um preso comum, o que acabou se transformando num sequestro. O preso, no caso, era o grego Georgios Joannis Tsakiridis, médio comerciante proprietário das lojas de importados Galeria Grécia e Helena de Tróia, acusado e preso, em abril de 1968, por contrabando e sonegação de impostos. Constituía-se uma ótima oportunidade para o governo militar evidenciar seu discurso de exaltação do nacionalismo e de moralidade: um estrangeiro pego praticando corrupção a ser punido.

---

453 HALL, Michael. "História oral: os riscos da inocência". O direito à memória. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 157-160.

454 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

Após subornar policiais para levá-lo, em casa, na pretensão de "melhor tomar banho e pegar umas roupas e livros", Tsakiridis conseguiu escapar por uma claraboia do banheiro. Do lado de fora da casa, militantes da ALN o esperavam em um carro. O grego foi conduzido, então, para um aparelho da organização revolucionária, no que hoje é o bairro Bom Jardim, à época uma área rural. O acertado era que os ativistas receberiam uma quantia em dinheiro pela participação no "resgate". Acontece que, por não ter a quantia acertada ou desejar enganar os militantes, o irmão do comerciante, Focius Tsakiridis, não cumpriu o acordo. O impasse demorou alguns dias, irritando os integrantes da ALN. O que deveria ser apenas uma ação de libertação tornou-se um sequestro, com Georgios Joannis Tsakiridis sendo mantido em cativeiro. Os militantes ameaçaram matá-lo caso a quantia não fosse entregue. Após muita pressão e ameaças, o dinheiro foi, enfim, entregue e o grego liberto, regressando, a seguir, para seu país de origem. Os jornais da época noticiaram apenas a "fuga" de Tsakiridis, a 3 de maio de 1969, como se tivesse "enganado a polícia",[455] bem como sua chegada à Grécia no dia 14 do mesmo mês.[456]

Negociações entre atores políticos e criminosos não são algo tão incomum ao longo da história. Os EUA, por exemplo, mantiveram contato com integrantes da máfia italiana no cerco ao regime fascista na Segunda Guerra Mundial.[457] O episódio da libertação do grego Tsakiridis, ainda que possa ser visto com uma tática dos militantes, aproveitando-se das brechas da ditadura para se fortalecer, não deixa de ser uma contradição política. Os ativistas, que se viam como "regeneradores" e portadores dos melhores valores sociais, apresentavam como objetivo a criação de um futuro digno e de "novos homens", pondo fim às distorções e injustiças da sociedade.

---

455 O Povo, 03/05/1968. Correio do Ceará, 03/05/1968.

456 O Povo, 14/05/1968. Correio do Ceará, 14/05/1968.

457 ACOSTA BERNADET, Luis Fernando. *A securitização do crime organizado dentro da política externa estadunidense na década de 1970-1980*: estudo de caso da Máfia italiana *La Cosa Nostra*. 2016, 98f. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2016.

Como, então, permitir e ajudar a libertação de um criminoso, ainda que na intenção de possibilitar meios financeiros para a sonhada insurreição armada? Valia tudo para fazer a revolução? Caso positivo, não estariam reproduzindo vícios da sociedade que condenavam? A revolução, como se percebe, não escapava aos paradoxos e às conveniências e necessidades da práxis política e das conjunturas. O novo, por mais que buscasse demarcar distância em relação ao velho, não conseguia romper por completo com esse. As mesmas contradições estariam presentes nos momentos finais da luta armada, quando os ativistas, em desesperada situação para escapar ao cerco repressivo, realizaram ações que guardavam bem mais proximidade com crimes comuns que com ações revolucionárias.

Não pretendemos, com este pequeno episódio, cair no lugar comum de afirmar que os ativistas da esquerda armada tinham práticas sociais, políticas e comportamentais idênticas aos setores dominantes as quais combatiam. Mesmo porque não é função do historiador produzir história para condenar ou absolver moralmente ninguém. O idealismo que movia os ativistas, os sacrifícios que realizaram, muitos pagando com as próprias vidas, ilustram o afinco com o qual defendiam a necessidade de criar um outro tipo de sociedade. Estamos querendo dizer que, mesmo com esses "ideais maiores", as esquerdas, armadas ou não, apresentavam dilemas, problemas e contradições. Não se deve idealizar o militante, nem romancear o passado e a História. Os ativistas não estavam à margem do resto da sociedade brasileira, eram herdeiros de tradições variadas e contraditórias por vezes. O dinamismo dos processos históricos e a premissa de agir perante novas situações políticas impunha-lhes a tomada de decisões que, muitas vezes, não se revelaram as mais acertadas ou as mais adequadas. É necessário parar de ver a história como se os homens fossem "puros" e senhores plenamente cônscios de seus destinos. Não há como saber o futuro. Por mais que as memórias reconstruídas busquem enfatizar, sobretudo, o desprendimento com que os ativistas se lançaram às armas e o espectro áureo da causa defendida, não se podem relevar as contradições

e os erros ocorridos. A práxis política tem outra dinâmica, algumas vezes bem distante dos manuais e sonhos socialistas.

Outra ação não associada pela imprensa à luta armada foi a colocação frustrada de uma bomba na sede do Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU), famoso curso de línguas, situado no centro de Fortaleza. O fato deu-se, em 14 de outubro de 1968, exatamente quatro dias após a dissolução do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna-SP e prisão de vários estudantes, inclusive, cearenses.[458] Era um protesto contra a detenção dos jovens e uma ação de "propaganda revolucionária" da ALN, conforme nos revelou um dos membros da organização. Como no Ceará não havia embaixada ou consulado dos Estados Unidos, a intenção era atingir um alvo difusor dos valores americanos e incitar ainda mais a agitação popular grassante naquele ano. A bomba, deixada na entrada do prédio de madrugada (para que a explosão não fizesse vítimas "civis"), não teve maiores consequências, pois seu pavio acabou apagando em virtude da pressa, nervosismo e inexperiência dos encarregados da ação.

Comunicada sobre o artefato explosivo, a polícia logo o "desativou". A situação, conforme os jornais, teria gerado certo pânico, havendo a evacuação do prédio do IBEU e áreas próximas, pois se temia existirem outras bombas. Mesmo tachando o incidente de terrorismo (parecidos com os atentados que já aconteciam pelo País afora naquele momento), as autori-

458 Cearenses enquadrados na Lei de Segurança Nacional por participar do Congresso da UNE de Ibiúna, conforme a imprensa: Bergson Gurjão Farias (estudante de Química, ligado ao PCdoB), Francisco de Assis Aderaldo (Filosofia, PCdoB), Francisco Inácio de Almeida (Administração, PCB), Inocêncio Rodrigues Uchoa (Direito, trotskista), João de Paula Monteiro Pereira (Medicina, PCdoB), José Arlindo Soares (Direito, trotskista), José Genuíno Neto (presidente do DCE e estudante de Filosofia, PCdoB), Marco Antônio Holanda Penaforte (Medicina, AP), Maria Ruth Barreto Cavalcante (Filosofia, AP) e Pedro de Albuquerque Neto (Direito, PCdoB). Também foram aos Congresso: Ângela Sônia Barreto Alves, Aristeu Holanda Filho (Direito), Bosco Ferreira, Carlos Augusto Diógenes (Patinhas), Cosme Antônio Mesquita Chaves (Veterinária), Deldy Bastos Forte (Ciências Econômicas), Fausto Nilo Costa Neto, Francisco Torres Martins, Francisco Uchoa de Andrade (Direito), José Lídio Araújo Holanda, Lauro Gomes de Oliveira (Engenharia), Marcos Costa Sampaio (Engenharia), Maria Francisca Sales Pinheiro (Filosofia), Maria Tereza Cardoso, Mércia Vasconcelos Pinto (Direito), Oriene Frota Silveira (Química), Ozéas Duarte de Oliveira (Direito), Raimundo de Oliveira Almeida, Raimundo Ferreira Filho, Roseno Melo Oliveira Lima (Agronomia), Sérgio Miranda de Matos Brito (Administração), Yelnia Gurjão Farias (Administração) e Francisco Nilo Costa Jucá (Agronomia). Correio do Ceará, 17/10/1968; 22/10/1968. O Povo, 17/10/1968. O Povo de 22 de abril de 2004 trouxe matéria especial sobre os cearenses no referido Congresso.

dades e a imprensa consideraram o fato não como um indício de grupos armados agindo no Ceará. Pareceu-lhes um ato isolado de algum antiamericano extremista, figura não rara entre aqueles que iam às passeatas as quais agitavam a capital cearense, em 1968, como evidenciado nas constantes queimas de bandeiras dos Estados Unidos.[459]

O atentado ao IBEU expôs a crescente e contínua radicalização política de parte dos militantes de esquerda no fim da década. Obviamente, os ativistas e simpatizantes da guerrilha não previam aquela ascensão das mobilizações populares, mas não perderam a oportunidade para endossá-las e incrementá-las, tal a crença que tinham na iminência e no triunfo da revolução a qual defendiam e como seriam seguidos e apoiados pelas massas. Acreditavam tanto que promoveram ataque a um alvo civil, o que nunca era recomendável, pela possibilidade do efeito contrário, ou seja, de haver vítimas inocentes e isso colocar a população contra os revolucionários.

Igualmente passou despercebida a tentativa de apropriação de armas feita pela ALN, no estande da Polícia Militar na I Feira Nacional do Ceará (FENACE), um evento promovido pelo governo, visando divulgar os setores produtivos e de serviços do estado. A Feira acontecia no terreno da Secretaria de Agricultura, na Avenida Bezerra de Menezes, bairro de São Gerardo, apresentando vários estandes, músicas, bebidas, etc., e tornando-se um atrativo de lazer para a população. No estande da Polícia, encontravam-se expostas várias armas, como metralhadoras, revólveres e balas. Era um alvo tentador para a organização de Marighella, que estava em processo de estruturação no estado.

Na madrugada de 4 de janeiro de 1969, um sábado, por volta de 2h, quatro integrantes da Ação Libertadora Nacional invadiram a FENACE para se apossar dos armamentos. Foi um desastre, pois o vigia do estande da polícia, o soldado Waldemar Carneiro de Brito, reagiu ao assalto, havendo uma troca de tiros com os militantes, esses usando máscaras e

459 Entrevistados e O Povo, 14/10/1968; 15/10/1968. Correio do Ceará, 14/10/1968; 15/10/1968.

portando revólveres. O PM levou três tiros e veio a falecer. Pelos informes dos jornais, os ativistas teriam fugido sem nada levar, com a chegada de vigias dos estantes vizinhos.[460] Não obstante, conforme informações colhidas junto aos ex-militantes, as armas acabaram, sim, expropriadas, embora não tenham tido depois nenhuma utilidade, pois em cada uma delas faltava uma peça, sem a qual não podiam funcionar. Possivelmente era uma medida de segurança da polícia, para prevenir manuseios inadequados durante a Feira e/ou prevenir eventuais furtos que pudessem ser feitos por criminosos comuns (ou, no caso, por integrantes da luta armada).

Waldemar Carneiro foi enterrado no cemitério São João Batista, com todas as honras militares e cerimônia acompanhada por seus colegas de farda. Casado, tinha 28 anos e morava no bairro de Quintino Cunha, na capital cearense. O soldado Waldemar era a primeira vítima fatal da luta armada no estado. Isso aguçou um importante debate dentro das organizações armadas: como tratar os civis e as pessoas que estavam trabalhando para o sistema? De maneira geral, os guerrilheiros entendiam que cometer assassínios ou agressões criava antipatias populares. Durante as ações, inclusive, advertiam aos presentes para não reagirem, que nada lhes aconteceria. Dever-se-ia evitar violências maiores e poupar vidas a todo custo, especialmente, dos cidadãos que fossem colhidos em meio a uma ação revolucionária. Os agentes da repressão também deveriam ser preservados. Se havia os "alienados" e "meganhas" violentos, corruptos e anticomunistas, muitos outros eram apenas trabalhadores, que, como meio de vida, cumpriam suas obrigações, ainda que estivessem colaborando com o regime. Não obstante, se reagissem ou colocassem em risco a vida dos militantes ou o sucesso de uma ação, não deveriam ser poupados. Estavam a serviço dos inimigos de classe e era necessário estabelecer o devido "processo educativo". Em outras palavras, os agentes do Estado deveriam aprender a não reagir. A princípio, os revolucionários não tinham

460 Entrevistados e O Povo, 06/01/1969; 07/01/1969. Correio do Ceará, 06/01/1969; 07/01/1969; 7/01/1970.

nada contra eles. Esperavam mesmo que pudessem até mudar de lado, para "juntar-se ao povo", nos embates contra uma ditadura que também os oprimia. Deveriam entender, porém, que há um "princípio de legitima defesa revolucionária" – legítima defesa da integridade dos guerrilheiros e da revolução, que estava acima de quaisquer pessoas. Se os militantes armados punham em risco suas próprias vidas em nome de um projeto em favor da coletividade, não deveriam também titubear em "anular" aqueles que ameaçassem a construção desse novo tempo.

As investigações dos casos do IBEU e da FENACE não foram muito adiante. No caso da morte do policial, especulou-se que o assassinato fora fruto da atuação de uma "gangue de terroristas", um caso de vingança ou roubo comum. Nada, porém, foi comprovado, tanto que nos anos seguintes, quando do desmantelamento dos grupos armados locais, nenhum dos ativistas respondeu legalmente por essas ações.

As faces da luta armada

As ações das esquerdas armadas cearenses intensificaram-se, no final de 1969 e no primeiro semestre de 1970, exatamente, quando a repressão aumentava pelo País. Ao contrário do que os órgãos de segurança relataram, à época, não foi a "impossibilidade" dos "terroristas" agirem no centro-sul brasileiro que os levou a intensificar as ações no Norte, como no Ceará. Pelo que conversamos com os entrevistados, não existiu nenhuma recomendação por parte das cúpulas nacionais das organizações guerrilheiras nesse sentido. Tanto que as ações armadas, no centro-sul, continuaram ocorrendo no período. Caso houvesse aquela recomendação, se existisse a convicção de que era perigoso "agir no sul", os agrupamentos teriam parado com as ações ali e passado a atuar apenas no norte-nordeste. Acreditamos que a intensificação da repressão acabou estimulando, ainda mais, o desejo dos militantes a agirem no Ceará. Para eles, ansiosos

por realizar ações (“participar ativamente da revolução”) e superestimando sua capacidade e potencial, era preciso prosseguir na luta, obter mais infraestruturas, novos quadros, etc., intensificar e propagar a luta, em áreas onde não tinham “acontecido” ainda. Fazia-se necessário mostrar que o cerco à ditadura estava se “completando”, que era nacional, que se estendia agora por todo o Brasil, não apenas no centro-sul.

Lembremos que era grande a pressão dos militantes cearenses, em 1968 e ao longo de 1969, por “ações mais audaciosas”. Fizeram-nas finalmente. Até meados de 1970, foram bem sucedidos, contando para tanto com a desestruturação dos órgãos repressivos locais. Acontece que, como bem afirma Carlos Fico,[461] com o acirramento das atividades da oposição, o governo militar buscou melhor azeitar a máquina da repressão, até mesmo em estados onde a luta armada foi menos intensa, a exemplo do Ceará. Com um aparato mínimo montado e amparo de forças nacionais de segurança, a repressão no Ceará estraçalhou, em curto tempo, os agrupamentos guerrilheiros que agiam no estado. Contando com o isolamento e falta de apoio da sociedade à luta armada, aproveitando-se de falhas de seguranças e erros políticos dos grupos revolucionários, tendo a colaboração de parte da população e usando, sistematicamente, a tortura, a ditadura impôs-se.

A repressão, em si, apenas levaria à derrota das esquerdas cearenses, pelas fragilidades que essas demonstraram. Elas, contudo, igualmente, cometeram equívocos. Superestimaram seu potencial e subestimaram a força da ditadura no estado, visto que até meados de 1970 nenhum dos “quadros” havia caído no Ceará e as autoridades de segurança, conforme o noticiado pela imprensa, encontravam-se “atordoadas” com as ações da guerrilha. Não foi coincidência que, ao longo daquele ano, os agentes locais de segurança tenham buscando apoio e auxílio das esferas nacionais. A até então “intocabilidade” das esquerdas locais levou-as a praticar ações, cada vez mais audazes, expondo-as ainda mais aos órgãos de repressão. Os militantes não

---

461 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 75.

perceberam a rapidez das mudanças do contexto político, quando a situação tornou-se desfavorável. Mortalmente desfavorável. O aparato de repressão, quando se organizou minimamente, embora persistindo com problemas de estrutura, pôde agarrar os ativistas, desmantelando finalmente as organizações revolucionárias entre o final de 1970 e início de 1972.

O "ciclo de ações armadas mais ousadas", no Ceará, ficou patente quando os agrupamentos armados puseram fim ao anonimato com o qual até então se conduziam. Os jornais fortalezenses, de 4 de dezembro de 1969, trouxeram manchetes garrafais noticiando, pela primeira vez, uma ação explicitamente atribuída aos grupos "terroristas", no Ceará, exatamente quando a repressão se intensificava Brasil afora. Na manhã daquele dia, a Ação Libertadora Nacional tentara assaltar o Banco Mercantil, em uma ação que, todavia, não obteve o êxito esperado.

A ALN – e a luta armada como um todo – sofrera há pouco um grande golpe, com a morte de seu líder maior, quase um mito para os militantes de esquerda, Carlos Marighella, assassinado pela polícia paulista a 4 de novembro de 1969. Após o sucesso do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burkes Elbrick, no Rio de Janeiro, em setembro do mesmo ano (operação realizada pela própria ALN em conjunto com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR 8), a repressão cresceu no País. As quedas, as torturas, as mortes intensificaram-se. A perda de Marighella fora um golpe moral para a guerrilha, cujos efeitos variaram da frustração, passando pela desmotivação e chegando ao desejo quase cego de vingança, o que trouxe riscos à segurança da organização. Pior ainda: como os principais contatos e orientações políticas – a exemplo da autorização para ações mais audaciosas nas "áreas de recuos", como o Ceará – estavam centralizados em Marighella,[462] evidenciou-se um vácuo de liderança. Isso fica explícito quando se verifica o que seu deu com a ALN no Ceará, que iniciou uma série de atividades ousadas, culminando com o caso de São Benedito.

462 ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Como dito no capítulo 1, Marighella não via com bons olhos a promoção de "ações de expropriação da burguesia" no centro de Fortaleza, pela prática questão de serem as ruas da cidade estreitas e de trânsito intenso, dificultando as fugas. Com a ausência do líder e a persistente pressão dos militantes por ação – a sonhada revolução estava "próxima", não se podia "perder tempo", dever-se-ia mostrar aos ditadores que a luta guerrilheira era agora por todo o Brasil –, a ALN cearense decidiu, enfim, realizar uma ação de expropriação, capaz de gerar impacto na sociedade e propaganda revolucionária. Mesmo assim, os ativistas não relevaram por completo o que Marighella defendia. O alvo da ação foi o Banco Mercantil, situado numa área mais periférica do núcleo urbano, à época, defronte ao Mercado de frutas e legumes São Sebastião, e nas imediações de uma larga e grande via (Avenida Bezerra de Menezes), o que facilitava a fuga. Também era cheio de simbolismo o fato de o assalto haver sido marcado para o exato dia em que se completava um mês do assassinato de Marighella. A ideia era passar uma mensagem à ditadura: morre um revolucionário, mas não a revolução. Buscava-se igualmente um efeito propagandístico, de que as ações guerrilheiras não estavam, apenas, nos centros urbanos "mais avançados" do País, mas por todo o território nacional agora. Para os militantes da esquerda armada cearense chegara, por fim, a hora em que participariam do ataque final ao regime.

Para realizar a expropriação do Banco Mercantil, os integrantes da ALN tomaram, minutos antes da ação, um carro da marca Aero Willys, no bairro fortalezense da Aldeota. O veículo, conforme a imprensa noticiou depois, estava em posse de Francisco Rocha Oliveira, motorista particular de um comerciante e que, ironicamente, nos dias posteriores ao assalto, foi até apontado como suspeito, tal a desorientação e despreparo da polícia nas investigações. Os hábitos e trajetos realizados do motorista estavam sendo estudados há alguns dias pelos integrantes da ALN.

Apenas em dezembro de 1970, já com vários dos ativistas presos e submetidos a sevícias, a Polícia Federal apontou os autores da ação[463] – e não todos, pois soubemos de militantes partícipes os quais nunca foram processados. Os detalhes da ação foram, então, repassados à imprensa, sendo enfatizada a "capacidade investigativa" dos órgãos de segurança. Confirmamos os detalhes com nossos entrevistados, havendo uma ou outra pequena discrepância. Vale ressaltar que essas ações mais radicais da ALN-CE foram lideradas pelo novo "reforço" do agrupamento, no caso, três militantes mandados pela direção nacional e com treinamento militar em Cuba.[464] A presença desses ativistas, vistos tanto por seus companheiros como pelo aparato de repressão como mais preparados, também ajudou, a entender o incremento das ações por parte da ALN, pela superestimação da capacidade de luta e do poderio da organização. Como revelou a historiadora Denise Rollemberg,[465] havia uma enorme precariedade nos treinamentos realizados em Cuba, muito mais estimados do que realmente capazes de representar um sério risco para a ditadura brasileira.

Em torno de 12h30min, a ação aconteceu. Era um horário de pouca movimentação na agência bancária (apesar do dinheiro em caixa ser alto, em função do expediente da manhã que terminara) e no trânsito em Fortaleza (momento de sol e calor escaldantes). Tudo rápido, durando menos de 10 minutos. Dois militantes dominaram o único policial que guarnecia a entrada do banco, Raimundo Nonato Alves da Silva, tomando-lhe a metralhadora que portava e arrastando-o para o interior do estabelecimento.

463 "Federal revela nomes de assaltantes do Mercantil e da Coca-Cola", manchete de O Povo, 15/12/1970. Foram indiciados, a princípio, pela ação no Banco Mercantil os seguintes integrantes da ALN: José Ferreira Lima, Valdemar Rodrigues Menezes, Francisco William Montenegro, José Sales Oliveira, Gilberto Telmo Sidnei Marques e Ronaldo Dutra Machado. Depois foram citados José Everardo Arrais Norões de Alencar, José Calistrato Cardoso Filho, Valdenor Arrais de Farias. O Povo, 10/01/1973. *Vide* ação penal número 04/71, apelação ao STM número 39.793. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/600/566.html Acesso em: 09/10/2019.

464 Antônio Carlos Bicalho Lana, Antônio Esperidião Neto e Valdemar Rodrigues Meneses, os quais ficaram conhecidos entre os ativistas de esquerda como "Os Cubanos".

465 ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

Entraram, então, outros quatro "subversivos", com revólveres e uma metralhadora. Os militantes anunciaram o assalto. Funcionários e clientes, assustados e sem reação, foram conduzidos para o banheiro, nos fundos do prédio, enquanto eram arriadas as portas da agência.

Os ativistas, contudo, cometeram um erro, pois não revistaram o vigia. Enquanto recolhiam o dinheiro dos caixas, acabaram surpreendidos pela reação do segurança, que sacou um revólver escondido na farda. Houve um tiroteio, no qual saíram feridos o próprio vigia e o filho do gerente da agência. Fracassou a ação, pois não foi possível apossar-se do dinheiro do cofre. Os revolucionários foram obrigados a deixar o banco e a fugir, zarpando rapidamente no Aero Willys e em um fusca que dava cobertura à ação. Levaram algum pouco dinheiro dos caixas e a metralhadora do guarda.[466]

O sucedido teve imensa repercussão. As autoridades, líderes empresariais e os jornais em editoriais apressaram-se em condenar a "ação terrorista", ao mesmo tempo em que ressaltavam a frustração do assalto pelo guarda como uma prova do "preparo" dos órgãos de segurança locais. Foi o que deu a entender, por exemplo, o jornal Unitário, matutino dos Diários Associados, que em geral transcrevia reportagens do Correio do Ceará:

> O banco se encontrava com quase 100 milhões em caixa e os assaltantes, diante do cerrado tiroteio, simplesmente desapareceram. O objetivo não era o dinheiro e sim o ato comemorativo do primeiro mês da morte do líder do terror no Brasil, Carlos Marighella. Houve, entretanto, uma novidade em todos os fatos: jamais a fórmula importada do sul do país poderia encontrar a reação bem cearense. No sul, todos obedecem e correm para o banheiro. Aqui, o apelo foi respondido à bala (...).[467]

466 Entrevistados e O Povo, 04/12/1969; 05/12/1969; 06/12/1969.

467 Unitário, 05/12/1960.

O superintendente da recém-criada Delegacia de Polícia Federal do Ceará, Laudelino Coelho, apontado pelas entidades de ex-presos políticos como torturador,[468] foi enfático nas declarações à imprensa: "Se pensam que podem se localizar aqui para atividades terroristas, estão enganados. Encontrarão, da parte dos órgãos de informação, a mesma barreira encontrada no Sul do país".[469]

Começava a construção pelas autoridades e jornais de um discurso o qual seria intensificado, nos meses seguintes, apesar de algumas modificações quando de outras ações armadas: o cearense, de modo geral, jamais endossaria o "terrorismo", ao tempo que não o temia. No Ceará, não havia condições para a prática da "subversão", pois os cearenses, embora "destemidos e corajosos", teriam "espírito pacífico e ordeiro", nunca fazendo, apoiando ou se dobrando a uma ação "subversiva". O "terror" era praticado por ativistas vindos do "sul brasileiro", onde a repressão se intensificara, e sob as ordens do comunismo internacional. Nessa perspectiva, apoiar o "terror" seria dar provas de "mau cearensidade", de trair a natureza ordeira da "Terra Alencarina". Ao mesmo tempo, os que não combatiam a "subversão" – fosse pela reação à bala, como no caso do guarda, ou apoiando o papel investigativo das autoridades, passando pistas, nomes, etc. – estariam sendo "frouxos", "covardes", igualmente indo contra a tradição de "valentia" dos cearenses.

Quando, porém, o número de ações "subversivas" aumentou, ao longo de 1970, esse discurso sofreu alguns retoques. Persistiu a ideia da influência "sinistra" dos militantes provenientes do sudeste do País e do "pacifismo" inato do cearense e sua aversão ao "terror". Para justificar a existência dos "terroristas cearenses", contudo, enfatizou-se sua "corrupção moral": eram jovens, inexperientes, imaturos, seduzidos pelo discurso

---

468 *Vide* http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=doc_bnm&pagfis=9643 Acesso em: 09/10/2019. *Vide* também "Lista dos 233 torturadores feita por presos políticos de 1975". In: https://www.viomundo.com.br/politica/lista-dos-233-torturadores-feita-por-presos-politicos-de-1975.html Acesso em: 30/11/2019. "Esse Maldito Passado". Revista Veja, 09/11/1998.

469 Unitário, 05/12/1960.

exótico dos radicais de esquerda de outros estados brasileiros. O periódico O Povo trouxe editorial acerca do envolvimento de jovens com o "terrorismo":

> (...) A inquietação juvenil é um fato em toda parte e é ela que se procura canalizar para a atividade terrorista. Jovens inexperientes são atraídos para uma verdadeira armadilha, através da exploração de seus sentimentos. Trata-se de uma verdadeira conspurcação mental, pois o idealismo de rapazes e moças é transformado em arma contra os melhores padrões de comportamento humano, contra os mais altos valores da civilização. (...) Os atos de terrorismo revelam uma crueldade ilimitada, um absoluto desrespeito pela vida. Praticada por jovens que deveriam encontrar-se num estado de quase pureza, eles revelam que seus autores sofreram uma verdadeira devastação em suas mentes, nas quais se implantou um único sentimento, que é o do ódio cego que diante de nada se detém.[470]

A imaturidade, porém, não impedia que fossem os ativistas punidos. Ao contrário, a sanção deveria vir, contra seus atos "terroristas" e porque envergonhavam uma terra tão "boa e pacífica" como a cearense. Diz o editorial de Correio do Ceará, de outubro de 1970, após o caso de São Benedito e o quase total desmantelamento da Ação Libertadora Nacional no estado.

> (...) Até recentemente se dizia que no Ceará não existiam condições para a prática do terrorismo, argumentando-se com a mentalidade pacífica e ordeira do povo cearense (...). A reconstituição dos fatos que precederam aos atos subversivos praticados ultimamente mostrou que a articulação foi devida a ativistas vindos do sul com desígnios sinistros. Indo mais além, as autoridades remontaram à origem de tudo, precisando que foram pessoas treinadas em Cuba. Diante disso, nenhuma autoridade moral tem para criticar o neo-colonialismo [dos Estados Unidos] quem admite servir a

470 O Povo, 04/08/1970.

> um governo estrangeiro, como o cubano, na tarefa de destruir o Brasil (...). As revelações sobre os assaltos e demais crimes praticados pelos terroristas no Ceará deixaram bem claro que não resultou deles nenhum benefício (...). Mais uma vez verificou-se que jovens estudantes foram iludidos (...). É lamentável o sacrifício de alguns levados a acreditar na eficácia de métodos que se destinam mais apenas a destruir um povo (...). Não basta repudiar o terrorismo, sendo de esperar que, cônscios do perigo real, os cearenses se reúnam todos prontos a repelirem [a subversão].[471]

Era a construção de um discurso bastante favorável à ditadura e de detração, não só das esquerdas armadas como de seus apoiadores e simpatizantes. Na realidade, como abordamos no capítulo anterior, constituía-se normalidade que os ativistas de uma área se instalassem ou transitassem por outra. Se pessoas do "Sul" vieram para o Ceará, também cearenses dirigiram-se ao Rio de Janeiro, São Paulo, etc., onde, contrariando a lógica do argumento apresentado, a repressão era mais forte. Os deslocamentos dos ativistas tornaram-se um intenso "leva e trás" de experiências e informações. Dessa forma, atribuir a origem da luta armada no estado a agentes externos, ou seja, vindos do centro-sul brasileiro, é questionável. Pelos dados levantados na pesquisa, a maioria absoluta dos "subversivos" era de cearenses. Já havia no Ceará, mesmo antes da intensificação da repressão no sudeste, um debate e uma propensão de parte da esquerda radical local a pegar em armas – os militantes cearenses buscaram contato com as organizações armadas de outros estados para instalá-las igualmente na "Terra da Luz".

Além disso, o uso da violência, em disputas políticas, não era algo novo no Ceará e, óbvio, no Brasil. Os choques entre autoridades e famílias no Período Colonial, as "revoluções" no século XIX (Revolução de 1817, Confederação do Equador), cujos participantes (Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves, etc.) são "heróis" cultuados pelas próprias classes

471 Correio do Ceará, 02/10/1970.

dominantes cearenses (em nomes de ruas, praças, etc.), os motins que levaram a deposição de governantes, como a queda da oligarquia de Nogueira Accioly, em 1912, e a Sedição de Juazeiro, em 1914, evidenciam o que falamos. Na história política recente e mesmo durante a ditadura civil-militar, teve-se caso de "conceituados políticos" matando ou mandando matar desafetos em atentados à bala ou por pistoleiros.[472] Um dos coronéis, que comandava a política cearense, nos anos 1970, Adauto Bezerra, teria sido obrigado a renunciar ao governo após ter o seu nome envolvido em ruidoso caso, no qual policiais torturaram e mataram o vigia de uma empresa da família.[473]

A violência política sempre esteve presente na história do Ceará. Vistos em uma perspectiva temporal maior, os adeptos da luta armada não estavam fora dessa tradição. O "horror" maior de suas ações era outro. Atentavam contra a propriedade privada, contra a ordem capitalista, falavam em socialismo, questionavam os privilégios das elites econômicas. Isso era inconcebível para os segmentos proprietários, por isso que muitos desses iriam apoiar e colaborar com a ditadura. O problema não era apenas a violência política. As classes dominantes também usavam a violência e a força para fazer prevalecer seus interesses. A questão principal era o foco, o propósito, o sentido no qual essa violência era empregada.

A partir da tentativa de assalto ao Barco Mercantil, as ações armadas da esquerda radical intensificaram-se, no estado, atingido o apogeu, em 1970, quando outras organizações igualmente passaram a agir. Recuperando-se do fiasco inicial, a ALN obteve pleno êxito, a 31 de janeiro, na expropriação de quatro mil cruzeiros novos[474] da empresa rodoviária São Vicente de Paula. A quantia estava em posse de um fiscal que, inapropria-

472 *Vide* CAVALCANTE, Peregrina Fátima Capelo. *Matadores de gente*: como se faz um pistoleiro. São Paulo: Annablume, 2000.

473 LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder*: o (caso) dos coronéis. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Edições UFC, 1995.

474 Algo em torno de 66 mil reais hoje, conforme o conversor de valores do jornal Estado de São Paulo. In: https://acervo.estadao.com.br/ Acesso em: 09/11/2019.

damente, recolhia e transportava, sem nenhuma segurança ou armas, o dinheiro apurado pelos veículos na prestação diária do serviço de transporte de passageiros.[475] Igualmente teve sucesso o assalto à Fortaleza Refrigerantes, representante local da Coca-Cola, a 10 de março de 1970. A ação tinha significado especial para a guerrilha. Afora a questão da obtenção de recursos (foram levados mais de vinte e dois mil cruzeiros novos),[476] atingia-se um dos maiores símbolos do *american way of life* e uma empresa multinacional, "agente", portanto, do imperialismo dos Estados Unidos no mundo. O assalto aconteceu à noite, em torno de 21h30min. Os militantes simularam o defeito de um carro em frente aos portões da empresa. Solicitando ajuda aos seguranças, para uma ligação telefônica, os ativistas foram conduzidos ao escritório do estabelecimento, onde anunciaram o assalto para surpresa dos presentes. Um veículo da Fortaleza Refrigerantes ainda tentou seguir depois o carro dos integrantes da ALN, mas teve os pneus furados, pois o grupo de apoio à ação jogou vários pregos metidos em "joões-bobos" na via.[477]

Nos jornais dos dias seguintes, o mesmo laudatório das autoridades tentando justificar o ocorrido. Já tinham "pistas e nomes de suspeitos", as investigações "avançavam"... Ao que parece, os órgãos de segurança, evidenciando sua desestruturação naquele momento, não apresentavam rumo algum. Tanto que os envolvidos no assalto à Coca-Cola só foram apontados bem depois, após a prisão e tortura de militantes da ALN caídos com o caso de São Benedito.[478]

---

475 Foram indiciados: Fabiani Cunha, Francisco William Montenegro, José Sales Oliveira e Ronaldo Dutra Machado. O Povo, 22/05/1971.

476 Algo em torno de 275 mil reais hoje, conforme o conversor de valores do jornal Estado de São Paulo. In: https://acervo.estadao.com.br/ Acesso em: 10/11/2019.

477 Depoimentos e O Povo, 11/03/1970; 12/03/1970; 13/03/1970; 14/03/1970. Correio do Ceará, 11/03/1970; 13/03/1970. "João bobo" é um brinquedo composto por uma base redonda, mais pesada do que o resto do corpo, o que faz com que todo o boneco fique em pé sempre que é tombado.

478 Foram indiciados pela ação da Coca-Cola: Fabiani Cunha, José Ferreira Lima, José Sales de Oliveira, Maurício Anísio de Araújo e Adolfo Sales Calvano. O Povo, 15/12/1970. *Vide* ação penal número 01/71, apelação ao STM número 38.886. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/168.html Acesso em: 16/11/2019.

Não obstante, mal passaram as repercussões do assalto à Coca-Cola, aconteceu a impactante ação de expropriação do carro pagador do London Bank, a 16 de março. Caiu como uma bomba, em Fortaleza, dando a entender que a atuação das esquerdas armadas no Ceará seria bem maior do que se pensava, afinal, eram duas ações em menos de uma semana!

A ação do London Bank foi a primeira de maior envergadura do PCBR no estado. Deu-se em conjunto com o Movimento Comunista Internacional (MCI), organização liderada por Gilvan Rocha, cuja participação foi a de "dar a dica" sobre a maneira insegura e irregular como o London Bank transportava recursos e traçar o trajeto do carro pagador. Os apontamentos necessários para a realização da ação ficaram a cargo do PCBR, que deslocou de Recife para o Ceará o Comando Político Militar, seu "grupo de fogo" que atuava pelo Nordeste, sob a responsabilidade de Carlos Alberto Soares. Como havia as já citadas complicações de realizar assaltos, no centro da capital cearense, a alternativa foi abordar o carro pagador do banco na saída do terminal de gás do Porto do Mucuripe. Ali, era recolhido para ser depositado no banco o dinheiro arrecadado no dia pelas grandes empresas de combustíveis, como Esso, Shell, Texaco, Atlantic e a cearense Norte Gás Butano, do emergente empresário Edson Queiroz. A expropriação de dinheiro de multinacionais e de um forte grupo econômico cearense, apoiador da ditadura, para financiar a revolução popular/socialista. Muito simbólico para os ativistas da luta armada. Mais sugestivo ainda era o fato de que, quase na mesma hora da ação, final da tarde (em torno de 17h40min), o general Jaime Portela assumia o comando da 10ª Região Militar em cerimônia a qual contou com a presença de todo o estafe da forças de segurança do Estado. Uma provocação ao regime.

O assalto ao carro pagador do London Bank rendeu aos ativistas cerca de 98 mil cruzeiros novos.[479] A imprensa informou inicialmente quantias variando entre 200 mil e 350 mil, enquanto a denúncia à Justiça Mi-

479 Algo em torno de um milhão e duzentos e vinte e cinco mil reais hoje, conforme o conversor de valores do jornal Estado de São Paulo. In: https://acervo.estadao.com.br/ Acesso em: 10/11/2019.

litar falava no roubo da importância, mais ou menos de 300 mil cruzeiros novos. Não obstante, boa parte desses valores era em cheques, os quais foram logo cancelados. Para realizar a ação, os militantes haviam tomado, horas antes, na Praça Portugal, no bairro da Aldeota, o corcel de um taxista, usando o carro para interceptar a camioneta do banco. Esta, como se percebeu, era um veículo totalmente inadequado para o transporte de valores vultosos e cujos ocupantes sequer estavam armados ou tinham treinamento adequado para alguma eventualidade. Como o Comando Político Militar do PCBR contava com ativistas já experimentados, a ação foi das mais fáceis. Não por acaso, a importância dada à informação obtida pelo MCI, que teria ficado com 25% do valor expropriado.[480]

Os ativistas da luta armada, conforme o planejamento e após o sucesso da operação, seguiram para um "aparelho" do MCI, no bairro de Fátima, ainda em Fortaleza, onde se realizou o rateio do dinheiro.[481] A quantia do PCBR foi enviada para Recife, nos dias seguintes, por dois militantes da organização, dentro do estepe e bancos de um fusquinha, que tranquilamente cruzou as divisas cearenses, sem ser incomodado ou inspecionado pela polícia.[482] Vale ressaltar que, no caso da ALN, como essa se estruturava em unidades autônomas, os recursos de suas ações de expropriação ficavam no Ceará, salvo casos de necessidades e solicitações de outras áreas do País.

---

480 ROCHA, GILVAN. *Meio século de caminhada socialista*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008, p. 139.

481 Foram indiciados pela ação do carro pagador do London Bank: Odijas Carvalho, José Gersino Saraiva Maia, Carlos Alberto Soares, José Moreira Lemos Neto, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Alberto Vinicius do Nascimento, Jamildo Tavares Conserva e João Alves Gondim Neto. Informações obtidas nas entrevistas e nos jornais O Povo, 17/03/1970; 18/03/1970; 20/03/1970; 09/09/1971; 29/05/1972; 27/03/1973; 3/04/1973. Correio do Ceará: 17/03/1970; 18/03/1970; 09/09/1971; 27/03/1973. O carro pagador do *London Bank*, na verdade, uma camioneta (rural) da marca Wylli, era dirigido pelo caixa Afrânio José Costa Lima Barreto, que estava acompanhado pelo contínuo José Freitas de Almeida. O taxista, proprietário do corcel usado na ação, era Raimundo Tomé da Silva. *Vide* ação penal número 60/71, apelação ao STM número 39.909. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/600/594.html Acesso em: 10/11/2019.

482 Manteremos anônima a fonte da informação, já que sua participação na ação nunca foi descoberta pelos órgãos de segurança.

O assalto do carro pagador do London Bank teve enorme repercussão. Para o PCBR, foi um estrondoso sucesso, não apenas pelos recursos obtidos ou pelo golpe na moral da ditadura, mas pelos efeitos propagandísticos entre as próprias esquerdas. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário marcou um tento no caminho da revolução, e isso constituía-se um predicativo para atrair novos simpatizantes. Apesar de se ajudarem e manterem relações cordiais, as organizações armadas "concorriam" entre si para verificar qual iniciaria logo a guerrilha rural e a revolução, além de disputarem a simpatia e o ingresso de militantes, algo importante naquele 1970, quando a repressão se intensificava e derrubava vários dos ativistas. Não foi coincidência que, nos meses seguintes, a ALN tenha realizado várias ações, conforme veremos adiante, operações cada vez mais ousadas, cujos êxitos reforçavam a confiança dos militantes, em seu potencial e provocavam novas ações, fazendo aumentar o cerco da ditadura e gerando algo fatal para qualquer guerrilha: o descuido da segurança. Daí o desastre de São Benedito...

Para as forças locais de repressão, o caso do London Bank foi um desastre. Denotava-se, mais uma vez, seu despreparo, o que fazia intensificar a pressão dos grupos apoiadores da ditadura por uma "reação", ante os temores de que ocorressem mais ações "subversivas". Novamente, nos dias seguintes, repetiram-se, nos periódicos, as mesmas palavras vazias das autoridades sobre investigações e possíveis culpados. Em rigor, os nomes dos envolvidos, na ação, só viriam a público, em setembro de 1971, a partir da prisão de um membro do PCBR em Recife, que, pressionado e torturado, acabou renegando a luta armada (fez isso na televisão, inclusive) e contando detalhes da ação do grupo na região.[483] Os jornais, ante os êxitos dos "terroristas", de forma comedida, criticam a ineficiência das forças policiais locais. Em editorial de capa, O Povo pede providências:

483 Entrevistados. *Vide* ação penal número 60/71, apelação ao STM número 39.909. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/600/594.html Acesso em: 10/11/2019. *Vide* também VECHIA, Renato da Silva Della. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. 2005, 318f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

> (...) É possível que os últimos fatos alertem tanto as autoridades quanto os particulares para os perigos da presente situação. Esses perigos são muito maiores do que se pensa, e o que admira é que mais assaltos já não tenham ocorrido, pois o ambiente de lassidão é plenamente favorável. Da parte das autoridades é necessário que preparem melhor seus homens para enfrentar uma nova realidade no campo da atividade policial. E aos particulares, compete seguir o conselho do próprio Secretário de Segurança: armar sua própria defesa e, sobretudo, não cometer imprudências tamanhas, como a de andar conduzindo por aí dinheiro como se fossem batatas.[484]

Por se tratar de um local onde a luta armada foi secundária, no contexto do Brasil, o Ceará apresentou uma estrutura deficitária dos aparelhos de repressão, durante a ditadura civil-militar, mesmo com as "melhorias" que tais órgãos sofreram em virtude da intensificação da luta armada no estado. Como afirma o historiador Rodrigo Patto Sá Motta,[485] as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e as Policias Militares, organismos policiais de âmbito estadual, embora atuando ainda na repressão aos "subversivos", foram aos poucos sendo esvaziadas, ao longo da ditadura, perdendo espaço e prestígio para outros órgãos, sobremaneira aqueles ligados às Forças Armadas – Centro de Informação do Exército (CIE), Centro de Informação da Aeronáutica (CISA) e Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) – e ao Governo Federal – Serviço Nacional de Informação (SNI) e Polícia Federal. Isso fica evidente quando se olha nos jornais cearenses do período e se constata que a apuração dos crimes de "terrorismo" era deixada apenas a cargo da PF. Acontece que a Delegacia da Polícia Federal de Fortaleza foi criada em outubro de 1969 (antes

---

484 O Povo, 18/03/1970.

485 Notas da palestra "A abertura dos arquivos do DOPS: um balanço", ministrada pelo professor Rodrigo Patto Sá Motta, em Fortaleza, no auditório da Universidade Federal do Ceará, a 14 de junho de 2006. *Vide* também FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

havia uma subdelegacia, sem muita autonomia),[486] apresentando carência de funcionários e de recursos, pelo menos a princípio. Dessa forma, compreendem-se as dificuldades da PF quando das primeiras ações da esquerda armada no estado.

Com a centralização do controle do Governo Federal sobre as forças estaduais de segurança, a partir de 1969, houve uma reorganização das polícias estaduais em todo o País. A autoridade dos governadores dos estados sobre a PM foi reduzida, pois os cargos de secretário de segurança pública e dos comandantes das polícias militares passaram a ser destinados, exclusivamente, a oficiais do Exército. Tais oficiais, obviamente, levaram seu anticomunismo extremado para dentro das corporações policiais, que igualmente se envolveram em casos de arbítrios, torturas e mortes contra "subversivos". Esse controle do Governo Federal sobre o aparato estadual de segurança e as ações da esquerda armadas no Ceará ensejaram o governador cearense César Cals, em 1971, a criar o Serviço Estadual de Informação (SEI).[487] Tal organismo atuou, não apenas no combate à "subversão", mas, ironicamente, também no recolhimento de "fatos comprometedores" de autoridades públicas cearenses para serem usados como barganha, no jogo político local dos anos 70, quando três coronéis hegemonizavam e disputavam entre si o comando do Estado (o próprio César Cals, além de Adauto Bezerra e Virgílio Távora).[488]

As primeiras ações armadas reconhecidas como tais, no Ceará, levaram a uma tentativa de melhor organização dos órgãos de repressão. Já em meados de 1970, a imprensa noticiava o aumento dos efetivos da Polícia Federal[489] e a promoção de um curso sobre segurança para oficiais da Po-

---

486 Antes de 1969 existia subdelegacia da Polícia Federal em Fortaleza, sob o comando de Laudelino Coelho e submissa à delegacia regional de Recife. Com a transformação da subdelegacia em delegacia, foi mantida a titularidade de Laudelino, que passou a ter mais autonomia e jurisdição sobre os estados do Ceará, Piauí e Maranhão. O Povo, 21/11/1969. Correio do Ceará, 21/11/1969.

487 "Assembleia aprova criação do SEI". O Povo, 31/08/1971. A instalação do SEI deu-se a 9 de dezembro de 1971, tendo a chefia do capitão Amarcy de Castro e Silva. O Povo, 07/12/1971.

488 O Povo, 16/03/2005.

489 "Efetivo de federais aumentará no Ceará". O Povo, 29/07/1970.

lícia Militar, ofertado pelo governo do estado.[490] No ano seguinte, foi instalado o Destacamento de Operações e de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em Fortaleza.[491] Ainda em 1971, a imprensa noticiou treinamentos antiguerrilha por parte do Exército no vale do Acaraú e serra da Ibiapaba,[492] sendo ofertados serviços de assistência médico-social à população. Por mais que essas medidas, difundidas pela imprensa, servissem como propagada da ditadura, havia um sentido igualmente de mostrar que a repressão "não estava parada" e que buscava contar com o apoio dos cearenses contra os "terroristas". Começou a haver maiores contatos com os aparatos de repressão de outros estados: a PF do Ceará buscou enviar seus membros para cursos de reciclagem e aperfeiçoamento no centro-sul, enquanto agentes dali passaram a visitar o Ceará, trazendo suas "experiências" no combate aos "inimigos da Pátria". Um desses foi o delegado do DOPS paulista Sérgio Paranhos Fleury, que esteve no estado algumas vezes, como a noticiada pela imprensa no começo de 1971.[493] Ou seja, do mesmo modo que os militantes de esquerda

490 "Polícia Militar faz curso de segurança. O Povo, 20/07/1970.

491 Em julho de 1969, em São Paulo, foi criada a OBAN (Operação Bandeirantes), para combate à "subversão" naquele estado e em Mato Grosso. A partir da OBAN, em 1970, o governo Médici estruturou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Defesa Interna (DOI-CODI), atendendo às pressões dos militares "linha dura", para a existência de organismo nacional e centralizado na luta "antiterrorista". O DOI-CODI estava sob responsabilidade do Exército e funcionava nos quartéis da corporação. O CODI fazia o levantamento e análises de informações, enquanto o DOI realizava o "trabalho sujo", não raro, repetindo a tradicional truculência policial brasileira. Comumente, ocorria a movimentação de pessoal e material para "defesa interna" pelo território do País. Em 1971, foi instalado o DOI-CODI da 10ª Região Militar, em Fortaleza, com jurisdição sobre Ceará, Piauí e Maranhão. O pessoal do DOI-CODI poderia ter integrantes das Forças Armadas, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e delegados. O integrantes oriundos do Exército e da PM recebiam gratificações mensais especiais pelos serviços. Delegados e policiais civis eram promovidos por merecimento. *Vide* FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

492 O Povo, 13/11/1971; 16/11/1971; 17/11/1971.

493 A chegada de Fleury foi noticiada com destaque pelos jornais: "Chega hoje o comandante do cerco de Marighela". O Povo, 31/01/1970. "Esperado delegado famoso na guerra ao terror e subversão". Correio do Ceará, 31/01/1970. "O delegado deu uma entrevista à imprensa, não permitindo a entrada de fotógrafos. Disse, com base em sua experiência, que o Ceará não seria escolhido para o desenvolvimento de atividades terroristas (...) pois não há aqui clima político nem condições geográficas propícias (...)". Correio do Ceará, 5/02/1970. Na "visita", Fleury manteve contato com autoridades locais da segurança. Seu objetivo oficial era levar para São Paulo os "subversivos" condenados Luiz Anastácio Momesso e Valdir Araújo, que haviam fugido para o Crato-CE, onde acabaram capturados.

levavam e traziam experiências acerca da luta armada nas andanças pelo País, o mesmo aconteceu com os agentes da repressão.[494] Paulo Verlaine, jornalista e ex-integrante do PCdoB, relatou sobre o período, quando esteve preso na Polícia Federal no começo da década de 1970:

> Os órgãos de repressão tinham muita gente de fora... Na [Polícia] Federal, quando estive lá, só vi um cearense. Tudo, tudo de fora. Esse povo da Federal, pelo que depois apurei, era gente da antiga polícia do Carlos Lacerda [governador da Guanabara]. Gente que dava pancada, gente pesada. Torturadores.[495]

O êxito das ações armadas, no início de 1970 e a ineficiência do aparelho repressivo, sobremaneira em relação ao roubo milionário do London Bank, ao que parece, incrementaram a censura/autocensura dos jornais. O assalto, de tão impactante, possibilitou manchetes garrafais e diversas matérias em O Povo e Correio do Ceará nos dias seguintes. Não obstante, a partir de 18 de março, de forma abrupta, os dois jornais silenciaram praticamente sobre a ação "subversiva". O Povo ainda chegou a falar do assunto, no dia 20, em suas páginas internas, sem muito destaque, informando que as investigações continuavam. Acreditamos que o assunto não tivesse perdido a atenção do público leitor. Possivelmente, a questão ligava-se ao fato de as informações veiculadas estarem servindo muito mais para propagandear os "terroristas" e, por consequência, desmoralizar o governo e as forças repressivas locais. A colaboração da imprensa com os aparelhos de segurança da ditadura, naquele difícil momento de ofensiva da "subversão" no Ceará, evidenciou-se, mais uma vez, nas páginas de O Povo. Em 21 de março, o periódico trouxe editorial de primeira página quase que como tentando explicar o silêncio da imprensa sobre o caso do London Bank. O jornal justificava-se devido à necessidade de colaborar

494 "Federais reunidos para intensificar a repressão". O Povo, 23/10/1970.

495 Paulo Verlaine, ex-jornalista de O Povo e ex-militante do PCdoB, entrevistado em: 22/08/2019.

com o governo, embora solicitando que as informações liberadas pelas autoridades não privilegiassem nenhum órgão de informação (talvez uma indireta em relação aos "furos" que levava do Correio do Ceará...):

> O último assalto ocorrido em Fortaleza pôs em evidência a necessidade de que se estabeleça uma convivência em novos termos, entre a polícia (...) e a imprensa. Os jornais, o rádio e a televisão têm interesse em informar (...) pois esta é sua função primordial (...). Ao mesmo tempo, porém, não pode furtar-se a uma colaboração com as autoridades, tendo em vista não perturbar e sim facilitar sua ação normal. Ao que sabemos, no Sul do País, recentemente os jornais e emissoras concordaram em retardar algumas horas as notícias sobre o rapto do Cônsul Geral do Japão em São Paulo, em benefício das investigações que se processavam – o que se constitui uma forma dessa cooperação. Em contrapartida, é preciso que a polícia estabeleça meios mais adequados de comunicação com a imprensa de modo que todos os órgãos tenham acesso às informações essenciais, no tempo devido.[496]

A proposta de "convivência em novos" termos parece que foi aceita, pois a partir daí as notícias de ações armadas das esquerdas seriam divulgadas sem grande estardalhaço, ou dias depois de acontecidas, ou ainda sem a conotação de que se tratava de crimes políticos. E haja trabalho e atenção do historiador para tentar "decifrar" o que estava acontecendo. Antes não se noticiavam as ações porque não se sabia sua natureza política. Agora, não se divulgavam (ou se divulgavam discretamente) porque sabiam.

Dessa forma, as expropriações de uma máquina de escrever e um mimeógrafo da Faculdade de Educação do Ceará (antiga Filosofia Estadual) pelo PCBR, a 12 de junho de 1970, foram tratadas discretamente pela imprensa, enfatizando-se o assalto em si e não sua natureza "subver-

496 O Povo, 21/03/1970.

siva". Os jornais mencionaram "terrorismo" apenas uma vez, nos textos das reportagens, não abordando mais o assunto nos dias posteriores.[497] O PCBR buscava estruturar um setor de imprensa clandestina visando à melhor produção de seus boletins políticos.[498] As panfletagens, bem como os comícios relâmpagos e pichações, denotaram o esforço que os ativistas desenvolviam para se aproximar ou, pelo menos, melhor se comunicar com a população, acerca de suas ideias e realizar a denúncia da ditadura. Com aquele mesmo intento, e em uma evidência de como os agrupamentos revolucionários estavam em "competição", a ALN agiu nas semanas seguintes. Na madrugada do sábado 13 de julho, a organização fundada por Marighella apropriou-se de uma fotocopiadora, de uma máquina de escrever e de um mimeógrafo do Instituto de Química (o fato só veio a público nos jornais em dezembro do mesmo ano)[499] e, no dia 23 de agosto, apossou-se de uma máquina de escrever e duas copiadoras do Instituto de Matemática da Universidade Federal (noticiado seis dias depois, também com discrição e sem associação com "terrorismo").[500]

Ainda em agosto, no dia 24, a ALN expropriou três mil cruzeiros novos da empresa de ônibus Cialtra, na Avenida João Pessoa, em Fortaleza. O dinhei-

497 "Assaltada Faculdade de Filosofia". Correio do Ceará, 12/06/1970. "Terrorismo na Faculdade de Filosofia". O Povo, 12/06/1970. Em 1971, era noticiado que Paulo Fernando Magalhães dos Santos e Augustos César Farias Costa, ao lado de outros integrantes ainda não identificados do PCBR, foram os responsáveis pela ação no Instituto de Educação. O Povo, 1º/04/1971. *Vide* ação penal número 52/70, apelação ao STM número 39.760. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/600/548.html Acesso em: 16/11/2019.

498 Pelo depoimento dos entrevistados, o PCBR chegou a produzir no Ceará um jornalzinho chamado *Vanguarda*.

499 O Povo, 14/12/1970. Correio do Ceará, 14/12/1970. Foram indiciados: Moema Santiago, Hélio Pereira Ximenes, Gilberto Telmo Sidney Marques, José Jerônimo de Oliveira, Fabiani Cunha, José Sales de Oliveira e José Evon Siqueira. O Povo, 15/09/1972. *Vide* ação penal número 19/71, apelação ao STM número 39.671. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/400/328.html Acesso em: 14/11/2019.

500 Noticiado em pequena nota em Correio do Ceará, 29/08/1970. Foram indiciados: Gilberto Telmo Sidney Marques, José Jerônimo de Oliveira, José Sales de Oliveira, Valdemar Rodrigues de Meneses, Swami Cunha, Fabiani Cunha, Hélio Pereira Ximenes e Esperidião Neto. O Povo, 8/05/1972. Correio do Ceará, 9/05/1972. *Vide* ação penal número 02/71, apelação ao STM número 39.432. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/617.html Acesso em: 11/11/2019.

ro estava em posse de um trocador, que recolhia o apurado do dia de várias linhas de ônibus. O Povo noticiou o episódio, no dia seguinte, como crime comum, não levantando sequer a hipótese de haver sido uma ação armada.[501]

Ao mesmo tempo, os jornais passaram a destacar notícias "positivas" para a ditadura, ou seja, que evidenciassem os triunfos e as iniciativas para desbaratar o "terrorismo" e os "crimes nefastos" (morte de vigias, atentados, lesões a cidadãos nas ações, etc.) dos "subversivos". Na mesma linha, buscavam associar luta armada à "depravação dos costumes", um "atentado aos valores cristãos e da família". O Povo, de 16 de setembro de 1970, trouxe em primeira página matéria sobre a palestra ministrada pelo Reitor da Universidade Federal Fluminense, o professor cearense Djacir Menezes, na Escola Superior de Guerra, na qual se enfatizou que uma das razões que levava os jovens de classes médias e abastardas a entrarem na luta armada seria a "desagregação da família", visto que os pais não davam atenção a seus filhos, não se interessavam por suas vidas e as famílias se reuniam casualmente, de modo que esses se tornavam vítimas dos "aliciadores marxistas".[502]

Ante as mudanças comportamentais que ocorreram, nos anos 60 e início dos 70, um escândalo para os conservadores, os jornais não hesitavam em associar guerrilha e "sexo irresponsável". Matéria de primeira página do Correio do Ceará, de 30 de janeiro de 1970, destacava que o dinheiro do "terror" era usado para "orgias" e "doce vida de vagabundagem", havendo mesmo a "corrupção de mocinhas colegiais" e o depósito dos valores em bancos estrangeiros" para financiar as "viagens dos terroristas ao exterior".[503]

501 "Assalto armado na João Pessoa". O Povo, 25/08/1970. O trocador chamava-se Francisco Pinto Mesquita. O assalto rendeu, conforme o conversor de valores do jornal Estado de São Paulo, algo em torno de 37.500 reais atuais. In: https://acervo.estadao.com.br/Acesso a 14/11/2019. Apenas em 1971, já após as quedas de vários dos militantes, que essa ação foi denunciada à Justiça Militar, sendo indiciados Valdemar Menezes, Antônio Esperidião Neto, José Sales de Oliveira, José Ferreira Lima e Hélio Pereira Ximenes. *Vide* ação penal número 03/71, apelação ao STM número 39.312. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/400/343.html Acesso em: 14/11/2019.

502 O Povo, 16/09/1970.

503 Correio do Ceará, 30/01/1970.

Além da condenação da "subversão" e da defesa da repressão dura aos "inimigos da Pátria", expressa em vários editoriais,[504] a imprensa buscou associar a luta armada a episódios históricos, cujas memórias são concebidas, negativamente, pela sociedade. O Povo, de 17 de junho de 1970, dizia que os "subversivos" eram os "nazistas de hoje", cujo comportamento "viola a consciência nacional, voltada inteiramente para o trabalho pacífico".[505]

Não faltaram referências à chamada Intentona Comunista, de 1935, tida pelo historiador Rodrigo Patto Sá Mota como um dos marcos chaves ou fundadores do imaginário anticomunista no Brasil.[506] Durante décadas, o levante de 1935 foi utilizado para consolidar uma representação maléfica e traiçoeira dos comunistas entre grupos conservadores e militares. No episódio, sobre o qual há várias controvérsias e embates de versões, os comunistas teriam, não apenas se rebelado contra a valorizada hierarquia das Forças Armadas, mas cometido vários crimes, inclusive matando militares inocentes enquanto esses dormiam. No contexto da onda anticomunista de 1961/64, o mito da perversidade comunista na Intentona voltou à baila, bem como no início da década seguinte, quando da imersão da esquerda radical na luta armada. Em 1970, completavam-se 35 anos da revolta, o que deu margem a reportagens e artigos, associando o "terrorismo" daquele momento com a trama do PCB dos anos 1930. Correio do Ceará, de 27 de novembro de 1970, trouxe texto especial intitulado "O Terror de 35", com a foto dos militares mortos na Intentona e, ao fundo, o desenho de uma mão ensanguentada, concluindo que:

> [os militares mortos em 1935] Estavam vivendo num Brasil independente e livre e jamais se venderiam a nações estrangeiras. Por isso, pagaram com a própria vida o crime de amar

504 Por exemplo, os editoriais em O Povo, 03/03/1970; 11/08/1970; 17/12/1970; 08/04/1972; 05/06/1972; 17/06/1972; Correio do Ceará, 9/06/1970; 12/09/1970; 25/09/1970; 17/04/1971.

505 O Povo, 17/06/1970.

506 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 64 e o regime militar*. São Carlos: EduFSCar, 2014, p. 14.

> a Pátria, de defender a família, de respeitar o Deus dos Exércitos. Mas esse sacrifício não foi em vão, porque no presente, com a Salvadora Revolução de Março, como nos dias futuros, os fanáticos do comunismo apátrida, ateu e materialista prestarão conta dos seus crimes hediondos. Agora, mais do que nunca, quando a Rússia Soviética, Cuba e China Vermelha pretendem destruir a Civilização Cristã (...) pondo em prática na América Latina o assalto à mão armada aos bancos e empresas, o sequestro de pessoas e de aeronaves (...), não padece dúvida de que a guerra revolucionária está em ação, nos restando uma resposta à altura dos acontecimentos. Devemos nos arregimentar, e, sem medo, ir buscar o inimigo onde ele estiver, fazendo uma limpeza em regra dos "NAZISTAS VERMELHOS" que desejam nos escravizar.[507]

Se a intenção da ditadura era desgastar a imagem dos militantes da esquerda armada e minar o apoio que pudessem ter na sociedade, o caso de São Benedito atendeu a tais anseios.

São Benedito: o (o)caso

Há assuntos traumáticos para os antigos militantes da esquerda armada, não apenas pelas dores das lembranças, mas igualmente pelos desdobramentos políticos e pessoais que trouxeram. Como diz Maria Paula Nascimento Araújo, tratando da esquerda argentina, mas num raciocínio aplicável à esquerda brasileira, há temores de que análises e exposições de ações controversas da guerrilha sejam usadas pelos setores conservadores, para justificar a violência praticada pelos militares durante a ditadura, e que essas abordagens acabem enfraquecendo todo o esforço dos antigos militantes em denunciar os arbítrios praticados pelo regime autoritário instaurado em 1964.[508]

---

507 Correio do Ceará, 27/11/1970.

508 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Memória e debate sobre a luta armada no Brasil e na Argentina. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise; (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Um desses assuntos é o dos justiçamentos, ou seja, as execuções capitais realizadas pelos ativistas como atos do que entendiam ser "justiça revolucionária". Em um justiçamento, conforme julgamento e decisão de um tribunal revolucionário, composto pelos militantes do agrupamento, condenava-se à morte e executava-se um adversário da causa revolucionária, por demais perigoso para continuar a viver. Os alvos, como lembra Jacob Gorender,[509] poderiam ser inimigos políticos/de classe, que colaboravam com a ditadura e punham em risco o projeto revolucionário das esquerdas, e os próprios ex-companheiros de militância, acusados de traição.

Jacob Gorender trata de alguns casos de justiçamentos. Um dos mortos mais famoso foi Henning Boilesen, empresário de origem europeia que, em colaboração com a Operação Bandeirantes (OBAN), arrecadava fundos junto a homens de negócios, visando financiar a repressão. Acabou morto numa ação da ALN e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em 1971.[510] Gorender aborda ainda quatro casos de ativistas que passaram a colaborar com a ditadura e foram justiçados por seus ex-companheiros. Um deles foi Márcio Leite de Toledo, morto pela ALN sob a acusação de que poderia revelar informações da organização. A ALN, também, executou o militante Carlos Alberto Maciel Cardoso que, ao ser preso pela repressão, acabou revelando informações sobre dirigentes do agrupamento. Francisco Jacques Moreira de Alvarenga, professor, igualmente morto pela ALN, havia entregado, sob tortura, o nome de um companheiro à repressão. Salatiel Teixeira Rolim foi morto pelo PCBR, sob a acusação de desvio de recursos da organização.[511]

---

509 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999, p. 271.

510 O empresário de origem dinamarquesa, Henning Albert Boilesen, ficou famoso por apoiar a repressão, inclusive, assistindo pessoalmente a sessões de tortura. Presidente do grupo Ultragaz, foi assassinado pela ALN, em São Paulo, a 15 de abril de 1971. Por coincidência, no dia de seu assassinato, Boilesen estava com viagem marcada para Fortaleza, para participar da inauguração da Fundação Edson Queiroz. Correio do Ceará, 16/04/1971.

511 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 278 e seguintes.

Gorender enfatiza o alto custo político do assassinato de ex-companheiros das organizações armadas, um custo maior ainda quando se executavam inocentes, situações que ocorreram ante a obsessão de militantes em encontrar traidores, sobretudo, quando se mostrava patente a derrota do projeto revolucionário.[512] Segundo ainda aquele autor, os justiçamentos só passaram a ocorrer a partir de 1971, quando as organizações armadas já sofriam enormes perdas e sentiam intensamente a repressão por parte da ditadura.

Não obstante, no Ceará, já em 1970 e em um crescente das ações das esquerdas armadas locais, deu-se o justiçamento do comerciante José Armando Rodrigues, descrito no início do presente capítulo. Acrescentamos ao pensamento de Gorender que mesmo a morte de inimigos políticos, também, tinha um custo grande para os agrupamentos armados, pois isolava ainda mais os revolucionários do resto da sociedade e dava guarida ao governo militar em justificar a repressão aos que considerava "terroristas". Prova disso é que, a partir do que ficou conhecido como o caso de São Benedito, a repressão no Ceará intensificou-se, levando à queda vários militantes e à desorganização dos agrupamentos revolucionários que atuavam no estado.

Acreditamos ser importante discorrer sobre o contexto político para melhor entender como a ALN promoveu o referido justiçamento em São Benedito. Tal contexto envolve o aumento da repressão na ditadura, com doses exageradas de otimismo sobre o potencial daquela organização armada no Ceará e possíveis questões pessoais e passionais, as quais, porém, são alvos de embates de memórias.

Apesar de o cerco repressor ter se elevado pelo Brasil afora em 1970, havendo já várias quedas e mortes de militantes de esquerda, em Fortaleza, a Ação Libertadora Nacional continuou apoiando a realização de ações cada vez mais ousadas. Com a ida de Sílvio Mota para Cuba, o comando local do agrupamento ficou sob a responsabilidade do amazonense José Sa-

512 Ibidem, p. 282.

les de Oliveira, que passou a contar com o apoio, também, de Ronaldo Dutra Machado, enviado pela direção nacional. Sales é comumente visto pelos ex-companheiros, em memórias reconstruídas, como "imprudente".[513] Entendemos que a questão extrapola esses aspectos individuais. A postura da ALN denotava uma superestimação de sua capacidade de agir e a sensação de poder dos militantes, algo até compreensível ante os êxitos locais obtidos. Atuando no estado há mais de dois anos, nenhum integrante da ALN tinha sido preso até meados de 1970. Acreditamos que essa superestimação do poderio do agrupamento aumentou, ainda mais, com a chegada ao Ceará, também, em 1970, de três militantes que haviam realizado treinamento guerrilheiro em Cuba. Como afirma a historiadora Denise Rolemberg,[514] havia uma verdareira "aura mística" que envolvia tais militantes, visto como melhor preparados e capazes de fazer, a contento, a revolução. A historiadora, porém, alerta para a precariedade dos treinamentos, em Cuba e como a temporada fora do Brasil os havia afastado dos pormenores da política local e de como a ditadura estava aperfeiçoando o aparato de repressão.

A ousadia da ALN evidenciou-se algumas semanas antes do caso de São Benedito, em uma ação realizada, em Fortaleza, na residência do proprietário rural Manoel Alencar Araújo, situada nas proximidades do quartel do 23º Batalhão de Caçadores do Exército. A ALN jogava cada vez mais alto: agiu literalmente na vizinhança do inimigo, do 23BC, logo ali, onde, numa macabra ironia, muitos dos militantes de esquerda do Ceará seriam torturados depois. O agrupamento revolucionário recebeu a informação de que Alencar Araújo seria um agiota e que tinha, em casa, um cofre com 100 mil cruzeiros novos. Na noite de 3 para 4 de julho, os militantes disfarçaram-se de policiais federais e, a pretexto de entregar uma intimação, tiveram acesso à residência, rendendo o proprietário e sua esposa e se apossando de apenas quatro mil

513 *Vide* MOTA, Sílvio. *Rebeldes*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

514 ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. (2001).

cruzeiros novos e um revólver.[515] A tática de se disfarcar como agentes da repressão estatal seria usada, igualmente, na ação de São Benedito.

Considerando-se a vanguarda revolucionária, inseridos em tradições e culturas (comunistas), pelas quais criam ter o melhor projeto para a sociedade, e acreditando que, iniciando a luta, seriam seguidos pelas massas, os militantes de esquerda apresentaram dificuldade de analisar as rápidas mudanças dos contextos econômicos e políticos daquele início de década. A economia crescia, bem como o endosso de setores da sociedade ao governo militar e uma onda nacionalista varria o País. Em meio ao consumismo e otimismo, parecia que a promessa do "País do futuro", enfim, se concretizara. Segmentos sociais apoiavam a ditadura, discordando do projeto socialista da guerrilha e da tática armada adotada. A historiadora Janaina Cordeiro[516] fala de certo consenso social em torno do regime militar. A repressão às esquerdas era uma das formas de segmentos da população endossarem o apoio à ditadura.

Com suas "chaves seletivas de ver o mundo", os ativistas relutaram, pelo menos, em um primeiro momento, em perceber o endurecimento do regime em andamento sob o comando do presidente-ditador General Emílio Médici e o isolamento dos grupos armados em relação ao resto da sociedade. As idas e vindas, deslocamentos dos militantes entre os estados, certamente, faziam vir informações das quedas e mortes de companheiros. Ainda que a imprensa fosse aliada do regime, vinculava, com euforia, notícias sobre a morte de algum "terrorista" ou o desbaratamento de "células subversivas". Mesmo quando não desejavam, os jornais falavam do aumento da repressão, como nos editoriais criticando os "maus

---

515 Algo em torno de 50 mil reais, conforme o conversor de valores do jornal Estado de São Paulo. In: https://acervo.estadao.com.br/ Acesso em: 11/11/2019. Foram indiciados pela ação de expropriação ao proprietário rural Manoel de Alencar: Fabiani Cunha, Carlos Thmoskhenko, José Sales Oliveira, Gilberto Telmo Sidney Marques e José Jerônimo de Oliveira. O Povo, 1/07/1971. *Vide* ação penal número 61/70, Apelação ao STM número 38.853. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/194.html Acesso em: 11/11/2019.

516 CORDEIRO, Janaina Martins de. *A ditadura em tempos de milagre*: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

brasileiros" que tentavam "atingir a imagem" do Brasil ao denunciar, no exterior, "falsos casos de tortura e maus tratos de presos políticos".[517]

Enquanto os militantes superestimavam sua capacidade, em paralelo, os militares azeitavam a máquina de repressão no Ceará. Ao analisar os jornais fortalezenses, percebemos matérias sobre como passaram a ocorrer alguns êxitos das forças de segurança, a partir da metade do ano de 1970. Em agosto, uma tentativa de assalto do PCBR à Companhia de Cigarros Souza Cruz falhou: o vigia reagiu à bala, saindo ferido no pulso com um tiro após tiroteio com os militantes.[518] No mesmo mês, um comício relâmpago do PCdoB no colégio Presidente Castelo Branco, na Itaoca, com críticas à ditadura e na defesa do voto nulo nas eleições parlamentares, também terminou em tiroteio. Um dos alunos do turno da noite, o sargento Francisco de Sousa Oliveira, sacou de sua arma, quando um grupo de seis militantes fazia pregações "subversivas". Na troca de balas, o sargento acabou ferido com um tiro à altura do estômago, o que foi noticiado como um "ataque terrorista". Os militantes escaparam ilesos.[519]

---

517 Sobre o tema, é exemplar o seguinte editorial: "Já não há duvidas de que a opinião pública internacional está sendo deliberadamente desinformada sobre a situação política e social do país. Está sendo vítima das maquinações de uma verdadeira central de mentiras, que não hesita diante das maiores falsidades para denegrir e intrigar (...). O prato de força dos divulgadores internacionais de inverdade são as supostas torturas de presos políticos (...). Os sentimentos humanitários de milhões de pessoas que lêem os relatos espúrios continuam sendo incansavelmente explorados e a consciência jurídica internacional espicaçada contra brutalidades que não existem (...). O pior de tudo é que essa campanha de calúnias é realizada por brasileiros, por homens que deveriam ser os primeiros a procurar dar de sua pátria uma idéia verdadeira, uma imagem inspirada pelo patriotismo e amor. Se eles supõem estar sabotando o governo é porque não tem consciência dos sentimentos mais íntimos de nosso povo (...). O consolo que nos resta diante disto é compreender que os que veiculam as falsidades são não mais que frustrados, cassandras que não conseguiram ver realizadas suas profecias negras. E os que lhe dão guarida só podem ser os que começam a temer o crescimento nacional, os que começam a ver em nós não mais uma nação combalida, mas um país em franca expansão econômica, trilhando a estrada do progresso. Não mais um espoliado, mas um concorrente. E isto é mesmo para se temer". O Povo, 27/08/1970, p. 3.

518 "Assalto frustrado é aviso do terror". O Povo, 24/08/1970. Após assaltar um táxi na Aldeota, os militantes do PCBR tentaram realizar uma ação de expropriação no depósito da empresa Souza Cruz, no centro da capital cearense.

519 "Terror invade colégio". O Povo, 28/08/1970. "Terroristas atacam colégio na Itaóca". Correio do Ceará, 28/08/1970. Os jornais não citam a organização de esquerda envolvida, mas noticiam que fora identificado um dos integrantes do grupo de seis "terroristas" promotores do ataque, Dower Cavalcante de Morais, membro do PCdoB e que, inclusive, participaria da Guerrilha do Araguaia. Dower foi indiciado por "propaganda subversiva" e condenado a um ano e seis meses de reclusão. *Vide* ação penal número 15/71, Apelação STM número 39.910. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/600/556.html Acesso em: 11/11/2019.

Em meados de 1970, ainda conforme jornais da época, a Polícia Federal e a Polícia Militar realizaram uma varredura em Fortaleza e no interior cearense. A intenção era localizar antigos militantes do PCB e, assim, encontrar alguma pista que levasse aos "terroristas" responsáveis pelas últimas ações armadas no estado, visto que os agentes da repressão não conseguiram colocar as mãos em nenhum desses até então. Confirmando as informações, nossos entrevistados falaram de comunistas presos, espancados e até mortos, no interior cearense, nessa varredura.[520] Desses casos, conseguimos maiores informações sobre o que envolveu a prisão de José Luis Figueredo e o assassinato de Antônio Bem Cardoso, em Jati.

Os jornais fortalezenses, de junho de 1970, entre notícias de Pelé, Tostão e do tri no México, referiam-se aos incidentes ocorridos em Jati, cidade do sul cearense, quase na divisa com Pernambuco. No caso, uma operação de combate a "bandidos mancomunados com subversivos", participantes de assaltos a casas bancárias, em Fortaleza, particularmente, do carro pagador do London Bank. Na versão difundida pela imprensa e ditadura, o bloqueio dos "terroristas" foi efetuado pela Polícia Federal, DOPS e outros órgãos de segurança, "num trabalho de completa integração". Seguindo os passos de Antônio Bem Cardoso, os agentes "comprovaram" que o mesmo era "um marginal comum" que vinha dando cobertura a "terroristas", em sua residência, em Jati, verdadeiro "aparelho subversivo". Teria chamado atenção o fato de Cardoso encontrar-se desempregado e de estar gastando muito dinheiro em farras e bebedeiras.

Recebida à bala, na casa do comunista, a polícia teria travado violento tiroteio, matando Antônio Bem Cardoso e capturando um outro "subversivo" escondido debaixo de uma cama, o funcionário público José Luis Figueredo, que foi trazido, a seguir, para Fortaleza. A missão, capitaneada pelo superintendente da PF, Laudelino Coelho, foi apontada como um grande tento dos órgãos de segurança no combate à subversão, "perdendo

520 Fabiani Cunha, ex-militante da ALN, entrevistado em:: 23/05/2006. Carlos Thmoskhenko, ex-militante da ALN, entrevistado em: 11/06/2003.

apenas para a operação que matara Marighella, em São Paulo", conforme o jornal Correio do Ceará.[521]

Esse caso mostra, mais uma vez, como o historiador não pode acreditar piamente no que os jornais e os órgãos de repressão da ditadura relatavam. Deve "cruzar" informações, questionar as fontes, interpretá-las, ater-se às entrelinhas. No que toca aos jornais, não raro, a imprensa reproduzia, integralmente, a versão repassada pelos órgãos de segurança ou ocorria de haver ligações e afinidades entre jornalistas e ditadura. A versão dos periódicos é totalmente oposta ao relatado pelos familiares de Antônio Bem Cardoso à Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou e à Comissão da Verdade de Pernambuco.[522]

O pernambucano Antônio Bem Cardoso, conhecido na região como "Padre", não passava de um pequeno agricultor – nunca um "marginal", sendo velho militante do Partido Comunista Brasileiro, agremição que buscou se estruturar melhor no interior cearense no início dos anos 1960. Por volta de 1967, Cardoso passou a ter contatos com a ALN, por meio de seu primo, José Calistrato Cardoso. Sob a orientação de Arnaldo Cardoso Rocha, dirigente da ALN, que seria morto em São Paulo em 1973, Bem Cardoso, Calistrato e outros militantes teriam feito treinamentos e o reconhecimento de algumas regiões do interior cearense, a exemplo da chapada do Araripe, com potencialidade para instalação de uma base da organização.

A atuação de um ativista comunista, na zona rural cearense, deve ter levado a alguma delação ou chamado a atenção dos órgãos de segurança na citada "varredura". Bem Cardoso não apresentava, porém, nenhuma vinculação com os assaltos a bancos em Fortaleza, mesmo porque, como vimos, a ação do London Bank foi de autoria do PCBR. Conforme depoi-

521 Correio do Ceará, 2/06/1970. *Vide* também O Povo, 04/06/1970.

522 Processo de Requerimento de Indenização de José Luiz Figueredo. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou. *Vide* o depoimento de José Calistrato Cardoso Filho à Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara, Audiência de ex-presos políticos ocorrida em 13/12/2012, em Recife. In: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/23-13-12-2012-p-ex-presos--politicos-ii-pdf-3 Acesso em: 11/11/2019.

mento de José Calistrato Cardoso à Comissão da Verdade de Pernambuco, a Polícia Federal soube que Cardoso, em tremendo descuido de segurança, tentara trocar uma nota de US$ 100,00. Esse dinheiro ter-lhe-ia sido repassado por outro ativista, de um total de 20 mil dólares enviado ao Ceará, a partir do montante que a ALN recebeu do famoso assalto do cofre de Ademar de Barros, em São Paulo, ação realizada pela Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), em 18 de julho de 1969.[523]

Numa operação chefiada pelo delegado João Lucena Leal, a PF foi em busca do militante da ALN. Bem Cardoso, segundo ainda seus familiares, não ofertara nenhuma reação à Polícia Federal, a qual teria cercado e invadido sua casa, assassinando-o a sangue frio com um tiro no meio dos peitos, em 1º de julho de 1970. É possível que, conforme a visão corrente da sociedade sobre o perigo representado pelos comunistas[524] e os temores de alguma reação armada por parte dos "terroristas", os agentes federais tenham se precipitado na operação. Vivo, o ativista da ALN poderia ser mais útil para a repressão, por eventuais informações que pudesse soltar sob tortura. Iunele Vieira Cardoso, sua esposa, contou sobre o incidente:

> Ao amanhecer Antônio abriu a porta do quintal para ir escovar os dentes, como era de costume e foi recebido à bala pelos policiais federais. A casa estava toda cercada de policiais disfarçados. Eu levantei com os tiros e [vi] o corredor da casa cheio de sangue e perguntei: "O que é isso Antônio?". Ele respondeu: "Atiraram em mim". Avistei ele no chão sangrando e se encontrava ainda com vida. Fiquei muito nervosa chorando, querendo colocar ele no meu colo e pedindo socorro. Os policiais disfarçados de macacões de

523 Ana Capriglione guardava em casa cofre com dinheiro do amante, o ex-governador paulista Adhemar de Barros. Segundo conta, muito dos recursos eram frutos de corrupção de Adhemar. A informação foi repassada à VAR- Palmares por um sobrinho da proprietária da casa. Em 18 de junho de 1969, a mansão de Ana Capriglione foi invadida por 13 integrantes do agrupamento revolucionário, os quais levaram o pesado cofre para um aparelho. A ação rendeu cerca de dois milhões e meio de dólares. GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 147.

524 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

> trabalho começaram a metralhar a casa e invadiram gritando que ele se entregasse. Mandaram que eu soltasse ele e ao mesmo tempo rasgaram minha roupa e puseram armas sobre mim e mandaram que pegasse as crianças senão matariam todos. Ele não se encontrava com armas em punho no momento, pois sua arma estava no quarto em cima de uma mesinha. Os policiais gritaram: "Não encosta ninguém que é a Polícia Federal". Reviraram a casa toda, rasgaram o colchão da cama atrás de dinheiro [do cofre de Adhemar de Barros] e não encontraram. Algumas horas depois me levaram para a cidade de Brejo Santo para depor.[525]

A seguir, os policiais foram para a residência de José Figueredo, capturando-o truculentamente e conduzindo-o para Brejo Santo e, depois, Fortaleza. Na capital cearense, foi torturado na sede da Polícia Federal para confessar a participação nos assaltos acontecidos. No relatório do pedido de indenização feito à Comissão Estadual de Anistia, em 2004, Maria Madalena Cardoso Figueredo, viúva de José Figueredo (falecido em 2000) e irmã de Bem Cardoso, confirma que os dois eram engajados no movimento comunista e simpatizantes da luta armada. Relata ainda que:

> Mesmo não tendo muita noção do que estava acontecendo, [eu] nem sequer sabia o que era o comunismo, as reuniões normalmente aconteciam lá em casa, era lá que eles planejavam suas ações e atividades. Como testemunha ocular, eu via muito material que era levado por eles, os panfletos, era um exemplo, cujo conteúdo dava ênfase à propagada comunista.[526]

Por mais que os militantes acreditassem no poderio de suas organizações armadas, conjecturamos que os mesmos não deixaram de notar – e sen-

525 Relatório Antônio Bem Cardoso, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmera. In: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/antonio-bem-cardoso-pdf Acesso em: 11/11/2019.

526 Processo de Requerimento de Indenização de José Luiz Figueredo. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

tir – o aumento da repressão no estado e no resto do País ao longo de 1970. Em vez de servir de alerta para agir com mais cautela, essa percepção pode ter contribuído para o próprio justiçamento praticado pela ALN-CE naquele ano. Isso porque membros da organização passaram a levar, cada vez mais, a sério e a crer na possiblidade iminente de queda dos revolucionários por delações a serem feitas pelo comerciante morador de São Benedito.

> A Polícia Federal (...) tava fazendo pelo campo uma varredura. Lá em Brejo Santo tinha um pessoal que era contato da ALN. Em Jati tinha um pessoal do movimento de massas. Ele [Antônio Bem Cardoso] foi identificado e fuzilado. Isso apressou [o caso de] São Benedito, do rapaz que tinha uma lista para entregar ao Exército.[527]

Conforme entrevistados e depoimentos contidos no inquérito que apurou o caso,[528] José Bento da Silva, apoiador da ALN, na região da Ibiapaba, divisa Ceará-Piauí, vinha alardeando há meses que o negociante José Armando Rodrigues tornara-se um perigo para o agrupamento no estado. O comerciante descobrira que José Bento era integrante de um grupo "terrorista comunista". Teria feito mesmo uma lista com os nomes de alguns dos contatos da ALN que visitavam Bento na cidade, havendo a possibilidade de entregar a relação ao aparato repressor. Armando Rodrigues apresentava laços com a ditadura: apoiador do regime, havia sido candidato a vice-prefeito de São Benedito pela ARENA nas eleições municipais de 1970. Estava, pois, ligado politicamente ao sistema e apresentava interesse em preservar "a ordem" e "combater o comunismo". Além disso, havia questões outras que desabonariam Rodrigues. Homem de "má índole", o negociante seria figura detestada, pois "não respeitava filhas e nem mu-

527 Fabiani Cunha, ex-militante da ALN, entrevistado em: 23/05/2006.

528 Fabiani Cunha, ex-militante da ALN, entrevistado em: 23/05/2006. Carlos Thmoskhenko, ex-militante da ALN, entrevistado em:: 11/06/2003. José Sales, quando de sua prisão e depoimento, em 1972, argumentou no mesmo sentido. *Vide* ação penal número 23/72, apelação ao STM número 40.289. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/500/461.html Acesso em: 21/11/2019.

lher dos outros", embora fosse casado e pai de quatro crianças. Exploraria ainda a população local, cobrando preços exorbitantes em seu estabelecimento comercial e fazendo agiotagem. Apresentava posses, sendo um rico proprietário na serra da Ibiapaba, oprimindo os lavradores e sitiantes.

Na visão da cúpula local da ALN, o negociante teria se tornado um risco, pois caso a lista fosse entregue aos órgãos de repressão, o grupo guerrilheiro seria desarticulado no estado, levando à queda, tortura e, provavelmente, morte de vários militantes. Era um caso de justiça revolucionária, legítima defesa, para ser mais exato. Deveria-se eliminar o inimigo antes que ele agisse, ou seja, realizar, no jargão das esquerdas, um justiçamento. Além disso, imaginava-se que a execução poderia trazer impactos de "propaganda e pedagogia revolucionária". Eliminar-se-ia um "inimigo do povo e da revolução" e dar-se-ia um alerta a outros indivíduos que exploravam a população. A eliminação de um algoz possibilitaria também mais prestígio para a ALN junto às massas e simpatizantes das esquerdas, sobrepondo-a em relação às demais organizações que se apresentavam igualmente para implementar a revolução, sem falar que a expropriação de recursos do comerciante poderia igualmente ajudar na causa revolucionária.

O temor ante o crescimento da repressão, em meados de 1970, é ratificado pelo ex-dirigente da ALN, Sílvio Mota, em seu livro de memórias. Mota afirma que os temores acerca da possível existência da lista de militantes da ALN cresceram, porque a organização planejava, para breve, uma grande operação na cidade de Ubajara, perto de São Benedito. Desejava-se expropriar o Banco do Brasil dali e realizar um comício em praça pública denunciando a ditadura. Afora obter recursos para a guerrilha, seria mais um ato de propaganda revolucionária, de que "a luta continuava", mesmo com os companheiros que estavam tombando Brasil afora. Com a iminência da ação, era preciso eliminar "qualquer vulnerabilidade de

segurança”. Ou seja, era necessário agir preventivamente e acabar com o risco da possível delação por parte de José Armando Rodrigues.[529]

Ainda conforme os informes colhidos junto aos entrevistados e pela denúncia apresentada pela Polícia Federal,[530]os militantes da ALN foram a São Benedito semanas antes, para traçar detalhes sobre a melhor forma de realizar a ação (acesso, rotas de fuga, etc.). Realizado o levantamento, tentaram fazer o justiçamento pelo menos uma vez antes, no dia 14 de agosto 1970. Não obtiveram êxito, contudo, pois o comerciante não fora encontrado, visto que seu estabelecimento se encontrava fechado. Como a cidade de São Benedito achava-se, na ocasião, em festas pela padroeira, os ativistas concluíram que seria bastante arriscado retirar o negociante de casa. A missão foi abortada.

A insistência, em nova tentativa, apenas ratifica a hipótese de como a ALN encarava a possível existência da relação de nomes e o comerciante como ameaças consideráveis. Após novos preparativos, os ativistas agiram, na noite de 29 de agosto, um sábado – era costume, como visto, os guerrilheiros promoverm suas ações no fim de semana, na expectativa de contar com uma eventual desmobilização das forças policiais. Seis membros da ALN chegaram a São Benedito num carro DKW-Vemag, alguns vestidos com fardas simulando as vestimentas do Exército. Para dar maior veracidade, um dos ativistas portava uma metralhadora Ina.

O disfarce visava facilitar a captura de Armando Rodrigues, dando a entender que se tratava de uma operação oficial, realizada pelas Forças Armadas. Conforme os entrevistados,[531] buscava-se, assim, minimizar ou intimidar qualquer resistência. Para todos os efeitos, o comerciante estava sendo detido para interrogatório, coisa que comumente acontecia

529 MOTA, Sílvio. Op. Cit., p. 69.

530 *Vide* ação penal número 64/70, apelação ao STM número 38.857 In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/200.html Acesso em: 14/11/2019.

531 Fabiani Cunha, ex-militante da ALN, entrevistado em:: 23/05/2006. Carlos Thmoskhenko, ex-militante da ALN, entrevistado em: 11/06/2003. Francisco William Montenegro Medeiros, ex-militante da ALN, entrevistado em: 01/07/2003.

naquele período ditatorial e que as pessoas tendiam a não questionar, temendo represálias dos agentes do governo militar. O uso do fardamento, porém, teve efeito contrário. Além de não ser exatamente igual aos trajes do Exército, acabou por chamar demais a atenção numa cidade pequena do interior cearense. Além disso, o comerciante era bem conhecido na localidade e a presença de "soldados" em seu estabelecimento não passou despercebida. Segundo consta na denúncia feita à Justiça Militar, formou-se mesmo uma pequena aglomeração de populares defronte ao comércio, que teve as portas abaixadas. Quando saíram do estabelecimento, os integrantes da ALN tiveram que dissipar a aglomeração, mostrando armas.

A ação não seria apenas de justiçamento, mas, igualmente, de expropriação, isto é, obter fundos para financiar a luta armada. As últimas atividades da ALN, como a da empresa de ônibus Cialtra, renderam aquém do esperado, e a possibilidade de obter uma quantia razoável de recursos de Armando Rodrigues teria, também, motivado a ação em São Benedito. Sob miras de armas, o comerciante foi obrigado a abrir o cofre de seu estabelecimento e entregar 30 mil cruzeiros novos aos ativistas.[532] Dentro do estratagema de que se tratava de uma "operação oficial", o argumento era que a quantia seria "analisada" por peritos, pois existiam acusações de que José Armando seria também falsificador de dinheiro.[533]

Após capturarem José Armando e em posse do dinheiro, os militantes da ALN partiram em fuga no DKW-Vemag. Cometeram, porém, equívocos. Chamaram bastante a atenção dos populares, que, como dissemos, amontoaram-se defronte ao estabelecimento. Também tiveram de lidar com a presença de funcionários de Rodrigues. O motorista Valdemar Otaviano Paiva estava no local quando da chegada dos militantes, tendo, inclusive, sido compelido a fechar as porta do comércio. O escriturário José

532 Algo em torno de 375 mil reais hoje, conforme o conversor de valores do jornal Estado de São Paulo. In: https://acervo.estadao.com.br/ Acesso em: 13/11/2019.

533 MOTA, Sílvio. Op. Cit., p. 71.

Jarbas Nascimento, ao notar a movimentação, adentrou depois ao recinto e viu seu patrão sob mira de armas. Os integrantes da ALN simplesmente mandaram os funcionários retirarem-se do local, em vez de detê-los. O motorista e o escriturário, incontinenti, foram avisar à polícia o que se passava, desconfiados que ficaram daqueles “homens do Exército”. Por contatos telefônicos, os agentes policiais, possivelmente, constararam que não havia nenhuma ação preparada das Forças Armadas na região. Em pouco, ainda por telefone, o aparato policial do Norte cearense foi mobilizado para apurar o sucedido, visto que Rodrigues, homem de posses, era relativamente conhecido na região.

Enquanto a polícia era acionada, o motorista Valdemar e um amigo de nome Élcio decidiram, por conta própria, seguir, em outro carro, o rumo dos homens que haviam levado o comerciante. O DKW-Vemag da ALN partira na direção da cidade de Ibiapina. A 53 quilômetros de São Benedito, no lugar chamado Cascatinha, estrada de Tianguá, os ativistas pararam o veículo e realizaram o “justiçamento” de Armando Rodrigues. Na escuridão da noite, Valdemar e os policiais passaram pelo local do assassinato, mas não tiveram como ver as manchas de sangue no asfalto e o corpo, que caíra em uma ribanceira. O cadáver de José Armando Rodrigues somente seria achado no dia seguinte, pelo próprio pai da vítima.

Ainda na noite do sábado, a polícia montou várias barreiras para deter o carro dos militantes. Esses, em novo equívoco, talvez sem desconfiarem do que se passava, fizeram várias paradas para abastecimento de combustível no percurso em direção a Fortaleza. Um dos militantes, e novo líder local da ANL, José Sales de Oliveira, após a captura do comerciante, deslocou-se, no Jeep de um dos apoiadores da organização em São Benedito, para a cidade de Piripiri, no Piauí, com o dinheiro expropriado. Regressou à capital cearense, em ônibus, na noite do dia seguinte e, assim, escapou ao bloqueio que estava sendo organizado pelas forças policiais. O agrupamento tinha a intenção de lançar uma declaração à população, explicando o porquê do justiçamento.

Nas proximidades da cidade de São Luís do Curu, o DKW-Vemag dos militantes foi interceptado. Surpreendidos, ao verem a estrada bloqueada pela polícia, os ativistas deram uma "marcha" ré no carro, buscando fugir pelo outro sentido da estrada. A polícia abriu fogo, ao que igualmente "responderam" os membros da ALN. Um dos militantes foi ferido e o DKW-Vemag acabou varado de balas, tendo os pneus estourados. Os integrantes da ALN não estavam armados para um combate com tantos homens da polícia. Foram obrigados a abandonar o automóvel e a fugir, embrenhando-se nas matas ao redor da estrada.

Era o começo do fim. Os militantes separaram-se e seguiram rumos distintos.[534] Bastante nervosos, passaram a andar em círculos e perderam-se na mata. Para complicar, estavam bastante longe de Fortaleza, onde seria mais fácil contar com ajuda para se refugiar. A Polícia Militar promoveu então um cerco gigante,[535] o qual logo contou com a participação da Polícia Federal, pois, pelos detalhes do ocorrido, passou-se a suspeitar de sua natureza política. Era a chance há tanto esperada pelo aparato de segurança, de finalmente, colocar as mãos nos "terroristas" que vinham atuando no Ceará há meses. Dos militantes que fugiram da polícia em São Luís do Curu, dois foram presos na tarde do domingo, dia 30, por volta das 16h, nas proximidades de São Gonçalo do Amarante, Valdemar Menezes e William Montenegro. Levados para a capital cearense, os dois ainda tentaram confundir o aparelho repressor, dizendo que pertenciam ao "Movimento Revolucionário 1848". A intenção era ganhar tempo e dar tempo aos demais companheiros para desativarem os aparelhos da ALN e fugirem. O fato de o caso ter se tornado público, com cobertura da im-

---

534 Depoimentos e O Povo 31/08/1970; 1º/09/1970; 02/09/1970; 03/09/1970; 04/09/1970; 05/09/1970; 09/09/1970. Correio do Ceará, 31/08/1970; 1º/09/1970; 02/09/1970; 03/09/1970; 05/09/1970; 08/09/1970; 09/09/1970; 11/09/1970; 12/09/1970. Foram indiciados pelo caso de São Benedito: Valdemar Rodrigues Meneses, Francisco William Montenegro, Carlos Thmoskhenko, José Sales de Oliveira, Gilberto Telmo Sidnei Marques, Antônio Esperidião Neto, João Xavier de Lacerda e José Bento da Silva. O Povo, 02/08/1971. Correio do Ceará, 02/08/1971. *Vide* ação penal número 64/70, apelação ao STM número 38.857. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/200.html Acesso em: 14/11/2019.

535 "Mil policiais na maior caçada a terroristas". O Povo, 02/09/1970.

prensa, talvez tenha contribuído para preservar a vida dos dois detidos. Como dissemos, a prática dos agentes da ditadura era eliminar os militantes que tivessem realizado treinamento militar em Cuba, como era o caso de Valdemar Menezes.[536] Nos dias seguintes, prosseguiu a caçada aos demais implicados, os quais, não obstante, mais uma vez, mostrando os limites de estrutura dos órgãos de repressão, conseguiram fugir do cerco. Nos meses seguintes, porém, acabaram todos caindo, à exceção do policial civil Carlos Thmoskhenko, que servia, também, como informante da ALN dentro dos órgãos de segurança.

Thmoskhenko usou a própria carteira de polícial para fugir do cerco, alegando que estava apenas "caçando" na região. Negro, boxeador, filho de pais comunistas, Thmoskhenko conseguiu a ajuda da namorada em Fortaleza, Jane Vasconcelos, e partiu para o Sudeste brasileiro. Seguiu, depois, para o exílo no Uruguai e Chile, onde ficou até o golpe dado por Pinochet, em 1973. Como tantos outros brasileiros, refugiou-se a seguir na França. De lá voltaria apenas, em 1980, após a Anistia. Tornou-se uma das figuras mais odiadas pelas forças locais de repressão, alvo também de racismo, por sua etnia. Um negro, comunista e "subversivo". Chegaram a compará-lo ao ex-capitão do exército Carlos Lamarca, um outro "traidor" que passara para o lado da "subversão". Sua prisão foi manifestada como uma questão de honra pelo Secretário de Segurança do Ceará, Cel. Hamilton Holanda.[537]

---

536 ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit., (2001), p. 12.

537 "O secretário de Polícia e Segurança Pública, Cel. Hamilton Holanda, vem empenhando todo esforço de sua pasta para a prisão dos foragidos, especialmente do agente Carlos Thmoskhenko Soares Sales, que, integrando a organização terrorista, faltava com seus deveres de cidadão e especialmente de policial, traindo a instituição que servia e os interesses do país". Correio do Ceará, 28/09/1970. Thmoskhenko conseguiu deslocar-se para Brasília e Rio de Janeiro (contando, inclusive, com o apoio do PCBR) e, a seguir, para o Uruguai, Chile e França. Voltou ao Brasil apenas após a Anistia, em 1980, constituindo-se o único partícipe de São Benedito a não ser capturado. *Vide* Thmoskhenko, Carlos. *Timo-Thmoskhenko*: o subversivo que cruzou a fronteira. Fortaleza: FUNCET, 2003.

Uma morte, "dois demônios", muitas memórias

O caso de São Benedito teve consequências desastrosas para as esquerdas cearenses. A partir da captura dos dois militantes da ALN, a Polícia Federal pode realizar novas investigações sobre a organização no estado e até sobre o PCBR e PCdoB, o que levou a sucessivas "quedas" e prisões, com o desmantelamento da luta armada. Pelo menos três dos ativistas que caíram posteriormente,[538] pressionados e/ou torturados, passaram a colaborar com a repressão, renegando a luta armada e entregando nomes de companheiros, locais dos aparelhos e detalhes organizacionais dos agrupamentos revolucionários.[539] Não custa lembrar que as organizaçõs mantinham contatos, trocavam informações, emprestavam armas e vários de seus membros se conheciam, ainda que usassem pseudônimos.

O episódio ganhou espaço na imprensa local e nacional, sendo explorado pelo governo militar e seus apoiadores civis para atacar os grupos armados de esquerda, vistos como "bandidos, terroristas, covardes e brutais, que em sua sanha sanguinária, atentavam contra a Pátria e matavam inocentes pais de família". A revista Veja, de 9 de setembro de 1970, trouxe matéria sobre o caso de São Benedito, sem deixar de dar um tom de deboche e enfatizar a "frieza" dos militantes:

> Durante os interrogatórios, Valdemar, que em outros tempos fora um pacato aluno do seminário de Recife, só lamentou que tivesse encerrado tão cedo sua carreira revolucionária, logo depois do primeiro "serviço". No mais, procurou ser altivo e independente. Disse que aprovaria a execução do próprio pai, se ele fosse condenado pelo movimento.[540]

---

538 Esperidião Neto e Hélio Ximenes, em 1971. Temendo represálias de seus companheiros, ficaram presos no quartel do Corpo de Bombeiros, em Fortaleza. Gilberto Telmo Sidney Marques, em 1975. In: MOTA, Sílvio. Op. Cit., p. 75-76. GASPARROTO, Alessandra. *"O terror renegado"*: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-75). 2008, p. 380. *Vide* ação penal número 64/70, apelação ao STM número 38.857. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/200.html Acesso em: 14/11/2019.

539 Relatório Especial do SNI nº 17, de 24 de setembro de 1970, sobre a atividade da Ação Libertadora Nacional no Norte e Nordeste. *Vide* ação penal número 64/70, apelação ao STM número 38.857. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/200.html Acesso em: 14/11/2019.

540 Revista Veja, edição nº 105, de 09/09/1970.

Não há como dimensionar o impacto que o justiçamento teve junto à população. Não obstante, pela forma violenta como tudo se deu – sequestro e assassinato – e a maneira como o governo e a imprensa exploraram o caso, podemos conjecturar que o episódio foi mal recebido, agastando a imagem dos ativistas. A guerrilha, cada vez mais, se isolava da sociedade. Benedito Bizerril, militante do PCdoB, natural de São Benedito, e de quem Armando Rodrigues fora padrinho de casamento, contou-nos:

> Foi uma coisa louca, bombástica na cidade [São Benedito]. Primeiro porque as pessoas não viam razões para acontecer aquilo tudo. Do ponto de vista da luta política, criou problemas para a esquerda comunista... É difícil, né? As pessoas tinham medo. O povo, quando passava carro parecido com o que foi usado na ação, o pessoal ficava apavorado. Antes do golpe, havia até alguma organização em São Benedito, um pessoal do PCB, uma parte que depois foi para a ALN. Depois [do assassinato], foi difícil retomar a luta, o trabalho político. A gente retoma, através de mim, depois de muitos anos. Foi um trauma grande.[541]

O sentimento de repulsa pelo caso de São Benedito foi alvo de editorial do jornal O Povo:

> Seus autores devem ser débeis mentais para imaginar que semelhante atentado possa produzir algum lucro em favor das causas que dizem defender. Seria preciso que nosso povo tivesse perdido todo o sentimento de humanidade, honra e dignidade para olhar mesmo com indiferença um crime tão revoltante. Ele só pode condenar essa monstruosidade. Só pode encará-lo com profunda repulsa. E essa repulsa generalizada haverá de levar cada dia a um isolamento, a uma fatal e irremediável marginalização social.[542]

541 Benedito Bizerril, militante do PCdoB, entrevistado em: 25/06/2019.

542 O Povo, 1º/09/1970.

Para o regime militar, o caso de São Benedito era um tento em sua luta contra a oposição armada, uma evidência da brutalidade desta, especialmente naquele momento, quando aumentavam as denúncias de torturas e mortes praticadas pela ditadura.[543] O cadáver de José Armando Rodrigues e de todos os outros mortos e feridos nas ações das esquerdas seriam usados como contraponto às denúncias de violações de direitos humanos pelo regime. A mensagem era clara: quem matava e torturava eram as esquerdas, não o governo. Assim, o regime necessitava ser "duro com os duros" – não por acaso, a Polícia Federal pediu, no inquérito, pena de morte para os envolvidos no caso de São Benedito.[544]

O governo, buscando mostrar o perigo das "ideias exóticas" e "unir" todos no combate a "subversão", fazia publicar fotos nos jornais no sentido de a população delatar os "subversivos", no que, ao que parece, foi correspondido, conforme o Jornal o Correio do Ceará ao referir-se à prisão de alguns membros da ALN em outubro de 1970:

> O Delegado Regional da Polícia Federal, Laudelino Coelho, formula apelo ao povo para que colabore na prisão dos inimigos da pátria, que, a serviço de ideologias estranhas e incompatíveis com a formação cristã da gente brasileira, vêm praticando horripilantes atos de terror, como perpetrado contra o comerciante José Armando Rodrigues em São Benedito. O povo atendeu à primeira convocação, possibilitando novas prisões, efetuadas após a divulgação pela imprensa, das fotografias dos implicados na ação terrorista, esperando-se encontrar os foragidos da mesma sorte, com a eficiente participação popular na localização de todos, cujo paradeiro deve ser comunicado à autoridade mais próxima.[545]

543 NAPOLITANO, Marcos. *1964*: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018, p. 317.

544 "Polícia Federal pede pena de morte para os terroristas cearenses". Correio do Ceará, 29/10/1970.

545 Correio do Ceará, 6/10/1970.

Afora essas questões, o caso São Benedito estabeleceu entre os militantes de esquerda um enorme debate, sobre as motivações que levaram à ação e de quem seria a culpa. Não por acaso, em várias das entrevistas realizadas com os ex-ativistas, mesmo que sequer tocássemos no tema, o assunto vinha à tona, com vários dizendo-se sabedores do que "verdadeiramente acontecera". Nesses casos, em que não há provas concretas as quais permitam se aproximar ao máximo do que aconteceu, mas versões contraditórias ou apenas indícios, depoimentos, declarações, etc. que envolvam aspectos emocionais e imaginários relevantes, o historiador, prudentemente, não pode tomar por "certa" uma ou outra versão. Deve, sim, considerar todas as hipóteses e possibilidades, refletindo sobre o que está em jogo, os embates e reconstruções de memórias e os porquês de os indivíduos abraçarem cada uma das versões.[546]

Uma das hipóteses mais destacada pelos ex-militantes, inclusive entre os participantes da ação[547] e mesmo aqueles que não pertenciam à ALN,[548] associa São Benedito e a possibilidade de delação da organização como fruto de uma questão passional. A filha do mencionado militante da ALN, naquele município da Serra da Ibiapaba, José Bento da Silva, teria tido com o comerciante José Armando Rodrigues um envolvimento amoroso, no qual perdera a virgindade, ficando, então, "falada" na cidade. Isso gerou uma rixa entre Armando Rodrigues e José Bento, que passou a difundir o relato segundo o qual o negociante seria uma ameaça à ALN, portador de uma lista a ser entregue ao Exército delatando os "subversivos" atuantes na região. Os entrevistados alegam que, apenas após o justiçamento, a maioria

546 NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. Genealogias, transversalidades e rupturas de Carlos Marighela. In:______ (Orgs.). *Carlos Marighela*: o homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 157.

547 Thmoskhenko, Carlos. Op. Cit., p. 44. William Montenegro, ex-integrante da ALN, entrevistado em: 1º/07/2003.

548 José Machado Bezerra, entrevistado a 27/05/2003. Embora tenha integrado a ANL, à época do caso de São Benedito, Machado já militava no PCBR. Benedito Bizerril, militante do PCdoB, entrevistado em: 25/06/2019.

dos militantes da ALN teria tomado conhecimento das questões pessoais envolvidas no caso e do "real" interesse motivador da ação.

> Teria havido isso aí [envolvimento amoroso] com uma delas [filhas de José Bento]. E o Zé Bento à época, que era um cabra sempre disposto [valente] chegou... a bater no Zé Armando, coisa assim, com um chicote. (...) Já havia tido um atrito antes. Depois, ele fez as pazes, isso num espaço de tempo curto.[549]

Testemunhas arroladas no processo que apurou o caso, igualmente, apontaram a rixa entre o comerciante e José Bento Silva em virtude do envolvimento com a jovem.[550] O Povo, de 23 de setembro de 1970, menos de um mês após o assassinato, noticia que a prisão de José Bento pela Polícia Federal deu-se em virtude de boatos de que uma de suas filhas fora seduzida pelo comerciante morto, vindo daí uma hipótese de vingança para o crime ocorrido.[551] O próprio José Bento, após ser condenado a cinco anos de prisão, usou como argumento no recurso ao Superior Tribunal Militar, de 29 de agosto de 1971, a questão passional como motivadora do crime. No texto, o advogado de Bento afirmou: "O defloramento de sua filha por homem rico e poderoso, inalcançável pela justiça de perdidos sertões, pareceu às autoridades policiais como motivo que o levaria à bárbarie da vindita, à colaboração para a prática do malefício contra ele".[552] Talvez lhe fosse mais conveniente responder por um homícidio do que por uma ação de caráter "subversivo".

---

549 Benedito Bizerril, militante do PCdoB, entrevistado em: 25/06/2019.

550 *Vide* ação penal número 64/70, apelação ao STM número 38.857. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/200.html Acesso em: 14/11/2019.

551 "Presos mais três implicados na chacina da serra". O Povo, 23/09/1970. Além de José Bento, foram presos João Miriam e João Xavier.

552 Razões de apelação oferecidas por José Bento da Silva ao Superior Tribunal Militar – ação penal número 64/70, apelação ao STM número 38.857. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/200.html Acesso em: 14/11/2019.

Acreditamos que essa versão, abraçada largamente ainda hoje por vários dos ex-ativistas, se enquadra como uma construção de memória confortante.[553] Essa consiste numa forma de lidar com determinados aspectos do passado que, no presente, não são mais aceitáveis. Daí as escusas, as minimizações do que aconteceu, o recurso ao humor, as idealizações do passado, os silêncios. No caso de São Benedito, as construções de memória buscam diminuir os aspectos políticos e enfatizar elementos passionais. Destaca-se a má fé de José Bento, verdadeiro bode expiatório do incidente, que, ao (talvez) utilizar uma questão de caráter pessoal, enganou seus companheiros, atribuindo um perigo inexistente ao comerciante.

Assim, não deixa de ser bastante cômodo para os militantes de esquerda jogar a culpabilidade do assassinato em um só ativista. Teria sido uma questão passional e familiar e não política – aqui o político englobando os sonhos revolucionários de parte de uma geração – o motivador da ação desastrosa, na qual morreu alguém, e que fez iniciar o desmonte da luta armada no estado. Os militantes "caíram", foram presos, não porque estivessem praticando uma ação política "real" – justiçar, matar um inimigo que ameaçasse a revolução sonhada –, mas porque, na verdade, estavam, ainda que enganados e manipulados, vingando um "atentado contra os costumes". Nessa perspectiva, não são maculados os projetos políticos revolucionários dos ativistas nem a áurea e os valores e princípios superiores dos quais se imaginavam e diziam-se portadores.[554] Ao contrário, a crença em tais valores continuava intocada, afinal, movidos pelas melhores das intenções, os ativistas agiram de boa fé. Foi exatamente o "desvio" de um militante – um exemplo que não deve ser seguido e, sim, denun-

---

553 CORDEIRO, Janaína Martins de. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: ______; CARVALHO, Keila; SOUZA, César (Orgs.). *O país do futuro*: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano. Curitiba: Editora Prisma, 2018.

554 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: ________; NAPOLITIANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo (Orgs.). *Comunistas brasileiros*: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 22 e seguintes.

ciado – o provocador de um incidente tão grave e que levou depois ao colapso da luta armada no Ceará.

Para os interesses políticos posteriores dos guerrilheiros, para sua reinserção no "convívio da sociedade" ou mesmo para descargo de consciência dos envolvidos no episódio, é bem mais conveniente ressaltar elementos outros. Destacam-se as questões do namoro da garota com o comerciante, da "traição" de José Bento e da omissão de informações por parte do dirigente da ANL, José Sales de Oliveira, e diminui-se o relevo de uma ação política a qual custou a vida de uma pessoa em nome de uma revolução, a qual acabou não vindo, e contribuiu para o desmantelamento dos agrupamentos armados. Aos olhos de hoje, parece muito mais cômodo afirmar que os militantes mataram para lavar a "honra da moça" do que para fazer a revolução quando, na virada dos anos 60 para os 70, a ênfase era exatamente oposta, matar pela revolução para mudar o mundo, inclusive a opressão feminina.

Mas a versão não é unânime entre os antigos militantes. Segundo entrevistados,[555] alguns integrantes da cúpula da ALN-CE, como Sílvio Mota e José Sales de Oliveira,[556] sabiam da rixa entre José Bento e Armando Rodrigues e houve quem tivesse questionado a ordem de justiçamento dentro da organização. Possivelmente, os "questionadores" e aqueles que sabiam da inimizade entre o militante de São Benedito e o comerciante não tiveram maiores espaços para discussões acerca da ordem de justiçamento. A postura exigida (mas como se percebe, nem sempre cumprida) nas organizações armadas era, por razões de segurança, conhecer o mínimo sobre os outros companheiros. O militarismo,[557] cada vez mais grassante nos agrupamentos, implicava aos ativistas a obediência às determinações dos dirigen-

555 Fabiani Cunha, ex-militante da ALN, entrevistado em: 23/05/2006.

556 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

557 ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003, p. 72.

tes. Ou seja, o cumprimento do justiçamento foi realizado, possivelmente, como sinal de fidelidade à organização e de supervalorização da opção pelas armas. Era forma de o militante demonstrar coragem e capacidade de agir na execução das missões mais difíceis ordenadas, provando sua lealdade e adesão ao projeto revolucionário, num momento em que muitos guerrilheiros já tinham caído, ou mesmo passado para o lado da ditadura.

A minimização do espectro político do justiçamento da ALN fica mais uma vez explícito quando as reconstruções memorialísticas enfatizam elementos morais "condenáveis" da vítima e da própria filha de José Bento como atenuantes. Armando Rodrigues seria um "mau caráter", pois vivia a assediar outras mulheres, inclusive as casadas, além de cobrar preços exorbitantes em seu estabelecimento comercial e praticar agiotagem contra os pequenos proprietários de áreas circunvizinhas. Ou seja, nessas memórias reconstruídas, por mais que os ativistas reconheçam o crime e o condenem, não deixam de descredenciar a vítima. Teria havido má fé de José Bento e motivações particulares para o crime, sim, mas o comerciante também "não seria flor que se cheire", nas palavras de um dos entrevistados, pois atentava e explorava a população. Se o assassinato não estava justificado, era, pelo menos, atenuado. O comerciante poderia até não se constituir um risco de segurança, mas estava enquadrado entre os inimigos de classes, apoiador da ditadura, e, assim, passível de ser atingido pelas ações dos agrupamentos revolucionários.

Benedito Bizerril traz outra visão sobre o amigo Armando Rodrigues:

> [São Benedito era] cidade pequena, todo mundo se conhecia. Minha noiva era vizinha dele. Ele era uma pessoa querida na cidade. Tinha vindo do sertão, perto da serra e lá [em São Benedito] conseguiu, depois de algum tempo, consegue ter um grande armazém de venda ao atacado. Era muito hábil pro comércio. Se falava, aquele negócio de "ouvir dizer", que o início da riqueza dele tinha sido a partir de dinheiro

> falso. Mas isso nunca foi provado. Era uma pessoa de bom trato, foi meu padrinho de casamento. (...) Eu morava na mesma rua do Zé Bento, e era uma pessoa que todo mundo gostava também. Ele era espírita e aí, naquele tempo, tinha essa história de chamar de "macumbeiro". E era um homem integrado com o povo. Inclusive, em 64, quando foi preso, teve uma postura muito boa, aqui no quartel. (...) O Zé Armando era da Arena, mas ele não era um político militante. À época, os homens de posse se filiavam à Arena. Tinha local no estado que nem tinha MDB. Ele dizia, apoiava o pessoal [da Arena], mas não era um militante.[558]

Também há, entre os militantes, memórias que, afora destacarem o machismo de José Bento, que pôs tudo a perder por não aceitar a "desvirginização" da filha, buscam atingir a própria garota. Ela teria suas "culpas" para o que se sucedeu. Entrevistados, em off, não deixaram de enfatizar que a garota seria "bastante namoradeira" e "rodada" (ou seja, tinha muitos parceiros sexuais) e estaria indignada com o rompimento do romance ou por ter sido "iludida" pelo comerciante. A moça teria confirmado a existência da lista com os nomes dos "subversivos" e fornecido vários detalhes sobre o cotidiano de José Armando, facilitando a ação de justiçamento. A garota, dessa forma, teria "enganado" os militantes da ALN e o próprio pai, que acreditava na "pureza" da filha. Não custa lembrar o machismo presente também entre as esquerdas à epoca.[559]

Ao se levantarem questões de foro íntimo e de moralidade sobre a garota, atenua-se novamente a responsabilidade política dos ativistas envolvidos no caso. Como se não bastasse a filha do militante apresentar uma "conduta desabonada", ainda teria instigado e ajudado no justiçamento, mesmo sabendo que as acusações contra o comerciante seriam sem fundamento. É um raciocínio parecido com o do descrédito atribuído a Armando Rodrigues. Nas reconstruções de memória, reconhece-se o cri-

558 Benedito Bizerril, militante do PCdoB, entrevistado em: 25062019.

559 GREEN, James; QUINALHA, James (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades:* repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EduFSCar, 2014.

me, mas os envolvidos no justiçamento foram igualmente enganados por uma garota, talvez uma adolescente apaixonada e frustrada, que endossou a ação e não mediu as consequências, junto com o pai, das acusações feitas contra o negociante. Mais uma vez a responsabilidade dos ativistas é atenuada. Essa memória reproduz ironicamente o mesmo machismo que se atribui como motivador da "má fé" de José Bento.

Existem ainda memórias que ressaltam a jovem como politizada. Suas acusações contra Armando Rodrigues não se deram por razões sentimentais, mas, sim, por preocupações com o encaminhamento da revolução e da ALN. Mesmo assim, a filha de José Bento ainda tinha responsabilidades e culpas pelo justiçamento.

> E houve o caso particular ainda da filha do Zé Bento. Esse caso particular, depois, todo mundo colocou a questão em cima disso, quando não foi bem assim. Essa menina era uma menina consciente. Ela de fato namorava com esse cara, tinha um caso com ele, mas ela era mais fiel à situação política do próprio pai e da organização, que com ele [Rodrigues]. E as informações decisivas sobre ele foi ela que passou, num ato de heroísmo. Ela chegou e disse: "olha, ele preparou uma relação".[560]

É possível que José Bento e a filha tivessem razões pessoais e/ou políticas para querer a morte do comerciante, afinal, há uma tradição machista cearense de se "lavar a honra com sangue". Podemos até considerar que José Bento, homem do interior cearense funcionário do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNRU), e proprietário rural na Ibiapaba, em geral mais conservador, ou mesmo por ser velho militante do PCB, cuja rigidez dos princípios morais era valorizada para mostrar a "superioridade" do comunista,[561] tivesse em alta estima a virgindade e buscasse vingança. Mas, a sugestão da morte do comerciante, ainda que por razões passionais,

560 Fabiani Cunha, ex-militante da ALN, entrevistado em: 23/05/2006.

561 FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

não implicava desconsiderar que não houvesse preocupações políticas por parte de Bento, tanto que a expropriação de dinheiro aconteceu na ação. Teria somado o pessoal e o político no episódio, ou seja, eliminou um desafeto e, ainda, obteve recursos para a sonhada revolução socialista. Não obstante, até que ponto um agrupamento de quatro ou cinco pessoas, de uma pequena e distante cidade do interior do Ceará, apresentaria tanta capacidade, espaço e força para influenciar ou, como queira, manipular os dirigentes da ALN para realizar uma ação tão grave quanto um justiçamento?

Será que os integrantes da ALN (mesmo considerando a hipótese de que apenas alguns deles conhecessem a questão passional envolvida), por mais ousada, audaciosa ou imprudente que fosse a conduta do novo líder do agrupamento, José Sales, conforme seus críticos, iriam consentir um justiçamento, algo traumático sob quaisquer circunstâncias, com base apenas nas acusações de um militante (José Bento) indisposto pessoalmente com o acusado, indisposição vinda da possível "sedução" de uma jovem? Lembremos que, por mais que os militantes de esquerda devessem ter uma postura pessoal mais conservadora[562] e que o rompimento de padrões comportamentais pelos jovens, dos anos 60, não fosse tão amplo como se imagina no senso comum, aqueles jovens – a maioria dos adeptos da luta armada apresentavam menos de 25 anos – não estavam imunes às mundanças de comportamento. Colocariam todo o projeto revolucionário e seus sonhos de uma nova sociedade em risco por causa de um namoro frustrado? É algo para se pensar.

José Bento era antigo militante do PCB e fora detido em 1964. Seguira seu amigo e companheiro Sílvio Mota quando do ingresso na Ação Libertadora Nacional. Conforme depoimento prestado por Mota,[563] principal dirigente da organização no Ceará até meados de 1969, já nesse momento existiam manifestações de José Bento alertando sobre o "perigo" representado pela possibilidade de delações do comerciante. Mota e os outros diri-

562 Ibidem.

563 Sílvio Mota, ex-militante da ALN, entrevistado em: 03/06/2006.

gentes da ALN, como José Sales Oliveira, não tomaram providência alguma em 1969. Isso porque, naquele contexto, talvez não levassem a sério ou não estivessem convencidos do alerta, ou porque realmente conhecessem, em detalhes, a antipatia pessoal de Bento pelo comerciante, visto que o mesmo nunca aprovara o namoro da filha com José Armando. Mas em 1970, a ALN agiu executando o comerciante, tendo, inclusive, a anuência de dirigentes nacionais da organização.[564] O que estamos tentando argumentar é que o justiçamento de São Benedito não deve ser analisado, em termos de questões puramente passionais, ou de eventuais responsabilidades individuais. Devem-se observar outros fatores para entender a ação. A nosso ver, havia também um novo contexto, mais ameaçador, em 1970 para justificar o assassinato, o que não existia ainda em 1969, quando Sílvio Mota estava no Ceará.

Na rapidez do aumento da repressão, o contexto político nacional e local de 1970, possivelmente, tenha levado a cúpula da Ação Libertadora Nacional a dar mais crédito às denúncias de José Bento. Como dissemos, naquele momento, governo Médici (1969-74), as quedas, torturas e morte de militantes das esquerdas armadas aumentaram consideravelmente por todo o Brasil. Notícias de companheiros assassinados e "desaparecidos", denúncias de sevícias e execuções sumárias, etc., circulavam entre os ativistas socialistas. Mesmo que, até agosto de 1970, não tivesse "caído" nenhum integrante das organizações armadas em Fortaleza, sabia-se que os órgãos de segurança estavam intensificando a atuação (os grupos armados tinham vários informantes e mesmo integrantes, como o mencionado Carlos Thmoskhenko, dentro da polícia), levando mesmo à prisão e à execução de militantes no interior do estado.

A Polícia Federal, conforme afirmamos, estava fazendo uma "varredura" no Ceará, prendendo para "averiguações" antigos integrantes do PCB, sabendo que alguns desses tinham adentrado às organizações guerrilheiras, ou imaginando que, pelo menos, conheceriam os "terroristas". Em outras palavras, como a represão não tinha posto as mãos em nenhum

564 Fabiani Cunha, ex-militante da ALN, entrevistado em:: 23/05/2006. THMOSKHENKO, Carlos. *Thmoskhenko*: o subversivo que cruzou a fronteira. Fortaleza: FUNCET, 2003, p. 45.

ativista da luta armada do Ceará, iria pressionar os velhos adeptos do PCB. Sintomático disso foi a prisão de José Luís Figueredo e execução de Antônio Bem Cardoso, no município cearense de Jati, em junho de 1970 – aproximadamente dois meses antes do caso de São Benedito. Figueredo e Cardoso eram apoiadores da própria ALN e militantes vindos do PCB.

Ora, por mais que alguns ativistas vissem ali a "reação de uma ditadura em agonia" e um indicativo da necessidade de continuar a luta, os sentimentos de medo, de insegurança, de cair nas mãos do regime e padecer horrores e, óbvio, vir a ser assassinado, estavam presentes. Aumentaram-se, dentro das organizações guerrilheiras, os temores quanto à segurança dos ativistas. Cada vez mais a questão da segurança tornava-se fundamental naqueles idos de 1970. Assim, o que pôde parecer uma "iniciativa precipitada" de José Sales em levar a sério as denúncias de José Bento, mesmo sabendo das questões passionais envolvidas, provavelmente seja, por outro lado, uma ratificação do objetivo de preservar os quadros da ALN no Ceará.

Preocupação em evitar quedas, num momento de aumento da repressão no Estado: essa parece uma possibilidade que pode ajudar a entender melhor o caso de São Benedito. Ante a possibilidade de que novos companheiros fossem mortos ou presos, José Sales, como dirigente da cúpula da ALN, não poderia desconsiderar qualquer denúncia de delação. Não estamos dizendo que existia tal ameaça de delação da parte de José Armando Rodrigues, apenas tentando entender o que poderiam ter imaginado os dirigentes da organização naquele contexto.

Nesse ponto, a relação pessoal José Bento/filha/comerciante, no lugar de descredenciar as denúncias, pode ter servido para incrementar, ainda mais, as suspeitas. Se o comerciante teve determinada convivência e intimidade com uma integrante da família de Bento, era possível que realmente soubesse algo sobre a militância comunista desse, no mínimo, ou mesmo sobre os projetos de luta armada e planos futuros da ALN na região. E mais, a repressão já estava executando e prendendo simpatizantes da ALN no interior. O comerciante morava no interior cearense. Quem

poderia garantir que o sucedido em Jati não era já um indicativo de delações? Nada poderia ser descartado. Aquele era um momento delicado. Vidas corriam risco. Dever-se-ia agir, preventivamente, ou seja, executar o possível delator, fosse ou não verdadeira a hipótese da delação, afinal, fazer a ação é o papel esperado de um revolucionário, conforme a mentalidade imperante, à época, nas organizações armadas.

Em suma, não temos como afirmar se havia ou não uma lista elaborada pelo comerciante José Armando. Não temos como saber se foi uma questão passional que levou José Bento e filha a fazerem a denúncia do risco de delação à ALN. Mas acreditamos ser difícil que os dirigentes da organização se deixassem convencer apenas pelas denúncias de um pequeno grupo de militantes da Serra da Ibiapaba, por mais que a guerrilha visse a área como estratégica, ou fosse imprudente a liderança de José Sales. Enfatizar a questão do namoro da garota e da "traição" de José Bento, que teria usado motivos pessoais e a ALN para matar um desafeto, é uma construção de memória dos envolvidos no episódio, visando atenuar suas participações e equívocos políticos, e que reproduz um discurso conservador, dentro do machismo da sociedade cearense, segundo o qual se pode "matar pela honra". O caso de São Benedito não pode ser dissociado do aumento da repressão às esquerdas no Ceará, em meados de 1970, como ficou evidente no assassinado do ativista Antônio Bem Cardoso em Jati, dois meses antes do justiçamento do comerciante. Tão importante como descobrir "verdades", é saber das "verdades" pensadas pelas pessoas. Dessa forma, para alguns militantes da ALN, ante o risco de queda da organização, nada restava senão a execução. E ela aconteceu.

Após defendermos o mestrado em História na Universidade Federal do Ceará (UFC) e publicarmos o trabalho em livro, vimos referências ao caso de São Benedito, citando nossa pesquisa como fonte, em sites conservadores.[565] Há alguns anos, pouco tempo após o lançamento do livro,

565 "Ação Libertadora Nacional promoveu o justiçamento de um possível delator no município de São Benedito. Em 29 de agosto de 1970, o sequestro e o assassinato do comerciante José Armando Rodrigues, proprietário da firma Ibiapaba Comercial Ltda., em São Benedito/CE, revoltaram a opinião pública. (...) Porque o mataram? A resposta à pergunta envolve-se no absurdo, quando se sabe que

o responsável por um desses sites chegou a ligar-nos, para saber se havia mais casos de "crimes terroristas" da esquerda armada no Ceará. Entendemos isso como uma tentativa, ingênua ou de má fé, de apropriação da história para fundamentar a construção de uma memória justificadora dos crimes da ditadura. Como a esquerda matou, sequestrou, etc., estariam perdoados os "excessos" dos militares. Em outras palavras, São Benedito passou a ser usada para dar sustentação ao que é conhecido entre os historiadores como "teoria dos dois demônios".

Elaborada na Argentina, a "teoria dos dois demônios" atribuiu a erros das direitas e das esquerdas a instauração e duração da ditadura militar naquele país, entre 1976 e 1983.[566] Tal teoria acabou sendo importada para o Brasil, enfatizando que o golpe de 1964 e a ditadura foram consequências dos radicalismos de civis de esquerda e dos militares de direita que assumiram o poder com a queda de João Goulart. Ou seja, atribui-se tudo às intransigências e aos radicalismos dos extremos ideológicos e políticos. A sociedade, inocente, estava alheia aos embates entre esquerdas e governo, sendo apenas vítima da violência e do arbítrio de ambos os lados, não tendo responsabilidade alguma pela ditadura ou pelas mortes e torturas ocorridas.[567]

---

dois de seus assassinos eram os ex-seminaristas Antônio Espiridião Neto e Waldemar Rodrigues de Menezes – este, o autor dos disparos. Cabe uma reflexão sobre o assunto: teriam assimilado tanto ódio e violência na curta estada em Cuba? (...). Fonte Projeto Orvil. Há, porém, algo mais, que foi revelado, juntamente com outros casos ainda obscuros e que precisam ser apurados na Comissão da Verdade na tese de mestrado de História de José Airton de Farias (...)". In: https://ternuma.com.br/index.php/art/1114-justicamento-no-nordeste. Acesso em: 19/04/2019.

566 *Vide* NINO, Carlos. *Juicio al mal absoluto*. Buenos Aires: Ariel, 2006. FRANCO, Marina. *La "teoría de los dos demonios":* un *símbolo de* la posdictadura enla Argentina. In: A Contracorriente, v. 11, nº 2. Invierno 2014. pp. 22-52.
In:http://acontracorriente.chass.ncsu.edu/index.php/acontracorriente/article/view/806/1340. Acesso em: 30/04/ 2019.

567 *Vide* NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit. SAMPAIO, Emmanuel Frias. *A presença do discurso denominado "teoria dos dois demônios" no cenário institucional brasileiro entre as décadas de 1970 a 2010 e suas consequências na inacabada justiça de transição no Brasil*. 2018, 97f. Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. QUINALHA, Renan Honório. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a "teoria dos dois demônios". Revista Jurídica da Presidência, Brasília, v. 15, n. 105, fev./mai., 2013, p. 181-204. In:https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/71.
Acesso em: 29/05/2019.

Com a “teoria dos dois demônios”, os perpetradores do golpe e da ditadura são como que “absolvidos”, endossando uma memória de esquecimento. Ao equiparam-se as violências e ações, tanto do Estado ditatorial como das esquerdas armadas, não haveria porque se buscar punições para os envolvidos. Todos eram igualmente culpados. Dessa maneira, para o bem da nação e da democracia, o ideal seria relevar e esquecer o que se deu. Essa perspectiva dos “dois demônios” esteve consagrada na Lei da Anistia de 1979, à medida que foram anistiados os presos políticos (exceto os que pegaram em armas) e os torturadores, deixando insolúveis e “esquecidas” questões incômodas, a exemplo do destino dos desaparecidos políticos do regime ditatorial.[568] Esses enquadramentos das memórias são bastante convenientes para os grupos civis conservadores e liberais da sociedade que apoiaram o golpe de 64 e a ditadura. Como sabemos, setores do empresariado, da Igreja, da imprensa, do poder judiciário colaboraram com a queda de Jango e com as ações de repressão e perseguição a opositores realizadas pelos militares.[569]

A “teoria dos dois demônios” é usada por alguns segmentos militares e civis apoiadores do regime ditatorial ainda hoje para justificar os crimes da ditadura e evitar a apuração e a responsabilização dos agentes do Estado. Em seus comentários, enfatiza-se sempre que “os dois lados cometeram crimes” e que “a anistia valeu para todos”. Entretanto, os apoiadores da ditadura e segmentos militares não chamam para si os “seus demônios”. As Forças Armadas nunca pediram desculpas oficialmente pelo golpe de 64 e os arbítrios praticados, e muito menos colaboraram com a Comissão da Verdade, existente entre 2012 e 2014, a fim de apurar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988. Para grupos militares, a Comissão, ao abordar tais questões, estava fazendo “revanchismo” e indo contra

568 FICO, Carlos. *História Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2016.

569 AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zarah, 2014.

o “espírito da Anistia de 79”. Ou seja, demônio seria apenas o “outro lado”, o da esquerda “subversiva”, com seus projetos socialistas de governo.[570]

Mais debatida na Argentina que no Brasil, a “teoria dos dois demônios” foi questionada, por seus anacronismos e erros de análises.[571] Essa memória atribui responsabilidades morais idênticas para atores políticos assimétricos, em condições políticas, estruturas de poder e capacidade de ação bem distintas, motivados por valores completamente diferentes.[572] De um lado, o aparato estatal que usou todo de seu poderio institucional e material para manter os militares no poder, recorrendo sistematicamente às torturas e aos assassinatos de opositores. De outro, grupos não-estatais, de limitada capacidade política, isolados da sociedade, mal equipados que, não obstante terem cometido igualmente ações violentas e assassinatos, não apresentavam o terrorismo como tática, ou seja, não praticavam ações contra alvos civis indeterminados.[573] Frágeis, os agrupamentos de esquerda foram dizimados nos primeiros anos da década de 70, com vários dos militantes sendo torturados e/ou executados quando já estavam subjugados. Os que insistem em pedir que sejam apurados também os “crimes dos terroristas”, não enfatizam que aqueles militantes que pegaram em armas, em sua maioria, foram processados, presos e condenados a longas penas, e nem todos foram beneficiados pela Anistia de 1979, enquanto não houve no Brasil até hoje (2020) a punição de um único torturador. E ainda que os militantes da esquerda armada fossem considerados “inimigos de guerra”, os militares brasileiros teriam que ser responsabilizados pelo que aconteceu, visto que existem convenções internacionais sobre como devem agir

570 SAMAPAIO, Emanuel Frias. Op. Cit.

571 QUINALHA, Renan Honório. Op. Cit.

572 NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 318.

573 BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000. p. 152, 577, 578, 1242 e 1243.

os exércitos em relação as seus adversários aprisionados.[574] Aqueles que pedem punições quanto às ações dos grupos de esquerda, denotando seus lugares ideológicos, não defendem a apuração das ações terroristas cometidas por grupos de direita no começo dos anos 80 (já após a Lei da Anistia), a exemplo das bombas na OAB, do caso Rio Centro e dos atentados, em Fortaleza,[575]atos, explicitamente terroristas, pois atingiriam civis indiscriminadamente. Em suma, os erros das esquerdas não devem ser usados como desculpa para justificar o autoritarismo reinante e a repressão feita pela ditadura civil-militar. Como dissemos, na Europa, houve grupos guerrilheiros nos anos 70 e nem por isso países como Itália e Alemanha se tornaram regimes de exceção.[576] Não era preciso uma ditadura para combater os grupos armados de esquerda, como se deu no Brasil, muito menos espionar e reprimir opositores. A maioria absoluta das vítimas, dos

574 "Nenhuma tortura física ou moral, nem qualquer outra medida coerciva poderá ser exercida sobre os prisioneiros de guerra para obter deles informações de qualquer espécie. Os prisioneiros que se recusem a responder não poderão ser ameaçados, insultados ou expostos a um tratamento desagradável ou inconveniente de qualquer natureza. Os prisioneiros de guerra que se encontrem incapazes, em virtude do seu estado físico ou mental, de dar a sua identidade serão confiados ao serviço de saúde". Artigo 17 da III Convenção de Genebra Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra – 1949. In: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados-Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/iii-convencao-de-genebra-relativa-ao-tratamento-dos-prisioneiros-de-guerra-1949.html Acesso em: 19/05/2019.

575 "(...) Sete jovens presos naquele departamento sob acusação de terem cometidos vários atentados a bomba. (...) A Polícia Federal afirmou que o grupo tem ideologia de direita e todos podem ser definidos como situacionistas. Os presos apresentados ontem são Carlos Henrique dos Santos Ferreira, Valério Lenin Lélis Nogueira, Germana de Oliveira Morais, José Feitosa Dantas, Francisco Marcelo Macedo Leitão e Francisco Jorge Feitosa Caneca, todos com idade entre 21 e 25 anos.Continuam foragidos os outros integrantes do grupo, Luís Clovis Lanica de Sousa Filho e Fernando Januário Barbosa. Os presos confessaram o lançamento de um coquetel molotov na Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, no último dia 10 de setembro, lançamento de coquetel molotov, no mesmo dia, na banca de revista da praça de Parangaba, lançamento de bomba de fabricação caseira contra o DCE da Universidade Federal do Ceará, a 5 de outubro; explosão de uma banana de dinamite na praça do Ferreira, a 5 de novembro. O delegado Antônio Carlos, que apresentou os acusados, afirmou que eles também picharam o muro da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré com a sigla MAC – Movimento Anti-Comunista, e com a frase "Abaixo os padres comunistas". Adiantou também que por orientação de José Feitosa, a bomba que explodiu na Universidade Federal do Ceará era para explodir dentro do DCE, mas Valério, que a lançou, jogou-a no estacionamento, deixando de atingir dezenas de estudantes que se encontravam na sala do DCE". "Apresentados os 7 acusados de terror no Ceará". Folha de São Paulo, 04/12/1980.

576 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

perseguidos e processados pelo regime ditatorial sequer defendia a opção da guerrilha. Não era preciso ditadura civil-militar.

Estertores da esquerda armada

Não podemos achar que o projeto da esquerda armada no Ceará naufragou, apenas, devido ao ruidoso caso de São Benedito. Como no resto do Brasil, os agrupamentos locais eram frágeis e estavam isolados do resto da sociedade. Não existia uma identificação do grosso da população com os projetos da guerrilha (derrubada do regime capitalista vigente e a revolução de viés socialista) e com a tática de luta armada adotada, isso num momento de expansão do nacionalismo, crescimento econômico ("Milagre Brasileiro") e de formação de certo consenso social em torno do regime. Some-se a isso o aumento da repressão por parte da ditadura, que buscou se preparar e se equipar para enfrentar os opositores, não raro recorrendo à tortura, a fim de conhecer o funcionamento, a lógica e a estruturação das organizações revolucionárias, para, dessa maneira, destruí-las.[577] O caso de São Benedito, em terras cearenses, só apressou o processo da derrota das esquerdas armadas, aumentando o fosso entre os militantes e a sociedade, e dando justificativas para um maior cerco e repressão aos agrupamentos revolucionários.

Após São Benedito, a ALN no Ceará desmanchou-se como um castelo de areia. Em 28 de setembro de 1970, os jornais trouxeram fotos e manchetes em letras garrafais sobre o desbaratamento do "terror" no estado, sendo, enfim, apontada a autoria de algumas das ações armadas ocorri-

---

577 *Vide* AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1999. RIDENTI, Marcelo. O *fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.). *Carlos Marighela*: o homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999. ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003, p. 70-71.

das.[578] Foram capturados vários militantes, tornado públicos os nomes de outros foragidos (o que levou as autoridades a pedir o apoio da população na captura dos mesmos) e apreendidos equipamentos gráficos, panfletos, armas e carros, frutos do estouro de vários "aparelhos" em Fortaleza.

Buscou-se tornar a divulgação do desmantelamento da ALN um grande evento de propaganda oficial e da "eficiência" dos órgãos de segurança. O superintendente da Polícia Federal, Laudelino Coelho, reuniu a imprensa em seu gabinete, em 28 de setembro, para conceder entrevista coletiva e relatar detalhes das operações investigativas. Tal postura era compreensiva, afinal, as forças de repressão tinham apresentado, até então, resultados pífios, recebendo (discretas) críticas. O jornal O Povo ratificou em seu noticiário o tento dos órgãos de segurança:

> Depois de insistentes e sensacionais diligências com a colaboração da Polícia Militar e de outros organismos de segurança, a Polícia Federal prendeu oito dos 14 terroristas que tomaram parte nos assaltos neste Estado (sic), e tem em seu poder verdadeiro arsenal, uma frota de oito veículos, além de um parque de máquinas e material para os trabalhos de divulgação e grande quantidade de livros, revistas e panfletos sobre a doutrinação terrorista.[579]

Nas "insistentes e sensacionais diligências", não raro, aconteciam tortura dos militantes caídos. Por mais que os ativistas resistissem e evitassem falar algo, acabavam relatando o nome de um companheiro, o local de um aparelho, etc. O integrante da ALN, José Jerônimo Oliveira, preso em setembro de 1970, contou, em seu pedido de indenização à Comissão Estadual de Anistia, sobre as violências das quais foi vítima e os nomes dos torturadores:

578 "Desbaratado o grupo do terror que assaltou e matou no Ceará". Correio do Ceará, 28/09/1970. "Desbaratado terror no Ceará". O Povo, 28/09/1970.

579 O Povo, 28/09/1970.

> Na fase inicial da prisão na Polícia Federal, fui vítima de violentas torturas. (...) Várias horas em diferentes dias. Sapatadas e botinadas no abdômen, no estômago, na região glútea e em todo o corpo. (...) Aplicaram-me numa sessão de tortura de uma tarde inteira um grande número de "telefones" [tapas nos ouvidos]. Tais procedimentos se repetiram em outros dias nesse período em que fiquei preso na Polícia Federal. Estas torturas me causaram graves sequelas. As botinadas e sapatadas na região glútea me geraram uma fístula (...). As porradas nos ouvidos perfuram meu tímpano direito e maltrataram muito o ouvido esquerdo (...). Vale ressaltar os nomes daqueles que me torturaram na Polícia Federal: Dr. Porto, inspetor da PF, Lucena, agente da PF e Deusdeth, torturador vindo de Brasília (..), comandados por um torturador-mor, Laudelino Coelho, chefe da PF no Ceará (...).[580]

A queda de um militante levava à queda de outros.[581] Tanto era assim que em 6 de outubro de 1970, poucos dias após a citada entrevista do Laudelino Coelho, a Justiça Militar pedia o indiciamento de 21 integrantes da ALN, sendo noticiado pela imprensa a prisão de mais seis "terroristas".[582]

A necessidade de denotar que a luta armada prosseguia esteve presente em mais uma ação audaciosa do PCBR. Naquele momento de crescente repressão, quedas e delações, em vez de recuar, o "BR" manteve seus planos e expropriou 200 mil cruzeiros novos da agência do Banco

580 Processo de Requerimento de Indenização de José Jerônimo de Oliveira. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

581 Foram apontados como membros da ALN: Valdemar Rodrigues Meneses, Francisco William Montenegro, João Xavier de Lacerda, José Bento da Silva, Carlos Thmoskhenko Soares da Silva, Carlos Bicalho Lana, Fabiani Cunha, Gilberto Telmo Sidney Marques, Antônio Sales Oliveira, João Batista de Lima, Jane Vasconcelos Dantas, José Jerônimo de Oliveira, Maria de Fátima Carneiro, Moema Correia São Tiago e Newton Gurgel Barreto. O Povo, 28/09/1970. Correio do Ceará, 29/09/1970.

582 Os jornais noticiaram que já estavam presos na Polícia Federal: Fabiani Cunha, Swami Cunha, Valdenilo Balaio da Silva, José Edvon Siqueira, Elias Andrade Ferreira, José Ferreira Lima, Valdemar Rodrigues Meneses, Francisco William Montenegro, Hélio Pereira Ximenes, João Xavier de Lacerda, João Batista de Lima, José Bento da Silva, Newton Gurgel Barreto e José Jerônimo de Oliveira. O Povo, 6/10/1970. Correio do Ceará, 6/10/1970.

do Brasil de Maranguape.[583] Esta foi a única ação exitosa de expropriação conhecida em agência bancária no interior cearense[584] e ocorreu em 11 de setembro de 1970, exatos treze dias após o incidente de São Benedito, quando os agentes da repressão continuavam bastante ativos ainda. Para os militantes, essa ação era como um recado à ditadura: o projeto da revolução permanecia e as organizações persistiriam na luta. Acontece que quanto mais ações eram realizadas, mais os agrupamentos expunham seus ativistas à sanha da repressão...

Talvez para disfarçar as dificuldades e seus limites de investigação, após três meses dessa expropriação, em Maranguape, a polícia cearense tratou de atribuir a ação à ALN.[585] Foram, inclusive, indiciados vários integrantes da organização que estavam já presos e que, sob tortura, assumiram a autoria da ação. Apenas, em 1972, os meios de comunicação afirmaram que a autoria era do PCBR, isso em consequência do desmantelamento do "BR" em Pernambuco.[586]

Mesmo com as sucessivas quedas do pessoal da ALN, no Ceará e com o aumento generalizado da repressão por todo o Brasil, o PCBR continuou ativo, inclusive contando com novos integrantes enviados pela direção nacional.[587] Demonstrando preocupação em manter contato e comunicar-se com a população e, consequentemente, buscando diminuir o isolamento

---

583 Algo em torno de dois milhões e 500 mil reais hoje, conforme o conversor de valores do jornal Estado de São Paulo. In: https://acervo.estadao.com.br/ Acesso em: 16/11/2019.

584 A ALN, antes do caso de São Benedito, fizera o levantamento para uma ação de expropriação do Banco do Brasil em Senador Pompeu, sertão central cearense, mas sem concretização. Depoimento mantido anônimo a pedido do ex-militante. Entrevista realizada em Fortaleza em 16/05/2006.

585 O Povo, 23/11/1970. Correio do Ceará, 23/11/1970. *Vide* ação penal número 9/71, Apelação STM número 39.911. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/646.html Acesso em: 16/11/2019

586 "Reviravolta no assalto ao Banco do Brasil de Maranguape': Uma reviravolta total se verificou nas investigações em torno do assalto à agência do Banco do Brasil de Maranguape. A Delegacia da Polícia Federal chegou à conclusão de que o assalto foi obra do PCBR e não da organização terrorista ALN. Neste caso, estão presos diversos terroristas implicados naquela operação e excluídos do inquérito anterior Fabiani Cunha, Gilberto Telmo, o ex-policial Carlos Thmoskhenko e outros". Correio do Ceará, 2/06/1972.

587 GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 204.

social em que se encontrava, o agrupamento passou a desenvolver, em Fortaleza, intensa campanha pelo voto nulo nas eleições realizadas em novembro de 1970. Os ativistas promoveram comícios-relâmpago, panfletagens e pichações denunciando o que entendiam ser uma farsa da ditadura. Como exercer livremente o direito de voto se opositores estavam sendo censurados, perseguidos, torturados, mortos? Também criticavam o sistema representativo, mero mecanismo de reprodução dos interesses das elites e de seu poderio econômico.[588] Não por acaso, em uma das pichações, os ativistas desenharam o que podia ser entendido como uma célula de votação, cortada por um enorme "x". Outras vezes, escreviam frases provocativas: "Vote nulo: eleição é tapeação, luta armada é a solução". Como a cidade, no começo dos anos 70, não apresentava tanta poluição visual, é provável que as pichações chamassem bastante a atenção dos fortalezenses – tanto que foram alvo de matéria na imprensa.[589] Devido a essa exposição excessiva e descuidos de segurança, o PCBR começou a cair no Ceará.

Ao meio-dia de 15 de outubro de 1970, um grupo de militantes acabou surpreendido na Avenida Duque de Caxias, no centro da capital cearense, por uma patrulha da polícia, quando pichava a lateral de um ônibus. Seguiu-se um tiroteio, ao fim do qual foi preso Paulo Fernando Magalhães dos Santos.[590]

> A ação consistia no seguinte. Quando o coletivo parasse no sinal na Avenida Imperador com Duque de Caxias, um dos militantes entraria no ônibus e faria um discurso relâmpago, enquanto outro fazia a pichação na lateral do

588 ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Op. Cit.

589 "Pixadores (sic) contra as eleições": Os grupos radicais de extrema esquerda entraram em ação nestes dois dias realizando pichamento em muros, no interior das escolas e em outros locais afastados da cidade. O pichamento é apenas um X. As autoridades interpretam o fato como sendo uma conclamação para votação em branco no próximo pleito de 15 de novembro (...). Severa vigilância vem sendo exercida por todos os setores policiais, tendo em vista a capacidade de atuação que a organização subversiva vem demonstrando. Correio do Ceará, 23/09/1970.

590 *Vide* ação penal número 20/71, apelação ao STM número 39.761. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/400/345.html Acesso em: 17/11/2019

> coletivo, com os dizeres: “Eleição é tapeação, luta armada é solução”. E um outro grupo fazia panfletagem. E mais dois [ativistas] ficavam na retaguarda, armado, para garantir a segurança da ação. Eu fiquei na retaguarda, com um menino mais novo que eu, o chamado Paulo “Moleque”, que tinha vindo de Pernambuco para cá e morava num aparelho do partido. (...) Essa campanha do PCBR [pelo voto nulo] foi nacional, foi desencadeada nas principais capitais. O pessoal da [Avenida] Imperador caiu mais por nossa própria inexperiência. Uma rural da polícia se aproximou e eles [policiais] nem tinham notado a gente. O pessoal ficou inquieto e o Paulo deu um tiro pra cima, para amedrontar. Desse tiro, a polícia foi no encalço da gente. Eu consegui me evadir, entrei numa casa com uma companheira, a Lilia [Guedes], que tinha 18 anos. A polícia foi em cima do Paulo e o prenderam.[591]

Apelidado de “Moleque”, Paulo Fernando tinha apenas 16 anos de idade, à época, e viera de Pernambuco, onde já era perseguido pela repressão. Sob torturas, acabou revelando o endereço de um aparelho do PCBR no bairro de Montese.

Ao chegar ao aparelho, a polícia flagrou ainda alguns ativistas que, incrivelmente, tentavam mudar a mobília, num comportamento totalmente contrário às recomendação dos agrupamentos guerrilheiros, as quais orientavam o abandono de todo e qualquer esconderijo quando um ativista caísse. Por outro lado, a postura dos militantes em levar a mobília explicitava as dificuldades da organização que, cada vez mais, tinha problemas para obter recursos e garantir uma estrutura mínima de funcionamento. Como se não bastassem os óbices para realizar ações de expropriação, à proporção que mais militantes entravam na clandestinidade, eram precisos mais recursos para garantir-lhe a subsistência e proteção. Como dissemos antes, o abandono de um aparelho representava um ônus financeiro para os agrupamentos, afora os efeitos políticos negativos.

591 Célio Miranda, ex-militante do PCBR, entrevistado em: 08/07/2016.

A imprensa noticiou que ocorreu um tiroteio no aparelho, saindo ferido, à bala, o universitário Pedro Paulo Pinheiro.[592] Em seu relatório à Comissão Cearense de Anistia, Pedro Paulo contou outra versão, confirmada por militantes entrevistados.[593] O estudante conseguiu saltar o muro da casa vizinha, sendo, nas imediações da Avenida João Pessoa, alcançado pelos agentes da DOPS. Rendido e deitado no chão, Pedro Paulo recebeu um tiro à queima roupa e só não foi executado porque um outro policial interviu. Ficou com o projétil alojado no corpo e, em decorrências das más condições higiênicas de prisão e das torturas sofridas, acabou tendo os olhos infeccionados, perdendo a vista esquerda anos depois.[594] Os demais ativistas do "BR" conseguiram escapar ao cerco policial no Montese, alguns buscaram refúgio em outros estados, sobremaneira, Pernambuco. Não obstante, os documentos apreendidos no lugar e as informações obtidas com as torturas de "caídos" levaram a polícia a invadir diversos aparelhos e efetuar a captura de outros militantes do PCBR.

A conjuntura apresentava-se difícil para o "BR" em todo o País. As lideranças da organização estavam caindo. Em meados de 1970, o PCBR foi quase esfacelado em Pernambuco, onde se encontravam vários militantes cearenses fugidos com o aumento do cerco repressivo no Ceará. A organização sofreu sucessivos golpes na pretensão de sequestrar representantes estrangeiros em Recife, de início, o cônsul dos Estados Unidos, do qual desistiu, passando a focar no cônsul dos Japão. Em 26 de junho, os militantes tentaram expropriar um fusca a ser usado no sequestro. O condutor do

---

592 "Estudante baleado ao reagir à prisão". Correio do Ceará, 16/10/1970. Foram indiciados Pedro Henrique Coelho, Maria do Socorro Diógenes, Pedro Paulo Pinheiro, Antônio Soares de Lima Filho, Paulo Fernando Magalhães dos Santos, Célio Miranda de Albuquerque e Lilia da Silva Guedes. *O Povo*, 1/04/1971, p. 6. *Vide* ação penal número 24/71, apelação ao STM número 40.318.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/660.html Acesso em: 17/11/2019. *Vide* ação penal número 20/71, apelação ao STM número 39.761. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/400/345.html Acesso em: 16/11/2019.

593 Célio Miranda, ex-militante do PCBR, entrevistado em: 08/07/2016.

594 Processo de Requerimento de Indenização de Pedro Paulo Pinheiro. Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou.

carro, o sargento da aeronáutica Matheus Levino dos Santos, não obstante, reagiu e acabou baleado[595] – faleceria noves meses depois, gerando grande comoção na cidade. A repressão intensificou-se. Na manhã de 16 de julho, o aparato policial acabou estourando um aparelho do PCBR, na rua Jandaia, na capital pernambucana, após breve tiroteio, prendendo três ativistas: a norte-americana Nancy Mangabeira Unger, a cearense Vera Maria Rocha e o pernambucano Francisco de Assis de Sá Barreto, os dois últimos, fundadores do PCBR no Ceará, como vimos no capítulo 1.[596]

Um consenso entre os entrevistados foi o da "maior eficácia e brutalidade" dos órgãos de repressão em Pernambuco. Como uma das áreas de intensas disputas políticas e sociais no País, antes mesmo do golpe de 64, não surpreende a estrutura do aparato repressivo no estado vizinho. Torturados, humilhados, os militantes de esquerda "abriam o bico", no jargão policial, alguns ao ponto de passar a colaborar depois com a ditadura.[597] A documentação apreendida e as informações obtidas de maneiras várias, em Recife, ao lado da captura dos "pichadores" em Fortaleza, foram fatais para o PCBR nas terras cearense. Ainda que muitos militantes continuassem a defender a luta armada, outros já pensavam em um "recuo estratégico". As prisões, fugas e exílios aumentaram enormemente.

Um grupo de ativistas, alguns deles vindos de Pernambuco e Bahia, ainda tentou reorganizar o PCBR no Ceará, em fins de 1971 e início do ano seguinte, evidenciando que, mesmo com a intensa repressão, o projeto revolucionário armado ainda fazia parte da crença de parte da esquerda

---

595 *Vide* ação penal número 93/70, apelação ao STM número 39.410. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/632.html Acesso em: 30/11/2019.

596 *Vide* ação penal número 95/70, apelação ao STM número 38.975. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/179.html Acesso em: 30/11/2019.

597 Um dos que passaram a colaborar foi o estudante de medicina rio-grandense José Gersino Saraiva Maia, que havia estado no Ceará para participar da ação de expropriação do carro pagador do *London Bank*. Em 1971, Gersino realizou pronunciamento público, divulgado pela imprensa, e apareceu na televisão, arrependendo-se de sua militância, elogiando a ditadura e fazendo acusações às esquerdas. VECHIA, Renato da Silva Della. Op. Cit., p. 161.

radical.[598] A tentativa, não obstante, frustrou-se, a partir de um incidente acontecido em 7 de janeiro de 1972.

Conforme entrevista com José Machado Bezerra,[599] partícipe do ocorrido, integrantes do "BR" marcaram um ponto com membros da recém-criada Frente de Libertação do Nordeste (FLNE), na Praça Coração de Jesus, centro fortalezense, visando acertar detalhes para a expropriação a ser feita no depósito da Companhia de Cigarros Souza Cruz, situada ali próximo. Acontece, contudo, que um desses militantes virara "cachorro", ou seja, passara para o lado da polícia. O "ponto" era uma farsa armada pelos órgãos de segurança. Assim, enquanto os ativistas discutiam os detalhes dentro do fusca, um guarda de trânsito aproximou-se, exigindo a documentação do veículo e que todos saíssem para ser revistados. O guarda entregou os documentos a um outro homem que se aproximara, o agente da Polícia Federal João Lucena Leal, outro nome apontado por ex-presos políticos como torturador.[600] Ante a recusa dos militantes em descerem, Lucena sacou do revólver e atirou para dentro do carro, não acertando ninguém. Os militantes acertaram o agente, ao responderem à bala. Seguiu-se, então, rápido tiroteio, o que deu tempo aos revolucionários deixarem o fusca e entrarem num táxi estacionado perto, obrigando o motorista a retirá-los dali. O incidente foi relatado na imprensa como um ataque do "terror".[601]

Os militantes do PCBR conseguiram fugir, mas haviam sido identificados. Nas semanas seguintes caíram quase todos, numa grande operação

---

598 Foram acusados de tentar reorganizar o PCBR em Fortaleza: João Alves Gondim Neto, José Luis da Costa, Natur de Assis Filho, Fernando José Bastos Macambira e José Machado Bezerra. O Povo, 24/05/1972, p. 7. *Vide* ação penal número 44/72, apelação ao STM número 40.748. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/092.html Acesso em: 20/11/2019.

599 José Machado Bezerra, ex-militante de ALN e PCBR, entrevistado em: 27/05/2003.

600 "Esse Maldito Passado". Revista Veja, 09/11/1998.

601 "Terror ataca a bala na Praça Coração de Jesus". Correio do Ceará, 08/01/1972. Foram indiciados pelo "atentado à vida" do agente João Lucena Leal: João Mendes de Araújo (morto pela repressão em Recife a 24/02/1972), Aluízio Valério da Silva, Luis Eduardo Andrade e José Luiz da Costa. O Povo, 24/05/1972. *Vide* também Relatório João Mendes Araújo, Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmera. In: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/joao-mendes-araujo-pdf Acesso em: 29/11/2019.

de repressão da Polícia Federal e do DOI denominada "Barra Limpa". Era o desbaratamento do PCBR no Ceará. A FLNE teria o mesmo destino, embora durasse um pouco mais.

A Frente de Libertação do Nordeste (FLNE) foi fundada, em 1971, em Pernambuco e Ceará, reunindo ex-membros da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).[602] A FLNE foi formada, principalmente, por dissidentes da ALN descontentes com o fato da cúpula nacional dessa organização estar levando os principais quadros do Nordeste para suprir as quedas ocorridas no Sudeste. O ex-militante José Calistrato Cardoso Filho apresentou-nos outra versão, dando a entender que a FLNE continuava ligada à ALN, constituindo-se um subgrupo dessa, tendo sido criada, de forma aparentemente autônoma, para confundir as forças da repressão.[603] A organização/subgrupo contou com diversos integrantes e apoiadores, no Cariri cearense e áreas sertanejas de Pernambuco e Paraíba. Essas regiões, estrategicamente localizadas, em especial a da chapada do Araripe, formação com muita vegetação e água, interessavam aos agrupamentos armados. Não foi coincidência, como também relatou-nos Calistrato, que ativistas tenham percorrido o sul-cearense para melhor conhecê-lo e, possivelmente, instalar bases de apoio.

Uma das ações marcante da FLNE deu-se na cidade pernambucana de Bodocó, a 27 de agosto de 1971, exatamente quando a ditadura intensificava a perseguição ao famoso líder guerrilheiro Carlos Lamarca, que se supunha estar no Nordeste. O regime chegou até a conjecturar que Lamarca estivesse refugiado no Ceará, como noticiou a imprensa de Fortaleza.[604] O guerrilheiro acabou sendo morto pela repressão, a 17 de setembro de 1971, na Bahia. Em Bodocó, aproximadamente 20 militantes da FLNE ocuparam a cidade, como ato de propaganda revolucionária, buscando chamar a atenção dos aparelhos repressivos e, assim, talvez aliviar o cerco a Lamar-

602 *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 95.

603 José Calistrato Cardoso Filho, ex-militante da ALN, entrevistado em: 04/01/2020.

604 "Lamarca procurado também no Ceará". O Povo, 30/06/1971, p. 8.

ca. Desfilaram armados pelas ruas e ocuparam a prefeitura e a delegacia, manifestando apoio público a Lamarca. Foi realizada, ainda, a expropriação de recursos da Coletoria Pública local. Perseguidos a seguir pela polícia, os ativistas fugiram pelos sertões, contando, inclusive, com apoio de populares. Os militantes escaparam do cerco repressor, refugiando-se por 17 dias na chapada do Araripe. A ousada ação teve repercussão, irritando a ditadura e chegando a ser noticiada pela Rádio Havana, de Cuba.[605]

Um dos integrantes da FLNE foi José Sales Oliveira, partícipe do episódio de São Benedito. Fugindo da repressão, em 1970, Sales deslocou-se para São Paulo. Segundo José Calistrato Cardoso Filho, a direção da ALN chegou a discutir a possibilidade de levar Sales a um tribunal revolucionário e justiçá-lo, pelo desastre de São Benedito. Calistrato e Moema Santiago teriam sido alguns dos que intervieram em defesa de Sales, alegando que na morte do comerciante não tinha ocorrido nenhuma traição dos princípios da organização, apesar da forma desastrosa como a ação foi conduzida. Sales foi poupado, mas teria perdido bastante prestígio dentro da ALN. Junto com o próprio Calistrato, então, voltou a Pernambuco e, sob o escudo da FLNE, persistiu na atuação revolucionária no Nordeste.[606]

Muitas das ações, nessa fase final da luta armada, objetivavam mais a sobrevivência e escapatória dos militantes que o desencadeamento da sonhada revolução. O sentido e o comportamento dos ativistas mudaram, completamente, da mesma forma. Vários exilaram-se, outros "desbundaram" (abandonaram a luta) e alguns passaram a colaborar com a ditadura. Esses últimos foram duramente recriminados pelos antigos companheiros, sofrendo discriminações, ameaças e até justiçamentos, como vimos no capítulo anterior.

---

605 José Calistrato Cardoso Filho, ex-militante da ALN, entrevistado em: 04/01/2020. Vide jornal O Guerrilheiro, nº 3, de setembro de 1971. In: http://www.dhnet.org.br/perly/guerrilheiro/guerrilheiro_n3.htm Acesso em: 04/01/2020.

606 José Calistrato Cardoso Filho, ex-militante da ALN, entrevistado em: 04/01/2020. *Vide também* MOTA, Sílvio. Op, Cit., p. 77.

Outras vezes, as ações assumiam características de crimes comuns: nada mais de discursos revolucionários ou justificativas para as expropriações. Agora era tomar tudo que pudesse virar dinheiro e garantir a sobrevivência física dos militantes remanescentes e ativos. Os militantes clandestinos passaram a ter dificuldades financeiras para pagar os aluguéis dos "aparelhos" e até para comprar mantimentos. Era uma situação de desespero e busca de todos os meios para escapar ao cerco dos aparelhos de repressão. No Ceará, conforme apuramos junto a alguns entrevistados e pelos próprios informes da imprensa sobre crimes comuns – mas que eram realizados por organizações armadas –, isso se deu, sobretudo, nas últimas ações da esquerda revolucionária, no início do ano de 1972, envolvendo alguns militantes do PCBR e da FLNE .

Afora o tiroteio na Praça Coração de Jesus, a FLNE realizou algumas outras ações as quais foram tidas pelo aparato policial como crimes comuns, apenas depois percebendo-se seu viés político, ainda assim com dificuldades de caracterização. O Correio do Ceará, de 17 de janeiro de 1972, noticiou o assalto de três motoristas de táxi, em Fortaleza no final de semana anterior, chamando a atenção para o fato de os bandidos não terem feito maiores agressões contra as vítimas, embora levando o "apurado" do dia e os veículos, como no caso do automóvel corcel do motorista de nome José Wilson Paiva:

> (...) Às 22 horas homens apanharam o "corcel" de placa AZ 3005 na rua Moacyr Wayne e ao chegarem na Praia do Meireles, apontaram o revólver para o motorista José Wilson Paiva, obrigando-o a descer do veículo e entregar 116 Cruzeiros referentes ao apurado. Os gatunos fugiram com o táxi que mais tarde foi abandonado no bairro do Benfica.[607]

607 Correio do Ceará, 18/01/1972. Os 116 cruzeiros hoje valeriam algo em torno de 1.160 reais, conforme o conversor de valores do jornal Estado de São Paulo. In: https://acervo.estadao.com.br/ Acesso em: 29/12/2019.

No dia seguinte, o mesmo periódico informou que a investigação da autoria dos delitos passara para alçada da Polícia Federal, pela suspeita de que fossem ações "subversivas".[608] Conforme o apontado pelas forças de repressão, pelos menos um desses assaltos foi realmente de natureza política: o do citado corcel. Na noite de sábado, 15 de janeiro de 1972, militantes da FLNE apossaram-se do táxi e usaram-no para fazer uma ação de expropriação à empresa de ônibus Viação Silvano LTDA, situada no Bairro do Montese, capital cearense.[609]

Conforme denúncia oferecida pela Polícia Federal, a Frente de Libertação do Nordeste tentara, sem êxito, expropriar também o depósito da Companhia de Cigarros Sousa Cruz – mas o carro da empresa, que traria o dinheiro apurado no dia, acabou não aparecendo.[610] A partir de contatos com militantes de esquerda, na região do Cariri, a FLNE chegou a averiguar, na região, locais propícios para instalação de bases/campos de treinamentos. Quando os integrantes da FLNE preparavam-se para fazer uma ação de expropriação do Banco do Brasil do Crato, acabaram caindo. A frustração da operação (cuja autoria a PF atribuiu inicialmente a ALN)

---

608 "Últimos assaltos podem ser subversivos'. O Secretário de Segurança Pública, Coronel Henrique Domingues, transferiu para a área da Policia Federal as investigações em torno dos três últimos assaltos registrados em Fortaleza. 'Somente após uma definição sobre a natureza dos atos é que a Secretaria de Segurança poderá entrar' – disse o titular da Secretaria de Segurança. De acordo com as informações colhidas na Secretaria de Segurança, os atos poderão levar à conclusão de que se trata de uma ação subversiva, razão pela qual as investigações foram deslocadas para a área da Polícia Federal". Correio do Ceará, 19/01/1972.

609 Os jornais trouxeram poucos informes sobre esse assalto. Há referências em O Povo e Correio do Ceará de 24/05/1972. Colhemos ainda informes em O Povo de 29/05/1972, quando se noticia o resultado da viagem de auditores da 10ª Circunscrição Militar de Fortaleza a Recife para ouvir os acusados da ação, ali presos. Foram indiciados pela ação José Calistrato Cardoso Filho, Leonardo Mário de Aguiar Barreto, Aluísio Valério da Silva, Arnaldo Cardoso da Rocha e João Mendes de Araújo. *Vide* ação penal número 25/72, apelação ao STM número 40.033. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/500/425.html Acesso em: 20/11/2019.

610 Foram indiciados por essa nova tentativa de assalto a Souza Cruz: José Calistrato Cardoso Filho, João Mendes de Araújo, Leonardo Mário de Aguiar Barreto e Arnaldo Cardoso da Rocha. O Povo, 24/05/1972. *Vide* ação penal número 24/72, apelação ao STM número 40.070.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/600/542.html Acesso em: 20/11/2019.

e o nome dos "terroristas" da FLNE vieram a público, em 25 de janeiro de 1972, sendo divulgado com estardalhaço pela imprensa.[611]

No Crato, foram detidos vários ativistas da luta armada, inclusive o ex-líder da ALN, José Sales Oliveira, codinome Marcos, apontado como um dos últimos foragidos do caso de São Benedito (o outro era Carlos Thmoskhenko). Estava já condenado à prisão perpétua e foi enclausurado no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), no então município de Aquiraz, onde também cumpriu pena a maioria dos ativistas da luta armada. Na prisão, Sales sofreria "ressalvas" por parte dos companheiros, que recriminavam o depoimento por ele prestado aos órgãos de repressão – teria "falado demais" – e buscavam atribuir à sua imprudência, no comando da ALN, certa responsabilidade por São Bendito.[612] Sales saiu da prisão apenas, em 1980, sendo o último preso político a ser libertado no Brasil, no contexto das mudanças da Lei de Segurança Nacional, da aprovação da Lei da Anistia (1979) e da distensão do regime ditatorial-militar.

Com aquelas prisões, mais detalhes foram obtidos pelos órgãos de segurança sobre a luta armada no Ceará. Em extensas reportagens nos jornais, a 24 de maio de 1972, a Polícia Federal anunciou a conclusão de dez inquéritos sobre os grupos armados que atuaram ou tentaram atuar no Estado (ALN, PCBR, PCdoB, VAR-Palmares e FLNE), fazendo um balanço das ações destes e proclamando a prisão de seus principais membros e o total desmantelamento da guerrilha.[613]

---

611 "Frustrado assalto terrorista no Crato". O Povo, 25/01/1972. "Frustrado plano de assalto à agência do BB do Crato". Correio do Ceará, 25/01/1972. Foram presos: José Sales Oliveira, Patrício de Medeiros, José Arruda Lopes, Geraldo Alves Formiga e José Valdir Aquino. Foram anunciados como integrantes da organização ainda: José Calistrato Cardoso Filho, José Carlos Líbano, João Mendes de Araújo, Everardo Norões, Elói Teles, Valmir Farias, Luis Gonzaga Martins, Heribaldo Portela, Claudionor Couto Roriz, Antônio Cruz, Francisco Novais, Francisco Derli Pereira e José Ferreira Alencar. *Vide* ação penal número 23/72, apelação ao STM número 40.289. In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/500/461.html Acesso em: 21/11/2019.

612 MOTA, Sílvio. Op. Cit., p. 77.

613 "Polícia desarticula grupos terroristas". O Povo, 24/05/1972. "Prisão para 13 terroristas". Correio do Ceará, 24/05/1972.

Por mais que as matérias da imprensa buscassem um efeito propagandístico da repressão, acabaram por expressar realmente o que acabou se dando. A luta armada no Ceará teve, na tentativa de assalto no Crato, sua última ação. Uma expropriação que não teve êxito, igual ao projeto político revolucionário dos agrupamentos de esquerda armada. ALN, PCBR, VAR-Palmares e FLNE estavam desbaratadas.

Nos meses seguintes, perante o acirramento dos conflitos no Norte do Brasil, com a guerrilha do Araguaia, a repressão continuou forte. A intenção da ditadura era cortar qualquer linha de apoio que existisse Brasil afora aos guerrilheiros. Também houve censura quase total na imprensa sobre a luta armada no sul do Pará, impedindo que a população soubesse o que se passava.

O Partido Comunista do Brasil foi implacavelmente caçado em várias cidades do País. Em abril de 1973, a imprensa noticiou que os órgãos policiais haviam feito a captura, em Fortaleza, de vários militantes do partido.[614] A organização foi quase toda desmantelada. Apenas em meados dos anos 70, o PCdoB conseguiu se reestruturar no estado, com muita prudência, conforme afirmou Abel Rodrigues.

---

614 "Desbaratado aparelho comunista em Fortaleza". O Povo, 07/03/1973. "Terror do PC cai no Ceará", Correio do Ceará, 07/03/1973. Foram presos José Tarcísio Crisóstomos Prata, Geraldo Majela Lins Guedes, José Francisco dos Santos Rufino, José Auri Pinheiro e Vicente Valmick Vieira, os quais foram recolhidos ao Instituto Penal Paulo Sarasate. As matérias informam que encontravam-se foragidos: Sérgio Miranda de Matos Brito, Marcos Costa Sampaio, Eloísio Pinheiro Peixoto, Gabriel Ksaychete Sobrinho, José Duarte e Edilson Pinheiro. Foram indiciados: Francisco Edson Pereira, Luis Tadeu Lopes de Freitas, Paulo Farias Veras, Nélson Serra e Neves, Júlio César Portela Lima, Marcos Venício Crisóstomo Prata, Ada Nícia Diógenes Nogueira, Ricardo de Matos Esmeraldo, Carlos César Uchoa Barreto, Francisco Lopes da Silva, Gil Fernandes de Sá e Antônio Marques. Seriam indiciados posteriormente ainda Antonio Marcondes de Oliveira, Paulo Roberto Almeida Abreu, Francisco Parentes de Resende Correa,Antonio Aureliano de Oliveira, Antonio Francelino Filho, Tarcisio Rolim Gomes, Paulo Américo Pinheiro Goiana, Pedro Gomes das Neves, Vandeilton Ferreira de Sousa, Claudiomar Rodrigues de Sousa, José Elpídio Cavalcante, Francisco Nilson de Vasconcelos, Francisco da Silva, Francisco Ferreira de Araújo, José Ferreira do Nascimento, Luiz Oliveira de Matos e José Bartolomeu Cavalcante. *Vide* ação penal número 19/73, apelação ao STM número 41.749.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/696.html Acesso em: 22/11/2019.

> Nesse período [início dos anos 70], houve quedas, prisões generalizadas em vários estados. No Ceará, especialmente, praticamente dizimaram aqui [o PCdoB]. Muita gente presa, não sobrou ninguém [livre], muita gente teve que se mandar, sair para outros estados. (...) A direção nacional [do partido] dava atenção ao Ceará. Aqui o partido tinha influência no movimento estudantil, já tinha um trabalho feito e isso não podia ser descartado. Assim, a direção nacional nos enviou para reestruturar o PCdoB no Ceará. A gente veio com muita discrição inicialmente, para evitar qualquer coisa da repressão. Chegamos aqui em agosto de 1975 e passamos a trabalhar como fotógrafo (...). Começamos lentamente e com muito cuidado a fazer contato com a militância, como o Benedito Bizerril e o Luis Carlos Antero. Contatos com bancários, metalúrgicos, movimentos de bairros, jornal O Mutirão (...).[615]

Ainda em abril de 1973, os jornais fortalezenses também abordaram a repressão que recaíra sobre o Partido Comunista Brasileiro. O PCB buscou rearticular-se no estado após a debacle de 64, contando especialmente com a atuação do pernambucano José Leite Filho. Esse, nos anos 30, foi preso no estado vizinho várias vezes, por realizar oposição ao governo Vargas. Em 1945, chegou a ser eleito deputado estadual. Com o golpe de 64, foi mais uma vez detido. Visando garantir a integridade física do histórico quadro e reorganizar o partido no Ceará, o PCB enviou José Leite Filho, em 1965, a Fortaleza. Sob sua responsabilidade, organizou-se uma gráfica em pequeno sítio no distrito de Croatá, município de São Gonçalo do Amarante. Ali eram impressas várias publicações do partido, como o jornal comunista Voz Operária, distribuído por todo o Nordeste. A Polícia Federal acabou chegando aos militantes, após prender e ameaçar Vladimir Távora Carvalho, filho

615 Abel Rodrigues Avelar, militante do PCdoB, entrevistado em: 02/08/2019.

do proprietário do sítio, Anário de Carvalho. A partir daí, estourou aparelhos do PCB em Fortaleza, sendo presos vários ativistas.[616]

Em meados dos anos 70, o DOI-CODI desenvolveu a "Operação Radar", para apanhar os velhos quadros do PCB. Pelo País afora, entre 1974 e 1976, foram mortos 11 militantes do partido, a exemplo do conhecido jornalista Wladimir Herzog, em São Paulo.[617] Em Fortaleza, a 11 de setembro de 1975, o sindicalista e ex-tesoureiro do PCB, Pedro Jerônimo de Souza, foi detido pela polícia, dentro de um ônibus. Mantido encarcerado por dias na DOPS, sofreu inúmeras torturas, vindo a falecer. O advogado Pádua Barroso, que defendeu vários presos políticos no estado, ouviu de um coronel da Polícia Militar que Pedro Jerônimo fora estrangulado e tivera o pescoço quebrado. A polícia insistiu em que o militante comunista "se enforcara com uma toalha", cometendo suicídio, o que foi repudiado por familiares e o citado advogado. Os parentes de Pedro Jerônimo constataram vários hematomas no cadáver, atestados depois por exame de corpo de delito. A polícia tentou impedi-los de ver o corpo, inclusive praticando coações e intimidações no velório. Entre os acusados de envolvimento na prisão e morte de Pedro Jerônimo, estava o então tenente Horácio Gondim. Esse, em declarações à imprensa, décadas depois, afirmou que atuou na prisão de Jerônimo, mas não da morte e que "tinha orgulho em ter participado da luta

616 "Imprensa comunista desmantelada". O Povo, 10/04/1973. Com a descoberta da gráfica, José Leite Filho foi preso e torturado pela ditadura, cumprindo pena depois no IPPS. Ao ser liberto, passou a vender livros, ajudado por seu amigo, o ex-líder do PCB, Anníbal Bonavides. Montou uma conhecida livraria na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Foram igualmente presos pelo estouro da gráfica, segundo aquele jornal: Anário Batista de Carvalho, Luis Carlos Leite, Jonas Daniel, Maria José Aragão, Alberto Santiago Galeno, Raimundo Uchoa Diógenes, Benedito Marques Teixeira e José Casteliano de Souza, todos recolhidos ao IPPS. Foram indiciados Francisco Felipe Cardoso, Antônio Eurico de Queiroz, Vicente Pompeu da Silva, Moacir Ramos da Silva, Pedro Granjeiro Amorim, Hymes Selva Braga, Ramyses Selva Braga, Ramid Selva Braga, Antônio dos Santos Teixeira, Manoel Aeri Ferreira, Afonso Araldo de Queiros, Ederval Araujo Xavier, Vulpiano Cavalcante de Araújo, Bento Ventura de Moura, Ataulpa Mariano Arruda, Francisco Pereira da Silva, João Sales, Luis Oliveira, Hugo Medeiros de Brito, Carlos Alberto do Nascimento, João Vieira Lima, José Vieira Lima e Maria Lúcia Lima. *Vide* também O Povo, 10/04/1973; 12/05/1973; 16/05/1973; 29/08/2003. OLIVEIRA, Papito de (Org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

617 Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – Mortos e desaparecidos entre maio de 1974/outubro de 1985, p. 127. In: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/ Acesso em: 28/12/2019.

contra o terror".[618] A Comissão Nacional da Verdade concluiu que "Pedro Jerônimo de Sousa foi preso, submetido a torturas e morto em uma ação coordenada entre diversos órgãos de repressão que atuavam na perseguição aos membros do PCB no estado do Ceará".[619]

Em março de 1974, desmantelou-se o Movimento Comunista Internacional (MCI), como abordamos no capítulo 1.[620] PCB e MCI não realizaram a luta armada, mas a ditadura buscava manter a tensão e o medo do "terrorismo" comunista, para justificar a repressão, angariar apoio de parte da sociedade e mesmo justificar a existência da burocracia de segurança.

Era um frustrante, doloroso e mortal desfecho para a luta armada. Machucados no corpo e nas almas, os militantes tiveram que se reinventar. Para muitos, o exílio no exterior, ou os cárceres da ditadura. Não poucos tiveram que continuar na clandestinidade, fugindo para longe, "exilados"

618 Diário do Nordeste, 31/03/2004. O Povo, 03/07/2004. Gondim afirma que o nome de Pedro Jerônimo havia sido delatado pelos ex-integrantes do PCB, os quais veementemente negaram a acusação do militar. *Vide* O Povo, 15/12/2004.

619 Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – Mortos e desaparecidos entre maio de 1974/outubro de 1985, p. 183. In: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/ Acesso em: 28/12/2019. Pelo menos 15 militantes cearenses de esquerda foram mortos durante a ditadura civil-militar: afora os casos de Pedro Jerônimo de Souza, Antônio Bem Cardoso e José Nobre Parente (mortos no estado), temos José Mendes de Sá Roriz (nascido no Crato e ligado ao PCB, morto sob tortura no Rio de Janeiro, em 1973), José Montenegro de Lima (nascido em Itapipoca e ligado ao PCB, preso em São Paulo, em 1975 e considerado desaparecido político, pois seus restos mortais não foram entregues aos familiares), David Capistrano da Costa (nascido em Boa Viagem e ligado ao PCB, lutou na guerra civil espanhola e participou da resistência francesa na II Guerra – preso em São Paulo no ano de 1974 e considerado desaparecido político), Antônio Theodoro de Castro (nascido em Itapipoca e ligado ao PCdoB, morto em 1973 ou 1974 na guerrilha do Araguaia, considerado desaparecido político), Bergson Gurjão Farias (nascido em Fortaleza e ligado ao PCdoB, morto na guerrilha do Araguaia em 1972 – seus restos mortais foram identificados apenas em 2009), Custódio Saraiva Neto (nascido em Fortaleza e ligado ao PCdoB, morto em 1973 na guerrilha do Araguaia e considerado desaparecido político), Jana Moroni Barroso (nascida em Fortaleza e ligada ao PCdoB, morta em 1974 na guerrilha do Araguaia e considerada desaparecida política), Gerson Bezerra Lima (nascido em Solonópole e desaparecido em 1970), José Maria Ferreira de Araújo (nascido em Fortaleza, marinheiro e ligado à Vanguarda Popular Revolucionária, morto em São Paulo no ano de 1970 e considerado desaparecido político), Lourenço Camelo Mesquita (ligado ao PCB e morto em 1977, no Rio de Janeiro). Pode-se citar os casos ainda de suicídio, após torturas, de Frei Tito (religioso dominicano, morto na França, em 1974) e Hélio Ximenes (militante da ALN, falecido em 1980).

620 "Ala do MCI agindo em Fortaleza. 'Federais' estouram movimento comunista". Correio do Ceará, 28/03/1974.

dentro do próprio Brasil. E para aqueles ativistas que tentaram levar uma "vida normal", a vigilância e boicotes da ditadura e dos apoiadores dessa.

> Eles continuavam me vigiando e tive muita dor de cabeça depois. Várias vezes eu fui detida. Toda vez que eu viajava, eles me barravam no aeroporto. Aí eram dois, três dias [detida] na Polícia Federal, sendo interrogada. Eu estava registrada como "terrorista", mesmo não tendo participado de ação nenhuma. Foi uma vez em Pernambuco, foi outra vez em Teresina, outra vez em Fortaleza, outra vez em Belém. Quando eu fui ao Pará uma vez, eu fiquei detida por semanas, me levaram de barco, helicóptero, talvez eles achassem que eu tinha ligações com o Araguaia. (...) Para ser contratada como professora do Estado, um amigo usou um subterfúgio, fui contratada com o nome de "José" Vasconcelos Dantas. Só depois, que fizeram uma ratificação no Diário Oficial, pois, sendo "subversiva", eu não podia fazer coisa nenhuma nem trabalhar. Em 1981, quando minha filha estava fazendo uma cirurgia do coração, em São Paulo, eu fui detida no aeroporto pela Polícia Federal. Fiquei dois dias na delegacia de São Paulo. Dois dias e a filha sendo submetida a uma cirurgia de alto risco.[621]

Derrotados, todos, a seu jeito e em diferentes situações, buscaram sobreviver os tempos de autoritarismo. Com isso, mudaram enquanto indivíduos e atores políticos. Dessas novas experiências e vivências, passou a predominar, entre boa parte dos ativistas, a concepção da valorização da democracia. Não foi fácil. Os debates internos foram duros. As esquerdas, por fim, por mais que tenham construído diversas memórias sobre a "era das armas", acabaram por se reinventar e aprender com a frustrada experiência. Na segunda metade dos anos 70, estariam de novo na luta, com destaque, se não pela revolução, mas pelo fim da ditadura, democratização do País e justiça social.[622] Mas isso são outras histórias, outras pesquisas.

621 Jane Vasconcelos Dantas, ligada à ALN, entrevistada em: 03/01/2020.

622 *Vide* ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Considerações finais

Em 2005, ingressamos no mestrado do curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). A proposta inicial era estudar os comunistas cearenses durante a ditadura civil-militar. Pela amplitude do tema, logo no começo do curso, tivermos que fazer um recorte, limitando a pesquisa aos militantes adeptos da guerrilha. Sob a orientação do professor Luigi Biondi e contribuições valiosíssimas dos professores Francisco Moreira Ribeiro e Edilene Toledo, lançamo-nos aos arquivos e às entrevistas. Logo percebemos as dificuldades e óbices da pesquisa, sobremaneira pela disponibilidade limitada de fontes. Naqueles anos, intensificavam-se os estudos sobre a ditadura, o que, possivelmente, deve ter nos influenciado. Já há algum tempo, vínhamos escrevendo livros didáticos sobre a História do Ceará e havia uma curiosidade pessoal – essa coceira que move os historiadores – sobre como fora o período ditatorial, iniciado em 1964, no Ceará. Na época, a internet ainda engatinhava, e com os recursos financeiros limitados, não havia como ir a outros locais do Brasil atrás de documentos. Afora isso, os militares e seus apoiadores civis continuavam na estratégia de "esquecimento" da ditadura, quando muito enfatizando memórias de reconciliação.

Assim, tivemos acessos a poucos documentos oficiais do período, basicamente, aqueles colhidos pelos próprios ex-presos políticos, reunidos na Comissão Cearense de Anistia Wanda Sidou, para efeito de indeni-

zação aos perseguidos políticos. Ao contrário dos outros estados do Brasil, o Ceará não realizou até hoje uma Comissão da Verdade para apurar os crimes ocorridos, no estado, durante a ditadura e os documentos disponíveis sobre essa época são poucos. Um ex-governador cearense disse mesmo que não havia porque tocar mais nessas questões, embora tenha pedido "perdão" às vítimas do regime. Nada mais simbólico das memórias de reconciliação que predominaram após o colapso da ditadura, nos anos 80, de renegar os embates políticos e sociais do passado e não apontar os responsáveis pelos crimes, torturas e mortes acontecidos.

Acontece que os historiadores são profissionais que têm por função, exatamente, lembrar o que muitos da sociedade querem esquecer, como diz Peter Burker. Jovem historiador (à época), lançamo-nos na pesquisa. Nesse quesito, foi-nos de muita valia a experiência e apoio do professor Luigi Biondi. Creio que o mestrado tenha sido um ritual de passagem, que ampliou bastante nossa compreensão, não apenas do tema abordado, mas da produção historiográfica e reflexão intelectual.

Sem muitos documentos oficiais, tivemos que focar nas entrevistas e nos jornais da época. Também havia o problema de não sabermos exatamente quais haviam sido as ações das esquerdas armadas no estado. Passamos, então, a montar um verdadeiro quebra-cabeça, atentando-se às informações e aos detalhes trazidos pela imprensa e o lembrado pelos ex-ativistas. A preocupação em construir uma narrativa acerca daquelas ações ajuda a entender porque a dissertação, especialmente no capítulo 3, foi por demais linear. Não obstante, acreditamos que foi o possível, naquelas condições de pesquisa. Acabamos construindo um caminho, com buracos, é verdade, mas que deu algumas contribuições para outros estudos acerca da ditadura no Ceará. Tanto que "Além das Armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar" (esse ficou sendo o título da dissertação) passou a ser citado em vários trabalhos posteriores e passou até a ser objeto de leituras e estudos em cursos de história (agradecemos aos colegas e alunos, não negando aqui o pecado do orgulho por isso...).

Por esses caminhos tortuosos que a vida apresenta, só fomos prosseguir os estudos acadêmicos do tema em 2016, quando ingressamos no Doutorado Interinstitucional da Universidade Regional do Cariri e a Universidade Federal Fluminense. Daí surgiu "Pavilhão Sete: experiências dos militantes de esquerda armada no Ceará durante a ditadura civil-militar (1971-79)", sobre as trajetórias e as mudanças identitárias e políticas dos adeptos da luta armada, no período em que estiveram presos no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Agora sob a orientação das professoras Sônia Menezes e Janaina Cordeiro, desenvolvemos outra perspectiva interpretativa, uma pesquisa de história do cotidiano na prisão e seus laços com a história política do Brasil dos anos 70.

A tese, com enorme esforço, foi lançada como livro, em 1º de abril de 2019, quando se completavam exatos 55 anos do golpe civil-militar de 1964. Não foi por acaso. Não negamos o quanto nos incomoda, enquanto cidadãos, humanistas e defensores da democracia e da justiça social, notar como a ditadura civil-militar tem sido abordada por alguns nos últimos anos. No contexto de polarização política e ideológica do País, na presente década, memórias emergiram ou foram reconfiguradas para exaltar a ditadura. Em um processo de negacionismo histórico, vemos autoridades constituídas, não apenas minimizando ou negando a ditadura, mas vangloriando-a. Usando de uma parafernália de distorções e anacronismo, propagam-se pela internet, por redes sociais, livros, documentários e imprensa, um festival de bizarrices sobre o que se deu no Brasil entre 1964-85. Não que a história não possa mudar, ela muda, sim, filha do tempo que é, mas a intenção dos negacionistas não é aperfeiçoar o conhecimento historiográfico, mas distorcê-lo e atacá-lo, com os fins de justificar os interesses de elementos que fazem da mentira, do ódio e do autoritarismo o verniz de seu modo de fazer política. Como já escrevemos em outros espaços, se esses sujeitos não fossem tão perigosos, seriam dignos de pena, tamanhos os absurdos que propagam.

No rastro de perseguição às ciências humanas, do sucateamento da universidade pública, da intimidação de historiadores e, porque não, do acesso também a algumas novas fontes e de nosso amadurecimento como pesquisador, voltamos ao tema, para além das armas. Não sabemos como definir exatamente a natureza desta obra. Não é exatamente uma segunda edição, porque as mudanças foram substanciais em relação à obra lançada no agora distante 2007. Buscamos manter o que poderia – a começar pela bela capa do meu conterrâneo e dileto amigo Audifax Rios, já falecido infelizmente. Não obstante, as interpretações e mesmos as construções factuais são outras, diferentes, não raro. Cremos que aperfeiçoamos a contribuição aos estudos acerca da ditadura no Ceará, para o que, ironicamente, contribuíram as diversas pesquisas que beberam no original de "Além das Armas" (devidamente citadas ao longo das páginas). Assim caminha a história.

* * *

Quando, no início da década anterior (sim, são quase 20 anos estudando a ditadura civil-militar), dávamos os primeiros passos na pesquisa, um amigo chegou a dizer-nos que seria um trabalho "inútil e frustrante", pois "não teria havido luta armada no estado", salvo "uma ou outra ação de gente vinda de fora".

Ao contrário, estimado amigo. A pesquisa foi-nos muito enriquecedora e podemos garantir que houve luta armada no Ceará, sim, ainda que esse fosse uma área secundária dentro das estratégias políticas nacionais dos agrupamentos guerrilheiros. Os ativistas eram, em sua maioria, cearenses mesmo. Eles, no efervescente contexto político dos anos 60, pegaram em armas na intenção de implantar no Brasil um governo popular, que encaminhasse o País para o socialismo. Era uma época de grandes mudanças culturais e de revoluções mundo afora, em que a luta armada estava entre as opções políticas. Dentre as grandes influências para aqueles jovens radicais de esquerda, houve o impacto dos movimentos de liberta-

ção colonial na África e Ásia, a exemplo da violenta Guerra da Argélia, e, sobremaneira, da Revolução Cubana, de 1959. Fidel, Che e Cuba fizeram as esquerdas pensarem na tomada dos céus. Por chaves seletivas, os militantes minimizaram as especificidades da Revolução Cubana. A agitação do ano de 1968 pareceu materializar aqueles sonhos. Para os militantes da esquerda radical, a hora finalmente chegara. Era o momento de tomar o poder. A revolução era iminente.

Se pequenos setores das esquerdas do Brasil já discutiam a luta armada antes do golpe de 64, foi a ascensão dos militares ao poder e o gradativo fechamento do regime que convenceram dezenas de ativistas a endossar a ideia da guerrilha. Daí em diante, uma diversidade de agrupamentos armados passou a agir no Brasil. Frágeis, isolados do resto da sociedade, os grupos foram em menos de seis anos totalmente desbaratados, alvos da repressão, torturas e mortes por parte dos agentes do regime ditatorial militar. O grosso da sociedade não concordou com os projetos socialistas daqueles jovens, nem com a tática da luta armada. Segmentos sociais endossaram e até contribuíram com os militares no processo repressivo aos opositores.

Na pesquisa, centramos os estudos nos militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) no Ceará, ainda que fizéssemos referências a agrupamentos outros eventualmente, no caso, Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e Frente de Libertação do Nordeste (FLNE). Foram meses de entrevistas com diversos militantes, alguns mantidos anônimos. Meses revirando os jornais O Povo e Correio do Ceará na hemeroteca da Biblioteca Menezes Pimentel. Meses frequentando a associação dos ex-presos políticos 64-68 Anistia e a Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou. Era uma informação aqui, outra alhures. Era a ajuda e simpatia de muita gente, era a irritação de algumas poucas pessoas, por ousar tocar em feridas que ainda não estão perfeitamente cicatrizadas, ou que bastante incomodavam quando lembradas.

De fato, à proporção que a pesquisa avançou, fomos vendo as marcas dolorosas deixadas pela experiência da luta armada e da ditadura. Os assassinatos cometidos pelos agrupamentos, como o de um comerciante do município de São Benedito, episódio que assinalou o "começo do fim" da luta armada no estado e ainda hoje envolto em várias polêmicas e disputas de memórias. Para muitos dos ex-ativistas, focar em questões passionais ou individuais constituiu-se tática para diminuir o equívoco político da ação. Percebemos, também, as feridas representadas pelas delações dos que passaram a colaborar com o regime, sob coação ou por vontade própria. A questão do machismo e da homofobia nas organizações e ausência de democracia interna.

Questões outras, não menos polêmicas, também, foram tocadas neste texto. As torturas, mortes, humilhações e perseguições feitas pela ditadura no estado, fazendo ruir o mito difundido por conservadores acerca de uma "ditabranda". Os grandes grupos econômicos locais que colaboraram, financeiramente, para estruturar o aparelho repressivo. A imprensa que hipotecava solidariedade à ditadura e ajudava a difundir notícias de interesses dessa. As pessoas que agiram como colaboradoras ou ainda aquelas que falsificaram acusações, para afastar concorrentes ou desafetos de projetos profissionais ou pessoais. Males de ditaduras.

Igual a outros locais do Brasil, de forma geral,os adeptos da esquerda armada atuantes no Ceará eram jovens, de idade inferior a 25 anos, pertencentes à classe média intelectualizada, estudantes, sobretudo, do sexo masculino. Os militantes apontavam a solidariedade e a busca da justiça social como pressupostos maiores que impulsionavam sua luta. Portadores de uma cultura comunista, eram herdeiros e estavam inseridos em tradições antigas, especialmente, as de origem cristã-judaica. As preocupações com o outro, os sacrifícios e abdicações pessoais, a crença na inevitabilidade da vitória da causa e a defesa da criação de novos homens e novos tempos eram valores inerentes aos ativistas. Não por acaso, os vínculos que apresentavam vários dos militantes com a Igreja católica, instituição por demais influente na sociedade cearense.

Aqueles moços que pegaram em armas não estavam longe do "jeito de fazer política" no Ceará. A história local foi marcada por inúmeros episódios de violências, contra indígenas, negros, pobres, trabalhadores ou mesmos entre as próprias facções oligárquicas. A história do Ceará é uma história de mortes, sangue, truculência e conflitos desde os primórdios da conquista colonial. Herdeiros dessas tradições, numa perspectiva temporal maior, os militantes da esquerda armada não realizavam algo tão novo assim. O diferente é que canalizavam essa violência contra inimigos de classes e buscavam colocar abaixo a ordem capitalista. Não foi à toa, portanto, o ódio desenvolvido pelos segmentos sociais abastados locais contra os "terroristas".

Derrotados, os sobreviventes da luta armada tomaram rumos distintos. Alguns foram para o exílio no exterior; outros, como clandestinos, viveram uma espécie de "exílio" interno, deslocando-se Brasil afora para conservar a vida. Os que permaneceram, no estado e seus familiares, não deixaram de ser vigiados pelo aparato de repressão, por vezes sendo detidos e torturados. Sofreram também dificuldades econômicas e boicotes e perseguições em suas trajetórias profissionais. E houve os que foram parar na prisão, cumprindo penas variadas. Ao contrário do que se pensa comumente, os integrantes da luta armada não foram beneficiados com a Lei da Anistia, de 1979. Deixaram os cárceres, lentamente, a partir da mudança da Lei de Segurança Nacional (LSN), ocorrida em 1978.

Daí em diante, os ex-ativistas apegaram-se às memórias, enfatizando que empunharam armas por democracia, minimizando o projeto ofensivo de poder que os agrupamentos revolucionários apresentavam nos anos 60. Em paralelo, grupos conservadores e liberais igualmente buscaram minimizar a sustentação que deram à ditadura, endossando memória de reconciliação e mesmo de esquecimento dos abusos e crimes do período. Nos últimos anos, como a polarização política do País entre esquerdas e direitas, acirraram-se os embates de memórias acerca da ditadura. Grupos de extrema-direita retomam velhos discursos, sobre o perigo dos "terro-

ristas comunistas”. Cometem, por ignorância ou má fé, erros grosseiros e anacronismos acerca da ditadura. Ingenuamente, acreditam que se usarem expressões como “governos militares”, “regime militar” ou “período militar”, serão capazes de negar ou amenizar os duros anos e os arbítrios praticados por militares e seus apoiadores civis.

Os militantes e a luta armada, assim, continuam incomodando. São a prova do que Edward Thompson entende como uma história vista de baixo, uma história que foca a atenção para entender os “esquecidos”, os derrotados e seus projetos políticos e sociais. Falar da luta armada é compreender, também, a complexidade do Brasil e dos projetos políticos de vários atores. Para além de julgamentos morais, a luta armada deve ser entendida em seu devido contexto histórico e nas condições políticas e sociais do período. Se era exequível ou não, isso não diminui a importância de compreender os ativistas, o que pensavam, sua época e a sociedade em que viviam. A problemática social, a penúria de milhões de brasileiros e as dificuldades do dia a dia ainda estão presentes neste Brasil do século XXI. Se a opção armada fracassou, isso não implica em descartar a necessidade de construção de uma sociedade mais democrática, tolerante e justa socialmente. Nesta época tão temerosa, de ataques a direitos dos mais pobres e a garantias individuais, essas são referências que nos servem de guia. Que tenhamos força, coragem, inteligência e disposição para superar os pesadelos do presente e construir novos tempos.

POSFÁCIO

Há um bom tempo, caminhava ao lado de Airton de Farias, pela Avenida Aguanambi, em Fortaleza. Eu com uns bons anos de magistério nas redes privada e pública de Educação Básica. Ele, bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), a concluir a Licenciatura em História na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e já fazendo sucesso como professor de História do Ceará. Falávamos de sua difícil decisão entre as duas profissões. Certamente, tivesse Airton escolhido o primeiro caminho teria sido um bom advogado, promotor, juiz, quem sabe? Mas o menino da Barra, criado entre as águas do Rio Ceará e a beira-mar, por onde os colonizadores europeus cravaram as primeiras cruzes da santa Igreja e das covas rasas para os indígenas executados por onde passavam, resolveu ser professor. Não bastando ser professor, decidiu presentear-nos com suas pesquisas e escrita.

Airton escreve suave como as gaivotas que plainam onde o mar costuma beijar as areias da foz do Rio Ceará. Com essa mesma leveza, aprendeu a arte dos pescadores e barqueiros que fazem a travessia da Barra em direção à praia de Iparana, para conquistar os depoimentos dos militantes de esquerda armada no Ceará durante a ditadura militar e escrever esta importante página de nossa História. Quando falo de nossa História, não me refiro à Fortaleza, ao Ceará, às guerrilhas, refiro-me à história do humano, porque *Para Além das Armas* nos ensina a buscar soluções que não sejam

a força bélica, porque ao final do diálogo nos restam as memórias traumáticas, as de difícil acesso e de sofrimentos, tão bem trabalhadas nesta obra.

Para Airton de Farias, assim como para Foucault, Nietzsche e tantos outros, o conhecimento não é o espelho da realidade, tão pouco as fontes orais e escritas como os inúmeros recortes de jornais e revistas, processos judiciais, relatórios da Comissão da Verdade e outras fontes usadas na produção de sua obra, o que não o impede de fazer uma descrição precisa da resistência à ditadura militar, no Ceará. Livre de juízos de valores, sua obra permite-nos entender as razões que fizeram com que aqueles militantes, em sua maioria jovens, entre o final dos anos 60 e início dos anos 70, quase todos estudantes universitários que gostavam de se divertir nas festas da quadra do Clube de Estudantes Universitários (o CEU) decidiram sacrificar parte de sua boa vida de filhos da classe média, para mergulhar na militância junto à Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), em ações guerrilheiras que acabaram lhes levando ao amargor dos presídios.

Obra de rigor acadêmico irretocável, *Para Além das Armas* leva-nos ao cotidiano daqueles militantes, nos traz um panorama significativo e um mapeamento bastante preciso dos diversos grupos que atuaram na resistência à ditadura, "nada branda", no estado do Ceará. É uma boa oportunidade para identificar os grupos atuantes, seus membros, onde atuaram, como aturam, as ações vitoriosas e as que não foram bem-sucedidas, os que optaram pela luta armada e quais acreditaram no campo democrático e as referências ideológicas que justificaram os caminhos seguidos. Airton consegue correr os rastros deixados pelos ausentes, seguir as pistas dos ainda presentes e suas veredas percorridas, como na prisão à porta do bar avião da Parangaba, ou na infância vivida entre as cidades de Crato e Iguatu, nos estudos entre os colégios Diocesano do Crato e Marista Cearense de Fortaleza, ou na militância do Liceu do Ceará para a Universidade, os Centros Acadêmicos, o DCE e o movimento sindical.

A truculência da ditadura e o sonho de uma sociedade mais justa, menos desigual e mais fraterna levaram aqueles jovens e adultos, homens e mulheres, às ações de guerrilhas. Muitos pagaram caro por isso, inclusive os que preferiram o campo democrático como possibilidade de luta. Pouco importava, para os truculentos do regime, bastava a eles se opor para ser considerado "perigoso" ou "terrorista em potencial", era preciso "cortar o mal pela raiz".

Para Além das Armas é um trabalho exemplar de História Oral e de vida. No diálogo com as fontes escritas, Airton de Farias capta e compreende a cultura dos seus depoentes, suas heranças familiares, escolares e universitárias, as aprendizagens de infância nas cidades do sertão cearense, nos bairros de Fortaleza ou nos estudos em universidades norte-americanas, a presença marcante da Igreja nas opções políticas e humanas assumidas por cada um. Airton nos permite olhar não apenas os dispositivos políticos e ideológicos que condicionaram a atuação de seus narradores, mas os atalhos, picadas e ziguezagues que os levaram à militância, como eram recrutados, as disputas internas das organizações, e entre elas, as relações de gênero, os conflitos internos de cada um, seus medos, as razões de cada nome na clandestinidade, suas angústias, o "friozinho na barriga", os desarranjos intestinais nas vésperas ou na hora das ações, o medo de cair nas mãos de seus algozes e ter que colocar à prova suas convicções ou a fidelidade ao grupo e à causa. Difícil imaginar-se um "cachorro" ou "desbundado".

As ações nem sempre vitoriosas, às vezes até desastrosas, não escaparam do olhar atento de nosso barqueiro da História, como no assalto ao Banco Mercantil, próximo ao mercado São Sebastião, ou a tentativa desastrosa na Companhia de Cigarros Sousa Cruz e o comício relâmpago no Colégio Castelo Branco. Também não escapam de sua sagacidade o passo a passo das ações de seus entrevistados, seja em Fortaleza, Maranguape, São Benedito ou Jati, os conflitos com a polícia, as alianças empresariais com a imprensa e o aparelho repressor do regime.

Entre flores e armas, Airton de Farias possibilita-nos não esquecer desse momento da História. Municia-nos com argumentos para continuarmos na luta implacável pela democracia, faz-nos pensar nossa própria história entre passado e presente, liberta-nos dos pensamentos vulgares que já não tão silenciosamente insistem em defender o autoritarismo de Estado.

A obra de Airton de Farias em todo seu conjunto, sobre futebol, seus livros didáticos, seu trabalho de mestrado que deu origem a este livro, sua tese de doutorado, e muitos que ainda virão, exalam a defesa intransigente da liberdade, em que pese toda indefinição que Liberdade possa significar. De tudo isso, talvez o melhor seja saber que Airton de Farias, em alguma calçada da Avenida Aguanambi, preferiu ser professor de História.

Egberto Mello

Professor-Adjunto do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri.

FONTES

Jornais

Correio do Ceará - 1964 (março/abril); 1968/1973.

Diário do Nordeste - 2004/2005.

Gazeta de Notícias - 1968 (janeiro/março)

O Povo - 1964 (março/abril); 1968/1973; 2004/2005.

Unitário -1968 (janeiro/março).

Revista

Veja (1970-72)

Acervo da Associação 64-68 Anistia

Alegações finais da Procuradoria Militar à 10ª Circunscrição Militar sobre o Processo de reorganização do PCBR no Ceará (1974).

Denúncia do Procurador da Justiça Militar sobre a atuação da ALN no Ceará (1970).

Inquérito Policial Militar sobre a subversão no Ceará em 1964.

Processo nº. 95/70 da Justiça Militar de Pernambuco sobre o PCBR.

Processo nº. 40.748 do Superior Tribunal Militar sobre a ALN em Pernambuco.

Relatório Especial nº. 11 da 10ª Região Militar sobre as ações terrorista no Ceará até 1969.

Acervo da Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou

Processo de Requerimento de Indenização de Amílcar Ximenes Pontes.

Processo de Requerimento de Indenização de Antônio Esperidião Neto.

Processo de Requerimento de Indenização de Carlos Thmoskhenko Soares de Sales.

Processo de Requerimento de Indenização de Célio Miranda de Albuquerque.

Processo de Requerimento de Indenização de Elísio Arimatéia Ribeiro.

Processo de Requerimento de Indenização de Eribaldo de Carvalho Portela.

Processo de Requerimento de Indenização de Fernando José Bastos Macambira.

Processo de Requerimento de Indenização
de Hélio Pereira Ximenes.

Processo de Requerimento de Indenização
de Jane Vasconcelos Dantas.

Processo de Requerimento de Indenização de João Adolfo Moura.

Processo de Requerimento de Indenização
de João Alves Gondim Neto.

Processo de Requerimento de Indenização de José Luiz Figueredo.

Processo de Requerimento de Indenização
de José Jerônimo de Oliveira.

Processo de Requerimento de Indenização de José Ferreira Lima.

Processo de Requerimento de Indenização
de José Machado Bezerra.

Processo de Requerimento de Indenização de Lilia Silva Guedes.

Processo de Requerimento de Indenização
de Moema Correia Santiago.

Processo de Requerimento de Indenização
de Mário Miranda de Albuquerque.

Processo de Requerimento de Indenização
de Newton Gurgel Barreto.

Processo de Requerimento de Indenização de
Paulo Fernandes Magalhães dos Santos.

Processo de Requerimento de Indenização
de Pedro Paulo Pinheiro.

Processo de Requerimento de Indenização
de Valdemar Rodrigues Meneses.

Internet

https://acervo.estadao.com.br/

https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

http://bnmdigital.mpf.mp.br

https://www.ceara.gov.br

https://censo2010.ibge.gov.br

http://www.direitoshumanos.usp.br

http://www.dhnet.org.br

http://www.diariosdaditadura.com.br

https://www1.folha.uol.com.br

http://www.gedm.ifcs.ufrj.br

http://www.planalto.gov.br

http://www.resgatehistorico.com.br

http://www.torturanuncamais.org.br

http://www.ternuma.com.br

https://www.viomundo.com.br

Acervo Brasil Nunca Mais Digit@l

Ação penal número 10/67, apelação ao STM número 37.534.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/691.html
Acesso em: 23/11/2019.

Ação penal número 52/70, apelação ao STM número 39.760.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/600/548.html
Acesso em: 16/11/2019.

Ação penal número 61/70, Apelação ao STM número 38.853.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/194.html
Acesso em: 11/11/2019.

Ação Penal nº 63/70, apelação STM nº 39.854.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/176.html
Acesso em: 28/10/2019.

Ação penal número 64/70, apelação ao STM número 38.857.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/200.html
Acesso em: 14/11/2019.

Ação penal número 93/70, apelação ao STM número 39.410.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/632.html
Acesso em: 30/11/2019.

Ação penal número 95/70, apelação ao STM número 38.975.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/179.html
Acesso em: 30/11/2019.

Ação penal número 01/71, apelação ao STM número 38.886.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/168.html
Acesso em: 16/11/2019.

Ação penal número 02/71, apelação ao STM número 39.432.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/617.html
Acesso em: 11/11/2019.

Ação penal número 03/71, apelação ao STM número 39.312.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/400/343.html
Acesso em: 14/11/2019.

Ação penal número 04/71, apelação ao STM número 39.793.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/600/566.html
Acesso em: 09/10/2019.

Ação penal número 15/71, Apelação STM número 39.910.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/600/556.html
Acesso em: 11/11/2019.

Ação penal número 19/71, apelação ao STM número 39.671.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/400/328.html
Acesso em: 14/11/2019.

Ação penal número 20/71, apelação ao STM número 39.761.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/400/345.html

Ação penal número 24/71, apelação ao STM número 40.318.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/660.html
Acesso em: 17/11/2019.

Ação penal número 60/71, apelação ao STM número 39.909.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/600/594.html
Acesso em: 10/11/2019.

Ação penal número 23/72, apelação ao STM número 40.289.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/500/461.html
Acesso em: 21/11/2019.

Ação penal número 24/72, apelação ao STM número 40.070.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/600/542.html
Acesso em: 20/11/2019.

Ação penal número 25/72, apelação ao STM número 40.033.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/500/425.html
Acesso em: 20/11/2019.

Ação penal número 44/72, apelação ao STM número 40.748.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/092.html
Acesso em: 20/11/2019.

Ação penal número 19/73, apelação ao STM número 41.749.
In: http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/700/696.html
Acesso em: 22/11/2019.

Comissão Nacional da Verdade

Relatório final da Comissão Nacional da
Verdade, Volume I, Tomo I.
In: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/
Acesso em: 28/10/2019.

Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, Volume II.
In: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/
Acesso em: 31/10/2019.

Relatório final da Comissão Nacional da Verdade – Mortos
e desaparecidos entre maio de 1974/outubro de 1985.
In: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/
Acesso em: 28/12/2019.

Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara

Depoimento de José Calistrato Cardoso Filho – Audiência de ex-presos políticos ocorrida em 13/12/2012, em Recife.
In: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/23-13-12-2012-p-ex-presos-politicos-ii-pdf-3
Acesso em: 11/11/2019.

Relatório Antônio Bem Cardoso.
In: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/antonio-bem-cardoso-pdf
Acesso em: 11/11/2019.

Relatório João Mendes Araújo.
In: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/joao-mendes-araujo-pdf
Acesso em: 29/11/2019.

Entrevistados

Abel Rodrigues, militante do PCdoB,
entrevistado em: 02/08/2019.

Benedito Bizerril, militante do PCdoB,
entrevistado em: 25/06/2019.

Carlos Thmoskhenko, ex-militante da ALN,
entrevistado em: 11/06/2003.

Célio Albuquerque, ex-militante do PCBR,
entrevistado em: 08/07/2016.

Cláudio Roberto Marques Gurgel, ex-militante de PCB e PCBR, entrevistado por *e-mail* em 2006.

Fabiani Cunha, ex-militante da ALN, entrevistado em: 23/05/2006 e 28/03/2017.

Francis Gomes Vales, militante do PCdoB, entrevistado em: 02/04/2003.

Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, ex-militante do PCBR, entrevistado por *e-mail* em 2006.

Helena Serrazul Monteiro, ex-militante da AP, entrevistada em: 24/06/2003.

Jane Vasconcelos Dantas, ligada à ALN, entrevistada em: 03/01/2020.

José Calistrato Cardoso Filho, ex-militante da ALN, entrevistado em: 04/01/2020.

José Ferreira Alencar, ex-militante da VAR-Palmares e FLNE, entrevistado em: 1º/08/2003.

José Machado Bezerra, ex-militante de PCBR e ALN, entrevistado em: 27/05/2003 e 04/08/2016.

José Maria Tabosa, ex-militante do MCI, entrevistado em: 12/09/2019.

Luciano Barreira, ex-militante do PCB e vereador em Fortaleza cassado em 1964, entrevistado em: 11/03/2003.

Paulo Verlaine, ex-jornalista de O Povo e ex-militante do PCdoB, entrevistado em: 22/08/2019.

Pedro Albuquerque Neto, ex-militante do PCdoB, entrevistado em: 27/03/2003.

Maria Quintela de Almeida, ex-militante do PCBR,
entrevistada em: 14/07/2006.

Mário Miranda Albuquerque, ex-militante do PCBR,
entrevistado em: 20/01/2003 e 14/04/2016.

Olga Nunes, ex-militante do PCB,
entrevistada em: 17/02/2003.

Oswald Barroso, ex-militante do PCdoB,
entrevistado em: 06/12/2017.

Sílvio de Albuquerque Mota, ex-militante da ALN,
entrevistado em: 03/06/2006.

Tarcísio Leitão, militante do PCB,
entrevistado em: 29/01/03.

William Montenegro Medeiros, ex-militante da ALN,
entrevistado em: 1º/07/2003 e em: 02/08/2016.

Vera Maria Rocha Pereira, ex-militante do PCBR,
entrevistada em: 28/12/2004.

OBS: Três dos entrevistados, dois ex-militantes e um ex-agente dos órgãos de segurança, não autorizaram a divulgação de seus nomes. As entrevistas ocorreram em Fortaleza, em 27/10/2003, 16/05/2006 e 18/06/2006, respectivamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_______. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: _______; e outros. *Versões e ficções*: o sequestro da história. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

_______. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_______. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: FICO, Carlos; MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Jessie Jane Vieira de; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). 1964-*2004 – 40 Anos do golpe, ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

_______; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). *Imagens da revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_______. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ACOSTA BERNADET, Luis Fernando. *A securitização do crime organizado dentro da política externa estadunidense na década de 1970-1980*: estudo de caso da Máfia italiana *La Cosa Nostra*. 2016, 98f. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2016.

ABREU, Alzira Alves de. A Participação da imprensa na queda do governo Goulart. In: FICO, Carlos e outros. *40 anos do golpe*: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBUQUERQUE, Eline Ehrich. *Francisco Lindolfo Cordeiro na luta em defesa dos trabalhadores rurais do sertão cearense (1970-1978)*. 2016, 144f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2016, p. 80.

ALBUQUERQUE, Ronald Figueiredo e. *Igreja, sindicatos e a organização dos trabalhadores*. 1991, 205f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.

ALENCAR JUNIOR, José Sydrião de. *Virgílio Távora*: o coronel modernizador do Ceará. 2006, 325f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. *"Pelo Senhor, marchamos"*: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2016, 310f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

ALMEIDA, Hermínia Tavares de; WEIS, Luis. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenação). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, volume IV, 1998.

ALMEIDA, Nilton Melo. *Os ferroviários na cartografia de Fortaleza*: rebeldes pelos caminhos de Ferro. 2009. 306 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil, nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

______. Memória e debate sobre a luta armada no Brasil e na Argentina. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise; (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Revisitando as Ligas Camponesas. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 64 e o regime militar*. São Carlos: EduFSCar, 2014.

CHAVES, Eduardo dos Santos. Os militares e a batalha pela memória da ditadura: “O golpe que virou revolução”. In: GALLO, Carlos Artur; RUBENS, Silvana (Orgs.). *Entre a memória e o esquecimento*: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

CUNHA, Diogo. Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar de (Orgs). *À sombra das ditaduras*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, volume I, 2003.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierr; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999.

______. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

BONAVIDES, Anníbal. *As profecias do Arquimedes*. Fortaleza: ABC Editora, 1996.

BRAGA NETO, Aristides. *O Diário do Nordeste sobre a administração popular de Fortaleza*: palavras de oposição. 2011, 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

BRITO, Anderson Pereira. *O ideal católico progressista na ditadura militar (1964-85) presente nas cartas de dom Fragoso*. 2013, 48f. Monografia (graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CALIL, Gilberto. *Elio Gaspari e o elogio da transição conservadora*. Revista Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014 p. 246-270.

______. Revisionismo e embates em torno da memória: a abordagem de Elio Gaspari sobre a repressão e a resistência à ditadura brasileira. In: FERRIRAS, Ana Sofia. MADEIRA, João. CASANELLAS, Pau (Coord.). *Violência política no século XX:* um balanço. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais*: as empreiteiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

CANCIAN, Renato. *A Igreja católica e a ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais In: ______; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.

CARVALHO, Gilmar de. *A televisão no Ceará*: consumo, lazer e indústria cultural. Fortaleza: Omni, 2004.

CAVALCANTE, Peregrina Fátima Capelo. *Matadores de gente*: como se faz um pistoleiro. São Paulo: Annablume, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

_______. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHAUÍ, *Marilena. Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHAVES, Luciano Gutembergue Bonfim. *Entre o evangelho e a revolução*: ações educativas realizadas na cidade de Crateús-CE, no período de 1964 a 1971, sob a orientação de Dom Antônio Batista Fragoso. 2008, 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis*: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2012.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

CONCEIÇÃO, Flávio da. *As práticas políticas do "Movimento dos Sargentos" na Base Aérea de Fortaleza (1962-2002)*. 2015, 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

CORDEIRO, Domingo Sávio de Almeida. *Um beato líder*: narrativas memoráveis do Caldeirão. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004.

CORDEIRO, Janaina Martins de. *A ditadura em tempos de milagre*: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

______. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: ______; CARVALHO, Keila; SOUZA, César (Orgs.). *O país do futuro*: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano. Curitiba: Editora Prisma, 2018.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama do barroco dos exilados do Nordeste*. 2003, 430f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

COSTA, Jucélio Regis da. *Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais*: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964). 2015, 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2015.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço.In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE. Tércia Correia. DANTAS, Eustógio. (Orgs.). *Ceará*: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

CUNHA, Diogo. Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar de (Orgs.). À sombra das ditaduras. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares; CASTRO, Celso (Orgs.). *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DREIFUSS, René. *1964*: a conquista do Estado. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FALCON, Francisco. História e poder. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIAS, Airton de. *Pavilhão sete*: presos políticos da ditadura civil-militar. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

_______. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In:_______; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática*: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-64). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2019.

_______. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In:_______; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática*: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-64). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes, e AMADO, Janaína. *Uso e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Muniz. Carlos Marighella: revolução e antinomia. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.). *Carlos Marighella*: o homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FÊLIX, Keile Socorro Leite. *"Espíritos inflamados"*: a construção do Estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840). 2010, 231 f. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_______. *Além do Golpe:* versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_______. *O grande irmão*: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_______. História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus; MATA, Sérgio da. (Orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012b, v. 1, p. 31-49.

_______. *História Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2016.

FRANCO, Marina. *La "teoría de los dos demonios":* un *símbolo de* la posdictadura enla Argentina. In: A Contracorriente, v. 11, nº 2. Invierno 2014, pp. 22-52. In: http://acontracorriente.chass.ncsu.edu/index.php/acontracorriente/article/view/806/1340. Acesso em: 30/04/2019.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Uso e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FREITAS, Mariano de. *Nós, os estudantes*. Fortaleza: Livro Técnico, 2002.

_______. O Prefeito Acrísio e a câmara vermelha. Fortaleza: Realce Editora, 2008.

FURTADO FILHO, João Ernani. *Soares Moreno e Matias Beck*: inventário de uma polêmica nos escritos de Ismael Pordeus. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GASPARI, Elio. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARROTO, Alessandra. *"O terror renegado"*: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-75). 2008, 271f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008,

GINZBURG, Carlo. *Relações de força*: história, retórica, prova. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

GIRÃO, Blanchard. *Só as armas calaram a Dragão*. Fortaleza: ABC Editora, 2005.

GOMES, Paulo César. *Os bispos e a ditadura militar brasileira (1971-80)*: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONÇALVES, Adelaide e Silva, Jorge e. *A imprensa libertária no Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000.

GONÇALVES, Danyelly Nelin. *O Preço do passado*: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

GREEN, James; QUINALHA, James (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades:* repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EduFSCar, 2014.

_______. "*Quem é o macho que quer me matar?*": homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970, 2012. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf. Acesso em: 27/12/2018.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América latina. In:QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise; (Orgs). *História e memórias das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

GUERELUS, Natália Santana. *Como um castelo de cartas*: culturas políticas e trajetórias de Raquel de Queiroz (1910-1964). 2015, 388f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. "Os comunistas estão chegando!": a guerrilha do Caparaó e o medo da população local. In: SALES, Jean Rodrigues. *Guerrilha e revolução*: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

HALL, Michael. "História oral: os riscos da inocência". In: O direito à memória. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 157-160.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF; Jacques; NORA, Pierre. (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEANDRO, José. *Depoiment*o. Fortaleza: Edição do Autor, 1988.

LEAL, Murilo. À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-166). São Paulo: Paz e Terra, 2003

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder*: o(caso) dos coronéis. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Edições UFC, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Geraldo Oliveira. *Marcha da Coluna Prestes através do Ceará*. Rio de Janeiro: Edição do autor, sem data.

LIMA NETO, Ildefonso Rodrigues. *Escrita subversiva*: o Democrata, 1946-47. 2006, 282f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LINHARES, Marcelo. *Virgílio* Távora: sua época. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1996.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda*: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988. São Paulo: BOITEMPO Editorial, 2004.

_______. Cães de guarda: jornalistas e censores. In: AARÃO REIS, Daniel e outros. *O golpe e a ditadura militar*. São Paulo: EUSC, 2004.

_______. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes (Orgs.). *Tentativas de tomada do poder (Orvil)*. São Paulo: Schoba, 2012.

MACEDO, Joaryvar. *Império do bacamarte*: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri Cearense. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta*: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella*: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARIANO, Andreyson Silva. *Uma esquerda em silêncio:* militantes trotskistas em Fortaleza no período 1963-70. 2011, 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

MARIZ, Silviana Fernandes. *Oficina de satanás*: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-1889). 2004, 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de. *Contra os inimigos da ordem*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. *In:* ______ (Org.). *A miséria da historiografia:* uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro. Consequência, 2014

MELO, Francisco Egberto. *A Cultura cívica na educação cearense (1963-73)*. 2006, 209f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MELLO, Frederico Pernambucano. *Guerreiros do sol*: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

MENDES, Fernanda. *"Jornalismo de combate" nas páginas da revista "O Cruzeiro"*: o engajamento político de Rachel de Queiroz (1960-1964). Revista Cantareira, Rio de Janeiro, edição 26, p. 19-29, jan/jun., 2017.

MIRANDA, Júlia. *O poder e a fé*: discursos e prática católicos. Fortaleza: Edições UFC, 1987.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos (Org.). *Dos filhos deste solo*: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO, João Alfredo. *O integralismo no Ceará*. Fortaleza. Imprensa oficial do Ceará, 1986.

MORAES, Maria Lygia Quartim de Moraes. Condições históricas do surgimento do feminismo. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO, Daniel. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007,

MORAIS, Fernando. *Chatô*: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAIS, Ana Flávia Goes. *As representações sobre Luiza Távora na política cearense – 1962-1966*. 2011, 116f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

MOURÃO, Mônica. *Memórias clandestinas*: a imprensa e os cearenses desaparecidos na guerrilha do Araguaia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

MOTA, Aroldo. *História política do Ceará (1945-85)*. Fortaleza: Stylus, 1985.

MOTA, Sílvio. *Rebeldes*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho"*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_______. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

_______. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: _________; NAPOLITIANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo (Orgs.). *Comunistas brasileiros*: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_______. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 64 e o regime militar*. São Carlos: EduFSCar, 2014.

MULLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *1964*: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

NINO, Carlos. *Juicio al mal absoluto*. Buenos Aires: Ariel, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n.10, p.7-28, São Paulo, 1993.

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. Genealogias, transversalidades e rupturas de Carlos Marighella. In: _______ (Orgs.). *Carlos Marighella*: o homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

OCHOA, Maria Glória W. *As origens do movimento sindical dos trabalhadores rurais no Ceará: 1954-1964*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stilus Comunicações, 1989.

OLIVEIRA, Alex Alves. *Representações da passagem da Coluna Prestes no sertão cearense*. 2011, 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

OLIVEIRA, Papito de (Org.). *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. *A Igreja católica no Pirambu*: as relações de poder no discurso da Teologia da Libertação e da Renovação Carismática Católica (1968-1986). 2014, 225f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *Anauê*: os camisas verdes no poder. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

_______. *A fé e a razão na política*: conservadorismo e modernidade das elites cearenses. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros*: ensaio de interpretação Histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PINTO, José Aloísio Martins. *Serventuários das trevas*: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922 - 1932). 2005, 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_______. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História oral. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº. 14, p. 24-39, 1987.

PORTO, Eymard. *Babaquara, chefetes e cabroeiras*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1988.

PRESOT, Aline. *Celebrando a "revolução"*: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*: Brasil e América latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

QUINALHA, Renan Honório. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a "teoria dos dois demônios". Revista Jurídica da Presidência, Brasília, v. 15, n. 105, fev./mai., 2013 p. 181-204. In: https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/71. Acesso em: 29/05/2019.

QUEIROZ, Fábio. *Padres, coronéis e ativistas sociais:* o Cariri à época da usurpação militarista - 1964-1985. 2010, 350f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 2010.

RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*: o movimento estudantil no Ceará (1928-1968). Fortaleza: ABC Editora, 2002.

REMOND, René. *Por uma História política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996

RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC/ Stylus Comunicações, 1989.

_______. A reação política conservadora: *o caso da União Pelo Ceará*. 2006, 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Mulheres na luta armada: *protagonismo feminino na ALN*. Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_______. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: MORAES, João Quartim de; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

_______. Notas sobre o PCB, suas dissidências armadas e Carlos Marighella. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs). Corações vermelhos. São Paulo: Cortez, 2003.

_______. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In:_______; AARÃO REIS, Daniel; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar*: quarenta anos depois. São Paulo: EUSC, 2004.

_______. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge. AARÃO, Daniel (Orgs.). *Revolução e democracia (1964 ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROCHA, Débora Raiza. História e memórias das mulheres na Ação Popular (AP). In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália (Orgs.). *A ditadura aconteceu aqui*: a história oral e as memórias do regime militar. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

ROCHA, GILVAN. *Meio século de caminhada socialista*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.

RODRIGUES, F. Theodoro. *Os 16 deportados cearenses*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio*: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_______. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_______. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Política como paixão: narrativas femininas sobre resistir. In:_______; DANIELI NETO, Mário; STEFFENS, Marcelo Horno (Orgs.). *Narrativas sobre tempos sombrios*: ditadura civil-militar no Brasil. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. 2005, 251f. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2005.

_______. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo. AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). História do Marxismo no Brasil. Campinas-SP: UNICAMP, 2007.

_______. *A luta armada contra a ditadura militar*: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, Bárbara Cacau dos. "*Trabalhadores cearenses, uni-vos*": o Pacto Sindical em Fortaleza (1957-64). Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade vermelha*: a militância comunista em Camocim-CE (1927-1950). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000.

SAMPAIO, Emmanuel Frias. *A presença do discurso denominado "teoria dos dois demônios" no cenário institucional brasileiro entre as décadas de 1970 a 2010 e suas consequências na inacabada justiça de transição no Brasil*. 2018, 97f.

Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SARAIVA, J. Ciro. *No tempo dos coronéis*. Fortaleza: ABC Editora, 2011

_______. *Antes dos coronéis (1947-62)*. Fortaleza: ABC Editora, 2012.

SCELZA, Maria Fernanda Magalhães. Os arquivos do Grupo Tortura Nunca Mais: memória, verdade e justiça. In: THIESEN, Icléia (Org.). *Documentos sensíveis*: informação, arquivo e verdade da ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

SEGATTO, José Antônio. SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTI, Marcelo. AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas-SP: UNICAMP, 2007.

SCHWARCZ, Liliam Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SIDOU, Ari Othon. *Wanda Sidou, guerreira da liberdade*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. "Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil": a Ação Libertadora Nacional. In: SALES, Jean Rodrigues (Org.). *Guerrilha e revolução*: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

SILVA, José Borzachiello da. *Quando os incomodados não se retiram*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica*: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a *Folha de São Paulo* e o Golpe de 1964. 2011, 319 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SILVEIRA, Edvanir Maia da. *O bipartidarismo na zona norte cearense (1966-1979)*. 2018, 90f. Pós-Doutorado em História – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SIMIÃO, Cícero Aurelisnor Matias. *Resistência, rota de fuga e refúgio*: o cariri cearense na ditadura militar. Fortaleza: INESP, 2019.

SOUSA, Bruno Marinoni Ribeiro de. *Sistema Verdes Mares de Comunicação e indústria cultural brasileira ou das técnicas modernas para sereias concorrerem em ambientes oligopolizados*. 2008, 142f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SOUZA, Simone. *Interventorias no Ceará*: política e sociedade (1930-45). 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 1982.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. "Nós também resistimos": a luta armada em Salvador (1966-1971). In: SALES, Jean Rodrigues (Org.). *Guerrilha e revolução*: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

TEÓFILO, João. *Nem tudo era censura*: imprensa, Ceará e ditadura militar. Curitiba, Appris Editora, 2019.

THIESEN, Icléia; COITINHO, Angélica do Carmo. BNM e BNM Digit@al: arquivo, memória e verdade – o caso Chael. In: _______ (Org.). *Documentos sensíveis*: informação, arquivo e verdade da ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

THMOSKHENKO, Carlos. *Timo-Thmoskhenko*: o subversivo que cruzou a fronteira. Fortaleza: FUNCET, 2003.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_______. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_______. *Costumes em comum* – estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

______. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. *A Voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. In:*Projeto História* (15), São Paulo, 1997, p.51-71.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968:* o diálogo é a violência. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editorial, 1987.

VASCONCELOS, José Gerardo. *Memória do silêncio*. Fortaleza: EUFC, 1998.

______. *Memórias da saudade*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

VENCHIA, Renato da Silva Della. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no contexto da luta armada no Brasil. In: SALES, Jean Rodrigues (Org.). *Guerrilha e revolução*: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

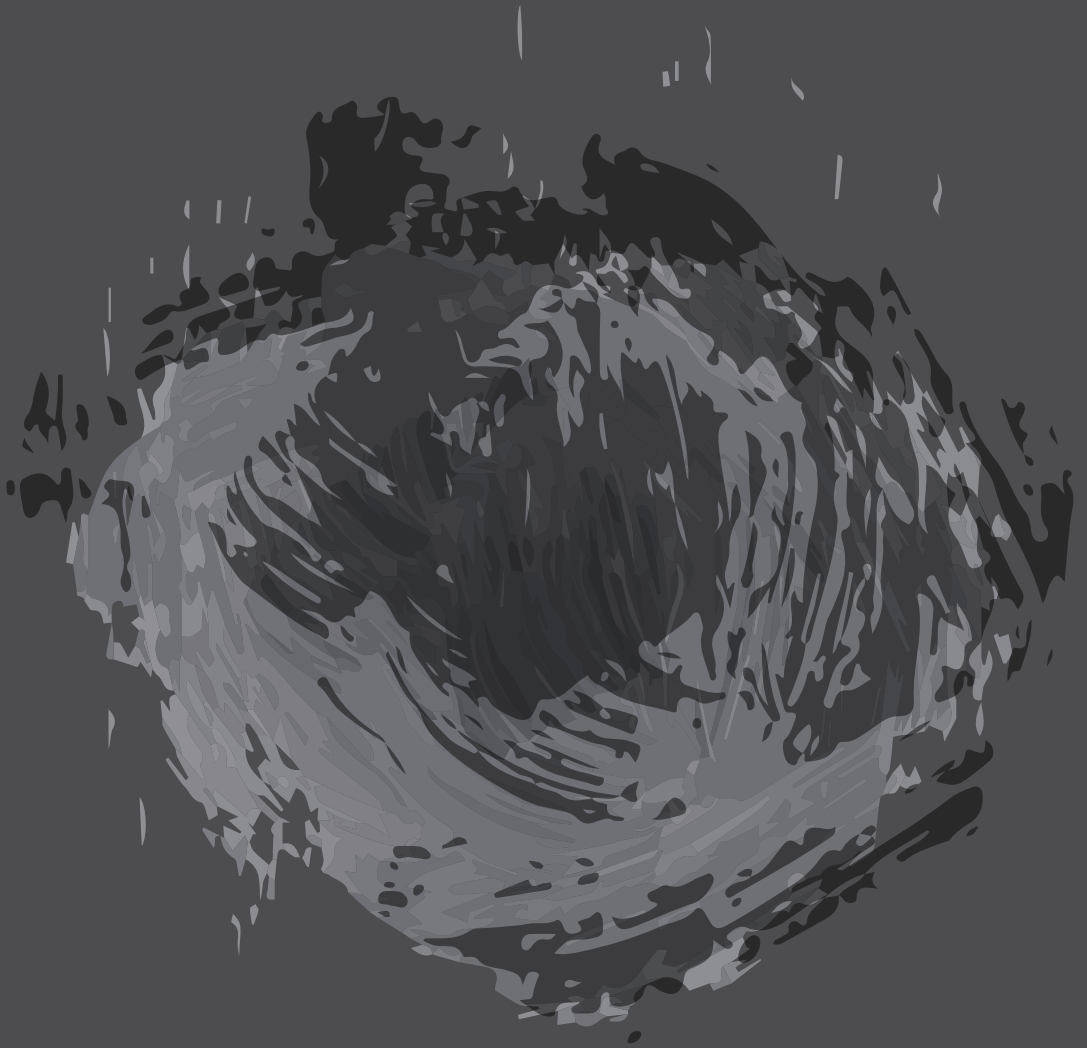
VENTURA, Zuenir. 1968 - *O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIDAL, Márcia. *Imprensa e poder*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 1994.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes*: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

______. *Entre o futuro e o passado*: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850). Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

O autor

José Aírton de Farias nasceu em Santana do Acaraú--CE. É doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de vários colégios, cursinhos e faculdades do Ceará por anos, atualmente ministra aulas no Instituto Federal do Ceará (IFCE). Tem experiência na produção de livros didáticos e na pesquisa em História Política, voltado para a ditadura militar brasileira e a luta armada das esquerdas.

CADERNO DE IMAGENS

CORREIO DO CEARÁ, 17 DE ABRIL DE 1964

CORREIO DO CEARÁ
ÓRGÃO DOS "DIÁRIOS ASSOCIADOS"

POVO REPUDIOU NAS RUAS CREDO COMUNISTA

A "Marcha" Foi Um Espetáculo Soberbo de Fé Democrática

GELADOS
PREÇOS
CARROS

GOULART RECEBE E MANDA INSTRUÇÕES: MILITARES ATENTOS

NUNCA SE VIU IGUAL

12 PÁGS.

Matéria de Correio do Ceará, datada de 17 de abril de 1964, informando sobre a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", acontecida no dia anterior e que evidenciava o apoio de setores da sociedade cearense ao golpe civil-militar contra o "comunismo, a corrupção e a baderna" do País.

O POVO, 3 DE MAIO DE 1968

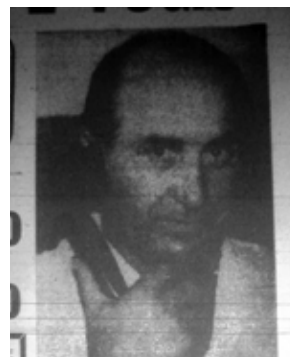
GREGO ENGANOU POLÍCIA E FUGIU

O POVO

Colapso Econômico Ameaça São Paulo

Os jornais noticiaram como simples deslize da polícia a fuga do grego Georgios Joannis Tsakiridis, em maio de 1968. Tratou-se, porém, de uma ação de libertação – depois transformada em sequestro – da Ação Libertadora Nacional.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 15 DE MARÇO DE 1968

Na Praça José de Alencar, os estudantes queimaram uma bandeira dos Estados Unidos.

Reprodução de foto do jornal Gazeta de Notícias, de 15 de março de 1968, que noticiava passeata encerrada na Praça José de Alencar, centro de Fortaleza, onde estudantes, evidenciando a radicalização politica de parte da juventude de esquerda, queimaram a bandeira dos Estados Unidos, dando vivas a Cuba, ao Vietnã e a Ernesto Che Guevara.

CORREIO DO CEARÁ, 13 DE AGOSTO DE 1968

"AVANT PREMIERE" FOI DO LICEU

POLÍCIA PRONTA PARA IMPEDIR A PASSEATA

Reprodução de matéria do jornal Correio do Ceará, de 13 de agosto de 1968, noticiando uma passeata dos estudantes do Colégio Liceu do Ceará e a pretensão da polícia em impedi-la. Tais passeatas, muitas vezes, eram endossadas pelos agrupamentos armados de esquerda, que ali buscavam simpatizantes e militantes. Ficaram famosos em Fortaleza os embates entre estudantes e policiais e o quebra-quebra de ônibus.

CORREIO DO CEARÁ, 20 DE AGOSTO DE 1968

MÔÇA CEARENSE NOS ASSALTOS A BANCOS

ISABEL EDUARDO CAMPOS

(IZABELZINHA)

CONVITE-MISSA

Assaltantes estrangeiros nos roubos de São Paul[o]

Matéria de jornal Correio do Ceará, de 20 de agosto de 1968, noticiando a prisão, em São Paulo, como "terrorista", de uma cearense filha de armênios, Armênia Nereessian. A presença de mulheres na luta armada era tratada sensacionalmente, evidenciando o machismo reinante na sociedade. As matérias apresentavam o assunto com surpresa e condenavam a relação entre o "belo sexo" e guerrilha.

TRIBUNA DO CEARÁ 5, DE DEZEMBRO DE 1968 E **UNITÁRIO,** 5 DE DEZEMBRO DE 1968

Bando armado assalta Banco Mercantil e foge sem dinheiro

TRIBUNA DO CEARÁ POLICIAL

CONCURSO 25.A C.S.M.

UNITARIO

POLÍCIA CAÇA OS SEIS DA "GANG"

RETRATO FALADO

ASSALTO FOI UM ATO SUBVERSIVO

Sequestro causa tragédia

Isolado o vírus do câncer

Os jornais trouxeram várias reportagens sobre o assalto ao Banco Mercantil, acontecido a 4 de dezembro de 1968. Foi a primeira expropriação atribuída publicamente a uma organização armada no Ceará, no caso, a Ação Libertadora Nacional. A autoria da ação só seria descoberta pelo aparato repressivo após a queda dos militantes da ALN envolvidos no caso de São Benedito.

CORREIO DO CEARÁ, 11 DE MARÇO DE 1970

Tôda a Polícia mobilizada na caça aos mascarad

Assalto armado na Coca-Cola: quatro roubam 22 milhões

CORREIO DO CEARÁ

ÓRGÃO DOS "DIÁRIOS ASSOCIADOS"

Vestibular: resta

O Correio do Ceará, de 11 de março de 1970, noticia o assalto realizado, no dia anterior, pela Ação Libertadora Nacional, à Coca-Cola de Fortaleza. Em audaciosa ação, os ativistas enganaram a segurança da empresa simulando um defeito mecânico em um carro.

CORREIO DO CEARÁ, 17 DE MARÇO DE 1970

ARMADOS E SEM MÁSCARAS, 6 "TRANCARAM" CARRO-DEPÓSITO DO LONDON BANK

ASSALTANTES LEVARAM MAIS DE 200 MILHÕES

TODO SISTEMA DE SEGURANÇA DO ESTADO MOBILIZADO NA CAÇA AOS BANDIDOS

CORREIO DO CEARÁ

ÓRGÃO DOS "DIÁRIOS ASSOCIADOS"

3 CADERNOS

NCr$ 0,50

O DISCURSO DO COMANDANTE

Reportagem mostrando a repercussão da expropriação do carro pagador do London Bank. A ação foi realizada pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a 16 de março de 1970. A luta armada no Ceará mostrava-se maior do que imaginavam as forças da repressão.

O POVO, 12 DE JUNHO DE 1970

O CARRO DO EMBAIXADOR

Cadeado Arrombado

O portão lateral da Faculdade de Filosofia teve o cadeado arrombado pelos terroristas, que imobilizaram os vigias sob a ameaça de revólveres e assaltaram o estabelecimento.

TERRORISMO NA FACULDADE DE FILOSOFIA

Armados de revólver e pistola, três elementos assaltaram, na madrugada de hoje, a Faculdade de Educação do Ceará (ex-Filosofia Estadual) e, sob ameaça das armas, amarraram e amordaçaram os dois vigias, levando um molho de chaves e abrindo uma das salas de onde levaram uma máquina de escrever e o mimeógrafo.

Os assaltantes deixaram ainda as paredes pichadas com dizeres subversivos e terroristas, fugindo num carro sem serem identificados. A Polícia entrou em ação para localizar os três indivíduos, partindo da suspeita de que se trata de pessoas vinculadas ao estabelecimento. (No 1º caderno, página 7)

As organizações armadas buscaram montar setores de imprensa e propaganda para melhor divulgar seus boletins políticos. Expropriando mimeógrafos e máquinas de escrever, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário assaltou a Faculdade de Filosofia, como mostra O Povo, de 12 de junho de 1970. Com idêntico propósito, a Ação Libertadora Nacional agiu nos Institutos Básicos, da Universidade (Federal) do Ceará, em julho e agosto do mesmo ano.

CORREIO DO CEARÁ, 31 DE AGOSTO DE 1970

VENDA PROIBIDA

ESPETACULAR ASSALTO EM SÃO BENEDITO

COMERCIANTE SEQÜESTRADO E ASSASSINADO

O MORTO

OS ASSALTANTES

CORREIO DO CEARÁ

20 PÁGINAS - CR$ 0,50

NÚMERO DE CUPÕES

Os jornais de 31 de agosto de 1970 trouxeram manchetes sobre o justiçamento do comerciante José Armando Rodrigues, na cidade serrana de São Benedito, e a captura de dois dos "subversivos". Era o começo da queda da ALN no Ceará.

CORREIO DO CEARÁ, 2 SETEMBRO DE 1970

VENDA PROIBIDA

DOMINGO É DECISIVO

TERRORISTAS AINDA NÃO ESCAPARAM

CAÇADA-MONSTRO

CORREIO DO CEARÁ

20 PÁGINAS - CR$ 0,50

MÉDICI ABRE O CENSO

MORTO A FACA NA

Nos dias seguintes ao assassinato do comerciante José Armando Rodrigues, os jornais de Fortaleza informaram a caça aos "terroristas". A maior parte dos envolvidos no caso de São Benedito fugiria ao cerco da repressão. Posteriormente, quase todos os envolvidos foram presos.

CORREIO DO CEARÁ, 11 DE SETEMBRO DE 1970

CLÁSSICOS
ENCHERÃO

ASSALTADO
BANCO DO BRASIL
DE MARANGUAPE

ORREIO DO CEARÁ

SETE HOMENS COM
METRALHA E FUZIL

20 PÁGINAS - CR$ 0,50

GRUPO DE LAMARCA
ASSASSINA TENENTE

ROPAS ESTRANGEIRAS
ARA LIBERTAR PASSAGEIRCS

Desafiando o aumento da repressão, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário realizou a única expropriação de uma agência bancária no interior cearense, a do Banco do Brasil de Maranguape, assaltada a 11 de setembro de 1970.

CORREIO DO CEARÁ, 28 DE SETEMBRO DE 1970

DESBARATADO O
GRUPO DO TERROR
QUE ASSALTOU E
MATOU NO CEARÁ

VENDA PROIBIDA

ORREIO DO CEARÁ

16 PÁGINAS - CR$ 0,50

Após o caso de São Benedito e a prisão de alguns militantes, a Ação Libertadora Nacional acabou desestruturada no Ceará. Os jornais, a exemplo do Correio do Ceará, de 28 de setembro de 1970, noticiaram em tom triunfal a queda dos “terroristas”. As autoridades solicitavam a ajuda da população para delatar os “inimigos da Pátria”.

CORREIO DO CEARÁ, 27 DE MARÇO DE 1971

TERROR CAUSA MORTE

150 MIL PARA NÃO SEQÜESTRAR CASAL BLOCH

Reportagem do Correio do Ceará, de 27 de março de 1971, noticia o falecimento do tenente Matheus Levino, em Recife-PE, após longo período de convalescença. O militar havia sido ferido ao reagir a uma tentativa de tomada de carro pelo PCBR. A matéria traz ainda a fotos dos "terroristas" responsáveis pelo incidente. A queda dos ativistas e a apreensão de farta documentação do PCBR na capital pernambucana contribuíram para o desmantelamento da organização em Fortaleza.

CORREIO DO CEARÁ, 8 JANEIRO 1972

TERROR ATACA A BALA NA PRAÇA CORAÇÃO DE JESUS

CORREIO DO CEARÁ

3 Cadernos CR$ 0,50

VESTIBULAR

AMANHÃ 5.608 NO PELOURINHO

Noticiado como "ataque terrorista", o tiroteio entre agentes da repressão e ativistas no centro de Fortaleza, a 7 de janeiro de 1972, marcou o início do desmantelamento definitivo do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Alguns militantes estavam tentando rearticular a organização na capital cearense. Nas semanas seguintes, com a operação "Barra Limpa", realizada pela Polícia Federal e DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna), vários dos militantes foram presos e torturados.

O POVO, 25 JANEIRO DE 1972 E **CORREIO DO CEARÁ**, 25 DE JANEIRO DE 1972

FRUSTRADO PLANO DE ASSALTO À AGÊNCIA DO BB DE CRATO

O POVO

FRUSTRADO ASSALTO TERRORISTA NO CRATO

PRESOS 5 DO GRUPO

O CABEÇA

A imprensa, a 25 de janeiro, noticiou a tentativa de expropriação do Banco do Brasil do Crato, pela Frente de Libertação do Nordeste (FLNE). Em destaque, a foto de José Sales de Oliveira, ex-dirigente da ALN no Ceará.

CORREIO DO CEARÁ, 11 DE JANEIRO DE 1973

TERRORISTAS DO ASSALTO AO BANCO CONDENADOS A 42 ANOS

CORREIO DO CEARÁ

MELHORIAS NO HOSPITAL DE MECEJANA

Reprodução do Correio do Ceará, de 11 de janeiro de 1973, mostrando a saída dos militantes da Ação Libertadora Nacional do antigo Fórum Clóvis Beviláqua (centro de Fortaleza). Foram condenados a 42 anos de prisão pela expropriação do Banco Mercantil, em 1969. Os militantes da esquerda armada no Ceará cumpririam suas penas no Instituto Penal Paulo Sarasate, nos anos 1970.

apoio institucional

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Mesa Diretora 2019-2020

Deputado José Sarto
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Danniel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Evandro Leitão
1º Secretário

Deputada Aderlânia Noronha
2ª Secretária

Deputada Patrícia Aguiar
3ª Secretária

Deputado Leonardo Pinheiro
4º Secretário

João Milton Cunha de Miranda
Diretor Executivo

Ernandes do Carmo
Orientador da Célula de Edição e Produção Gráfica

Cleomarcio Alves (Márcio), Francisco de Moura,
Hadson França, Edson Frota e João Alfredo
Equipe de Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal
Equipe de Produção em Braile

Mário Giffoni e Carol Molfese
Equipe de Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)
Equipe de Design Gráfico

Rachel Garcia Bastos de Araújo
Redação

Luzia Lêda Batista Rolim
Assessoria de Comunicação/Imprensa

Lúcia Maria Jacó Rocha, Vânia Monteiro Soares Rios,
Marta Lêda Miranda Bezerra, Maria Marluce Studart Vieira
Milena Saraiva
Equipe de Revisão

Site: https://al.ce.gov.br/index.php/institucional/inesp
E-mail: inesp@al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-3701

**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500